

ANTONIO PAIM

A QUESTÃO DEMOCRÁTICA



SÃO PAULO
2010

ANTONIO PAIM

A QUESTÃO DEMOCRÁTICA

São Paulo
2010

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO

A questão democrática

Papel da cultura democrática
e quais são os seus pilares

Elenco das razões pelas quais a Universidade
deve recusar a dicotomia direita/esquerda

Redirecionar o debate sobre federalismo

Estudos recentes sobre mudança social

Fantasia sobre a democracia ateniense

Inconsistência da crítica de Rosanvalon
à democracia representativa

O sistema proporcional no novo quadro
político europeu

A “conversão democrática” do Leste Europeu

APRESENTAÇÃO

A questão democrática envolve muitos aspectos, conforme procuramos demonstrar no primeiro dos ensaios aqui reunidos. Nesse texto, também estão referidas as singularidades brasileiras. Participamos daquilo que --no livro tornado clássico **The third wave: democratization in the late twentieth century** (1991)-- Samuel Huntington (1927/2008) denominou de “primeira onda democrática”, ocorrida no século dezenove, isto é, a primeira fase de disseminação do modelo de governo representativo, até a centúria anterior circunscrito à Inglaterra. A partir daí, isto é, coincidindo com a implantação da República, temos nos limitado a seguir a onda. Acompanhamos o refluxo que se seguiu à mencionada fase, pegamos carona na segunda onda (início do pós Segunda Guerra) e logo acompanhamos o novo refluxo geral para, enfim, participarmos do que batizou de “terceira onda”, subsequente ao fim do salazarismo e do franquismo, na Europa.

Temos nos mantido nessa situação, enquanto a maioria dos países latino-americanos, como nos reflexos precedentes, segue a praxe, isto é, planta exótica em seu meio, o regime democrático acaba sendo abandonado. Contudo, embora continuemos desfrutando das liberdades essenciais, típicas do regime democrático, enfrentamos descrédito da classe política, dos partidos e do Parlamento de inusitada intensidade.

O deputado Aldo Rebelo destaca (com razão) tratar-se de fenômeno internacional, que atribui à orquestração de organizações não-governamentais, desejosas de assumir diretamente a gestão da coisa pública. Ainda assim, podemos identificar diferença fundamental em relação às democracias européias. Em nosso caso, o fenômeno apresenta-se de modo constante ao longo dos cento e vinte anos de República. Com o término da Segunda Guerra, a parte continental da Europa Ocidental recomeça o processo democrático e o mantém firmemente, com dois grandes tentos em seu favor. O primeiro corresponde ao fim de regimes autoritários na Península Ibérica --que marca justamente o começo da “terceira onda” de Huntington--, processo que iria disseminar-se em outros continentes, a começar da América do Sul. O segundo tento refere-se à deblaque do comunismo. Fracassava a badalada tentativa de encontrar uma alternativa ao governo representativo, com o “sistema cooptativo”. Neste, a representação é cooptada pela cúpula, sendo o referendo eleitoral uma completa farsa, dada a repressão política de que resultaria, segundo Hanah Arendt (1906/1976), a quebra da solidariedade entre as pessoas. Instados a

comparecer às urnas, graças à delação generalizada, não tinham condições de enfrentar o regime. E viu-se, na União Soviética, pleitos eleitorais sem abstenção e voto dissidente deveras ridículo. A reconstituição daquele laço essencial, começada na Polônia, com movimento que sintomaticamente adotou aquele nome, equivaleu à condenação à morte do hediondo regime.

O fato de que em parte do Ocidente verifique-se decepção com o regime, constatada em sucessivas pesquisas de opinião, deve-se em grande medida às crises econômicas ocorridas desde os primeiros “choques do petróleo”, enfrentados com políticas mais ou menos bem sucedidas até à crise recente, ainda não superada. Contudo, as mesmas pesquisas que revelam o descrédito registram a frontal recusa ao retorno às formas autoritárias ou totalitárias experimentadas no passado.

Além do mais, estamos tratando de parcela reduzida no conjunto das nações, desde que não mais de 30% delas poderiam ser classificadas como democráticas.

Os principais estudiosos do tema insistem em que o sistema democrático-representativo pressupõe a existência de cultura democrática. Num dos ensaios que se seguem, identificando os seus componentes, suponho haver comprovado sua inexistência entre nós. Pode-se alegar que, no período transcorrido desde a abertura de 1985, vivemos em regime democrático: a imprensa é livre; os eleitos são empossados; o Parlamento funciona, etc. Não obstante, salta às vistas a fragilidade institucional. Têm assento no Congresso Nacional cerca de vinte partidos, a maioria dos quais representam exclusivamente a si mesmos. A instituição vem recusando, de modo sistemático, proceder à adequação de nosso sistema, dito proporcional, à feição de que se reveste nas democracias ocidentais, isto é, voto numa lista pré-ordenada. E não só os teóricos o afirmam, nossa própria experiência republicana é disto uma confirmação definitiva: não pode haver democracia sem partidos políticos.

Examinando a questão, como o fazemos, é possível mobilizar os argumentos que demonstrem a inconsistência teórica dos componentes da cultura brasileira que obstaculizam a nossa plena identificação com o sistema democrático-representativo. Ao mesmo tempo, reconheço que, para o abandono dos traços culturais de que se trata, não é suficiente que os identifiquemos e comprovemos a sua nocividade. Valendo-nos de investigações sociológicas disponíveis é imperativo proclamar que dispõem de sólidos apoios na sociedade. Na pesquisa pioneira em que tenta detectar aquilo a que corresponderia **A cabeça do brasileiro** (Editora Record, 2007), Alberto Carlos Almeida demonstra que são expressivas --e até majoritárias-- em segmentos da sociedade brasileira, demonstrações de aceitação como legítimo o uso do cargo público em benefício próprio. Nestes grupos, a pesquisa pode

verificar que não há esquecimento das denúncias relativas à corrupção; elas “simplesmente não são importantes”.

Entendo que a recusa em abandonar a dicotomia direita/esquerda dificulta o entendimento de qual deveria ser, na verdade, o papel do governo representativo e, subsidiariamente, a função da agremiação política. Na prática política republicana, temos perdido de vista que se trata de organizar a negociação de interesses conflitantes. A nossa capacidade de alcançar esse resultado é diretamente proporcional ao afunilamento daqueles interesses. Donde a sobrevivência de reduzido número de partidos nos países de democracia consolidada.

Adicionalmente, avanço a proposição de redirecionar o debate sobre federalismo, na suposição de que poderá emergir uma conceituação mais adequada do papel da União. Até agora temos procurado enfatizar a onipotência do poder central, apresentando como alternativa propostas de descentralização que, implicitamente, partem do modelo tradicional de Federação. Sugiro buscarmos identificar em que poderia consistir a nossa singularidade.

Aqui emerge a questão abordada no ensaio seguinte: a **mudança social**. Vou deixar que, em face do teor da constatação dos estudos mais consistentes que o tema tem merecido, o próprio leitor chegue a uma conclusão pessimista ou otimista quanto ao nosso futuro.

Estou convencido de que a aceitação das ponderações que apresento nos outros ensaios enriqueceria sobremaneira o debate da temática política.

Resumidamente, consistiriam no seguinte: abandono da maneira fantasiosa como é apresentado o entendimento existente na Grécia Antiga acerca da democracia e como de fato era praticada em Atenas; a inconsistência do conceito de “vontade geral”, à luz do comentário de obra recente de eminente estudioso francês; o imperativo de reavaliarmos o entendimento acerca do sistema proporcional, à luz de seu desempenho recente na Europa Ocidental. Por fim, creio que vale a pena tomarmos conhecimento de como andam as coisas no que respeita a tão esperada conversão democrática do Leste Europeu.

São Paulo, março de 2010.

A. P.

A QUESTÃO DEMOCRÁTICA

No livro que referimos na Apresentação, Samuel Huntington estrutura os modelos que explicam o posicionamento dos países que, num determinado momento, aderiram ao sistema representativo. Parece-nos que esses modelos são suficientemente instrutivos quanto à magnitude da questão democrática. Na verdade, trata-se de um sistema que não é dado a todos, bastando para tanto verificar a proporção das nações que se dispuseram a empreender esse caminho e nele conseguiram persistir.

Tenha-se presente que, durante grande parte de sua vida acadêmica, Samuel Huntington debruçou-se sobre o problema da transição para a democracia. Partiu da constatação de que a maioria absoluta dos sistemas políticos vigentes no mundo sempre foram e continuam sendo autoritários. A esse propósito, esteve em evidência, em nosso país, quando se começou a discutir, nos anos setenta, no governo Geisel, os caminhos que deveriam ser empreendidos com vistas à abertura política. Falou-se muito, então, da “teoria da descompressão” devida a Huntington. Nos círculos interessados também é reconhecido como o formulador da doutrina de que toda ingerência militar na política corresponde a indício de baixos níveis de profissionalização. Como foi referido, *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*, University of Oklahoma Press, 1991 – trata das chances da democracia na atual onda liberalizante que se iniciou nos meados da década de setenta do século passado.

Huntington começa por estabelecer que a democracia, como forma de governo, foi definida em termos de *fontes da autoridade* para o exercício do poder, pelos *objetivos* perseguidos pelo Governo e, finalmente, pelo *processo* de constituição dos governos. As duas hipóteses iniciais conduziram a muitas ambigüidades. A concepção de que o procedimento central da democracia reside na seleção de seus líderes através de eleições competitivas alcançou maior fortuna. Segundo Huntington, a mais importante formulação desse entendimento de democracia é devida a Joseph Schumpeter (*Capitalism, Socialism and Democracy*, 1942). Subseqüentemente, tornou-se uma tradição de analistas políticos aderentes a essa postulação (Robert Dahl, Giovanni Sartori, Alfred Stepan, Juan J. Linz, etc.)

A disseminação do governo representativo surgido na Inglaterra começa nas primeiras décadas do século XIX. Para marcar o seu início, denominando-o de “primeira onda”, Huntington escolheu o ano de 1828. Nesse ano, nos Estados Unidos, dentre a população masculina branca metade dos adultos passa a contar com o direito de voto. Na Inglaterra, pátria do governo representativo, o sufrágio universal (masculino) seria alcançado com proporção menor de eleitores entre os maiores de 21 anos (em torno de 30%) na altura da penúltima década daquele século (nas eleições ocorridas na segunda metade dos anos oitenta).

Para Huntington, essa primeira onda durou aproximadamente um século (de 1828 a 1926). Nessa primeira onda, de 64 nações independentes, 24 eram democráticas, (equivalentes a 45,3%), seguindo-se a brutal reversão ocorrida entre 1922 e 1942 (nesse último ano, as nações independentes haviam se reduzido a 61, e apenas 12 – 19,7% - preservaram no sistema democrático). A segunda onda de democratização transcorreu entre 1943 e 1962. Devido à derrocada dos sistemas coloniais, em 1962 o número de estados ascendia a 111, elevando-se as nações democráticas a 36, isto é, 32,4%. A segunda reversão tem lugar entre 1958 e 1975. Em 1973, para 122 estados nacionais havia apenas 30 (24,6%)

democracias. Em 1990, as nações democráticas equivalem a 58 (45% do total). Esta seria a terceira onda. No período subsequente, surgiram novas nações. Em 2006, as Nações Unidas contavam com 192 membros. Em contrapartida, o número de nações democráticas não se elevou substancialmente. Com o fim da União Soviética, os países satélites do Leste Europeu começaram a institucionalizar a democracia. Em compensação, há diversas baixas na América do Sul e em outras partes do globo. Na recontagem, os países democráticos oscilariam em torno de 60.

Huntington procederá à elaboração de alguns modelos. O primeiro parâmetro consiste no posicionamento nas diversas ondas, de que emergiria um primeiro segmento integrado por países que participam dos dois ciclos, isto é, de democratização e de reversão (Argentina, Brasil, Peru, Bolívia e Equador, na América Latina; Turquia e Nigéria em outros continentes). A seu ver, não há propriamente uma alternância de sistemas políticos. O sistema político desses países é que consistiria precisamente nessa incapacidade de consolidar a democracia.

O segundo grupo é integrado por aqueles países que se inseriram no processo de democratização dos sistemas políticos compreendido na primeira onda e não lograram sustentá-lo. Porém, na segunda onda, chegaram a ser bem-sucedidos (Alemanha, Itália, Áustria, Japão, Venezuela e Colômbia) ou estão em vias de alcançá-lo na terceira (Espanha, Portugal, Grécia, Coreia, Checoslováquia e Polônia). A esse modelo denomina de *segunda experiência*.

O terceiro grupamento denomina-se de *interrupção da democracia*, depois de tê-la conseguido estabilizar por grandes períodos (Índia, Filipinas, Uruguai e Chile). O quarto modelo é o da *transição direta* (de sistema autoritário estável para a democracia), sendo este o caso de Romênia, Bulgária, Taiwan, México, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua. Finalmente, o modelo resultante da descolonização.

As principais causas da terceira onda são as seguintes, segundo Huntington: 1) os problemas de legitimação do autoritarismo num mundo em que os valores da democracia tornaram-se largamente aceitos; 2) o crescimento econômico sem precedentes posterior a 1960; 3) a mudança de posição da Igreja Católica, resultante do Concílio Vaticano Segundo, que deixou de ser suporte de sistemas autoritários em vários países; 4) a influência externa da Comunidade Européia e dos Estados Unidos na promoção dos direitos humanos e o impacto dessa influência na antiga zona soviética; e 5) o “efeito demonstração” que a adesão à causa democrática por esse ou aquele país veio a alcançar num mundo onde a comunicação difundiu-se amplamente e tornou-se instantânea.

Além da distinção anterior, referida às próprias ondas de democratização, Huntington atribui grande importância à forma como se deu o abandono do sistema autoritário, se por iniciativa própria, cujo paradigma é a Espanha, ou pela via insurrecional (Portugal). A maneira como tenha ocorrido o fenômeno também traz implicações para a análise subsequente, que é do maior interesse. Trata-se da enumeração dos problemas de que depende a consolidação do processo, bem como a resposta à pergunta quanto as chances de fracasso e reversão.

Esquemáticamente, os problemas que mais influem na consolidação democrática seriam os seguintes: 1º) atitude diante da tortura (punição ou esquecimento), desde que pode deixar a nação estancada no passado ou com o sentimento de impotência diante do problema seguinte; 2º) a *questão pretoriana*, isto é, capacidade dos militares de opor-se às reformas ou possibilidade de que trilhem o caminho da profissionalização. Huntington é justamente o autor do estudo clássico *The Soldier and the State* (1957) onde

comprova que a ingerência militar na política traduz baixos níveis de profissionalização; 3º) intensidade dos problemas conjunturais que podem conduzir rapidamente ao saudosismo do ciclo autoritário. Entre os vários exemplos que suscita, sobressaem os da Alemanha e Espanha. Nos anos cinquenta, a liderança da reconstrução (Adenauer, sobretudo) não tinha qualquer espécie de sustentação interna, situação que se prolongou por um largo período. Huntington louva-se da opinião de estudiosos que concluíram ter a sustentação da República Federal resultado basicamente do ingresso na vida política das novas gerações. O interregno foi, portanto, muito dilatado. Na Espanha, em contrapartida, apesar do agravamento dos problemas (notadamente inflação e desemprego), a opinião encaminhou-se no sentido de apostar em mudanças segundo o próprio modelo democrático e não numa volta ao franquismo; 4º) a possibilidade de florescer uma cultura favorável à democracia. Huntington não o diz expressamente mas, pode-se inferir do modelo em que situa o Brasil e a Argentina, que esta é uma circunstância desfavorável de grande peso nos dois países, onde as tradições culturais mais arraigadas não ajudam a democracia; e, 5º) a institucionalização do comportamento político democrático. Tal resultado depende de reformas que a própria beneficiária (a elite política) reluta em empreender, como se dá no Brasil em relação ao sistema eleitoral, para citar um exemplo afeiçoado ao que o autor tem em vista.

O livro conclui numa análise das possibilidade de reversão, a exemplo das que surgiram nas ondas anteriores. Desse ângulo atribui certa importância à duração do ciclo democrático subsequente à segunda guerra, bem como o relacionamento externo com o mundo democrático. No que se refere ao último aspecto, considera extremamente favorável a situação dos países que vieram a integrar um bloco democrático, a exemplo do Mercado Comum Europeu. Situa o Brasil entre aquelas nações em que tais circunstâncias são indiferentes ou desfavoráveis, isto é, não há uma influência externa poderosa capaz de criar uma situação irreversível (como seria, por exemplo, o caso da criação do mercado americano, resultante do que se está formando entre EE.UU., México e Canadá, ao qual aderíssemos). Contém ainda uma apreciação das chances (remotas) dos países africanos e islâmicos virem a engrossar a onda democrática.

Alguns ensinamentos podem ser extraídos do posicionamento que Huntington atribui ao Brasil, nas ondas democráticas que tipificou, mas também na consideração específica das dificuldades que podem turbar o sucesso da abertura democrática.

Talvez seja prudente detalharmos em que situação fica o Brasil nos fluxos e refluxos democráticos, examinando a sua situação de per si.

Na primeira onda, o Brasil não conseguiu consolidar minimamente a democracia. O processo de democratização do nosso sistema político começa com a Lei Saraiva (1881), ao liberalizar o censo na cidade e permitir que se firmasse a liderança do Partido Liberal, nas áreas urbanizadas do país, independentemente do apoio que pudesse receber do sistema. No fim da década, com a proclamação da República, decidiu-se começar da estaca zero, optando desde logo por uma solução autoritária (partido único). Veio depois o sistema de degolas dos eleitos que poderiam enfraquecer a maioria, desfigurando inteiramente a representação. Na década de trinta, após a Revolução, criam-se as condições para que ingressássemos plenamente no refluxo que passou a grassar no mundo, com a imposição do Estado Novo.

Estivemos presentes na segunda onda, na qual tivemos aqui o interregno democrático 1945/1964. Tanto em nosso caso como nos demais países, essa onda durou pouco (em torno de vinte anos, na hipótese de Huntington).

O interesse maior estaria na terceira onda, na qual ingressamos com atraso de dez anos. Quanto aos problemas de que dependeriam a sua consolidação (em termos permanentes, é claro, o que estamos longe de havermos alcançado, considerada a questão do ângulo institucional), temos conseguido tangenciar os dois problemas iniciais (tortura e questão pretoriana), embora o PT desenvolva ingentes esforços para nos meter nesse atoleiro, do qual não se sabe em que condições sairíamos. A reforma que Castelo Branco introduziu nas Forças Armadas, limitando o tempo de permanência no generalato e impondo o afastamento dos que escolham a política partidária, reduziu grandemente a ingerência militar na vida da República. Presentemente, passadas pouco mais de duas décadas de abertura, a opinião pública não revela maior interesse em saber quem é o Comandante do Exército, situação impensável no ciclo que a precedeu e mesmo nos anos oitenta. Entretanto, se nos dispusermos a nos voltarmos inteiramente para o passado, ninguém sabe qual seria o desfecho.

As duas outras questões (“intensidade dos problemas conjunturais” e “possibilidade de florescer uma cultura favorável à democracia”) constituem o nosso calcanhar de Aquiles. Senão, vejamos.

Em grande parte do ciclo posterior à abertura política --notadamente entre 1985 e 1994--, os problemas conjunturais atuaram de modo intenso --sobretudo inflação galopante que chegou a assumir caráter de hiperinflação--, fenômeno que se fez acompanhar do crescente desprestígio da elite política tradicional. De certa forma, o problema viu-se agravado pela péssima qualidade dos emergentes, alheios a quaisquer outros valores além do clássico patrimonialismo, isto é, uso da coisa pública em benefício próprio.

O governo da abertura política herdou um processo inflacionário que durava há pelo menos dez anos. Nesse período, ao invés de implementar as providências requeridas para eliminar o déficit público e, sobretudo, a prática de financiá-lo pela emissão de moeda, buscou-se aperfeiçoar os mecanismos de convivência com esse estado de coisas. Progressivamente a correção monetária --isto é, reposição automática da desvalorização -- passou a ser utilizada nas diversas transações. A correção automática dos depósitos bancários talvez tivesse se constituído no principal anestésico. Em certas camadas da sociedade, chegou a criar a ilusão de que estavam obtendo ganhos monetários.

Tendo sido eleito para vice-presidente, oriundo do partido que tradicionalmente sustentara os governos militares, ao assumir o governo à vista da morte do Presidente eleito (Tancredo Neves, prócer opositor), José Sarney carecia de legitimidade. Assim, não se sentiu em condições de praticar o mínimo de austeridade, dada a impopularidade das medidas que teria de adotar. Fechou os olhos ao aumento da despesa pública. No seu primeiro ano de governo (1985), tendo assumido em março, em fins de dezembro a inflação chegou 225,7%.

No início de 1986, supondo que seu governo estivesse consolidado, José Sarney constituiu Ministério próprio (o anterior havia sido designado por Tancredo Neves) e adotou uma providência desastrosa: introduziu congelamento de preços, através do chamado Plano Cruzado. O nome provinha do fato de que o país passava a dispor de uma nova moeda (cruzado). Além do congelamento de preços, os salários foram reajustados. Criou-se um clima de grande euforia. Como não poderia deixar de ser, durou poucos meses. Mas o tempo suficiente para permitir que o PMDB praticasse o que então se chamou de “estelionato eleitoral”. Nas eleições de 1986, elegeu governadores em 21 estados, enquanto o PFL apenas um (Sergipe). Tornou-se o partido majoritário na Constituinte, então eleita,

obtendo. 53,4% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Logo instalou hegemonia incontrastável sobre a elaboração constitucional.

Depois das eleições, tornou-se flagrante a desordem instaurada na economia brasileira pelo Plano Cruzado. Diante do fracasso, Sarney lançou-se numa outra aventura, a moratória da dívida externa que trouxe problemas adicionais com investidores estrangeiros e, em geral, no fechamento das contas externas.

Parece legítimo atribuir-se à incapacidade governamental demonstrada por esse governo ao primeiro grande desgaste experimentado pela classe política tradicional. Realizaram-se eleições presidenciais em 1988. O último pleito direto para eleger-se o Presidente da República tinha sido realizado em outubro de 1960, tendo a campanha das “diretas já”, pouco antes da abertura de 1985, demonstrado sua imensa popularidade. Inscreveram-se como candidatos as figuras mais representativas da elite política -- sobrevivente do interregno democrático 1945/1964 ou formada sob os militares. Entre estes o líder do PMDB, que tivera o desempenho antes apontado nas eleições parlamentares de dois anos antes, deputado Ulisses Guimarães. Concorrendo às eleições como representante da legenda, obteve menos de 5% dos votos (4,74%). Todas as lideranças tradicionais ficaram abaixo de duas figuras sem qualquer tradição partidária, Collor de Melo e o presidente do PT (Luís Inácio da Silva).

Eleito no segundo turno, Collor de Melo revelou-se um desastre em matéria de gestão financeira e corrupção. Acabou apeado do poder por impeachment.

Nos períodos governamentais subseqüentes (1994/2010), emergiram, dois governantes não pertencentes à classe política tradicional (Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio da Silva). Tiveram em comum a manutenção da conquista representada pela estabilidade monetária, resultado do Plano Real aplicado em 1994. Reduziu-se o déficit público e organizou-se a dívida pública, permitindo a eliminação das emissões descontroladas.

Tudo leva a crer que as eleições presidenciais de 2010 serão um teste para verificar-se a permanência ou a superação do impacto da “intensidade dos problemas conjunturais” na consolidação da democracia. O teste em apreço deverá consistir no desempenho que venham a ter, nesse pleito, candidatos testados em cargos importantes do Executivo (em especial governadores). Se continuar a rejeição por esse contingente da elite, teriam que ser buscadas outras causas para o assustador despreço, instaurado no país, tanto pelos políticos como pelo Parlamento.

O outro obstáculo à consolidação democrática (permanência na terceira onda ou regresso ao modelo tradicional, aderindo ao refluxo que desponta claramente na maioria dos países situados na América do Sul), apresentado por Huntington, conforme foi indicado, cifra-se na “possibilidade de florescer uma cultura favorável à democracia”.

PAPEL DA CULTURA DEMOCRÁTICA E QUAIS SÃO OS SEUS PILARES

Porque as instituições democráticas agüentam as crises em alguns países e não em outros? Às condições favoráveis que já descrevi, devemos acrescentar mais uma. As perspectivas para a democracia estável num país são melhores quando seus cidadãos e seus líderes apóiam vigorosamente as práticas, as idéias e os valores democráticos. O apoio mais confiável surge quando essas convicções e predisposições estão incrustadas na cultura do país e são transmitidas, em boa parte, de uma geração para outra. Em outras palavras, quando o país possui uma cultura democrática.

Robert Dahl *On democracy* (1998), trad. bras., Ed. UnB, pág. 174.

Não pode haver democracia sem partidos políticos, conforme o comprova a experiência secular das nações onde teve origem ou logo aderiram ao governo representativo. Adicionalmente pode-se acrescentar que os percalços vividos pela nossa República evidenciam a justeza da tese. O típico tem sido situações em que, se dispomos de liberdade, escasseia a estabilidade. O século anterior é disso exemplo flagrante.

A República Velha inaugurou o novo quadro. Com freqüência suprimia-se a liberdade e nem sempre disso resultou estabilidade duradoura. Para consegui-la, o Estado Novo acabou com toda veleidade "liberal". Outra tentativa de implantar a democracia, na ausência de sistema partidário, deu-se após a queda do Estado Novo. Levou a Março de 64 e vinte anos de governos militares: restabelece-se a estabilidade, suprimindo-se a liberdade.

A nova fase inaugurada em 1985 tem pouco mais de vinte anos. É fora de dúvida que a liberdade tem sobrevivido. Mas a estabilidade é apenas aparente. Não há verdadeira estabilidade num clima de governabilidade precária como a experimentada por Sarney e Collor, situação que se repetiu no primeiro mandato petista. O expediente do "mensalão" seria impensável caso existisse no país sistema partidário digno do nome.

Acrescento à precedente mais uma tese, louvando-me da recente advertência de Giovanni Sartori, eminente pensador italiano. Sartori fundou a primeira Faculdade de Ciência Política da Itália, sendo na verdade um dos autores que contribuíram para configurar essa disciplina, tradicionalmente concebida como um ramo da filosofia. Comentando o impasse criado pela última eleição italiana, afirmou o seguinte: "Os sistemas eleitorais servem para definir os sistemas partidários. Na Itália, deveriam ter sido pensados para diminuir o número de partidos e isto nunca foi feito verdadeiramente". A situação brasileira é ainda mais grave porquanto, apesar das dificuldades criadas pelo sistema proporcional ao estabelecimento de maiorias sólidas, na Itália durante algumas décadas funcionaram dois grandes partidos: o PDC (democracia cristã) e o PC. A DC desgastou-se pela longa permanência no poder e o PC não sobreviveu ao fim da União Soviética. A fase atual é

de rearrumação partidária. No Brasil, nem isto faculta o impropriamente atribuída ao sistema proporcional. A proposição que se encontra na Câmara, cuja votação vem sendo sucessivamente postergada, na qual figura a introdução da lista pré-ordenada, teria pelo menos o mérito de adequar o sistema em vigor ao congêneres (que faz jus ao nome), segundo o qual o eleitor vota numa lista. No período anterior à primeira guerra, o sistema proporcional (adequadamente estruturado, isto é, constituídas as bancadas partidárias a partir de uma proposição da própria agremiação) deu origem a grandes estragos. Ferdinand A. Hermens (1906/1998) - na obra tornada clássica *Democracia ou anarquia?* Estudo sobre o sistema proporcional (1941) - responsabiliza esse sistema pela derrocada da República de Weimar. Contudo, ao menos facultou a estruturação de partidos políticos. Presentemente, na Europa, muitos países o adotam e tem permitido a formação de maiorias, embora considere-se cedo para afirmar que superou as apontadas deficiências.

No chamado "interregno democrático" de 1945 a 1964, resultante do fim do Estado Novo, o conhecido prócer liberal Otávio Mangabeira (1886/1960) insistia em que a democracia era, entre nós, uma planta tênue, exigente de cuidados especiais. Na verdade, queria insistir na ausência de cultura democrática no país. Será que evoluímos o suficiente, levando em conta que, no período subsequente, estivemos submetidos a governos autoritários entre 1964 e 1985? Por certo que nos vinte e um anos, desde então transcorridos, tivemos asseguradas as regras básicas da convivência democrática. Entretanto, ao que tudo indica, não parece que saibamos precisamente de que depende a perpetuação dessas regras.

O governo representativo equivale à mais importante criação ocidental no plano da organização da vida política. Além disto, tem a vantagem de ter surgido com base num largo período da experimentação histórica, correspondente à luta política na Inglaterra do século XVII. Guerra civil, execução de um monarca, vigência de ditadura pessoal tendo por desfecho o retorno à estaca zero. Depois de tantos sacrifícios, por volta de 1860, permanecia o imperativo de ser encontrada uma alternativa à monarquia absoluta, capaz de tornar-se duradoura, isto é, diferente da ditadura de Cromwell. O encontro da alternativa resultou da identificação dos dois defeitos capitais da experiência precedente, substitutiva da monarquia, autodenominada de Commonwealth, às vezes designada, impropriamente, como república. Pretendendo ser o "governo do Parlamento", não encontrou uma forma de constituição do Poder Legislativo que permitisse a convivência como Executivo, isto é, não soube dividir responsabilidades. Em síntese, não foi capaz de definir dois aspectos que se revelaram nucleares: 1º) quem deve ter a prerrogativa de fazer-se representar, já que "governo do parlamento" queria dizer, antes de mais nada, "governo representativo"; e, 2º) quem faz o que no governo (de onde provém a tripartição do poder).

Adquirida a convicção de que era possível aprender com os traumas do passado recente, a intervenção propiciada pela Revolução Gloriosa de 1688 serviu para iniciar outro ciclo experimental, desta vez tão

bem sucedido a ponto da nova forma de governo credenciar-se à difusão no continente. Dos percalços desta nova fase é que se tornou patente a sua dependência de cultura democrática.

Tenho presente o modelo de disseminação do sistema democrático representativo, formulado por Samuel Huntington. Segundo este, processa-se em forma de ondas, com fluxos e refluxos, tendo se iniciado a presente onda ascendente, a terceira, em 1974, com o fim do salazarismo. Portanto, as dificuldades com o estabelecimento de uma cultura democrática não nos são exclusivas.

Em que consistiria, é o que tentaremos indicar.

Certamente que não se trata de uma questão simples. Como, entretanto, corresponde ao verdadeiro suporte do sistema democrático representativo, vale a pena tentarmos identificar os seus componentes essenciais.

Seriam estes os pilares de uma cultura democrática: 1º) Aceitação do caráter inelutável do conflito social; 2º) Reconhecimento da legitimidade dos interesses. Numa sociedade democrática, a postulação que não seja admitida deve ser claramente expressa em lei; 3º) O reconhecimento de que os conflitos de interesses precisam ser negociados ao invés de confrontados de modo violento, o que pressupõe: a) a violência legalizada é monopólio do Estado; b) os interesses devem convergir em torno dos elementos cristalizadores; e, c) os partidos políticos precisam ser organizados de forma a permitir o afunilamento dos interesses; 4º) O pressuposto da sustentabilidade do sistema democrático representativo reside na aceitação, pelo conjunto da população, do princípio de que não há direitos sem deveres. Finalmente, 5º) Sendo a maior invenção com vistas à convivência política da sociedade, o governo representativo é, ao mesmo tempo, uma construção complexa, cujo aprimoramento requer espírito público e pertinência.

Ao que suponho, essa simples enumeração evidencia que no país não existe cultura democrática disseminada. O conflito social costuma ser encarado como verdadeira anomalia. Isto explica, em parte, a popularidade das idéias supostamente socialistas (a meu ver acham-se mais próximas da proposta comunista, não sendo comum que se distingam as duas correntes). Outra dimensão cultural inexistente no Brasil corresponde ao adequado entendimento daquilo a que se denomina de cidadania. Frequentemente admite-se que diria respeito apenas aos direitos. No que tange à complexidade do sistema democrático representativo, nem falar. Mesmo contingentes representativos da elite supõem que poderia existir sem partidos políticos. Pelo menos esta é a convicção da maioria dos nossos parlamentares, na medida em que aceitam tranquilamente conviver com "legenda de aluguel", troca-troca de partido ou a admissibilidade da venda do voto. Espero que ainda não tenha sido esquecida a prática do chamado "mensalão".

Por tudo isto, justifica-se que considere relevante suscitar aqui as questões que, a meu ver, seriam decisivas.

Natureza e papel do conflito social

O adequado entendimento da natureza e da inevitabilidade do conflito social na moderna sociedade industrial corresponde a um dos grandes avanços registrados pela doutrina liberal. Essa aquisição seria devida a Ralf Dahrendorf (1929/2009). Alemão de nascimento, radicou-se na Inglaterra onde foi Reitor da London School of Economics e distinguido para integrar a Câmara dos Lordes. Autor de extensa bibliografia, diversos de seus livros foram traduzidos no Brasil, entre estes *Sociedade e Liberdade. A nova Liberdade; O Liberalismo na Europa* e *A Revolução na Europa*, este último a propósito da derrocada do mundo comunista. Importante contribuição encontra-se na obra *As classes sociais e seus conflitos na sociedade industrial*.

Nos países de língua inglesa, teve grande influência a sociologia de Talcott Parsons (1902/1979), denominada de funcionalismo. A par das inegáveis contribuições que proporcionou, ao preconizar que a sociedade tendo ao equilíbrio, compensando-se as funções dos diversos sistemas, estimulou comportamentos conservadores, notadamente a atribuição de caráter patológico ao conflito e à divergência. Este tipo de postulado entrava naturalmente em contradição com a vida democrática americana, estimuladora da diversidade, do pluralismo e portanto da divergência. Assim, sobretudo neste pós-guerra, a sociologia de língua inglesa começa a interessar-se por temas que, de certa forma, haviam sido abandonados pelo funcionalismo, agregados todos sob a rubrica da mudança social.

Buscando inserir-se no âmago da discussão suscitada pelo funcionalismo, Dahrendorf pôde estabelecer que o conflito é parte insuperável da vida em sociedade, como desvendou o seu papel, isto é, sua função, para usar um termo empregado pela sociologia da época. Na visão de Dahrendorf, a função do conflito é permitir a criatividade e a mudança. A sociedade não compreende apenas a continuidade. Deve dispor de mecanismos que propiciem igualmente a renovação. Assim, na sua própria formulação, "o conflito significa a grande esperança de uma superação digna e racional da vida em sociedade".

Do ponto de vista da presente caracterização, sobressai esta conclusão de Dahrendorf: "Graças às categorias da teoria do conflito podem-se determinar também as diferenças clássicas existentes entre as formas estatais democráticas e totalitárias. Num sentido determinado, a democracia e o totalitarismo não são mais que duas maneiras de tratar os conflitos sociais: o totalitarismo baseia-se na repressão (freqüentemente proclamada como solução) de conflitos; a democracia, na sua regulamentação. Noutro sentido, as formas democráticas prosperam em sociedades com estruturas pluralistas, com um grau de mobilidade elevado e múltiplas possibilidades de organização; os estados totalitários exigem, ao contrário, sociedades monolíticas, nas quais um mesmo e único grupo dirige toda a ordem institucional, sociedades carentes de certo processo de mobilidade social e de liberdade de coalizão". (*Sociedade e Liberdade*, trad. bras., Ed. UnB, 1981, p. 153).

A relevância da noção de interesse

Na busca do reconhecimento daqueles princípios que constituiriam os pilares de uma cultura democrática, tenho a impressão de que esbarramos com uma certa incompreensão acerca não só daquilo a que corresponderiam os interesses como também na avaliação que deles se faz. Supõe-se geralmente que os interesses seriam sobretudo pecuniários e até mesmo que a tanto se reduziriam. Semelhante identificação, predispõe a encará-los com uma certa desconfiança, se simplesmente não os condenamos.

Basicamente, o interesse corresponde a uma inclinação, que pode ser espontânea (espécie de dom natural) ou resultante do contexto cultural. Os interesses, como as inclinações, são grandemente diversificados. Numa família numerosa, essa diversidade pode mesmo constituir-se num diferencial expressivo entre as pessoas. Ao que tudo indica, o meio social estimula certos interesses. No Brasil, se num encontro casual (por exemplo, numa sala de espera) quisermos manter uma conversa descontraída, dificilmente o futebol não interessará ao interlocutor eventual.

Os interesses econômicos são relevantes mas nem por isto seriam exclusivos. Em muitas circunstâncias, os interesses morais ou religiosos podem tornar-se mais relevantes e mobilizadores. Muitos dos conflitos de nosso tempo têm essa origem. Ainda mais: a universalização da tolerância religiosa tem esbarrado com grandes dificuldades.

Na construção de uma cultura democrática, a regra básica consiste em aceitar a legitimidade de todos os interesses. Num debate dessa tese, um sacerdote pelo qual tenho um grande apreço, apresentou uma objeção segundo a qual o interesse pela pornografia não deveria ser tolerado. Objeções desse tipo, facilmente passam a constituir-se em lei, como é justamente o caso. Assim, a regra em apreço completa-se pela afirmação de que os interesses que a sociedade não tolera terão que ser estabelecidos em lei. Naturalmente, uma complementação desse tipo poderia ser classificada como acadiana (o personagem e Eça de Queiróz que só dizia coisas óbvias). Entretanto, em nosso meio, ainda é muito freqüente que lideranças sindicais (e até mesmo religiosas) considerem o lucro como ilegítimo (senão imoral). Predisposições desse tipo denotam a dificuldade na construção de uma cultura democrática permitindo mesmo supor-se que, se existe, não seria forte o suficiente para assegurar a consolidação do sistema democrático representativo.

No curso da Revolução Francesa popularizou-se a tese, devida a Rousseau, de que os interesses particulares seriam contrapostos ao interesse geral. A doutrina da representação política, segundo a qual seria de interesses, devida a Benjamin Constant, teve que demonstrar a inconsistência de tal afirmativa. Trata-se assim de um pressuposto da adequada compreensão do papel que incumbe ao partido político.

A temática do partido político

Creio que não seria nenhum exagero afirmar-se que, embora o conjunto da sociedade brasileira tenha dado sucessivas provas de apreço pela democracia - basta lembrar nos anos oitenta o vigor do movimento pela restauração da eleição direta para Presidente da República -, não há maior clareza, notadamente no seio da própria elite política, sobre a dependência em que se encontra do partido político.

Se examinarmos com isenção a história da República, ver-se-á que, tanto na República Velha como no chamado interregno democrático de 1945 a 1964, vigorou a suposição de que as instituições democráticas se sustentariam sem partidos políticos. No último período referido, as "alianças de legendas" distorciam completamente o voto do eleitorado. E embora personalidades do porte de Afonso Arinos (1905/1990) tivessem insistido nos perigos desse tipo de deformação, nada foi feito e sabemos como acabou. A legislação da abertura ignorou essa experiência e as restaurou, com o nome de "coligações". É certo que no presente não mais produzem o efeito negativo de dimensões equivalentes ao que ocorria, por uma razão muito simples: a possibilidade do troca-troca.

Esperemos que a disposição regimental da Câmara minimize a proporção de tal desgaste, na medida em que deixará de produzir efeito no que se refere ao funcionamento da Casa. Mas o simples fato de que se admita possam ter assento na instituição até dezoito agremiações dá bem uma idéia da pouca importância que se atribui ao partido político.

Ao que tudo indica, não tem produzido qualquer resultado a insistência na tese de que não pode haver democracia sem tais agremiações.

No sentido de contribuir para o melhor entendimento dessa questão, suponho que talvez devêssemos partir do registro, proveniente dos especialistas, de que a bibliografia dedicada ao tema é relativamente tardia. Assim, a primeira dessas obras é de 1901 (M. Ostrogorski), época em que apenas na Inglaterra, em decorrência da expansão do sufrágio, inicia-se a transição do antigo bloco parlamentar para o partido com as características que acabaram firmando-se (direção centralizada; atuação parlamentar referida a programas; comitês nas principais circunscrições eleitorais). A complementação desse processo consistiria na constituição de assessorias especializadas; publicações de índole doutrinária; formação de quadros, etc... O estudo dessa fase ulterior teve que esperar a experimentação das décadas subseqüentes.

Em síntese, na atualidade, a doutrina do partido político incorpora não apenas o conceito de que a representação política é de interesses (Benjamin Constant (1767/1830) - *Princípios de política*, Paris, 1815, edição revista do texto de 1806). Sua função consiste em afunilá-los (basicamente, vinculando-se às correntes de opinião o que, por sua vez, implica em que se apóie num núcleo programático a partir do qual certamente terá que negociar alianças, em prol da governabilidade). A par disto, dado o aparecimento de regimes comunista e socialista, é imprescindível que a agremiação partidária explicita qual o modelo de

sociedade que se disporá a defender. Provém dessa exigência o imperativo da redução do número de partidos, porquanto os modelos de sociedade não se multiplicam ao infinito, como se supõe entre nós.

Com o propósito de bem aferir o quanto nos distanciamos dessa problemática - e explicitar a forma como se manifesta a ausência de cultura democrática -, permito-me passar em revista alguns momentos de nosso passado nessa matéria.

Começo por destacar que, em geral perde-se de vista as razões pelas quais a República desconheceu de modo radical a experiência anterior. Se a tivesse levado em conta, provavelmente evitaria muitos dos desacertos, cometidos ao longo dos 120 anos de existência, que dentro em breve completará.

A elite que se lançou, em caráter pioneiro, à construção das instituições do sistema representativo, tinha clareza plena de que éramos neófitos na questão. Deveriam, pois, debruçar-se sobre os ensinamentos advindos da experiência dos países que nos precederam. A seriedade com que o fizeram pode ser comprovada no livro *Ensaio sobre o direito administrativo* (1862), da autoria de Paulino José Soares, Visconde do Uruguai (1807/1866). O título da primeira edição (tiragem, como se dizia), fazia referência às instituições imperiais. Na verdade, o livro elucida as dificuldades com que se defrontaram na implantação dos institutos consagrados em outros países. e, mais importante, como as superaram pela experimentação, guiados pela doutrina de que a representação política era de interesses, e o arranjo a ser implantado deveria conduzir à negociação, ao invés do confronto pelas armas, que seria o típico nas duas décadas subseqüentes à Independência. Coube a Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846) familiarizar-nos com a doutrina da representação política como sendo de interesses, que se tornaria entendimento dominante, conforme tivemos oportunidade de comprovar em pesquisa específica. Além disto, as sucessivas reformas tendentes a aprimorar a representatividade dos distritos constituem outra expressiva comprovação desse fato.

Creio, portanto, que passarmos em revista os traços marcantes da nossa vivência política, no século XIX, muito contribuiria no sentido de comprovar o papel do partido político e as razões pelas quais torna-se imprescindível ao adequado funcionamento do governo representativo.

A República começou por recusar o legado parlamentar do Império. Os republicanos lidaram com o problema como se estivesse associado à monarquia, ignorando a existência de República Parlamentar desde a III República Francesa, que é de 1870. Começando pela implantação da "ditadura republicana", acabamos descambando para a chamada "prática autoritária". Estou convencido de que a construção, entre nós, de uma autêntica cultura democrática passa pela reavaliação daquela experiência.

Razões da recusa à República Parlamentar

Em geral, quando se discute parlamentarismo é quase impossível

não considerá-lo simples expediente para solucionar crises. Essa "suspeita" não é sem razão. Afinal foi justamente o que ocorreu, em seguida à renúncia do Presidente Jânio Quadros, com a recusa de grande parte da opinião em dar posse ao Vice, considerando que representava a corrente política derrotada nas eleições presidenciais. Na legislação eleitoral do chamado "interregno democrático", que vigorou entre 1945 e 1964, podia-se votar separadamente em candidatos aos dois cargos (Presidência e Vice-Presidência).

Nessa circunstância, fica difícil dar tratamento acadêmico ao tema. Ao dispor-me a fazê-lo, queria esclarecer preliminarmente que não considero possível, no presente, a adoção desse modelo. Por uma razão muito simples: pressupõe sistema partidário solidamente constituído, com opções muito nítidas. Como o sistema proporcional, durante longo período não assegurava tal possibilidade, França e Alemanha, no pós-guerra, adotaram o sistema distrital (com nuances que não vêm ao caso). A meu ver, cogitar dessa hipótese seria mais uma medida protelatória quando o necessário (e factível) é introduzir a lista pré-ordenada e restaurar a cláusula de desempenho, como passos iniciais com vistas ao fim colimado.

O registro que compete fazer é que, no século XIX, houve de parte da elite do tempo uma nítida compreensão de que o sistema representativo repousava na existência de agremiações que cumprissem tal função. Essa tese naturalmente não passa de uma tautologia mas plenamente admissível dada a insistência da República numa experiência que não deu certo (e não dará): democracia sem partido político.

O erro de raiz decorre da ausência de consideração da experiência francesa de República Parlamentar - a III República, como dissemos, implantada em 1870 -, que progressivamente se disseminaria na Europa. No Brasil continuou-se associando o órgão da representação à monarquia constitucional, motivo suficiente para subestimá-lo. Os castilhistas do Rio Grande do Sul insistiam em que o nome verdadeiro desse sistema era *para lamentar*. E trataram de substituir a instituição parlamentar por uma Assembléia dedicada exclusivamente ao Orçamento. O Executivo fazia a lei. Nunca é demais lembrar que a prática castilhista, ao longo da República Velha adstrita ao Rio Grande do Sul, seria transplantada por Vargas ao plano nacional.

O certo é que, em fins do século XIX, não mais se contrapunha monarquia constitucional exclusivamente à República Presidencial (Estados Unidos). É portanto bem antigo o vício brasileiro de desprezar experiências consagradas. Não começou com o impropriamente denominado de "sistema eleitoral proporcional".

Primórdios de nossa representação política

Se tivermos presente que a construção do sistema democrático representativo corresponde a tarefa complexa e difícil, precisaríamos valorizar os primeiros passos que empreendemos nesse sentido. Com efeito,

a primeira tentativa de implantação das correspondentes instituições seria plenamente coroada de êxito, na medida em que facultou ao país, no século XIX, cerca de cinquenta anos de estabilidade política, isto é, sem golpes de Estado, insurreições, presos políticos, empastelamento de jornais, etc.

Naquele período, contamos com partidos políticos, alternância no poder e debate teórico do mais alto nível. A praxe, desde a República, é denegrir aquela experiência. Vejamos os argumentos então empregados.

Alega-se que o eleitorado era reduzido. Para proceder a uma avaliação adequada, cabe levar em conta as experiências inglesa e francesa, no mesmo período. Na França, Napoleão III ampliou o eleitorado, sem qualquer base para fazê-lo, a partir do que passou a valer-se de plebiscitos para ir concentrando poderes em suas mãos até alcançar a restauração da monarquia absoluta. Na Inglaterra, onde a democratização do sufrágio não causaria quaisquer comoções, foi preparada por diversas medidas. A primeira consistiu em absorver as escolas confessionais (das Igrejas) para instituir ensino público universal. E, depois, promover a disseminação do direito de voto com a máxima cautela. A adoção do sufrágio universal (admitido apenas o voto masculino) ocupou praticamente todo o século XIX. Os eleitores correspondiam a 7% da população maior de 21 anos, em 1832; 9% em 1864; 16% em 1883 e 28,5% em 1886. Para completar o processo faltava apenas incorporar as mulheres, o que foi feito nas reformas de 1920 e 1930.

Os partidos políticos constituem o outro alvo do menosprezo, sob a alegação de que seriam simples blocos parlamentares. Acontece que esta era precisamente a característica comum a todos os países que vinham adotando o novo regime. Na Inglaterra, somente começam a trilhar o caminho, que os levaria às complexas estruturas do presente, quando se dissemina o sufrágio. Max Weber indica que o embrião do partido moderno começa pela fusão entre o bloco parlamentar e o comitê em que o deputado deveria apoiar-se, nessa ou naquela circunscrição.

Por fim, o sistema democrático representativo em construção no país é desvalorizado pela presença do Poder Moderador. Veremos se a alegação tem alguma consistência.

A questão teórica do Poder Moderador

Em toda sociedade há questões que transcendem as divisões sejam ideológicas sejam reflexo de interesses materiais. São aquelas de índole moral. No plano político-institucional, a aplicação da prerrogativa de dissolver a Câmara - e convocar novas eleições - não pode ser conduzida em termos partidários, sob pena de lançar na guerra civil o país que se defronte com circunstâncias de tal natureza. Dando-se conta desse imperativo, o pensador francês do início do século XIX, Benjamin Constant, concebeu uma instituição a que denominou de Poder Neutro (Silvestre Pinheiro Ferreira o chamou de Poder Conservador que talvez seja mais apropriado), que viria a ser experimentado entre nós.

O que ocorre com maior freqüência é que uma instância cercada de autoridade, reconhecida e valorizada, capaz de intervir em situações de crise ou de grande tensão social, surja em decorrência de processo espontâneo. A Suprema Corte norte-americana é o exemplo típico. Em muitos países europeus que a preservam, cabe à Monarquia semelhante incumbência, já que vigora o princípio segundo o qual "o Rei reina mas não governa", isto é, não tem qualquer envolvimento com política partidária.

Suponho que o prestígio alcançado pelo Poder Moderador no Brasil monárquico decorre da atuação do Conselho de Estado, que buscou, sempre que necessário, ater-se exclusivamente a ponderações de índole moral. A autoridade que conquistou advém exclusivamente disto.

Quando se quer destacar o caráter moral das recomendações do Conselho de Estado, costuma-se invocar o exemplo da prisão dos Bispos (que inaugura a chamada "Questão religiosa") posto que, ao que tudo indica, o Imperador não tinha condições de fazê-lo sem ouvir o conselho (que era meramente consultivo). Mas outros exemplos podem ser invocados. Recorro a um desses.

Em 1842, o Conselho foi consultado sobre a conveniência de condicionar a imigração portuguesa para o Brasil, dado que a sua presença estaria contribuindo para excluir os naturais do país da atividade comercial.

Veja-se o teor do parecer: "O serviço de um estabelecimento comercial é um pouco penoso para quem está desde a mais tenra infância a exercer as imperiosas funções de senhor. O desejo de enriquecer a todo custo não se apoderou do espírito dos brasileiros: em geral eles limitam as suas pretensões às dos empregos públicos, não sendo raros os exemplos de semelhante tendência em homens abastados e com grandes fortunas herdadas, que aplicadas ao comércio, ou a qualquer outra indústria poderiam proporcionar-lhes consideráveis riquezas". A conclusão é que, atrair esse tipo de imigrante é do interesse do país, invocando-se mesmo o exemplo dos Estados Unidos. ("Nunca os americanos do Norte se lembraram de obstar, quer por leis, quer por tratados, a que os emigrados ingleses tomassem parte no seu comércio, ou em qualquer outro ramo de indústria.")

A par disto, tomaram parte no debate do tema do Poder Moderador, no Segundo Reinado, personalidades das mais destacadas do país, inclusive o jovem promissor Tobias Barreto (1839/1889).

Complementação da caracterização dos pilares de uma cultura democrática

Parece-me que as breves considerações precedentes permitem avaliar o quanto nos distanciamos do quadro vigente nos países de democracia consolidada, onde teve lugar extraordinária modernização dos partidos políticos. Nessa suposição, abordo de modo breve os outros aspectos que aqui denominamos de "pilares da cultura democrática", a saber: a tese de que a sustentabilidade do sistema residiria na consagração e reconhecimento, sem tergiversações, do princípio de que não há direitos

sem deveres; e, o entendimento de que corresponde a construção muito complexa, exigente de espírito público no seu aprimoramento. Vejamos a questão dos direitos.

A dissociação entre direitos e deveres corresponde a fenômeno de nosso tempo. Muitos analistas tendem a associá-lo à maneira como a Europa procurou dar conta da chamada questão social. Refiro aqui apenas um desses autores, o eminente pensador inglês Raymond Plant, líder socialista e dirigente do Partido Trabalhista, no presente integrante da Câmara dos Lordes. Lord Plant ensinou em Oxford e Southampton, pertencendo atualmente ao Corpo Docente do King's College da Universidade de Londres. Autor de extensa bibliografia dedicada à ciência política, tornou-se referência obrigatória a obra em que estuda o pensamento político de Hegel (*Hegel*, 2nd edition, Blackwell, 1981). É autor de compêndio intitulado *Modern Political Thought* (1991). No que respeita ao tema considerado, além do grande número de sucessivos ensaios, desde os anos noventa, mais recentemente pode-se referir *The Neo Liberal State and the rule of Law* (Oxford University Press, 2006).

Resume as principais teses que tem defendido em artigo publicado na revista *Nova Cidadania* (Lisboa, Ano VII, nº 28; abril/junho, 2006), editada pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, intitulado "O Partido Trabalhista e a reforma do Estado Providência", que tomarei por base nesta breve síntese.

As indicações de Plant situam-se no âmago da discussão que ora se verifica na Europa acerca do que se convencionou denominar de "crise do modelo social", isto é da forma como foi organizada a seguridade social. O grande cavalo de batalha tem se situado no âmbito do tema da *solidariedade*.

Sendo um desdobramento, a bem dizer natural, do lema cristão do "amor do próximo" e de sua tradução laica, a fraternidade, o tema situa-se no núcleo central da valoração ocidental e que singulariza a nossa cultura: o valor da pessoa humana.

Sendo essas regras mais fundamentais que estruturam a base do direito, não pairam dúvidas de que delas provem o Welfare. Sem embargo, não se pode confundir a solidariedade entendida como um valor moral - que somos instados a colher nas opções existenciais eventualmente presentes no cotidiano - com a transformação desse instituto numa obrigação que nos é imposta e, portanto, não compreendida nas escolhas livres que singularizam o cerne da moralidade. Esse trânsito somente pode dar-se em face de princípios morais arraigados e incontestes. Por isso mesmo, tipificou-se como consensual a moral social instaurada na Época Moderna, consenso geralmente requerido para que as regras vigentes sejam alteradas e renovadas.

Justamente por essa razão, os estudiosos estabelecem diferenciação entre solidariedade voluntária (em princípio equivalente ao que tradicionalmente se denominou de caridade privada) daquilo que temos em vista, isto é, a denominada *solidariedade obrigatória*, porquanto pública e universal. Cumpre ainda distingui-la da equidade.

Portanto, a solidariedade que as atuais gerações prestam às que já se afastaram da atividade produtiva - ou se encontram dela afastadas involuntariamente - não pode ser transformada num tabu. Em primeiro lugar, cabe reconhecer que o sistema de financiamento adotado correspondeu a um equívoco, à vista de que não se revelou auto-sustentável. Em contrapartida, o modelo norte-americano, baseado no seguro, passou a prova da história.

Em segundo lugar, como assinala Raymond Plant, no ensaio antes citado, tem sido demonstrado que "no mundo do pós-Segunda Guerra, os direitos adquiridos tinham sido fortalecidos e os deveres enfraquecidos. Foram atribuídos benefícios sem que nada se exigisse em troca."

Plant entende que a idéia de reciprocidade restabelece a imprescindível ligação entre direitos e deveres. Lembra: "envolve ainda alguns ecos dos ideais como os de comunidade e solidariedade, herdados do passado mais socialista do Partido Trabalhista, mas atualizados de tal modo que podiam ser apresentados de uma forma progressista e moderna."

Chegando ao poder em fins da década de noventa, os trabalhistas procederam a ampla reformulação dos programas de apoio a desempregados e carentes. Em relação aos jovens de 16 a 18 anos, estabeleceu-se que deviam estudar em tempo integral ou trabalhar. Encontrando dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, somente recebem rendimentos provenientes do Estado se se submeterem a uma formação profissional ou trabalhar em organizações do voluntariado, neste caso igualmente de modo integral. O novo princípio é o seguinte: deve haver trabalho para os que podem trabalhar e segurança para os que não podem. O trabalho é não só a melhor forma de sair da pobreza como conduz a maior inclusão e integração sociais.

Escreve o prof. Raymond Plant: "Para aqueles que podem trabalhar, o governo tem uma estratégia multifacetada. O primeiro aspecto consiste em encorajá-los para voltar ao trabalho, não só através de incentivos mas também exercendo alguma pressão. Os incentivos chegarão através de consultores de emprego que tentarão aconselhar essas pessoas sobre o tipo de oportunidades de trabalho possíveis e avaliar se poderão aprender novas competências técnicas que tenham procura no mercado de trabalho. Também há pressão - exercida através da exigência feita a essas pessoas de comparecimento a entrevistas e sessões de aconselhamento. Claro que um indivíduo pode ser considerado realmente incapacitado para trabalhar após várias formas de avaliação e, nessas circunstâncias, os benefícios incondicionais disponíveis serão significativamente aumentados".

No Brasil, o típico é considerar que o conceito de cidadania consista num elenco de direitos. Pode até mesmo parecer "politicamente incorreto" pretender-se que, em todas as hipóteses, não há direitos sem deveres. Acontece que não se pode pensar em cultura democrática a partir de enormidades deste tipo.

A resposta de Bobbio aos críticos da democracia

As críticas à democracia podem ser agrupadas em dois grandes núcleos. O primeiro considera-o ineficaz e lento quando confrontado aos regimes autoritários. E, o segundo, na base da superestimação do fenômeno da abstenção eleitoral e atribuindo-lhe significado distorcido, acalenta a suposição da democracia direta. Em outras oportunidades, tenho demonstrado a inconsistência dessa última hipótese e espero ter ainda ocasião de voltar ao tema, deixando de fazê-lo aqui a fim de não alongar-me em demasia.

O primeiro grupo de críticas foi considerado por Norberto Bobbio no livro *O futuro da democracia*.

Norberto Bobbio nasceu em Turim, em 1909 e faleceu no começo de 2004. Fez sua carreira universitária nas Universidades de Siena, Pádua e Turim, aposentando-se em 1984, ao completar 50 anos de magistério. O governo homenageou-o escolhendo-o como senador vitalício, o que lhe permitiu continuar presente na vida cultural e acadêmica de seu país. Sua obra está dedicada principalmente ao direito e à ciência política. Esta última é que lhe proporcionou grande audiência na Europa, nos Estados Unidos, e, em geral no mundo latino, achando-se traduzida ao português a sua parcela fundamental. Os estudiosos consideram que, nessa matéria, sua principal contribuição cifra-se no entendimento que tem proporcionado da democracia. O *Dicionário de Política*, por ele coordenado, tornou-se obra obrigatória de referência.

De certa forma, *O futuro da democracia* (1984) coroa e resume o pensamento de Bobbio acerca do palpitante tema. Reúne aquele conjunto de textos nos quais amplia o exame do tema proposto, reportando-se à análise de suas características fundamentais bem como à abordagem dos temas que mais preocupam aos estudiosos, a exemplo do incremento da participação política. O essencial de sua mensagem cifra-se, contudo, na crença na sobrevivência e nas vantagens da democracia. Entretanto, não se trata de nenhuma forma de profetismo.

Bobbio parte da tese de que a característica básica da democracia é o direito da maioria de influir na adoção daquelas regras que serão obrigatórias para todos. Cumpre ter presente, pondera, que os ideais humanos, concebidos como nobres e elevados, no processo de sua realização adquirem determinados contornos que precisam ser constantemente avaliados, a fim de estabelecer em que medida ainda têm algo a ver com o ideal originário. No que se refere à democracia, acha que deixou de atender a muitas expectativas, que denomina de "promessas não cumpridas", aparecendo também obstáculos à sua efetivação. Descreve-os, antes de avançar a avaliação conclusiva.

Não sobreviveu a concepção individualista da sociedade. Escreve: "os grupos e não os indivíduos são os protagonistas da vida política numa sociedade democrática". Ainda que a circunstância não elimine a diferença entre regimes autocráticos e regimes democráticos, a democracia real está longe de ser "o governo de todo o povo" na medida em que é exercido por

uma elite. Há também o chamado poder invisível (menciona máfias, organizações secretas de particulares e mesmo serviços secretos oficiais, ambas infensas a qualquer tipo de controle). Tampouco se conseguiu educar plenamente o cidadão, sobrevivendo apatia política e desinteresse pela coisa pública. O desenvolvimento da sociedade trouxe problemas que somente técnicos e especialistas podem resolver. Verificou-se também crescimento contínuo dos aparelhos burocráticos. Finalmente, as liberdades e a autonomia da sociedade civil elevaram o nível das demandas sociais enquanto o aparelho político democrático age de forma lenta: "a democracia tem a demanda fácil e a resposta difícil; a autocracia, ao contrário, está em condições de tornar a demanda mais difícil e dispõe de maior facilidade para dar respostas". Segue-se a avaliação:

"Pois bem, a minha conclusão é que as promessas não cumpridas e os obstáculos não-previstos de que me ocupei não foram suficientes para "transformar" os regimes democráticos em regimes autocráticos. A diferença substancial entre uns e outros permaneceu. O conteúdo mínimo do estado democrático não encolheu: garantia dos principais direitos de liberdade; existência de vários partidos em concorrência entre si; eleições periódicas a sufrágio universal, decisões coletivas ou concordadas ... ou tomadas com base no princípio da maioria e, de qualquer modo sempre após um livre debate entre as partes ou entre os aliados de uma coalizão e governo. Existem democracias mais sólidas e menos sólidas, mais invulneráveis e mais vulneráveis; existem diversos graus de aproximação com o modelo ideal, mas mesmo a democracia mais distante do modelo não pode ser de modo algum confundida com um estado autocrático e menos ainda com um totalitário".

Explicita que se havia ocupado de problemas internos. Quanto às ameaças externas à democracia, lembra que não se registram guerras entre Estados democráticos.

Antes de concluir, Bobbio considera ainda a suposição de que, sendo a democracia um conjunto de procedimentos, não dispõe de apelos capazes de fomentar o aparecimento de cidadãos ativos. Na verdade, entretanto, a democracia promoveu e promove ideais com que não contou a humanidade ao longo de sua história. O primeiro deles é a tolerância e, o segundo, a não-violência. Afirma: "Jamais esqueci o ensinamento de Karl Popper segundo o qual o que distingue essencialmente um governo democrático de um não-democrático é que apenas no primeiro os cidadãos podem livrar-se de seus governantes sem derramamento de sangue." Assim, o adversário deixou de ser um inimigo (que deve ser eliminado) passando a dispor da possibilidade de chegar ao governo.

O terceiro ideal consiste na renovação gradual da sociedade através do debate das idéias. Explicita: "Apenas a democracia permite a formação e a expansão das revoluções silenciosas, como foi por exemplo nestas últimas décadas a transformação das relações entre os sexos - que talvez seja a maior revolução dos nossos tempos".

Finalmente, o ideal de fraternidade: "grande parte da história humana é uma história de lutas fratricidas. Na sua *Filosofia da História*,

Hegel define a história como "um imenso matadouro". Podemos desmentilo? E prossegue: "Em nenhum país do mundo o método democrático pode perdurar sem tornar-se um costume".

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia* (1984). Tradução brasileira, rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

COSTA PORTO, Walter. *Dicionário do voto* (1995). 2ª ed., Rio de Janeiro, Top Books, 2002.

DAHL, Robert, *Sobre a democracia* (1998). Tradução brasileira, Brasília, Ed. UnB, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda* (1991). Tradução brasileira, São Paulo, Editora Ática, 1994.

OLIVEIRA TORRES, João Camilo. *Os construtores do Império*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1968 (Brasiliana, vol. 340).

PAIM, Antonio. *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1989 (Organizador, em colaboração com Vicente Barreto).

_____. *A discussão do Poder Moderador no Segundo Império*. Rio de Janeiro, Editora Central da Universidade Gama Filho, 1994.

_____. *Partidos políticos e sistemas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Central da Universidade Gama Filho, 1994.

Representação política, grupos de pressão e lobbies. Textos de Edmund Burke, John Stuart Mill, Benjamin Constant, Silvestre Pinheiro Ferreira, Marco Maciel e Leda Boechat Rodrigues. Brasília, Instituto Tancredo Neves, 2002.

(A) *Reforma do Voto*. Seminário patrocinado por ILB, UNILEGIS, IADF. Brasília, Senado Federal, 2005.

SOARES, Paulino José (Visconde do Uruguai). *Ensaio sobre o direito administrativo com referência ao Estado e instituições peculiares do Brasil* (1ª tiragem, 1862). 3ª ed., Brasília, Ministério da Justiça, 1997.

VÉLEZ RODRIGUES, Ricardo. *Castilhismo, uma filosofia da República* (1980). 2ª ed., Brasília, Senado Federal, 2000.

(Transcrito de *Estudos eleitorais*. Brasília. Vol. 3, nº 1, jan/abr. 2008)

ELENCO DAS RAZÕES PELAS QUAIS A UNIVERSIDADE DEVE RECUSAR A DICOTOMIA DIREITA/ESQUERDA (1)

1. De onde proviria a hipótese de Bobbio relativa ao conteúdo da dicotomia

Norberto Bobbio (1909/2004) insistiu na validade da dicotomia(2) tomando por base a tese, de sua autoria, segundo a qual a direita enfatizaria a liberdade enquanto a esquerda o faria em relação à igualdade. Quem se debruçou sobre o texto do eminente sábio, de cujo convívio recentemente nos privamos - mas viveu uma longa e profícua existência - sabe perfeitamente que não advoga nenhum dogmatismo no confronto, admitindo nuances. Ainda assim, não há evidências empíricas de que os liberais, em qualquer momento de sua trajetória histórica, tivessem se oposto à ascensão social dos operários. Tenho presente que a Revolução Industrial atribui nova conotação ao tema tradicional da pobreza. Desde então, notadamente na Inglaterra que a experimentou em primeira mão, a questão social quer dizer sobretudo questão operária.

É plausível supor que, ao conceber o confronto, Bobbio tivesse presente a experiência soviética. Com efeito, a abolição da liberdade na Rússia Soviética deu-se em nome da igualdade. Naturalmente, a posição diante da União Soviética durante largo período representou um ponto delicado para os socialistas em toda parte do Ocidente e não apenas na Europa. Era perfeitamente natural que encarassem com desconfiança os relatos da chamada "imprensa burguesa". O Relatório Krushov (1956), se comprovou a validade das denúncias, ao mesmo tempo criava uma esperança de correção. Por sua vez, a documentação examinada por Hanah Arendt (1906/1975),(3) certamente evidenciou que o regime soviético consistia numa forma totalitária de exercício do poder. Contudo, dizia respeito a um passado que, aparentemente, a nova geração de dirigentes soviéticos desejava mudar.

Tudo isso justifica plenamente a admissão da possibilidade de que Bobbio tivesse levado em conta a experiência soviética como uma situação limite, permitindo apresentar o confronto em toda a sua radicalidade. Não havia porque recusar aquela experiência a partir do pressuposto de que não poderia ser associada ao ideário socialista. Esse tipo de questionamento, durante largo período, somente era sustentado por pensadores isolados, ainda que personalidades respeitabilíssimas, a exemplo do conterrâneo de Bobbio, Rodolfo Mondolfo (1877/1976).

Presentemente, o quadro é muito diverso. A experiência soviética redundou em fracasso. O suposto empenho em prol da igualdade não passava - como a Kolakowski compraz dizer - de uma **Grande Mentira**. A imensa maioria da população saiu daquela experiência numa condição de extrema pobreza, justamente o que tornou patente que a distribuição de renda é uma invenção do capitalismo.

2. Em que termos discute-se presentemente a questão da igualdade

Pode-se dizer que a igualdade, no período recente, é discutida de maneira distinta em dois planos: no plano acadêmico e na arena política.

No plano acadêmico o tema em apreço foi amplamente revigorado pela tese de John Rawls segundo a qual a equidade seria o princípio a partir do qual dever-se-iam estruturar as instituições.

A obra de Rawls teve naturalmente grandes méritos notadamente o despertar do interesse pelo kantismo nos Estados Unidos. O rebento principal do utilitarismo - a ciência política norte-americana - havia resultado numa hipótese alheia ao valor, em resultado do que seria abandonado o estudo dos fatores culturais na vida política. (4) Mais recentemente, recolhe-se a impressão de que a consideração dos ingredientes culturais no processo político voltou a ser mais ou menos generalizada (Peter Berger, Robert Dahl, Huntington, Fukuyama, etc.), sendo provável que o interesse por *Teoria da Justiça* (1971) tenha muito a ver com esse desfecho.

Entretanto no que se refere à hipótese central, subscrevo as observações de Robert Nisbet: "Como historiador e cientista social, não desejaria proclamar a superioridade de uma virtude sobre as outras, notadamente que isso pudesse ser apreendido intuitivamente. Mas, se especular em relação àquilo que a maioria de nós apreenderia "intuitivamente", parece-me que não seria a Justiça, qualquer que seja a forma como a definamos. Mais provavelmente seria proteção ou segurança, seguida de perto por conservação (no sentido de perpetuação de normas e estilos de vida). É certo não haver dúvidas de que nossos mais remotos ancestrais hajam expressado concepções de justiça, ainda que rudes. Concedo ainda que poucas pessoas, hoje como no passado, disponham-se a manifestar uma preferência positiva pela injustiça uma vez que esse valor lhe seja apresentado como opção e convenientemente descrito. Mas declarar, como argumento-chave de um livro de 600 páginas sobre moral, que a Justiça é a virtude que se alcança intuitivamente como elemento primeiro das instituições sociais, corresponde a dar as costas à história e também, segundo entendo, aos sentimentos concernentes à segurança e à conservação presentes à nossa vida cotidiana".(5)

No plano político, a discussão está centrada na opção entre igualdade de oportunidades e igualdade de resultados. Certamente que ainda há quem defenda esta última. Mas fazê-lo depois do fracasso brutal da experiência soviética, mostrando que pouco ou nada se avançou na matéria, trata-se de uma verdadeira sandice. Tanto mais se tivermos presente a disseminação de melhores padrões de renda no Ocidente desenvolvido e o desaparecimento da indigência.

Tomo aqui o exemplo dos Estados Unidos: no exercício fiscal 2002/2003, considerava-se pobre a família com rendimento anual inferior a US\$ 18.392 (família de quatro pessoas). No mesmo exercício fiscal, esse contingente correspondia a 12,1% da população (34,6 milhões de pessoas). A renda média alcançou US\$ 42.409. A classe média continua detendo a parcela substancial de renda (em torno de 70%). Os mais ricos (2,8 milhões de pessoas) ficam com 15,5%. Os padrões para aferir pobreza na França e na Inglaterra acham-se muito próximos dos descritos.

Os defensores da igualdade de resultados situam o tema da distribuição de renda em termos morais. Na verdade, o enfoque moral prevaleceu quando os liberais estabeleceram a distinção entre indigência e pobreza, acrescentando que os primeiros não podem ficar à mercê da exclusiva caridade privada, devendo ser amparados com recursos retirados do orçamento. A distribuição de renda verificada nos países desenvolvidos não se deveu a nenhuma inspiração moral. Henry Ford, na década de vinte do século passado, descobriu que, para vender automóveis, devia elevar substancialmente o salário de seus operários, mesmo em

detrimento dos acionistas. A grande celeuma provocada por aquela atitude expressa bem que o capitalismo não agiu por inspiração moral.

Adicionalmente, as pessoas têm aptidões que não se aprendem na escola. As habilidades constituem um dom natural. Uns têm boa audição, queda para a música ou aprendizado de línguas. Outros, habilidades manuais; nessa matéria, muitos são simplesmente desastrados. E assim por diante.

Algumas dessas aptidões distinguem os empreendedores, notadamente a criatividade e a disposição de correr riscos. Estudiosos chamam a atenção para o papel que teria desempenhado, na emergência da Revolução Industrial, o dispositivo legal consagrador da propriedade dos inventos. Por tudo isto, o progresso material não pode prescindir da existência de condições estimuladoras da inventividade.

Do que precede, toda tentativa de impor igualdade de resultados acha-se fadada ao fracasso. Pela razão muito simples de que a sociedade que a adote privar-se-á da presença de empreendedores, condenando a respectiva população a padrões de renda mesquinhos, como se verificou na Rússia Soviética.

Na atualidade, no Ocidente, nenhuma organização política respeitável advoga abertamente a igualdade de resultados. O máximo que se permitem seus simpatizantes é insistir em que o capitalismo norte-americano é odioso, cabendo à Europa defender a todo custo o Estado Protetor. Mas, ao fazê-lo, recomenda-se que ajam com cautela a fim de não matar a galinha dos ovos de ouro, isto é, a produtividade da empresa privada. A mesma prudência é requerida na manutenção de empresas estatais, limitada a alguns setores, por essa ou aquela razão. Afinal de contas, as ferrovias francesas funcionam maravilhosamente. Trata-se naturalmente de uma caricatura, mas não é difícil nela enxergar um retrato próximo do que seria o PS Francês.

Se insistirem em tais subterfúgios para vender alguma forma de igualdade de resultados, não seria absurdo prognosticar que os socialistas franceses vão acabar falando sozinhos.

No desdobramento da aproximação do socialismo ao liberalismo - de que resultou a proclamação da social democracia, como proposta distinta do socialismo originário, no Congresso de Bad Godesberg (1959) do PSD Alemão - os partidários da terceira via proclamam sua adesão à igualdade de oportunidades, como se pode ver na última obra de Giddens dedicada ao tema (*A terceira via e seus críticos*; ed. Inglesa: London, Polity Press, 2000).

De modo que, na discussão política recente em torno da igualdade, não se tem notícia de que esteja sendo confrontada à liberdade.

3. Os próprios partidários da dicotomia tratam de relativizá-la

O pensador brasileiro Hélio Jaguaribe, destacado representante da social-democracia em seu país natal teria oportunidade de afirmar o seguinte: "Em diversas condições históricas, como por exemplo na crise da República de Weimar, durante o conflito final entre comunismo e nazismo, as posições de esquerda e direita eram diametralmente incompatíveis. No curso mais recente da história, como exemplifica o caso da Alemanha pós-guerra, essas duas posições se aproximam muito e, de reciprocamente excludentes, tornaram-se complementares, embora em diferentes níveis de priorização. A esquerda moderna visa ao máximo de bem-estar social, com o decorrente intento de minimização das diferenças sociais, dentro de condições compatíveis com a satisfatória preservação da competitividade internacional da respectiva sociedade. A direita

moderna visa ao máximo de eficácia e de competitividade, para a respectiva sociedade, dentro de condições compatíveis com satisfatórios níveis de bem-estar social e de redução das desigualdades."(6)

Parodiando a popular consigna poderíamos dizer: *creo en brujas, pero no mucho.*

4. A admissão da dicotomia pela Universidade impede o aprofundamento dos aspectos enumerados

a) Diferenciação entre socialismo e comunismo

Parece essencial avançarmos na dissociação entre o socialismo ocidental - inteiramente afeiçoado ao sistema democrático representativo - e o comunismo oriental. A dissociação acha-se estabelecida. O inventário que se fez dos horrores praticados pelo último foi denominado diretamente de *Crimes do comunismo*. Cabe à Universidade aprofundar esse passo inicial. Ocorrem-me as pistas adiante.

Marx denominou sua exortação primeira de *Manifesto comunista*, documento no qual procede-se a uma crítica implacável à literatura socialista, valorizando apenas o elemento crítico contido na obra daqueles autores aos quais se denomina depreciativamente de *socialistas utópicos*. A descrição da sociedade futura contida nesse documento, além da centralização de todas as atividades econômicas nas mãos do Estado, cogita de "trabalho obrigatório para todos: estabelecimento de exércitos industriais, especialmente para a agricultura". A tese de que esse projeto admitiria uma etapa de transição é muito posterior. Não será que tal se deu em decorrência da popularidade crescente alcançada pelo ideário socialista, desde meados do século XIX, isto é, da época do *Manifesto*? Não parece que a idéia comunista haja granjeado idêntica acolhida.

Outra forma de diferenciação seria uma investigação voltada para a determinação de qual teria sido a porta de entrada pela qual Lenine - que não poderia ser qualificado como ocidentalista, grupo menosprezado pela maioria, que se auto-denominava eslavófila - considerou que uma doutrina ocidental poderia ser aplicada na velha Rússia imperial. Terá sido a questão do Estado? Bobbio deixou-nos a advertência de que o marxismo não dispõe de uma teoria do Estado. Entendo essa advertência como se se tratasse de teoria digna do nome. Mas talvez o amontoado de simplificações (instrumento de dominação de uma classe; total incompreensão da natureza do sistema representativo; etc.) haja servido a Lenine como uma luva de pelica para conceber o sistema soviético e impedir que o processo iniciado em fevereiro de 1917 desembocasse na ocidentalização do sistema político.

A revisita ao livro de Karl Wittfogel (1896/1988) certamente será muito proveitosa (*O despotismo oriental*. Estudo comparativo do poder total; original em inglês editado por Yale University Press. Tradução francesa com base na edição de 1959: Paris, Éditions Minit, 1977).

A admissão de que os comunistas poderiam ser classificados como sendo de esquerda (ainda que qualificados de extrema-esquerda), além de impedir que se desvende sua natureza efetiva, facilita a sua sobrevivência, ao evitar que

sejam obrigados a enfrentar questões espinhosas, em relação à experiência soviética, que é a técnica da chamada "refundação comunista".

b) Elaboração de uma categoria que possa dar conta do fenômeno da anti-globalização

Creio que a experiência vivida no período subsequente ao início da guerra contra o Iraque proporcionou, por toda parte, alianças impensáveis. Conservadores lado a lado de comunistas ou correntes afins - coisa impensável não fazia tanto tempo assim. Será que a anti-globalização seria a versão, do novo milênio, da clássica obsessão anti-americana? Os estudiosos da política não podem passar por alto questões que seriam "desagradáveis", a menos que hajam capitulado diante do "politicamente correto".

O fenômeno Le Pen nas últimas eleições presidenciais francesas é outro assunto politicamente incorreto. A julgar pelas análises dos resultados, inclusive por um jornal tão insuspeito como *Le Monde*, Le Pen ganhou nos redutos da chamada extrema-esquerda. A anti-globalização será a versão contemporânea do velho nacionalismo? Até esse ponto teriam chegado os tradicionais internacionalistas?

Os estudos que Anthony Giddens tem dedicado à globalização facultam uma compreensão adequada do fenômeno, inclusive no que respeita à apresentação de política econômica que daria conta de seus efeitos perversos, sem interferir na livre circulação de capitais. Mas não se deteve numa proposição quanto ao que seria anti-globalização.

A partir da dicotomia direita/esquerda jamais chegaremos lá;

c) Perspectivas da corrente liberal européia

O pensador brasileiro prematuramente desaparecido, José Guilherme Merquior (1941/1991), considerando que, por sua fidelidade ao sistema democrático representativo, tanto o conservadorismo como o liberalismo ingleses seriam legitimamente liberais, sugeriu que o último fosse qualificado como liberalismo social. Com efeito, desde que emerge a questão municipal - onde havia uma franca confluência de interesses em problemas cruciais, a exemplo do saneamento básico, por sua vez exigentes da intervenção do poder público - e notadamente no governo de Lloyd George nos começos do século XX, os temas ligados ao social é que passam a servir como divisor de águas entre as duas facções.(7)

No desdobramento dessa polaridade, como se sabe, em março de 1988, o Partido Liberal inglês capitulou diante do que Pierre Fourcade chamou de tentação social-democrata,(8) fundindo-se com parte do PSD e mudando de denominação (Social and Liberal Democrats). Assumiram tal responsabilidade Adrian Slade e Robert MacLennan, respectivamente presidente do PL e líder da bancada. No documento em que tentam justificar esse passo, no que se refere à economia, começam por fazer restrições ao mercado, embora dizendo reconhecer seu papel e força.

No período desde então transcorrido, a nova agremiação não logrou recuperar o prestígio sucessivamente perdido pelo Partido Liberal. Com o encaminhamento dos trabalhistas na direção do que eles mesmos batizaram de terceira via, não parece que haja espaço a ser ocupado por uma proposta de índole social-democrata.

Assim, na Inglaterra, o destino da corrente liberal fica exclusivamente em mãos do Partido Conservador. Vamos ver como a nova liderança se recupera do trauma representado pela apropriação das bandeiras de Mme. Thatcher por Tony Blair.

Ainda que não tenha tido a possibilidade de pesquisar o assunto com a profundidade requerida - e louvando-me da convicção de que o liberalismo social distingue-se perfeitamente da social-democracia -, suponho que valeria a pena acompanhar os desdobramentos da aproximação da Democracia Cristã ao liberalismo, expresso na atuação do Partido Popular europeu e também na mudança de denominação da IDC (Internacional Democrata de Centro).

Lembro aqui que a adoção pelo Partido Democrata Cristão Alemão do que denominou de "economia social de mercado" prende-se ao imperativo de distinguir-se da Escola Austríaca. Seguidores dessa Escola, recusando o intervencionismo econômico keinesiano, impuseram orçamento ignorando a necessidade de atender ao aumento do desemprego, ao arrepio do Parlamento, dissolvendo-o. Nas eleições decorrentes dessa dissolução (setembro de 1930), os agrupamentos totalitários (41% dos votos) situam-se como uma alternativa à "coalizão de Weimar" (46% da votação). A responsabilidade da Escola Austríaca pelo desfecho hitleriano da crise nunca foi caracterizado da forma devida. Contudo, os democratas cristãos, no pós-guerra, recusaram diretamente as teses de Hayek, superando, ao mesmo tempo, as antigas restrições dops agrupamentos católicos ao mercado.

Não há dúvida de que a DC Alemã adotou ao longo de seus governos uma pauta liberal, sem concessões ao conservadorismo em matéria de políticas sociais.

A maior aproximação da democracia cristã ao liberalismo, no período recente, expresso na atuação do PP Espanhol e do PP Europeu tem sido assinalada pelo vice-presidente da Fundação Schumam, do PPE, Carlos Robles Piquer.

Parece-me ser este outro tema que escapa à dicotomia, ao mesmo tempo em que é inegável a sua relevância para qualquer centro universitário de pesquisa dedicada à política.

5, O que efetivamente diferencia as correntes políticas

Entendo que é o seu posicionamento perante o Estado.

Existe uma questão central a partir da qual formam-se as nuances. Trata-se da admissão ou não da hipótese, sugerida no século XIX, de que o Estado seria um ser moral. Na Filosofia do direito, Hegel afirma que a realização plena da moralidade dá-se com o Estado.⁽⁹⁾ Tal convicção encontra-se à base das diversas variantes do socialismo - inclusive na terceira via Blair/Giddens -, na medida em que supõem possa o Estado efetivamente colocar-se acima dos interesses.

Para os liberais, o Estado corresponde a um pólo de interesses igual a qualquer outro, isto é, dotado de legitimidade, mas sem qualquer aura que o privilegie.

O comunismo corresponde à posição limite em matéria de Estado. Ainda que formalmente admita o seu desaparecimento, semelhante desfecho é situado num horizonte tão longínquo que sequer serve para orientar a ação presente, integralmente devotada ao fortalecimento do Estado.

As nuances nas correntes socialistas fixam-se a partir do posicionamento em face do conflito social. A sua crença na capacidade moral do Estado é diretamente proporcional à forma como encaram a este último. Se o entendem como um mal eliminável, o endeusamento do Estado dá-se em termos absolutos. A terceira via admite que o mal também possa provir do Estado, mas não o situam como inserido no conflito. Giddens argumenta que não só o mercado produz desigualdades. Escreve: "Mesmo em suas formas mais desenvolvidas, o Estado não é um bem absoluto. Todos os Estados de Bem-Estar Social criam problemas de dependência, danos morais, burocracia, formação de grupos de interesses e corrupção."(10) Ainda assim, a terceira via não advoga a redução do Estado.

Em contrapartida, o PS Francês não tem qualquer posicionamento crítico em relação à instituição.

Do lado liberal, os conservadores chegam a defini-lo como um mal necessário. O liberalismo social entende que o Estado, entregue a si mesmo, tentará a maximizar o direcionamento dos recursos públicos para as atividades-meio. Ainda assim, é uma estrutura imprescindível ao funcionamento da sociedade, sendo inapropriado considerá-lo um mal.

A partir da dicotomia, não há como atribuir maior relevância a esse tipo de discrepância. Entretanto, se desejamos diferenciar as correntes políticas, tudo indica que o posicionamento diante do Estado corresponde a ponto decisivo.

6. Conclusão

A principal razão pela qual a Universidade deve recusar a dicotomia reside no fato de que é empobrecedora das análises políticas. Posto que não há imposições objetivas para a escolha dessa ou daquela doutrina, em termos estritamente acadêmicos as escolhas somente se justificam se têm valor heurístico, isto é, capacidade de iluminar o campo de estudo, abrir os horizontes da pesquisa.

Em termos vivenciais, cotidianos, compreende-se que na Europa seja uma realidade irrecusável. Há partidos políticos que se consideram de direita, sem o que perderia o sentido que uma agremiação política se dissesse de esquerda. É preciso ter presente também que, fora da Europa, mesmo em termos vivenciais a dicotomia não se aplica.

Nos Estados Unidos, no plano político, não há porque valer-se da distinção. O que proporciona características distintivas são os termos *liberal* e *conservative*.

No Brasil, ainda que a imprensa o utilize, não há, entre os políticos, quem se considere de direita, donde o emprego do termo equivale a xingamento.

A insistência nessa dicotomia, na Universidade, acabará por tornar mais extensa a lista dos fenômenos políticos que escapam à sua competência. Será que a reforma do Welfare possa indefinidamente ser considerada como uma proposta de direita, depois que se chegou a amplo e satisfatório acordo na Alemanha, capitaneado pela SD de Schroeder? Será que pode mesmo ser batizado como sendo de direita o modelo norte-americano dos Fundos de Pensões, depois que o *Le Monde* atribuiu-lhe um nome europeu (sistema de capitalização), acrescentando que mereceria a aprovação do que chamou de "esquerda moderna"?

Enfim, acredito que muito nos beneficiaríamos se suspendêssemos por uns tempos o emprego da dicotomia na análise dos fenômenos políticos. Afinal a

nossa função é tornar as coisas menos obscuras e contribuir para a elevação do nível do debate político.

NOTAS

(1) Texto preparado para Seminário no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa, fevereiro-2004).

(2) *Direita e Esquerda*, 2ª edição, tradução brasileira, São Paulo, UNESP, 2001.

(3) Embora faça parte de uma trilogia, costuma ser editada de modo autônomo. No Brasil publicou-se com a denominação de *Totalitarismo, o paroxismo do poder* (Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1979). Essa análise louva-se dos chamados "Cadernos de Smolenski", documentação trazida pelos alemães, durante a 2ª guerra da cidade russa assim denominada.

(4) Lembro aqui a chamada "análise funcional" da realidade política, a partir das quais Merton identifica o líder partidário como "o chefe de empresa desejoso de aumentar seus lucros ao máximo". Pertencendo a essa corrente, Harold Lasswell publicou *Política: quem ganha o que, quando, como* (vol. 64 da Coleção Pensamento Político da UnB). Segundo essa ótica, a atividade política acha-se desprovida de toda especificidade, podendo ser estudada com as categorias hauridas na atividade econômica.

(5) *The pursuit of equality in Readings on Economic and Social Policy*, org. de William Letwin professor da London School of Economics (Londres, MacMillan Press, 1983, p. 134).

(6) *A proposta social-democrata*. 2ª edição, Brasília, Instituto Teotônio Vilela, 1998, pág. 12.

(7) A atuação dos liberais nesse período histórico foi amplamente pesquisada por Michael Freedon na obra *The new liberalism. An ideology of social reform* (Oxford, Clarendon Press, 2ª edição, 1986).

(8) Este é o título de um livro do conhecido líder liberal francês, publicado em 1985, na época prefeito de Saint-Claude e membro do Senado.

(9) Hegel estabeleceu uma distinção entre moralidade (*Moralish*) - vontade subjetiva - e eticidade (*Siitlichkeit*), que seria a realização do bem em realidades históricas (família; sociedade civil; e Estado). A família e a sociedade civil são etapas daquela realização que, entretanto, só se dá plenamente no Estado.

(10) *A terceira via e seus críticos*, tradução brasileira, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 33.

ADENDO –Em relação aos temas sugeridos para pesquisa, adianto que tive oportunidade de fazê-lo em relação ao declínio dos Partidos Liberais Sociais,

ocorrido na Europa, oportunidade em que tentei responder a esta pergunta: *O declínio dos Partidos Liberais afeta a doutrina liberal?* (Cf. *O liberalismo contemporâneo*. 3ª edição. Londrina, Edições Humanidades, 2007, págs.442-458)

REDIRECIONAR O DEBATE SOBRE FEDERALISMO

1. Encaminhamento dado à discussão

Entendo que a questão do federalismo brasileiro tem de ser discutida em termos políticos e não jurídicos. Para tanto, cumpre reconhecer que a unidade nacional é uma conquista substancial a ser preservada. Se é assim, não cabe exaltar a Confederação do Equador, como se tem insistido em Pernambuco, ou a Revolução Farroupilha, até hoje exaltada no Rio Grande do Sul. Eram movimentos abertamente separatistas. Aqueles que os exaltam nunca conseguiram demonstrar a existência de aspiração federalista generalizada sob o Império.

Nesse pressuposto, qual deveria ser a nossa pauta de discussão? Parece-me que, em primeiro lugar, cumpriria esclarecer como foi possível, no Segundo Reinado, atravessarmos cerca de meio século de estabilidade política. Nunca mais tivemos período tão longo sem golpes de Estado, insurreições militares, presos políticos, tudo isto preservadas as liberdades fundamentais, a começar da liberdade de imprensa.

O contraste com o período republicano é flagrante.

Nas quatro primeiras décadas, sob a chamada República Velha, voltaram as guerras civis e a paz política foi alcançada com o sacrifício da legitimidade da representação, a fim de consagrar sistema de partido único, sustentado por sucessivos estados de sítio.

Seguiram-se uma insurreição militar e a derrubada do governo (Revolução de 30), desordem política generalizada que desemboca na ditadura do Estado Novo, quando pela primeira vez na história republicana o Congresso foi fechado. Depois de breve interregno democrático, vinte anos de governos militares que, se não tiveram força para suprimir o Congresso, eliminaram as liberdades fundamentais.

Balanço da história: nos cerca de 120 anos de República, temos apenas um terço de convivência democrática (19 no interregno democrático 45/64 mais 21 do atual ciclo pós-85).

Dentro em breve completaremos 200 anos desde as primeiras eleições no território nacional. E até hoje não conseguimos consolidar o sistema democrático-representativo. A meu ver, enganam-se os que afirmam o contrário. Estamos repetindo o erro do interregno pós-Estado Novo: construir democracia sem partidos políticos.

Será que nosso desconforto com a democracia decorre da centralização e da correlata incapacidade de construir sistema federal digno do nome?

Centralização pressupõe hipertrofia do Executivo? Por que têm fracassado as tentativas de enfraquecê-lo mediante uma espécie de hipertrofia do Legislativo? Passemos às questões enunciadas.

2. Razões prováveis de estabilidade política do Segundo Reinado

Desde o momento em que chegaram ao Rio de Janeiro as primeiras notícias da Revolução Constitucionalista do Porto, iniciada em agosto de 1820 e vitoriosa no mês seguinte, até a organização do gabinete conservador, em março de 1841, que marcou o começo da fase histórica denominada regresso, o País viveu período da mais intensa agitação. Durante vinte anos a Nação quase soçobrou, e, em vez de ser consolidada a unidade nacional, correu o risco de consumir-se a separação de partes importantes do País, no Sul, no Nordeste e no Norte. Do ano em que se proclamou a Independência até a abdicação de Pedro I, em 1831, atropelaram-se as questões, todas afinal ofuscadas pelo problema magno de solidificar-se a separação de Portugal. No período de organização constitucional, mostraram-se irreconciliáveis três facções extremadas: os chamados "democratas" (rousseauianos), que iriam evoluir para o franco separatismo provincial; autoritários, que acabariam preferindo a monarquia absoluta; e os conciliadores, desejosos de encontrar as fórmulas que permitissem a estruturação de monarquia constitucional. Nesse período, sobreveio a morte de D. João VI e o Imperador brasileiro tornou-se herdeiro do trono português. Embora tenha renunciado à prerrogativa, a Independência e a separação de Portugal pareciam ameaçadas. A oposição extremada a D. Pedro I levou-o afinal à abdicação.

Sem Imperador, sem instituições consolidadas, exacerbando-se as lutas separatistas - que, a meu ver, não se louvavam de qualquer empenho federalista, como se pode ver das proclamações do governo instaurado no Rio Grande ou da pregação de Frei Caneca - que caminho empreender? A situação na década de 30 era deveras dramática. Votou-se o Ato Adicional que deu ganho de causa aos partidários da concentração dos poderes em mãos das Províncias, em detrimento do Poder Central. Entre as fórmulas imaginadas e experimentadas apareceu a da eleição direta do Regente. Se a experiência tivesse sido aprovada, estaria aberto o caminho à proclamação da República. Mas o todo-poderoso Regente Feijó fracassou, renunciou. Tudo conspirava no sentido da plena instauração do caos.

Em fins da década de 30, o centro moderado conseguiu articular-se e o Parlamento votou sucessivamente um conjunto de providências - Lei de Interpretação do Ato Adicional, reduzindo os poderes das Províncias; maioria de do Imperador etc. - de que iria resultar a estruturação das instituições nacionais. Nos quatro decênios subseqüentes apareceu plenamente o entendimento de que a questão magna correspondia à organização da representação.

Com a votação da Lei de Interpretação do Ato Adicional e, em seguida, do Código de Processo, surgiu no País um novo pólo aglutinador que acabaria logrando apaziguar os ânimos. Mas, para tanto, estruturou-se a representação, que era o elemento novo enxertado nas velhas instituições do Estado português.

A alteração fundamental introduzida no Código de Processo dizia respeito à eliminação das eleições para juízes de paz e à revisão de suas atribuições. No *Ensaio sobre o direito administrativo* (1862), Paulino José Soares, visconde de Uruguai, que foi o artífice dessa reforma, examina detidamente seus fundamentos.

Mostra, em primeiro lugar, que a herança legal recebida de Portugal teria uma grande confusão entre a Administração e o Poder Judiciário, decorrente aliás, como indica, da circunstância de tratar-se de monarquia absoluta, alheia à divisão dos Poderes. Segundo aquela legislação, os juízes exerciam muitas funções administrativas.

Antes de introduzir as reformas pertinentes ao novo regime - isto é, adequar a monarquia tradicional aos institutos do sistema representativo - competia, segundo Uruguai, separar inteiramente as funções administrativas das judiciárias para em seguida delegá-las aos Poderes competentes. Nada disso se fez, cuidando-se tão-somente, segundo suas próprias palavras, de "tornar a autoridade judicial, então poderosamente influente sobre a administração, completamente independente do poder administrativo pela eleição popular. O governo ficou, portanto, sem ação própria sobre agentes administrativos também dos quais dependia sua ação, e que todavia eram dele independentes". Os juízes de paz, "filhos da eleição popular, criaturas da cabala de uma das parcialidades do lugar", foram cumulados de atribuições, na esfera criminal e outros, abrangendo, inclusive, aquelas relacionadas ao processo eleitoral.

"Sucedia vencer as eleições uma das parcialidades em que estavam divididas as nossas Províncias, prossegue Uruguai. A maioria da Assembléia Provincial era sua. Pois bem, montava o seu partido e, por exemplo, depois de nomeados para os empregos e postos da Guarda Nacional homens seus, fazia-os vitalícios. Amontoava os obstáculos para que o lado contrário não pudesse para o futuro governar. Fazia Juízes de Paz seus, e Câmaras Municipais suas. Estas autoridades apuravam os jurados e nomeavam, indiretamente, por propostas, os Juízes Municipais, de Órfãos e Promotores. Edificava-se assim um castelo, inexpugnável, não só para o lado oprimido, como ainda mesmo para o Governo Central". Quer dizer, um instrumento do novo regime - a eleição - fora colocado ao serviço da dominação de uma das facções em luta ao arrepio de suas funções próprias, que eram a seleção do representante apto à defesa dos interesses, mas obrigado a fazê-lo mediante a negociação em vez da imposição.

Nas reformas do período do Regresso aboliu-se a eleição do juiz de paz. As instituições do Judiciário e da polícia passaram a subordinar-se ao Poder Central. Lançavam-se as bases para a organização definitiva da justiça, assegurando-lhe a possibilidade de ser de fato independente. A respeito escreve Uruguai: "A Lei de Interpretação do Ato Adicional, e a de 3 de dezembro de 1841 (Código de Processo), modificaram profundamente esse estado de coisas. Pode por meio delas ser montado um partido, mas pode também ser desmontado quando abuse. Se é o governo que monta terá contra si, em todo o Império, todo o lado contrário. Abrir-se-á então uma luta vasta e larga, porque terá de basear-se em princípios, e não na luta mesquinha, odienta, mais perseguidora e opressiva, das localidades. E se a opinião contrária subir ao Poder encontrará na legislação meios de governar. Se quando o Partido Liberal dominou o Poder no Ministério de 2 de fevereiro de 1844, não tivesse achado a Lei de 3 de dezembro de 1841, que combateu na tribuna, na imprensa e com as armas na mão, e na qual não tocou nem para mudar-lhe uma vírgula, se tivesse achado o seu adversário acastelado nos castelos do sistema anterior, ou teria caído logo, ou teria saltado por cima das leis. Cumpre que na organização social haja certas molas flexíveis, para que não quebrem quando aconteça, o que é inevitável, que nelas se carregue um pouco mais".(1)

Assim, no começo da década de 40, foram estabelecidas as regras segundo as quais os segmentos da sociedade que podiam fazer-se representar

tivessem assegurado esse direito, tornando-se sucessivamente desnecessário o recurso às armas. Começava o ciclo em que ganhavam forma os instrumentos capazes de proceder à negociação e sancionar a barganha, em primeiro lugar, os partidos políticos, então simples blocos parlamentares, como nos demais países em que se ensaiava a prática do sistema representativo. Eram, porém, capazes de fazer valer os interesses dos grupos sociais, que tinham acesso à representação. O aprimoramento desta seria um tema que não mais se excluiria da ordem do dia.

O aprimoramento em causa, que se estendeu por mais de quarenta anos - interrompeu-se, afinal, pelo advento da República - compreendia a delimitação rigorosa da base territorial abrangida pelo mandato do representante, o problema da representação da minoria e, finalmente, a ampliação da base social possuidora do direito de fazer-se representar.

O Segundo Reinado permanece em nossa história como um momento singular, insuficientemente admirado em decorrência da feição autoritária e antiliberal assumida pela República. Foi entretanto exaltado por observadores independentes e descompromissados. Assim, escrevendo na década de 50, o republicano francês Charles Ribeyrolles registra que no País "há anos não há mais nem processos políticos, nem prisioneiros de Estado, nem processos de imprensa, nem conspiração, nem banimento." (*Le Brésil Pittoresque*. Rio de Janeiro, 1859). E assim vivemos por quase meio século, situação que contrasta de modo flagrante com a República. Boanerges Ribeiro, no livro *Protestantismo e cultura brasileira* (1981), ressalta a exemplar tolerância religiosa garantida por autoridades policiais e judiciárias, no Império, apesar de haver uma religião oficial. Ao contrário do que ocorria em Portugal, conforme enfatiza o mesmo autor.

É preciso ter presentes as dificuldades do liberalismo na Europa católica e patrimonialista, na mesma época. Basta recordar o que ocorreu na França, com a derrubada do governo liberal em 1848 e a proclamação da República, seguindo-se a reintrodução da monarquia e a grande instabilidade política que culminou com a derrota militar de 1870, a Comuna de Paris e a III República, por sua vez notoriamente instável. O panorama de tais dificuldades veio a ser sistematizado por Arno Mayer (*Dinâmica da Contra-Revolução na Europa*. 1870-1956. Trad. bras. Paz e Terra, 1971; e *A força da tradição: persistência na Europa*. 1848-1914. Trad. bras. Cia. das letras, 1987). Tudo isso serve para realçar o significado da situação brasileira, em que pese a tradição patrimonialista e a maioria católica, o regime conseguiu afeiçoar-se aos países protestantes, como Inglaterra e Estados Unidos. Trata-se de um feito que nunca é demais exaltar, cumprindo enterrar de vez o longo menosprezo que lhe tem devotado a estéril e infecunda historiografia positivista-marxista, abandonando inteiramente a fecunda trilha que nos havia sido aberta por Adolpho Varnhagen (1816/1878).

Devido a essa circunstância, a inquirição acerca das determinantes dos cinquenta anos de estabilidade política, alcançada no século XIX, nem sequer foi aventada. Aquela investigação poderia, adicionalmente ser muito instrutiva para o nosso reordenamento institucional - onde a questão federal ocupa lugar especial - já que a República fracassou na matéria, não havendo garantias insofismáveis de que no presente ciclo venhamos a ser plena e integralmente bem-sucedidos. O Segundo Reinado mantém-se como fato isolado em nossa história, quando por cerca de cinquenta anos vivemos sem golpes de Estado, estados de sítio, presos políticos, insurreições armadas, tudo isso com absoluta liberdade de imprensa, mantidas as garantias constitucionais dos cidadãos.

Muitos analistas atribuem ao sistema monárquico tal resultado, tese a meu ver insustentável, que me dispense de discutir nesta oportunidade na medida em que o fiz nos textos dedicados ao tema do Poder Moderador (2). Entendo que o aludido desfecho provém do que denomino aprimoramento da representação, justamente o que tornou dispensável o recurso às armas. O fato de que o sistema fosse constituído a partir de sufrágio limitado não justifica que a República tivesse primado por ignorar tão significativa experiência. Os países que lograram proceder com sucesso à democratização do sistema seguiram a linha de fazê-lo progressivamente, tendo presente a lição de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) (3), isto é, sendo a representação de interesses, o essencial consiste em estruturá-la de modo a possibilitar a institucionalização dos mecanismos que assegurem a normalidade da negociação entre a diversidade daqueles interesses. A novidade do século XX - ignorada pela República brasileira - consiste na transformação dos blocos parlamentares nos partidos políticos contemporâneos.

3. O monumental fracasso do federalismo da Constituição de 1991

A segunda questão a ser discutida seria, a meu ver, as razões do monumental fracasso do federalismo criado pela primeira Constituição republicana. Há uma tendência nítida a tentar explicá-lo pelo equívoco conceito de oligarquias estaduais, que corresponderiam aos grupos econômicos que se apossaram do poder nos estados. Acontece que, nessa questão específica, a verdade parece residir no lado oposto: a riqueza de fato existente nos territórios das antigas províncias resumia-se precisamente à máquina estatal. Vejamos como se apresenta o problema.

No governo constituído após a proclamação da República participavam pelo menos três correntes de opinião: os liberais, os positivistas e os militares sem maior formação doutrinária, mas em cujo seio apareceram grupos exaltados, por isso mesmo denominados jacobinos. Os liberais eram liderados por Rui Barbosa. O chefe do governo, Marechal Deodoro, conceituado militar, achava-se distanciado de todo radicalismo, mas não tinha qualquer compromisso com um projeto democrático, nem se pode dizer que existisse tal, em seu delineamento global, salvo no que respeita à necessidade de restringir o período de exceção, dotando o País de nova Constituição.

A hegemonia estava com os positivistas, embora não se achassem unidos quanto às características que deveriam imprimir ao novo regime. Aquela hegemonia se expressava, sobretudo, pela presença de Benjamin Constant à frente do Ministério da Guerra. O prestigiado líder militar, embora positivista confesso, não tinha boas relações com o Apostolado. Este, contudo, achava-se representado no ministério por Demétrio Ribeiro.

Aurelino Leal, na História constitucional do Brasil, conta ter ouvido do próprio Rui Barbosa que "os positivistas e os jacobinos lutaram pela dilatação do regime ditatorial". Segundo os diversos depoimentos, o chefe do governo não atribuía maior relevo à questão constitucional. De sorte que a decisão de convocar a Assembléia Constituinte deve-se à habilidade e persistência demonstradas por Rui Barbosa, mas também ao apoio recebido de Benjamin Constant, que acabou concordando com a providência depois de haver obtido a anuência do chefe da Igreja Positivista em Paris. (4)

A Constituição de 1891 deu aos liberais um instrumento aglutinador, permitindo-lhes elaborar o que Nelson Saldanha denominou pensamento político oficial. Assim, pelo menos ao longo das três primeiras décadas republicanas, o

liberalismo correspondeu à doutrina política oficial. Mas a prática do regime era francamente autoritária.

A prática autoritária republicana consiste basicamente no abandono do princípio da representação.

No Império, a grande realidade consistia, sem dúvida, no Estado de características patrimonialísticas. Contudo, a elite dirigente, premida pela onda de insurreições, assegurou aos vários interesses, reconhecida sua diversidade e legitimidade, o direito de fazer-se representar no sistema do poder. A representação não tinha certamente caráter democrático, de que não cogitava o liberalismo da época. Mas, a par do predomínio da classe proprietária rural, tinham acesso à representação as camadas urbanas, não só os proprietários (comerciantes, sobretudo) como igualmente o funcionalismo e a intelectualidade. Assim, embora não tivesse ocorrido nenhuma ruptura abrupta com o patrimonialismo português (5), facultava a paulatina estruturação da sociedade civil.

A prática republicana criou uma situação inteiramente nova. Passou a primeiro plano o conflito entre grupos cujo interesse próprio se resume em apossar-se do patrimônio constituído pelo Estado. E mais: essa conquista, no nível das antigas províncias, revela-se de pronto insuficiente. É necessário assegurar a posse do Executivo Central. Para apaziguar esse conflito inventou-se a "política dos governadores" ou o chamado "café-com-leite" (alternância de São Paulo e Minas na suprema magistratura).

Nas antigas províncias (agora denominadas "estados") não surgiram atividades econômicas capazes de manter alta rentabilidade durante largo período, a exemplo da cafeicultura, agora radicada basicamente em São Paulo e Minas, que ensejasse o aparecimento de novos grupos locais e assim contribuindo para tornar mais diversificada a sociedade. Desse modo, o ideal de progresso, que se inscrevera na nova bandeira que o regime republicano dera ao País, ficara circunscrito a São Paulo. Os recursos públicos mal permitiam a modernização da Capital da República.

E, quanto à ordem, esta só se mantinha mediante a sucessiva decretação de estados de sítio e a intervenção naquelas unidades federativas politicamente mais fracas.

À medida que a prática autoritária se generalizava, os liberais iam paulatinamente circunscrevendo sua plataforma à defesa das liberdades democráticas. Não lhes ocorria sequer a necessidade da diversificação partidária - o regime era de partido único, o republicano, estruturado em nível estadual - salvo em 1926, quando se criou em São Paulo o Partido Democrático. Os liberais sofreram também a influência positivista e acabaram minimizando o papel da doutrina da representação.

À prática autoritária se ia sobrepondo o autoritarismo doutrinário. Não sendo o caso, nesta oportunidade, de nos determos em sua caracterização detalhada, cabe tão-somente indicar como amadurece a idéia da necessidade de um Estado Central forte e unitário. Essa idéia seria trabalhada pelo positivismo gaúcho - o castilhismo, tão bem estudado por Ricardo Vélez Rodríguez (6) - e sobretudo por Oliveira Vianna (1883/1951).

Oliveira Vianna desenvolve crítica sistemática ao irrealismo da elite republicana. A propósito escreve: "O grande movimento democrático da Revolução Francesa; as agitações parlamentares inglesas; o espírito liberal das instituições que regem a República Americana, tudo isto exerceu e exerce sobre os nossos dirigentes políticos, estadistas, legisladores, publicistas, uma

fascinação magnética, que lhes daltoniza completamente a visão nacional dos nossos problemas. Sob esse fascínio inelutável, perdem a noção objetiva do Brasil real e criam para uso deles um Brasil artificial e peregrino, um Brasil de manifesto aduaneiro, made in Europe - sorte de cosmorama extravagante, sobre cujo fundo de florestas e campos, ainda por descobrir e civilizar, passam e repassam cenas e figuras tipicamente européias".

Essa caracterização encontra-se em sua primeira obra - *Populações meridionais do Brasil* (1920) - onde também se acha esboço de solução, amadurecida plenamente em *Instituições políticas brasileiras* (1949). Oliveira Vianna expressa com clareza o ponto de vista que encontra crescentemente novos adeptos: tornar o Estado um grande centro aglutinador de transformação social, apto a "fundir moralmente o povo na consciência perfeita e clara de sua unidade nacional e no sentimento político de um alto destino histórico". O caminho está traçado. "Esse sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado - um Estado soberano, incontrastável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional."

Getúlio Vargas (1883-1954) deu curso a esse projeto, simbolizado pelo ato, que o Estado Novo patrocinaria, de queimar as bandeiras estaduais. No livro em que se dá conta das reformas levadas a cabo por aquela ditadura (7), justificam-se desse modo as iniciativas centralizadoras: "O movimento renovador de 1930 encontrou as administrações estaduais sofrendo as conseqüências da maior desorganização que se possa imaginar. Longe de constituírem unidades administrativas fiéis aos mesmos princípios seguidos pelo governo da União, cada estado constituía como que um país à parte, seguindo os métodos que melhor parecessem a seus dirigentes, os quais visavam apenas os interesses regionais ou da política partidária. Não há exagero em dizer que as unidades da federação se assemelhavam a verdadeiros feudos, onde as conveniências da orientação particularista dos governos davam margem a empirismos e abusos lamentáveis nos serviços públicos".

4, Negociar novo pacto federativo

Ao que suponho, para avançarmos na busca de sistema federativo que tenha algo que ver com o nome, creio que o melhor caminho seria nos interrogarmos se não se trataria, sobretudo, de hipertrofia do Executivo da União. Vale dizer: o arranjo federativo adequado passa pela eliminação dessa hipertrofia. As tentativas até então empreendidas, como bem assinalou o Prof. Miguel Reale, têm consistido em enfraquecer o Executivo. O Prof. Reale quer se referir às Constituições de 1946 e 1988. Esta última estabeleceu que o Legislativo tem ingerência em todos os assuntos, tão ampla que tem permitido sustentar que a intenção seria a de instaurar sistema parlamentar de governo. O certo é que, como o Legislativo não está aparelhado para dar a palavra final sobre tudo, o Executivo passa a legislar também sobre tudo, com base na denominada medida provisória.

A proposição do Senador Jorge Bornhausen consiste em, seguindo-se às eleições presidenciais e de governadores, iniciar a negociação do que tem denominado **Novo Pacto Federativo**, de modo que, na eleição seguinte, tanto a União como os governos estaduais seguiriam as novas regras. Basicamente, consistiria numa revisão das respectivas atribuições. Limito-me ao exemplo adiante.

Com a emenda Constitucional nº 29, que destinou à saúde a arrecadação proveniente da CPMF, os recursos colocados à disposição desse setor passaram de R\$ 20,6 bilhões, em 2000, para R\$ 28,2 em 2002, incremento da ordem de 40%. Ao mesmo tempo, estabeleceu-se que o sistema público único, introduzido pela Constituição de 88, deveria localizar-se no município. Em vez de terem as municipalidades passado a dispor dos meios exigidos pelo cumprimento dessa disposição, a União descobriu formas de apropriar-se do mencionado incremento de recursos. O Ministério da Saúde, longe de sofrer qualquer tipo de enxugamento, hipertrofiou-se ainda mais, duplicando estruturas. Sem distinguir os Departamentos tradicionais, criou agências executivas (novas diretorias; DAS; instalações; automóveis etc.) que, a rigor, correspondem a forma alternativa de organização estatal.

A partir da estrutura tributária fixada pela Constituição de 88, negociou-se que os resultados da arrecadação distribuir-se-iam deste modo: 40% para a União; 40% para os estados e 20% para os municípios. A União introduziu o artifício de aumentar impostos rotulando-os de "contribuições", o que a dispensa de redistribuí-los, de que decorre a seguinte participação dos três níveis: União, 58,4%; Estados, 25,2% e municípios, 16,4%.

Por essa razão, adotei a tese de que a discussão é de natureza política e não jurídica. A tentativa a ser empreendida deveria consistir em evitar duplicidade de atribuições, que servem apenas de pretexto para manter a hipertrofia da União. Seria este o primeiro passo a ser estabelecido por Novo Pacto Federativo.

NOTAS

(1) *Ensaio sobre o direito administrativo*, (1862) v. II, cap. XXX, parágrafo 8 - Descentralização que se seguiu entre nós em 7 de abril.

(2) Cf. *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1989.

(3) O Senado Federal promoveu reedição (fac-similar) do texto desse autor que serviu para instruir a elite brasileira do período quanto à natureza da representação política (*Manual do cidadão em um governo representativo* (1834). Brasília, Senado Federal, 1998, 3 v.).

(4) Ver, a propósito, Ivan Lins, *História do positivismo no Brasil*, 2ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1927, p. 645-648.

(5) O patrimonialismo luso-brasileiro - e as análises que veio a merecer - acha-se estudado, por Antônio Paim, no livro *A querela do estatismo. A natureza dos sistemas econômicos: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994.

(6) *Castilhismo, uma filosofia da República*. 2ª ed., Brasília, Senado Federal, 2000.

(7) Não tendo chegado a ser editado, Simon Schwartzman ocupou-se de fazê-lo: *Estado Novo - um auto-retrato* (arquivo Gustavo Capanema). Brasília, CPDOC/FGCV, Editora UnB, 1983.

Transcrito de *Curso de Direito Tributário e Finanças Públicas*. São Paulo, Editora Saraiva, p.231- 242.

ESTUDOS RECENTES SOBRE MUDANÇA SOCIAL

No Brasil, o tema da mudança social nunca é discutido com a devida amplitude. Atribuo a circunstância à persistente e insuperada influência positivista marxista, que reduz a questão ao seu aspecto político, supondo que poderia ser comprovada a tese de que as "revoluções" reduzem-se às situações em que se dá alternância de classe no poder. Acredito que a simples indicação dos estudos recentes acerca do tema enunciado servirá para sugerir a pobreza da referida postulação.

Desde fins do século XVIII e começos do seguinte difunde-se a crença na possibilidade de uma ciência relativa ao comportamento social (o termo sociologia é bem posterior; falava-se então de ciência moral). A linhagem francesa (Condorcet 1743/1794 - Saint Simon 1675/1755 - Comte 1798/1857) encaminhou-se no sentido da reforma social, desinteressando-se da medida, nota distintiva da física moderna que se deseja imitar, aplicando-a ao mundo social a fim de desvendar seus segredos. Os ingleses, contudo, desde Jeremy Bentham (1748/1832), insistiram nessa dimensão do conhecimento, com a inrremediação da medida. É possível explicar a diferença, em relação aos franceses, pelo contexto protestante da Inglaterra. As sociedades protestantes inventaram o que se convencionou denominar de moral social de tipo consensual. Como o desenvolvimento do protestantismo deu-se no sentido de multiplicar o número de igrejas, sendo praticamente impossível que uma delas - mesmo dispendo da condição de religião oficial - lograsse impor às demais regras de comportamento social, as questões nucleares e suas mudanças acabaram sendo negociadas. Só se passa ao direito (imposição daquelas regras) quando há suficiente consenso para suportá-lo. Subjacente a tal comportamento encontra-se a suposição de que toda ação eficaz (útil) acaba por ser benéfica à sociedade.(1)

Somente levando em conta esse contexto histórico pode-se compreender o direcionamento seguido pela corrente filosófica batizada de utilitarismo. Esta, a partir de Bentham, com vistas à felicidade geral, trata de determinar que óbices à eficácia (utilidade) das ações devem ser eliminados. Bentham acreditava na possibilidade de transformar a ética numa ciência positiva da conduta humana, tão exata como a matemática. Sua atuação, voltada sobretudo contra a onipotência do Estado (em que via o principal dentre os óbices), resulta daquela compreensão. Sendo a felicidade geral resultado de um cálculo hedonístico - cuja efetivação considerava possível, tendo deixado diversas indicações da maneira de realizá-lo - somente a experiência pode comprovar se as instituições e as leis atendem aos objetivos a que se propõem. Por isto o direito à livre discussão e crítica é essencial à sociedade. Bentham negava que se pudesse comprovar historicamente a existência de um contrato originário entre o príncipe

e os súditos. Formou-se então a longa tradição do utilitarismo, dominante nos países de língua inglesa, com breves interrupções, há pelo menos dois séculos.

Embora os progressos na medida fossem relativamente limitados,⁽²⁾ a necessidade de sua efetivação nunca deixou de ser encarecida. Em conseqüência, neste pós-guerra, popularizou-se a idéia de que poderia ser aplicada à sociedade a denominada "otimização pareteana", tomando como referência a hipótese de Vilfredo Pareto (1848/1923) segundo a qual toda escolha individual torna-se social porquando secundada por outros indivíduos, sendo possível conceber uma situação de concorrência perfeita entre escolhas. Essa discussão teórica, cujo marco costuma ser apontado na obra de K.J. Arrow - *Social choice and Individual Values* (1961) - tornou-se uma espécie de pesquisa básica em relação aos modelos de aplicação de que resultaram, por exemplo, o sucessivo aperfeiçoamento das pesquisas eleitorais. No seio da "social choice" surgiu o grupo do "public choice", liderado por James Buchanan, ganhador do Prêmio Nobel em 1986. Sendo o Estado um pólo de interesses, as escolhas das políticas públicas obedecem à valoração do estancamento burocrático e não àquelas submetidas à preferência do eleitorado - eis simplificadaamente a hipótese da "public choice", achando-se seus partidários convencidos da possibilidade de prová-lo matematicamente.

Os resultados práticos alcançados por essa variante da chamada ciência política, notadamente os avanços nas pesquisas eleitorais, criou um clima verdadeiramente hostil a toda tentativa de atribuir prevalência à valoração moral na ação político-social. Qualquer referência ao que se convencionou denominar de "cultura política" era logo estigmatizada como falta de persistência na busca de elementos mensuráveis.

Contudo, a própria vida incumbiu-se de romper tais esquemas. Assistimos no início do pós-guerra à difusão da crença de que o desenvolvimento poderia ser universalizado. Alcançou grande popularidade a teoria do *take off*, devida a Rostow (*The Stages of Economic Growth*, Cambridge, 1960), segundo a qual o desenvolvimento econômico resultaria da passagem da sociedade tradicional à transnacional - quando a economia é acoplada aos pólos dinâmicos - graças ao impulso inicial (*take-off*) que leva à maturidade. O Banco Mundial destinou recursos vultosos a tal objetivo, durante os quarenta anos iniciais do pós-guerra, sem resultados visíveis, salvo promover o enriquecimento de alguns sobas africanos e elevar o nível da violência entre sociedades tribais, tornando-lhes acessíveis armamentos modernos.

Em contrapartida, surgiram os chamados Tigres Asiáticos (Taiwan, Cingapura, Hongkong e Coréia do Sul). Entre 1980 e 1993, a Coréia registrou crescimento do PIB em média de 9,1% ao ano, alcançando renda per capita de US\$ 10 mil e distribuição de renda razoável. Na crise recente aquele país teria oportunidade de demonstrar a sua pujança econômica, recuperando-se com relativa rapidez. Fenômeno idêntico ocorreu nos demais.

Confrontados os resultados indicados com o fiasco do Banco Mundial praticamente em todo o mundo subdesenvolvido, tornava-se patente que o capitalismo não era dado a todos. E muito menos o sistema democrático-representativo. De que dependeriam, afinal, essas duas grandes conquistas da sociedade ocidental?

Americanos e ingleses, ao invés de lançar-se a uma tremenda discussão teórica, como era de esperar, trataram de conceber esquemas de pesquisas que pudessem responder àquelas indagações. Sem pretender balanceá-las exaustivamente, procurarei ater-me ao que considero essencial.

Os Tigres Asiáticos e a moral confuciana

Para desenvolver pesquisas sobre o que denominou de "cultura econômica", Peter Berger - o festejado autor de *A revolução capitalista* - criou na Universidade de Boston o Institute for the Study of Economic Culture. O conjunto das pesquisas desenvolvidas pelo Instituto foram resumidas na obra *The Culture of Entrepreneurship* (San Francisco, ICS Press, 1991). Abrangeram várias partes do mundo. Neste tópico, registrarei os resultados relativos aos Tigres Asiáticos.

A primeira constatação do Instituto consistiu em dar-se conta de que a liderança dos empreendimentos estava em mãos dos chineses. Segundo dados divulgados pelo Instituto Internacional de Geopolítica, acerca do que veio a ser denominado de diáspora chinesa - fuga do país depois da vitória dos comunistas - , nos primeiros anos da década de noventa havia no Sudeste Asiático 21 milhões de chineses (sem contar Taiwan e Hongkong), achando-se as maiores concentrações na Indonésia (6 milhões), Tailândia (5 milhões) e Malásia (5 milhões), correspondendo respectivamente a 4%, 10,3% e 33,3% das populações daqueles países. Em Cingapura, os chineses são mais de 70% (1,9 milhões). Os chineses emigrados para os Estados Unidos, no mesmo período, são 2 milhões; 450 mil para o Canadá e 300 mil para a América Latina. A Europa recebeu 550 mil.

No Sudeste Asiático, em cerca de três décadas, os chineses passaram sucessivamente da agricultura para o comércio e deste para a indústria e o sistema financeiro. Naquela região (ainda com exclusão de Taiwan e de Hongkong), mais de cem bancos são inteira ou parcialmente controlados por chineses da diáspora. Banqueiros chineses sediados em Cingapura encontram-se entre os maiores do mundo. Chineses da diáspora detêm entre 60 e 70% do capital privado da Indonésia e da Malásia e pelo menos 90% dos investimentos industriais na Tailândia. A mesma gente formou cerca de 60 conglomerados, cada um faturando anualmente alguns bilhões de dólares. Tomados em conjunto, os chineses da diáspora e os de Taiwan e Hongkong respondem por 50% do conjunto dos investimentos estrangeiros realizados na China Continental desde a abertura desta para o exterior. Estima-se em US\$ 25 bilhões os investimentos fixos que haviam realizado na antiga pátria até 1994.

O Instituto de Peter Berger montou uma vasta pesquisa para entrevistar essa liderança chinesa nos diversos países e não apenas no Sudeste Asiático. Verificou-se de pronto uma distinção básica entre a nossa moralidade ocidental e as dos chineses. Esta é basicamente de natureza familiar. Assim, encaminharam o inquérito na direção das famílias. A conclusão central é de que as diversas famílias teriam em comum a religião de Confúcio, tornando-se patente que esta favorece a acumulação capitalista e o espírito empresarial. Do conjunto da investigação efetivada, o Instituto para o Estudo da Cultura Econômica extrai esta conclusão: "Não há desenvolvimento sem empresários; não há empresários sem grandes mudanças de ordem moral; não há moral sem religião." Assim, faltou à África, de um modo geral, bem como aos outros países asiáticos, uma base moral compatível com o desenvolvimento econômico.

Esclareça-se que os relatórios do mencionado Instituto não minimizam o papel das políticas públicas no desenvolvimento dos Tigres Asiáticos. Mas destaca também que o Estado somente interferiu no processo para ajudar aos empresários, não tendo absorvido funções na esfera produtiva, como se deu no

Brasil. Em segundo lugar, a formação de gigantescos conglomerados empresariais veio a ser encarada como algo digno de aplausos e estímulos, com a compreensão de que o capitalismo se faz com grandes empresas. E, finalmente, criaram-se todas as facilidades para o acesso à tecnologia. Assim, o Estado não atrapalhou. Mas não teria a virtude de dar nascedouro ao empresariado, o que se explica, como vimos, por componentes de ordem moral.

Outras confirmações da descoberta

Na esteira do novo ambiente criado nos Estados Unidos com as pesquisas do tipo da descrita, o controvertido autor da tese do "fim da história", Francis Fukuyama, publicou um novo livro - *Confiança. As atitudes sociais e a criação da prosperidade* (*Trust. The social virtues and the creation of prosperity*. Free Press, 1995), no qual procura aprofundar a discussão em torno da moralidade social básica e a sua relação com o desenvolvimento econômico. Como elo favorecedor da prosperidade, destaca a existência de confiança mútua, isto é, a expectativa de uma comunidade quanto ao comportamento regular, honesto e cooperativo de seus membros. A partir dessa premissa agrupou várias nações segundo níveis de confiança. Para esse fim, confrontou a moral chinesa com a japonesa, sugerindo que esta última facilita a transferência da gestão familiar para a profissional, que lhe parece condição da prosperidade sustentada.

Suas conclusões estão estribadas na distinção entre capital humano - que pode ser formado pela educação - e capital social, apoiado em hábitos consolidados pela tradição que dificilmente podem alterar-se. Distingue também virtudes sociais de virtudes familiares. Embora a família seja uma instituição essencial na sociedade - justificando-se as preocupações do Ocidente com os fatos que vêm afetando a sua estabilidade - pode suscitar preferências que se têm revelado funestas para a atividade empresarial.

Tratando-se de uma investigação que se pretende científica - passível portanto de refutação - Fukuyama avança algumas hipóteses quanto à consistência do capitalismo nos países que estudou. Exemplos de baixo nível de confiança seriam Taiwan e Hongkong, no Oriente, e França e Itália no Ocidente. Os indicadores que expressariam esse fato seriam pequeno número de grandes empresas, baseando-se a atividade econômica em firmas médias e pequenas, a par da presença do Estado na economia. A Coreia tem uma situação ambígua pela influência simultânea de tradições chinesas e japonesas. O Japão seria o país do Oriente com altos níveis do mencionado ingrediente (confiança mútua), seguindo-se, no Ocidente, a Alemanha e os Estados Unidos. Se Fukuyama tiver razão, a China não superaria a barreira do subdesenvolvimento; ou melhor, os setores fundamentais, onde imprescindível se torna a presença de grandes empresas, não poderão prescindir do Estado, estando assim condenados à derrota na concorrência com eficientes multinacionais japonesas, americanas ou alemãs.

Fukuyama não aceita definições genéricas de cultura, sem destacar em seu seio variáveis que pudessem ser investigadas por métodos baseados na quantificação. Para nortear a pesquisa que efetivou, adota esta definição: a cultura é constituída de hábitos morais herdados. Não consiste portanto numa escolha racional; nem por isto quer defini-la como irracional, esclarece. Seria a-irracional. Avançando na hipótese acrescenta que diferentes tipos de hábitos morais conduzem a formas alternativas de organização econômica. Nem todos, entretanto, contribuem para a formação do capital social de que depende a prosperidade.

Outra pesquisa que aponta para a presença da valoração moral na possibilidade de conquista do desenvolvimento econômico seria dirigida por Richard Lynn, da Universidade de Ulster, na Irlanda do Norte. Formou grupos homogêneos em 43 países que haviam registrado progresso econômico no último pós-guerra e buscou estabelecer correlação matemática entre desenvolvimento econômico e certos valores. Naqueles países que alcançaram os mais altos níveis de desenvolvimento, sustentado por prazos mais dilatados, os valores mais apreciados eram a capacidade de competir e, subsidiariamente, o significado do dinheiro. As pesquisas realizadas pelas equipes dirigidas por Richard Lynn, bem como a demonstração da consistência das correlações matemáticas que estabeleceu, foram resumidas no livro *The Secret of the Miracle Economy; different national attitudes to competitiveness and money* (London, Social Affairs Unit, 1991).

A redescoberta de Weber

Como não poderia deixar de ser, a reviravolta nos estudos relacionados ao desenvolvimento econômico trouxe grande atualidade às hipóteses de Max Weber (1864/1920) relativas ao aparecimento do capitalismo. Para bem fixar do que se trata, recorro aqui, Weber indicou que os protestantes haviam dado uma solução original ao chamado "problema teodiceico" (afinal, o que estamos fazendo aqui na terra, fixando um lugar na vida eterna, como queriam os teólogos medievais?) ao indicar que aos homens incumbia realizar uma obra digna da glória de Deus, sem atribuir-lhe méritos quanto à salvação. Assim, a revolução industrial na Europa e nos Estados Unidos não resultou de qualquer projeto racional.

Desde os fins do século passado, generaliza-se a hipótese de que o capitalismo seria uma etapa transitória no desenvolvimento social, devendo ser substituído pelo socialismo, graças a uma decisão racional. Como essa idéia acabou apropriada por um país (a Rússia) de tradição despótica-oriental, o projeto transformou-se no comunismo, tornado álibi para perpetuação e expansão do império. Enquanto durou essa trágica experiência, trouxe ao Ocidente (para o aspecto que nos interessa) certo arrefecimento do interesse pela obra de Weber. A novidade da fase recente que aqui pretendemos caracterizar consiste justamente na retomada de suas premissas e descobertas. As pesquisas do Instituto para o Estudo da Cultura Econômica têm contribuído no sentido de chamar a atenção para a componente moral do desenvolvimento, o que se viu obscurecendo neste pós-guerra, tanto pela propaganda comunista como pela rigidez na busca da mensuração, de parte da ciência política norte-americana. Em conseqüência, readquire pleno vigor o pensamento de Max Weber, notadamente os seus estudos relacionados à religião, em especial *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.⁽³⁾

No livro traduzido ao português com o título de *Da Reforma às Luzes* (ed. Inglesa, 1972), o erudito britânico Trevor Roper resume deste modo as pesquisas recentes acerca do mencionado tema de Weber:

"Sem dúvida, os empresários do século XVI são com freqüência calvinistas, mesmo os que gravitam nas cortes de príncipes luteranos da Dinamarca e Suécia. É verdade também que o banco de Hamburgo foi criado por calvinistas holandeses. Mas os empresários calvinistas têm ainda um outro traço comum: praticamente todos são emigrantes. Nenhum dos empresários ativos de

Genebra é de origem suíça. Com freqüência vêm de províncias flamengas sob tutela espanhola. Na própria Holanda, a prosperidade está associada a empresários flamengos. De igual modo, também o mundo dos negócios de Hamburgo é dominado por holandeses de origem flamenga. Quanto aos empresários católicos de Colônia ou da Holanda, vêm geralmente de Anvers ou de Liège."

E, prossegue: "Assim, os empresários do século XVI são freqüentemente calvinistas - vêm quase sempre da Flandres calvinista - mas têm em comum o fato de que são emigrantes, oriundos na maioria dos casos dos grandes centros industriais e comerciais do século XV: Augsburg, Anvers, Liège, Come, Luiques, Lisboa (neste último caso sempre judeus e não calvinistas)." A conclusão a que quer chegar é esta: antes de se converter ao calvinismo, as mentes dos empresários que impulsionaram o nascedouro do capitalismo na Europa foram influenciados pelas idéias de Erasmo (1469/1563). Se bem que pela crítica a Roma haja pavimentado o caminho de seu contemporâneo Lutero (1483/1546), não o acompanhou na reforma e até a condenou no livro *De Libero Arbitrio* (1523). (4)

Deste modo, a obra seminal de Weber é não apenas tomada como referência para o estudo de questões contemporâneas, como a própria tese é reinvestigada e confirmada.

O surto das religiões evangélicas na América Latina

O Instituto de Peter Berger tem patrocinado pesquisas sobre o surto das religiões evangélicas na América Latina. No caso brasileiro, estima-se que, em fins dos anos oitenta, os protestantes já correspondiam a 20% da população, totalizando 30 milhões. Segundo análise aparecida no *New York Times*, em 1987, pelo menos 12 milhões daquele total (cerca de 40%) ter-se-iam convertido no decênio. Segundo a mesma fonte, em 1985 existiam 15 mil pastores contra 13 mil padres. Levantamentos realizados pelo Instituto de Estudos Religiosos, do Rio de Janeiro, confirmam esse ímpeto. A situação não seria diferente em outros países da América Latina.

Com base nos registros do Instituto para o Estudo da Cultura econômica, o estudioso inglês David Martin propôs uma hipótese generalizadora. Segundo esta hipótese, as igrejas evangélicas repetem no presente as revoluções culturais que o protestantismo (sobretudo o presbiterianismo) logrou efetivar nos séculos XVII e XVIII, e nas centúrias seguintes o metodismo, primeiro na Inglaterra e em outros países europeus, e depois nos Estados Unidos. Entende serem muitas as probabilidades de que o desfecho que ali ocorreu também venha a verificar-se na América Latina, isto é, o estabelecimento do capitalismo. Essa tese está apresentada no Livro *Tongues of Fire. The Explosion of Protestantism in Latin America*. Oxford, Blackwell, 1990).

Lamentavelmente, salvo os levantamentos efetivados pelo Instituto de Estudos Religiosos, não há entre nós abordagem do fenômeno com um mínimo de objetividade. Entre os poucos fatos que se pode assinalar, um deles nada tem a ver com a nossa pós-graduação. Trata-se de que a equipe de Peter Berger patrocinou tese de doutoramento de uma brasileira na Universidade de Boston (*The Religious Factor in Economic Development among the Urban Poor in Brazil*, 1990, de Cecília Mariz). A autora entende que a adesão ao protestantismo melhora as condições para enfrentar a pobreza, mas daí até chegar à riqueza vai uma distância muito longa. Pessoas familiarizadas com a questão, a quem

consultei, objetam a essa restrição que, criadas num ambiente que além de não condenar a riqueza até a exalta (ao contrário do que se dá nos lares católicos), dentre as novas gerações dali saídas, as pessoas que tiverem vocação empresarial seguirão esse curso sem hesitação. Assim, o desfecho seria possível, não a curto prazo. Naturalmente é muito difícil formar opinião acerca de tema tão controverso. Contudo, assiste-se a pouco mais que a condenação do fenômeno pela imprensa e os meios de comunicação em geral.

Referência bibliográfica final

Também a dependência da consolidação do sistema democrático-representativo de base moral que a favoreça tem sido assinalada na bibliografia recente. Refiro apenas um dos últimos livros de Samuel Huntington - *The Third Wave: democratization in the late twentieth century* (1991), editado no Brasil pela Ática (1994). A exemplo do capitalismo, de igual modo a democracia não é dada a todos. Embora Huntington siga a tradição da ciência política norte-americana, ao preferir modelos quantificáveis, sua análise evidencia que dificilmente poderá haver sistemas políticos democráticos na África, na quase totalidade da Ásia e mesmo na América Latina.

Mario Gondona publicou *As condições culturais do desenvolvimento econômico* (Buenos Aires, 1999). Ainda que esteja preocupado sobretudo com a Argentina - caso extremo de um país que depois de tornar-se desenvolvido regressou ao subdesenvolvimento - apresenta esta tipologia das teorias que pretendem dar conta do desenvolvimento: estruturalismo, institucionalismo e culturalismo. Arrola o marxismo como estruturalista; os institucionalistas enfatizariam os aspectos políticos, referindo a Huntington e Dahl. Finalmente os culturalistas destacariam as questões morais que buscamos enfatizar. A matriz básica proviria de Max Weber, referindo grande número de autores contemporâneos que poderiam ser assim classificados.

A Editora da Universidade de Londrina, que obedece à competente direção de Leonardo Prota, programou a edição de ensaios de Robert Nisbet dedicados ao tema "mudança social". Carlos Henrique Cardim, na década de setenta e começos da seguinte, incluiu Nisbet entre os autores contemporâneos que procurou divulgar no Brasil em caráter pioneiro. Embora a Editora da UnB tenha de certa forma regressado ao seu projeto original, Nisbet não se encontra entre as reedições. Cardim havia publicado dois de seus livros: *Os filósofos sociais* e *História da idéia de progresso*.

Nos textos selecionados por Prota, Nisbet atribui a seu mestre Frederick J. Teggart (1870/1946) o mérito de ter situado o debate da mudança social em termos renovadores e de comprovado valor heurístico. Irlandês de nascimento, sua família fazia parte de um contingente de emigrantes que chegou aos Estados Unidos em 1888. Concluiu a formação acadêmica em Stanford e integrou-se ao Corpo Docente daquela Universidade, onde criou o Departamento de Instituições Sociais e formou um grupo notável de sociólogos.

Em síntese, Teggart observou que as teorias relacionadas aos ciclos históricos - que culminaram com Comte e Marx, passando pelas hipóteses milenaristas do tipo da que foi formulada por Joaquim de Fiori - dissociaram-se inteiramente do próprio processo histórico, atingindo graus crescentes de arbitrariedade. O cerne daquelas teorias consiste na hipótese de que o próprio ciclo histórico conteria os elementos determinantes de seu esgotamento e substituição. Nisbet as reúne sob uma única denominação, a saber: teorias do

desenvolvimento endógeno. Essas teorias chegaram a dominar amplamente a sociologia contemporânea, abrangendo tanto o marxismo como o funcionalismo. Seu traço essencial consiste em isolar um aspecto da vida social (a economia, a política, as organizações, etc.), atribuindo-lhe imanência, continuidade, uniformidade e acumulação genética. A isto objeta Nisbet: "o que existe como fato empírico concreto é simplesmente o comportamento dos seres humanos com os seus diversos atributos procriativos. Segundo, este comportamento não se dá na terra intemporal dos sistemas universais, mas em lugares e áreas concretas e definidas."

São os seguintes os argumentos mobilizados por Nisbet contra a teoria do desenvolvimento endógeno:

1º) o que caracteriza o comportamento humano é a permanência, a fixidez e a inércia, todo comportamento humano tende a ser fixo no seu gênero, até que condições peculiares gerem a mudança;

2º) ao contrário do que supõe a sociologia contemporânea, a fonte da mudança raramente vem de dentro da unidade ou entidade;

3º) a mudança social não manifesta continuidade genética; essa suposição consiste numa ficção através da qual se pretende impor uma espécie de ordem intelectual sobre o passado, que não autoriza nenhuma previsão científica causal;

4º) não existe processo de mudança autônomo inerente aos sistemas sociais; se tal se desse, culturas isoladas revelariam claras manifestações de mudanças significativas, o que não ocorre;

6º) o estudo da mudança social é inseparável dos eventos históricos.

NOTAS

(1) Para evitar maior distanciamento do tema a que me proponho, vou ater-me a esse enunciado esquemático remetendo o leitor interessado no seu aprofundamento ao livro que dediquei ao assunto (*Fundamentos da moral moderna*, Curitiba, Ed. Universitária Champagnat, 1994).

(2) Em 1901, Sheebohn Rowntree, no livro *Poverty: a Study of Town Life*, dava conta das pesquisas que desenvolveu no sentido de quantificar a que valores corresponderia o conceito de "mínimo necessário para a sobrevivência", com o que se inicia o conhecimento exato da evolução dos padrões de vida nos países desenvolvidos.

(3) É interessante registrar que entre as obras editadas por Peter Berger consta a seguinte: *The Capitalist Spirit. Toward a Religious Ethic of Wealth Creation* (San Francisco, ICS Press, 1990).

(4) Lutero respondeu-lhe prontamente com a obra *De Servi Arbitrio* (1525).

(Transcrito de *Revista Brasileira*, Fase VII, Ano VI, nº 22; janeiro/março, 2000).

FANTASIAS SOBRE A DEMOCRACIA ATENIENSE

O estudo clássico é da autoria de sir Ernst Baker (1874/1960), que foi professor em Oxford e dirigiu o famoso King's College, de Londres. Ainda que haja sempre insistido em que lidava com o pensamento político e não diretamente com a prática, corresponde a referência obrigatória.

O texto mais notável de si Ernst Baker intitula-se **Teoria Política Grega**, dedicada à obra de Platão. Segue-se a edição comentada de A Política, de Aristóteles. Tratou especificamente do tema da democracia antiga em diversos ensaios, com a modéstia que o caracterizava desculpando-se por não haver tratado com a mesma profundidade os autores romanos. Em suma, trata-se de uma contribuição essencial e definitiva à adequada compreensão do assunto.

O eminente estudioso comprovou o acerto da opinião vigente no século XVIII - como se pode ver, por exemplo, da obra de Montesquieu - segundo a qual o método democrático, para os atenienses, era o sorteio. A eleição era considerada como aristocrática. Recorda que, em conformidade com os comentários de Aristóteles à Constituição de Atenas, "a maior parte dos funcionários governamentais eram designados por sorteio". Refere também o conjunto de mecanismos utilizados para avaliar o seu desempenho a fim de que fossem os escolhidos, por aquela modalidade, mantidos na função que exerciam. A *ágora* (Assembleia) elegia tão somente os generais, entre estes o que deveria liderá-los, e os encarregados dos assuntos financeiros. Dado o significado de que se revestia a defesa, para a sobrevivência da Cidade-Estado, do mesmo modo que a boa saúde financeira, o poder de que dispunha a Assembleia era certamente significativo. Entretanto, isto, por si só, não permite que se invoque o exemplo de democracia direta, a ser seguido, que Atenas representaria.

Outro aspecto que impede qualquer idealização da democracia ateniense diz respeito ao direito de voto. Ernst Baker assinala que Aristóteles aprova-o na medida em que prevaleça a vontade da maioria, "mas que seja uma maioria de indivíduos que também sejam proprietários da maioria dos bens materiais". Estando as mulheres excluídas do mesmo modo que os escravos, os que participavam da Assembleia eram de fato uma elite, ainda que numerosa, sem dúvida. (1) Além disto, os assuntos submetidos à sua deliberação eram filtrados, aspecto que, assinalado pelo mestre inglês, viria a ser aprofundado na obra adiante referida.

No que se refere ao funcionamento das instituições atenienses, isto é, da experiência concreta que não foi objeto de estudo da parte de Ernst Baker,

dispõe-se de análises fartamente documentadas. Acham-se mencionadas na obra *Príncipe du gouvernement représentatif* (Paris, Flammarion, 1996), de Bernard Manin. Vamos nos limitar a resumir as indicações contidas na monumental obra do estudioso dinamarquês M. H. Hansen, em seis volumes, dedicada à vida política ateniense no século IV, por considerar mais abundante a documentação disponível, mas destacando os traços surgidos na centúria anterior. (2)

A administração propriamente dita, equivalente ao que em nosso tempo corresponderia ao Executivo, ficava a cargo de 700 magistrados, 600 dos quais providos por sorteio. Os vencedores deveriam entretanto atender a determinadas qualificações, geralmente simples formalidade. Em contrapartida, havia todo o rigor no exame da prestação de contas. Estavam sujeitos aos tribunais em caso de queixas dos cidadãos. Como os pretendentes deviam apresentar-se para o sorteio, as exigências enumeradas reduziam substancialmente o número de candidaturas.

Esse primeiro grupo cujos membros eram denominados magistrados, não exercia poder político maior. Antes de tudo, eram administradores e executivos. Instruíam os dossiers, com base nos quais as instâncias que decidiam traçavam as tarefas que lhes incumbia realizar. O poder de tomar decisões achava-se distribuído em outras instâncias.

No plano administrativo, o poder supremo era constituído por um órgão denominado de Conselho (*Boulé*) adiante caracterizado. No que respeita às leis de caráter geral, a decisão ficava a cargo da Assembléia. Porém, grande parte da matéria submetida à sua consideração destinava-se apenas a ser ratificada, como se referirá adiante. Em suma, os magistrados tinham poder limitado.

Acima das magistraturas incumbidas da administração encontrava-se o Conselho, que contava com 500 membros igualmente selecionados por sorteio. Os candidatos deveriam ter mais de trinta anos e, no curso da vida, somente poderiam integrá-lo por duas vezes. Dispunha de uma série de privilégios, entre os quais a exclusividade no julgamento de seus próprios membros. Cada uma das 139 circunscrições com que contava Atenas (chamadas de *demes*) (3) sorteava candidatos a ocupar os cargos a que tinham direito na instituição.

O Conselho era a mais alta magistratura, cabendo-lhe selecionar e instruir as questões a serem submetidas à Assembléia, no que dizia respeito à administração. Alguns desses projetos eram encaminhados em forma conclusiva. Estima-se que metade das decisões da Assembléia constituíam simples referendos de disposições do Conselho. Este tinha a incumbência de representar a cidade, recebendo as embaixadas estrangeiras. Exercia igualmente importantes funções militares, inclusive a administração da frota marítima que constituía a expressão máxima do poderio militar de Atenas. Também controlava os administradores, razão pela qual ocupava uma posição central no governo ateniense.

Contudo, dispunha de maior relevância na vida da cidade um grupo social, também escolhido por sorteio, denominado de *heliastes*. Os candidatos ao sorteio tinham não apenas que ser maiores de trinta anos como dispor de algum conhecimento em matéria de conhecimento das tradições constitucionais da cidade porquanto incumbia-lhes atuar tanto como juizes como instância política.

Considerados mais sábios e dotados de maior experiência, tinham a prerrogativa de decidir questões submetidas à Assembléia sempre que estivessem referidas à aplicação da justiça em matérias das quais inexistia jurisprudência. Neste grupo social considerado superior é que se recrutava, também por sorteio, os membros dos tribunais populares.

Os tribunais populares enfeixavam grande soma de poder. Em realidade, exerciam funções políticas decisivas. Sendo os litígios privados

resolvidos por arbitragem, a intervenção dos tribunais somente ocorria quando uma das partes recorria da decisão do árbitro. Também diversos crimes comuns eram da alçada de outras instituições, razão pela qual só intervinham quando havia recurso. Em tais circunstâncias, os processos políticos ocupavam o lugar central em sua atuação.

Quando os cidadãos alegavam que uma lei aprovada pela assembleia era ilegal, o tribunal popular a que recorria tinha o poder de suspender a sua vigência de imediato e de revogá-la em definitivo caso aprovasse a alegação. Assinale-se que esse tipo de ação era freqüente. Deste modo, um órgão formado por sorteio exercia controle político sobre atos da Assembleia.

Além de revogar uma disposição da Assembleia, o tribunal popular dispunha da prerrogativa de punir o autor da proposição em causa, multando-o ou privando-o de seus direitos políticos. As multas variavam desde valores simbólicos até somas vultosas que podiam afetar o patrimônio do condenado. O tribunal também podia punir o autor de uma ação considerada leviana.

O poder dos tribunais alcançava os eleitos pela Assembleia, figuras que dispunham de grande poder devido à relevância de seu papel para a sobrevivência da cidade. Eram, de um lado, responsáveis pela defesa, numa circunstância em que a possibilidade de invasão externa era de todo patente, além do imperativo de constituir alianças, mantê-las ou ter que refazê-las. De outro, responsáveis pela saúde financeira da cidade. Em que pese tratar-se de figuras centrais, os tribunais podiam puni-los e o fizeram em sucessivas oportunidades. Assim, por exemplo, na Guerra do Peloponeso, acusados de corrupção, os generais vencedores da batalha de Aginuses foram condenados à morte. Comprovou-se que não haviam recolhido aos cofres da cidade os bens confiscados aos vencidos. Violaram também um princípio sagrado: deixaram de enterrar solenemente aos mortos em combate, como prescrevia a tradição.

Era ainda de sua alçada, julgar as acusações contra titulares de funções administrativas (magistrados).

Por tudo isto, os tribunais populares, integrados por figuras respeitáveis da comunidade, eram uma instância moral disciplinadora do funcionamento da Assembleia. Ao contrário da votação aberta adotada por esta última, nos tribunais a votação era secreta.

Outro fator a ser considerado no estudo da democracia ateniense - notadamente quando se imagina que poderia fornecer modelo alternativo à nossa democracia representativa - é a circunstância de se haver formado uma elite que se destacava pela iniciativa nas proposições. Eram designados de forma que consideraríamos bizarra ("aquele ateniense que o deseja entre os que têm o direito") mas correspondiam a uma figura essencial àquele sistema. Escreve Manin: "Sem dúvida, somente uma pequena minoria ousava tomar da palavra no seio da Assembleia a fim de fazer proposições; a grande maioria dos participantes limitava-se a escutar e votar. Um processo de auto-seleção limitava o número daqueles que tomavam iniciativas. Mas o princípio de que todos tinham idêntica possibilidade de submeter uma proposição a seus concidadãos e, mais amplamente, de usar da palavra diante deles constituía um dos ideais supremos da democracia".(4)

Depois de descrever como de fato funcionava a democracia ateniense, desde a própria Assembleia, geralmente focalizada quase que com exclusividade, até as diversas instituições escolhidas por sorteio, Manin avança a seguinte conclusão: "Quando se distingue hoje a democracia representativa da democracia direta imagina-se com freqüência que na segunda todos os poderes políticos

importantes eram exercidos pelo povo reunido em assembleia. Exame um pouco mais detalhado do sistema institucional ateniense mostra que essa imagem é falsa. Além das próprias magistraturas, o Conselho, os tribunais populares e os *heliastes*, três órgãos distintos da assembleia do povo, desempenham papel político de primeiro plano. Os tribunais populares e o Conselho devem merecer particular atenção. Ambas as instituições desempenham um papel essencial durante toda a história da democracia ateniense. Certos poderes políticos dos tribunais faziam claramente parte daquilo que poderia ser considerado como poder supremo (*Kyrion*), em particular seu direito de revogar decisões da Assembleia". (5)

NOTAS

(1) Estima-se que os cidadãos, vale dizer, a classe proprietária, com direito a voto, deveria oscilar em torno de trinta mil, devendo comparecer às reuniões pelo menos vinte por cento, ou seja, seis mil. Os presentes votavam erguendo a mão ou abstando-se de fazê-lo. A apuração dos resultados nada tinha de rigoroso.

(2) O autor preparou uma versão resumida, em inglês (*The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes*, Blackwell, Oxford, 1991), mais tarde traduzida ao francês (1993; ed. Belles Lettre).

(3) *Demes* é a denominação de uma das estruturas criadas por Clístenes, em 507, com o propósito de reduzir o poder das grandes famílias. Dissolveu as estas últimas substituindo-as por dez "tribos" compostas a partir de uma base territorial sem referência às relações sanguíneas e, no interior destas, pequenas unidades (justamente as *demes*) idênticas no tamanho.

(4) Obra citada, ed. cit., p. 29.

(5) Idem, P. 39.

(Transcrito de *Disputationes*, Apucarana, Paraná, v. 1, nº 1, p. 151-158, dez. 2003.)

INCONSISTÊNCIA DA CRÍTICA DE ROSANVALLON À DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

O pensador francês Pierre Rosanvallon (nasc. 1948), consagrado estudioso da política, vem de lançar novo livro: **La légitimité démocratique**. Imparcialité, réflexivité, proximité (Paris, Editions Du Seuil, 2008).

Rosanvallon alcançou grande notoriedade ao registrar, em caráter pioneiro, o que denominou de **Crise do Estado Providência** (1981). Tratava-se da verificação de que o modelo europeu de seguridade social repousava em bases falsas. Optara por financiar os dispêndios mediante contribuições anuais, destinadas a atender aos gastos correntes. Rosanvallon constatou que as alterações na composição etária da população apontavam na direção do aumento do número de pessoas com direito a aposentadoria, num quadro de redução sucessiva do número de contribuintes.

Existia o modelo alternativo, testado nos Estados Unidos. Sustenta com recursos arrecadados compulsoriamente apenas a manutenção do programa de renda mínima. Tudo mais rege-se pelo sistema das empresas de seguro, isto é, os benefícios são pagos com recursos provenientes de aplicações.

À fonte da crise apontada por Rosanvallon, sobrepôs-se, no período subsequente, as dimensões assumidas pelo desemprego. Emergiu um verdadeiro círculo vicioso: diante da necessidade de cobrir os déficits da seguridade social mediante recursos provenientes do Orçamento (impostos), introduziu-se a prática dos cortes nos benefícios. Mostrando-se insuficientes para eliminação do déficit, novo apelo ao Orçamento; mais cortes de benefícios. E assim sucessivamente nas últimas décadas.

Em que pese o agravamento da crise, os sociais democratas franceses, entre estes Rosanvallon, formaram com os socialistas na oposição em capitular diante do modelo norte-americano. Em nada os abalou o fato de que a Inglaterra o haja adotado, com sucesso, e

a Alemanha tenha começado a empreender esse caminho. Os franceses tornaram-se a cidadela da resistência.

Nos anos desde então transcorridos, Rosanvallon voltou mais uma vez ao tema da crise do modelo previdenciário (**A nova questão social**, 1995). Contudo, interveio de forma muito diversificada, ocupando-se dos diversos aspectos da evolução política francesa (a exemplo do sufrágio eleitoral; da caracterização do modelo político, etc.), vale dizer, manteve-se muito ativo.

Tese central: as eleições não proporcionam a pretendida legitimação do sistema

No livro de cuja referência partimos, para situar os percalços da democracia toma como referência modelo rousseauiano. A democracia se situa na antípoda assim formulada, como diz, por “um grande republicano francês”: “É necessário que a autoridade se legitime ou pela vontade livremente expressa de todos ou pela suposta vontade de Deus.” Em síntese, seria preciso escolher entre o princípio eletivo e o princípio hereditário, isto é, entre o povo e o papa.

A personalidade em causa é Louis Blanc (1811/1882), espécie de saint-simoniano que obteve, na fase inicial da Revolução de 1848, a aplicação de suas idéias relativas ao reordenamento das atividades produtivas. Resumiam-se à organização das denominadas “oficinas nacionais”, onde a atividade produtiva era dirigida pelo Estado, dividindo-se os resultados entre os trabalhadores. Em que pese hajam fracassado sem deixar rastro, seu patrocinador integra o Pantheon, consagrado às personalidades consideradas marcantes na história do país. Deste modo, ao designá-lo como “um grande republicano francês”, o autor adota a postura oficial. Nem por isto, entretanto, a escolha torna-se pertinente já que não parece ter maior autoridade para opinar sobre uma instituição (o governo representativo) com a qual não tem maior compromisso. Assinale-se que o texto citado é de 1838 isto é, do ciclo em que a França enfrenta afinal uma autêntica experiência de estruturação das instituições do governo representativo, para a qual Rosanvallon, neste livro, sequer dirige o seu olhar.

A partir do postulado enunciado, Rosanvallon propõe-se identificar onde foram parar aquelas profundas esperanças, isto é, que destino teve a “opção pelo povo”.

Escreve: “Enquanto procedimento, a noção de maioria pode se impor com facilidade ao espírito mas o mesmo não ocorre se a compreendermos do ângulo sociológico. Neste último caso adquire uma dimensão inevitavelmente aritmética: designa o que se reduz a uma fração do povo, mesmo se dominante. Ora a

justificação do poder pelas urnas, implicitamente, sempre remete à idéia de uma vontade geral --e portanto de um povo --, imagem do conjunto da sociedade. Esta perspectiva sociológica não cessa de ser reforçada pelo requisito moral da igualdade e do imperativo jurídico de respeito aos direitos, obrigando a considerar o valor próprio de cada membro da sociedade.” (edição citada; Introdução, pág. 10)

Como se vê, toma como ponto de partida idealização haurida em Rousseau.

Na verdade, a justificação teórica do processo eleitoral não remete a nenhuma “vontade geral”. Esta, se existe, requer quem a identifique e reivindique capacidade para interpretá-la (**remember** Robespierre), resultado muito distanciado do que se aspira com as eleições. Nos países de democracia consolidada, de sua realização deve resultar governos apoiados em maioria estáveis, aptas a facultar-lhes os meios requeridos pela realização do programa merecedor do apoio da maioria.

A mencionada premissa equivocada --suposição da existência de “vontade geral”, apreensível-- irá conduzir o autor ao que denomina de “contra-verdade”. Eis como a descreve:

“Desde fins do século XIX, quando o sufrágio universal (masculino) começava justamente a generalizar-se na Europa, os sinais de precoce desencantamento multiplicam-se por toda parte. O espectro do reino das massas, desde logo temido pelos liberais, cedo acha-se substituído pela constatação da emergência de regimes envolvidos na estreiteza de suas preocupações. As palavras “povo” e “nação” que não haviam cessado de alimentar as expectativas e a imaginação acaba nos meandros da agitação partidária e das clientelas. O sistema de partidos --do qual nenhum dos principais teóricos da democracia previram a existência e o papel-- impôs-se a partir deste período como o coração efetivo da vida política, entronizando o reino das rivalidades e das igrejinhas”

Vejamos a que resultado chegaríamos partindo de outro parâmetro, aquele fixado por Benjamin Constant de Rebecque (1707/1830). Ao invés de partir de especulações filosóficas, a exemplo dos “philosophes” franceses tão do agrado de Rosanvallon, Constant tratou de generalizar a experiência de que se dispunha da prática do governo representativo, a da Inglaterra. Concluiu que a representação era de interesses e a função do Parlamento era institucionalizar uma forma de negociação entre eles. Resumindo o núcleo central dessa experiência, Gianfranco Pasquino, na obra **Curso de Ciência Política** Bolonha, 1997; 2ª edição, 2000; tradução portuguesa, Principia, 2002), afirmaria: “...como é sabido, a experiência clássica do constitucionalismo anglo-saxão está marcada pela tentativa, no essencial coroada de êxito, de substituir as balas (**bullets**) por boletins de voto (**ballots**)

como instrumento de resolução de conflitos, contando cabeças ao invés de as cortar”.

Eis o quadro resultante do pleito eleitoral, na visão de Constant: “Cem deputados, nomeados por cem seções de um estado levam à assembléia os interesses particulares, as prevenções locais de seus mandantes. Essa base lhes é útil: forçados a deliberar em conjunto, eles logo percebem os sacrifícios mútuos que são indispensáveis; eles se esforçam para diminuir a extensão desses sacrifícios mútuos, e é essa uma das grandes vantagens do seu modo de nomeação. A necessidade sempre acaba por reuni-los numa transação comum e quanto mais as escolhas seccionais, mais a representação alcança seu objetivo geral. Invertendo-se a gradação natural, coloca-se o corpo eleitoral no topo do edifício, aqueles que ele nomear serão chamados a se pronunciar sobre um interesse público cujos elementos não conhecem; e serão encarregados de pactuar em nome de partes cujas necessidades ignoram ou desdenham. É bom que o representante de uma seção seja o órgão dessa seção; que ele não abandone nenhum dos seus direitos reais ou imaginários antes de tê-los defendido; que seja parcial pela seção de que é o mandatário, porque, se cada um for parcial para com seus mandantes, a parcialidade de cada um, reunida e conciliada, terá as vantagens da imparcialidade de todos.” (**Princípios de política**; edição de 1815 in Benjamin Constant- **Escritos de política**. São Paulo, Martins Fontes, 2005; pág. 46)

Da teoria da representação política como sendo de interesses decorre automaticamente a inevitabilidade do aparecimento de um órgão, os partidos políticos, que se ocupasse de afunilá-los. Para a mentalidade francesa, tão bem expressa por Rosanvallon, é assustador que nenhuma cabeça privilegiada os haja previsto. Em contrapartida, os que ao contrário das elucubrações preferem debruçar-se sobre o curso real dispunham dos embates entre **whigs** e **tories**, ao longo do século XVII. Somente depois de quase dois séculos de vivência concreta é que a Inglaterra deu-se ao trabalho de atribuir-lhes um nome genérico. A formalização do partido político dá-se no curso da Reforma Eleitoral de 1832.

O incomodo com o processo real, que tanto apraz aos críticos da democracia, cuja liderança ora é disputada por Pierre Rosanvallon, já foi considerada e plenamente respondida por Norberto Bobbio (1909/2004) no livro **O futuro da democracia** (1984). O fato de que não corresponda à maneira como foi idealizada ocorre de forma generalizada com toda a obra humana. A sabedoria popular responde a esse tipo de inquietude ao louvar-se da certeza de que “a perfeição é de Deus”.

Cabe, portanto, indicar e avaliar os novos argumentos que nos traz o livro de Rosanvallon.

Ignorando solenemente o processo real --isto é, o mundo da política com todas as suas imperfeições humanas, capitaneado pelos partidos--, o nosso autor propõe-se “descobrir” que iniciativas seriam adotadas com o propósito de encontrar formas de legitimação, já que não teria sido alcançada pelas eleições.

Ficção apresentada como alternativa ao processo eleitoral

O surgimento e a ascensão do totalitarismo são atribuídos ao sistema representativo. Revela não ter-se dado conta de que o processo de democratização do sistema, se fracassou na França, sob Napoleão III --quando a universalização do sufrágio não se achava ao serviço daquele objetivo (democratizar-se) mas de projetos pessoais do Imperador-- teve curso no mundo anglo-saxão (Inglaterra, Estados Unidos, etc.) e neste não se deixou abalar pelo que ocorreu na Europa Ocidental e do Leste. O fato de que, nessa parteda Europa, os teóricos que se propunham liderar o movimento operário tivessem optado pela abolição do sistema representativo não resultou da incapacidade deste de absorvê-los. Tanto isto é verdade que, a facção que apostou no caminho parlamentar logrou chegar ao poder na República de Weimar, sendo igualmente vítima das facções totalitárias geradas pelo movimento socialista. Tais distinções escapam totalmente a Rosanvallon. Eis como resume o período em causa:

“Face ao que foi percebido como um profundo desmoronamento, nestes anos 1890-1920, enquadrando a Grande Guerra, surgem esforços por determinar os meios que permitissem ao ideal democrático reencontrar sua dimensão substancial primitiva. Alternativas extremas, como se sabe, serão exploradas, chegando mesmo a inserir um projeto totalitário como figura desejável do bem público. Mas do seio desse borbulhar vai também emergir, de modo mais discreto, o que modificará em profundidade os regimes democráticos: a formação de verdadeiro poder administrativo. É com efeito durante esse período que se edifica em toda parte Estado mais forte e melhor organizado.” (Introd. P.48)

O autor vê nesse desfecho a perda de relevância da “legitimação pelas urnas.”

A proposição em causa merecerá do autor uma ampla tentativa de demonstração, no capítulo primeiro do livro, que iria denominar de “O sistema da dupla legitimidade”.

Passa em revista as formas de legitimação do poder desde a Antiguidade Clássica até a Idade Média e, na Época Moderna, o desdobramento do processo eleitoral e, mais uma vez, “o sentido de um desencantamento” ou “a crise da democracia”.

O caminho seguido por Rosanvallon partirá do postulado que equipara **eleição** ao **concurso**. No primeiro caso teríamos “igualdade de expressão” (sufrágio universal) e, no segundo, “igualdade de admissão às diversas tarefas coletivas.” E, mais: “São dois tipos de **provas** distintas que regulam o procedimento para designar os indivíduos encarregados de gerir estas formas de generalidade: a eleição e o concurso”. (p.90). Prossegue: “Pode-se definir a eleição como expressão conjunta de vontades qualificadas com vistas a exercer uma designação. O concurso está associado à idéia de uma seleção objetiva segundo critérios determinados. A compreensão metódica das características destas duas provas é portanto a chave essencial para compreender a distinção das formas de legitimação que encarnam.” (p.91)

O autor afirma que esse tipo de entendimento teria uma longa história, a começar da primeira metade do século XIX. Vejamos a quem mobiliza em seu socorro: Constantin Pecquer. Vale a pena deter-se nesse personagem a fim de aquilatar a consistência da argumentação do autor.

No artigo intitulado “Les premières socialistes”, incluído na obra coletiva **Nouvelle histoire des idées politiques** (Pascal Ory, organizador; editado pela Hachette, em 1987), Armelle Le Brás Chaparol indica que Pecqueur, entre 1835 e 1850, “colabora em todos os jornais da oposição, estuda o Saint-simonismo, trabalha com os fourrieristas e será chamado por Louis Blanc para integrar a Comissão de Luxemburgo (criada pelo governo saído da Revolução de 1848), afastando-se completamente da vida pública a partir de 1851. Publicou **Theorie Nouvelle**, onde apresenta o **coletivismo** como forma de harmonização dos interesses. Para tanto o Estado passaria a ficar de posse dos meios de produção. Cabe-lhe distribuir os trabalhadores pelos diversos setores de atividade segundo um duplo sistema: concurso e eleição. O salário a que cada um fará jus será pago em espécie, de modo que a distribuição dos produtos fique também em mãos do Estado”. Vale dizer: estará igualmente a cargo deste promover a circulação das mercadorias. A par disto, o Estado de Pecquer será rigorosamente hierarquizado, assume feição universal, devendo implantar-se sem violência.

Como se pode concluir dessa breve caracterização não nos parece que essa absurda e disparatada construção tenha algo a ver com a evolução histórica do sistema representativo. Em que pese a evidência, as razões apresentadas pelo próprio Rosanvallon para a escolha não procuram dourar a pílula: “Pecquer é um dos pais fundadores do socialismo francês, que Marx admirava de modo especial. Na sociedade comunista, cuja concretização aspirava, todos os cidadãos, a seus olhos, deviam ser apreendidos como funcionários da utilidade pública. A implantação do princípio de mobilização ótima das capacidades sociais implicava, para ele, a

generalização de um sistema de concursos públicos”. (idem) Faltou dizer o que isto teria a ver com o objeto da discussão.

O que de fato esconde a ficção indicada

Sendo Pierre Rosanvallon uma das mais eminentes personalidades representativas da cultura francesa, não se poderia dizer que ignora como se deu o processo real de estruturação de burocracia impessoal, característica do Estado de Direito. Vamos, entretanto, referir alguns aspectos desse processo a fim de bem precisar o que se esconde atrás de tese tão inconsistente. Esse caminho, suponho, há de permitir que se possa vislumbrar as razões pelas quais correu o risco de avançar, na matéria, uma nova interpretação, eminentemente arbitrária e insustentável, como pretendo demonstrar.

Considera-se que a relação entre Estado Moderno e burocracia impessoal haja sido estabelecida por Max Weber (1864/1920). Como se sabe, tipificou as organizações estatais, denominando-as de “formas de dominação”, com vistas sobretudo a identificar a que corresponderia a especificidade do Ocidente. Como lhe interessava fixar aquilo a que poderia proporcionar uma conceituação rigorosa (o “tipo ideal”), evitou que viessem a ser correlacionadas com a evolução histórica concreta dessa parte do mundo. Contudo, ao fixar os traços essenciais da **dominação legal** estava claramente definindo as características distintivas do moderno Estado de Direito.

Nessa caracterização importa sobretudo ter presente as pré-condições requeridas nas quais se acha baseada a emergência do Estado ocidental moderno, pré-condições essas que por si sós permitem evidenciar a complexidade do processo, ao contrário do que pretende Rosanvallon, ao insistir que seu objetivo seria outro (secundar a legitimação eleitoral), o que somente se tornaria explícito na segunda metade do século XX.

São as seguintes as pré-condições em apreço:

!) monopolização dos meios de dominação e administração com base em: a) criação de um sistema permanente e centralmente dirigido de taxaço; b) a criação de uma força militar permanente e centralmente dirigida, nas mãos de uma autoridade governamental central; 2) a monopolização de promulgaçoes legais e do uso legítimo da força pela autoridade central; e, 3) a organizaço de um funcionalismo racionalmente orientado, cujo exercício de funções administrativas depende da autoridade central.

Explicita que se bem alguns desses atributos tenham existido em outros lugares, seu emprego conjunto e simultâneo é um fenômeno exclusivamente ocidental.

Consideremos apenas um dos elementos referidos: o monopólio da violência legal. No caso da França, por exemplo,

passo relevante nessa direção seria dado por Luís XIV –um dos mais longos reinados registrados na história daquele país, situando-se entre 1649 e 1715-- ao revogar o Édito de Nantes, em 1695. Essa disposição, introduzida por Henrique IV em 1594, autorizava os protestantes a manter exército próprio, solução que encontrara para por fim às guerras religiosas que infelicitavam a nação.

É certo que o aludido processo seria interrompido pela Revolução de 1789. Contudo, ao ensejar a dissolução da Guarda Nacional, na luta contra a Comuna de Paris, a III República, em vias de implantação, consoma a efetivação dessa conquista. Tenha-se presente que a Guarda Nacional, surgida no curso da Revolução Francesa, experimentara altos e baixos durante o século XIX, tendo sido dissolvida em diversas oportunidades. Contudo, por motivo da guerra com a Prússia fora reconstituída em 1870, dispondo, segundo as estimativas existentes, de 140 mil homens. Derrotado, Napoleão III é forçado a abdicar, instaurando-se a República, sob a Presidência de Adolphe Thiers (1797/1877). Este a dissolve e manda recolher o armamento pesado em seu poder. A Guarda Nacional não só decide preservar-se como tropa; assume o poder na Capital, obrigando o novo governo a instalar-se em Versalhes. Essa guarnição iria sustentar a Comuna de Paris, o que tem sido obscurecido pela maneira fantasiosa como veio a ser considerado esse movimento. A derrota militar da Guarda nacional –e, em consequência, a dissolução da Comuna de Paris-- corresponde ao fim do ciclo de contestações ao monopólio da violência legal em território francês.

Não podendo negar o fato descrito --a lentidão, os avanços e recuos do processo de afiançamento de burocracia impessoal, em busca de eficiência-- Rosanvallon dirá que, tanto na Alemanha, como na França ou nos Estados Unidos, será de “um modo pragmático que se impôs o poder indiscutivelmente corretivo e instrutivo do poder administrativo nos governos representativos”. Explica: as iniciativas em favor de tal providência não se fizeram acompanhar do empenho racionalizador advogado por Weber e outros. O processo real ocorreu sem a iluminação sábia de que está de posse. Ei-la: “Não se pode compreender a mola propulsora e a história das democracias da segunda metade do século XX sem levar em conta o papel estruturante (dessas reformas administrativas). É com efeito este poder que silenciosamente contribuiu para corrigir numerosas deficiências das democracias eleitorais representativas”. (pág. 87)

Será que Rosanvallon, nessa matéria, estaria contemplando ao próprio umbigo? Será que eleva a tal nível --secundar a legitimação pelas urnas-- o papel (racionalizador) desempenhado pela École National d'Administration --a famosa ENA, criada por De Gaulle em 1945, de onde têm saído os “enaques” (“la crème de

la crème de la bureaucratie”) que conquistaram o domínio e a hegemonia da administração francesa?

Logo adiante o próprio autor tornará claro onde quer chegar.

Irá registrar a emergência de outro momento. Escreve, então: “Esta página começou a ser virada em 1980”. Começa o que denomina de “deslegitimação do poder administrativo”. Textualmente: “A retórica neoliberal desempenhou seu papel ao enfraquecer a respeitabilidade do Estado, convidando a erigir o mercado em novo instituidor do bem estar coletivo.”

Portanto, ao deslegitimar o processo eleitoral como forma consagrada de institucionalização do sistema democrático representativo --situando como seu anteparo o surgimento de burocracia impessoal, fenômeno que acompanhou de perto a formação do Estado de Direito e que situa arbitrariamente na segunda metade do século XX--, Rossanvallon pretende simplesmente exaltar “os trinta gloriosos”, as décadas em que a Europa superou as crises cíclicas e experimentou crescimento econômico de modo contínuo.

O mar de rosas teria sido desfeito por Mme. Thatcher.

Aquilo que os franceses denominaram de neoliberalismo corresponde à comprovação empírica de que o processo de **estaginflação**, emergente na segunda metade da década de setenta, decorria da estatização da economia. O desmonte desse lado perverso da aplicação distorcida do keinesianismo não significa, como pretende nosso autor, a eliminação das medidas, precedentemente encetadas, em prol da plena estruturação de burocracia impessoal. Historicamente, esta se revelou capaz de dar conta, de modo eficiente, das tarefas que lhe foram sendo atribuídas, evidenciadas como indelegáveis à sociedade.

Aqui torna-se imprescindível registrar o que a experiência política européia trouxe de novo e relevante, no ciclo histórico sob exame, não só ignorada na obra em causa como até mesmo depreciada.

Os resultados auferidos pela desestatização da economia, associados à sucessiva desmistificação da experiência soviética --que acabou chegando a fim melancólico--, acabaram por propiciar o reconhecimento dos méritos da social democracia, até então praticamente ignorados.

Como se sabe, o nascimento dessa corrente, oriunda do socialismo, deu-se em fins da década de cinquenta (Congresso de Bad Godsberg, do Partido Social Democrata Alemão). Proclamou-se ali que o socialismo não se identificava com estatização da economia e, além disto, reconheceu-se que a economia de mercado revelou-se capaz de proporcionar razoável distribuição de renda. Decide-se, em consequência, arquivar a utopia da sociedade sem

classes. Nas duas décadas subseqüentes, os alemães não conseguiram maiores adesões.

A situação começa a modificar-se nos anos oitenta, com as sucessivas vitórias dos conservadores ingleses na recuperação da destroçada economia do país. Em meados da década seguinte, tem lugar, ainda na Inglaterra, a reviravolta provocada por Tony Blair no trabalhismo. Generaliza-se na Europa a adesão às proposições da social democracia.

Os reflexos da evolução do socialismo irão traduzir-se na progressiva configuração de novo modelo de gestão pública, caracterizado pela alternância no poder. Agora as duas propostas dominantes são a liberal e a social democrata.

A atual crise por que passa o Partido Socialista Francês resulta precisamente do fato de ter-se aferrado ao modelo socialista ultrapassado, recusando-se a aderir à social democracia,

Num quadro destes, o que nos diz Rosanvallon?

Decreta, nada mais nada menos que a superação dos temas clássicos, relacionados ao governo representativo. Vejamos o que irá colocar em seu lugar.

A que corresponderia a “nova idade da legitimação”

A tese geral é apresentada na Introdução e desenvolvida nos capítulos Segundo (“A legitimação pela imparcialidade”) e Terceiro (“A legitimação pela democracia reflexiva”) e, em seguida, sintetizada na Conclusão, constante do Capítulo IV. Neste apresenta o nome do novo sistema político: “legitimação pela proximidade”. No período contemporâneo a cultura francesa acentuou essa inclinação pela busca de novidades, de preferência apresentadas com nomes arrevesados. Nesse particular, o nosso herói parece haver capitulado perante o meio.

O próprio Rosanvallon, na Introdução, resume-o deste modo: “O enfraquecimento do antigo sistema de dupla legitimação e as diversas mudanças que provocou e o acompanharam, desde os anos oitenta, não apenas criaram um vazio. Se o sentimento de perda --e mesmo de decomposição-- fez-se presente, também emergiu uma espécie de recomposição silenciosa. Apareceram novas iniciativas cidadãs. A aspiração de presenciar a instauração de regime a serviço do interesse geral exprimiu-se em linguagem e referências inéditas. Os valores de imparcialidade, solidariedade ou de proximidade, por exemplo, afirmaram-se de modo sensível, correspondendo a uma apreensão renovada da generalidade democrática e, portanto, molas propulsoras de formas de legitimação. Instituições como as autoridades independentes ou as cortes constitucionais viram seu número e papel crescer consideravelmente”. (Introdução, págs. 15/16)

Chega-se assim à grande descoberta do autor e que residiria numa fórmula de definitiva desqualificação do processo eleitoral. A “descoberta” reside no “novo” papel que passam a desempenhar na sociedade instituições que não foram gestadas no processo eleitoral. Decreta a superação dos temas clássicos que enumera: governo representativo, democracia direta, separação dos poderes, o papel da opinião e os direitos do homem. Prossegue: “A nova gramática das instituições democráticas na qual se inscrevem as autoridades independentes, do mesmo modo que as cortes constitucionais, marca uma ruptura com o precedente universo. Porém devido a que não hajam merecido elaboração intelectual (não encontrou seu *Siyès* ou seu *Madison*), sua amplitude não foi percebida na justa medida. A mudança nasceu de circunstâncias atendendo às expectativas latentes dos cidadãos e que fossem recebidas como uma soma de exigências imediatas em termos de gestão pública.” (Int., p. 56)

Obcecado pela suposição da existência de **vontade geral**, Rosanvallon entende que o embate eleitoral, que se caracteriza pela identificação entre candidato e votante, esconde o essencial: a busca de **consenso**. Escreve na Conclusão do livro: “Uma campanha eleitoral tem uma função democrática, mas ela é específica. O momento da identificação é marcado pela expressão de projetos e idéias contraditórias, permitindo a cada um clarificar o que o atrai e as repulsões que sua escolha determinam. O mecanismo de identificação a um candidato cumpre deste modo uma função essencial. Contribui para o sentimento propriamente político de produzir o que tem de comum com os outros”, (p. 349)

Do que precede infere que “se a identificação com o candidato é um dos requisitos naturais da escolha eleitoral, traz como efeito a distância que caracteriza funcionalmente a situação relativa de governantes e governados.”

Aqui é que entra a pretensão à onisciência: “As democracias contemporâneas começaram a engajar-se neste caminho. Mas sem que as coisas hajam sido claramente formuladas e colocadas numa perspectiva coerente. É por isto urgente a tarefa de esboçar a figura de uma **democracia de apropriação**, cujos elementos impulsionadores sejam profundamente diferentes daqueles de uma **democracia de identificação**. Consistem, com efeito, em corrigir, compensar e organizar a separação entre governantes e governados, de tal sorte que estes últimos possam controlar e orientar o poder de modo diferente daquele que consiste na transmissão de um mandato. Não pode haver democracia viva sem que estas duas dimensões sejam claramente distinguidas e recolocadas em suas funções respectivas”. (p. 349/350) Não estaria à altura que se atribui o pensador francês se não encontrasse uma denominação apta a ocultar a profunda verdade que encerra, capaz

de conduzir, os que não a percebem, à reconhecerem a própria insignificância.

Colocando pontos no i

Conceda-se a Rosanvallon o mérito de situar o consenso na antípoda da democracia. A necessidade de existência, na sociedade, de Poder Neutro (Moderador), proclamada por Benjamin Constant, decorre da presença de problemas que não comportam soluções negociadas (democráticas). Geralmente são de índole moral. A vida é que iria introduzir correções em tal postulado: a própria experiência social irá determinar a forma concreta de que se revestirá o cumprimento dessa exigência. A Suprema Corte norte-americana desempenha esse papel, sem que tivesse sido concebida especificamente para esse fim. Seria algo na linha do que John Rawls (1921/2002) chamou de **overlap consensus**.

Ainda a experiência de prática democrática no Ocidente iria exigir que, determinados temas devam ser obrigatoriamente (ou de preferência) consensuais. Países como o Brasil, que fazem fronteira com diversos outros, precisa ter uma política externa negociada (diretamente, sem intermediação eleitoral) entre os partidos que possam ser chamados a constituir governo, na medida do possível sem maiores alterações e muito menos introduzidas de modo brusco. Outra questão de idêntica índole corresponde às reformas educacionais. Por requererem prazos dilatados de avaliação, somente deveriam ser encetadas com base numa ampla negociação, que não precisa, necessariamente, ser efetivada no curso de campanhas eleitorais.

No fundo da argumentação de Rosanvallon encontra-se a deslegitimação do conflito social. Eliminá-lo constitui, para o eminente pensador, uma verdadeira obsessão, o que o leva a confundir a árvore com a floresta. Sua construção torna-se assim de artificialidade gritante. A inelutável presença do conflito social é que torna imbatível a experiência ocidental que se tem revelado capaz de evitar a preferência pelo enfrentamento armado, substituindo-o pela negociação. A superioridade dessa solução nos é mostrada, cotidianamente, pela televisão, naqueles países dilacerados por guerras civis intermináveis.

O que há de mais relevante na experiência política européia desde o último pós-guerra corresponde à construção da Comunidade. Dá lugar à emergência de temas que obrigatoriamente teriam que merecer a preferência dos estudiosos. Enumero alguns deles: o processo segundo o qual o Parlamento europeu torna-se progressivamente um autêntico poder; a construção dos partidos políticos transnacionais e o que isto implica em termos de reformulação doutrinária; e ainda a alternância de poder como forma generalizada de prática governamental nos diversos países

integrantes. É evidente que não tem razão de ser pretender suprimi-los em favor de uma construção artificial, além do mais tangenciadora do essencial: a estabilidade política, a eliminação das sucessivas guerras entre as nações, que ora a integram, e a normal e previsível convivência social.

Para Pierre Rosanvallon, pensador de tantos méritos, a fidelidade a Rousseau corresponde a uma autêntica tragédia. É uma pena que a França não haja desfrutado da advertência das **Frenéticas**, grupo vocal de merecida popularidade entre nós, contida nesta máxima existencial da maior relevância: **não vá escolher errado o seu Super Herói.**

O SISTEMA PROPORCIONAL NO NOVO QUADRO POLÍTICO EUROPEU

Introdução

Recentemente a Universidade Livre de Bruxelas realizou seminário dedicado a este tema : *O modo de escrutínio configura a eleição?*. Reunidas em livro as diversas comunicações, veio à luz em 2000. A obra foi organizada por dois professores do Departamento de Ciência Política daquela Universidade: Pascal Delwit e Jean-Michel De Waele.

Pascal Delwit (nascido em 1961) é hoje, sem favor, o principal estudioso dos partidos políticos europeus.. Essas organizações configuram um tipo especial e até então inexistente: os denominados *partidos transnacionais*. As agremiações políticas haviam sido nacionais ou internacionais. As primeiras, onde tem lugar democracias consolidadas, organizam-se em torno de doutrinas geralmente bem estruturadas. Constituem famílias políticas que adquiriram dimensão internacional: socialistas,

sociais-democratas e liberais, entre outras. Os transnacionais, em contrapartida, têm que se ajustar a um ideário comum, abandonadas as singularidades advindas de tradições culturais nacionais. Revestem-se de grande importância na medida em que devem influir na configuração futura que venham a assumir as principais doutrinas.

Jean-Michel de Waele (nascido igualmente em 1961) efetivou recentemente estudos pioneiros sobre a transição democrática das ex-repúblicas de democracia popular (satélites da União Soviética). A par disto, é conhecido especialista no estudo de política comparada.

No texto introdutório, que intitularam “Modos de escrutínio e sociedades”, os dois professores destacam a importância das providências introduzidas no processo eleitoral, desde que se estruturou e começou a difundir-se o governo representativo, a exemplo da cédula oficial ou das regras com vistas a assegurar a transparência da apuração dos sufrágios. Segue-se a caracterização dos principais modos de escrutínio, subdividindo-os em majoritários e proporcionais. No caso deste último, destaca o caráter pioneiro da Bélgica, o primeiro país a adotá-lo, em 1899. Causaria espanto à grande maioria dos integrantes da classe política brasileira esta afirmativa constante do ensaio introdutório de que se trata: “Os sistemas proporcionais são escrutínios de listas. Não se vota portanto num candidato mas numa lista de candidatos representando o partido. O escrutínio pode efetivar-se em escala nacional, uma só lista para todo o país (Israel e País-Baixo) ou à escala das circunscrições.” (*Le mode de scrutin fait-il l’élection?*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 2000, pág. 11)

Os autores destacam que o tema pode ser discutido de dois ângulos: o da governabilidade (que é precisamente o nosso caso), a partir da conhecida tese de Ferdinand Hermens (1906/1998) de que o sistema proporcional fora o responsável pelo fracasso da República de Weimar. Os organizadores do Seminário optaram pela segunda alternativa: tomar como ponto de partida o texto clássico de Maurice Duverger (nascido em 1917) --*Les partis politiques* (1951), em que defende a tese de que o sistema proporcional facultaria a emergência de sistema de múltiplos partidos, enquanto o majoritário levaria a um sistema dualista

O tom geral das comunicações consiste em destacar que, nas democracias mais antigas, o sistema eleitoral em vigor resulta de circunstâncias históricas e culturais, não cabendo aos estudiosos posicionar-se em termos de preferência. Essa idéia acha-se claramente expressa no ensaio de outro renomado estudioso, Daniel-Louis Seiler, justamente a comunicação que repete o título do seminário. Afirma: “Estas duas formas de práticas não resultam de qualquer engenharia política, sendo fruto da história e da

cultura dos países respectivos que, depois de experimentos mais ou menos longos, terminaram por adotar o modo de escrutínio que melhor lhe convinha.” Entretanto, pondera, o critério que orienta a escolha efetivada “deve ter tido em conta ... uma delicada dosagem entre representatividade e governabilidade.” (obra citada, pág. 35)

A questão, portanto, da qual não se pode escapar diz respeito à governabilidade. Desse ângulo, no início do pós-guerra, o sistema proporcional viu-se execrado nos dois principais países do continente: França e Alemanha. Há um dado interessante que poderia apontar numa mudança radical de avaliação: nas eleições para o Parlamento Europeu, os ingleses aceitaram renunciar ao seu velho modelo e adotar a votação proporcional.

A nossa pergunta portanto será: a presença da Comunidade tem influído no sentido de mudar a natureza do sistema proporcional? A natureza em questão é aquela para a qual havia apontado Hermens: a ingovernabilidade que levaria ao poder, pelo voto, dois notórios candidatos a ditadores: Mussolini e Hitler.

Para reconstituir o comportamento eleitoral dos países europeus que mantiveram o sistema proporcional, desde o pós-guerra, nos marcos da Comunidade, dispomos de um documento precioso: *Les partis politiques en Europe de l'Ouest* (Paris, Econômica, 1998), sob a coordenação de renomados estudiosos europeus da questão: Guy Hermet, da Fundação Nacional de Ciências Políticas, instituição francesa, sediada em Paris; Julian Thomas Hottinger, da Universidade de Friburgo, Suíça; e Daniel-Louis Seiler, do Instituto de Estudos Políticos de Bordeaux, França.

A composição da equipe formada para elaboração dos verbetes exigiu a mobilização de 25 especialistas. Na maioria dos casos, ficaram responsáveis pelas nações nas quais se encontravam as instituições acadêmicas a que pertenciam.

Ao todo, foram estudados 25 países, a começar da República Grega existente em parte da ilha de Chipre. Atendeu também à circunstância de que a Irlanda encontra-se dividida. Na análise que se segue, optamos por incluir apenas 12. Ficaram de fora aqueles em que vigora sistema eleitoral distrital (Inglaterra, França e Alemanha), as duas nações que não aderiram à Comunidade (Suíça e Noruega) e os que consideramos pouco representativos à luz do tema de que se trata, por dispor de população inexpressiva (Chipre, Irlanda do Norte e Islândia) ou por razões culturais: a Finlândia, tradicional integrante do império russo, e, portanto, distanciada da Europa Ocidental.

A bibliografia mobilizada pelos autores é deveras impressionante, podendo considerar-se exaustiva, na medida em que não se limita a livros publicados, abrangendo artigos

dispersos. A par disto, a bibliografia em apreço partiu do que existia nas respectivas línguas nacionais.

Fixaram-se regras com vistas à padronização dos verbetes. A premissa central adotada parte do pressuposto de que os partidos políticos são uma criação original da Europa Ocidental, processo esse que se acha associado, basicamente, à formação dos Estados nacionais. Deste modo, os aspectos históricos não poderiam estar ausentes, exigência de todo pertinente, como se verá. Sem embargo de que, o período do último pós-guerra teria que ocupar o lugar central, tanto pela presença da Comunidade que universalizou determinados consensos --eliminando do debate questões mobilizadoras, a exemplo dos limites para o déficit público e as taxas de inflação-- como pelo enfrentamento de uma primeira grande crise, a que se instalou a partir de meados da década de setenta.

Os demais aspectos estruturais da caracterização ali contida tornar-se-ão explícitos no curso da exposição ou serão referidos expressamente.

1. Sistema proporcional na Europa: adoção e consequências

O sistema proporcional correspondeu a invenção do continente europeu. O governo representativo, tanto na forma de monarquia constitucional --pela qual surgiu na Inglaterra-- como na modalidade presidencial (Estados Unidos), estruturava-se segundo o modelo distrital (votação nominal num candidato escolhido numa circunscrição limitada, perante a qual se comprometia com determinado programa e prestava contas periodicamente). Nas últimas décadas daquela centúria, no continente europeu aparece o sistema proporcional. Firmou-se o modelo segundo o qual os partidos concorrem com uma lista preordenada perante todo o espaço abrangido pela nação em causa (ou no âmbito de unidade federada, circunstância pouco freqüente). Para tanto, estabelece-se coeficiente eleitoral uniforme, isto é, divisor a ser aplicado sobre a votação obtida, a fim de determinar o número correspondente de representantes eleitos por cada agremiação concorrente. Nos primeiros tempos, a grande celeuma consistiu na busca de uma fórmula aceitável para distribuição dos votos excedentes (sobras).

A experimentação desse sistema, ao longo das primeiras décadas do século XX e, ainda no próprio pós-guerra permitiu que pudesse lhe ser atribuída determinada **natureza**, se assim se pode de dizer. Revelou-se incapaz de proporcionar à sociedade, talvez o bem maior a ser alcançado na sua vivência cotidiana: a estabilidade política. Essa situação gerou dois casos-limite: em relação à

República de Weimar e à França do após Segunda Guerra. No livro publicado em 1941 com o título *Democracia ou Anarquia? Estudo sobre o sistema proporcional* --que ganharia certa nomeada, tendo sido reeditado pela Johnson Reprint Corporation, de Nova Iorque, em 1972--, Ferdinand A. Hermens (1906/1998) responsabiliza o sistema eleitoral vigente pelo fracasso da República de Weimar e a ascensão de Hitler, afirmando expressamente: “A representação proporcional foi um fator essencial no naufrágio da democracia alemã”.

O texto de Hermens figura na antologia, organizada pelo prof. Manuel Braga da Cruz, intitulada *Sistemas eleitorais: o debate científico* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998).

A liderança emergente neste pós-guerra soube aprender com a lição, isto é, não correu o risco de restaurar aquele modelo, substituindo-o pelo distrital.

No caso da França, entretanto, repetiu-se o erro, vale dizer, insistiu-se na manutenção de sistema eleitoral que perpetuara a instabilidade no ciclo anterior. O resultado não foi diferente.

Desde a eleição de Léon Blum (1872/1959) para formar o gabinete em dezembro de 1946, após o novo ordenamento institucional, até a crise de maio de 1958, quando a Assembléia entrega o poder ao General De Gaulle (1890/1970), passam pelo poder nada menos que 22 gabinetes (média de dois por ano). As dificuldades para superar as crises ministeriais acentuavam-se. Ao governo que durou de junho a setembro de 1957, seguiram-se 36 dias com o poder vago. O gabinete que subiu em dezembro daquele ano caiu em abril do ano seguinte. O substituto agüentou 15 dias. Como nos ciclos anteriores, os inimigos do sistema representativo ocupavam a cena. O movimento de extrema-direita, denominado “poujadismo”, cuja bandeira principal era a denúncia do parlamentarismo e a adoção de “regime forte”, obteve 2,5 milhões de votos em 1957.

As reformas introduzidas por De Gaulle --que assumiu o poder em 1958-- abrangeria a abolição do sistema proporcional e a adoção do modelo distrital.

Do que precede considerou-se que esta seria a natureza do sistema proporcional: incapacidade de proporcionar estabilidade política, pelo menos nos países mais populosos, como seria o caso da França e da Alemanha que o abandonaram no último pós-guerra. Reconheceu-se, ao mesmo tempo que países sem maior unidade cultural teriam que insistir nesse modelo, buscando eventuais ajustamentos que minimizassem o referido efeito perverso.

Há entretanto vários indícios de que o desempenho em causa se haja alterado substancialmente, isto é, o sistema proporcional, na Europa, teria superado aquele defeito característico. Ter-se-ia tornado capaz de levar à formação de maiorias aptas a dar cumprimento aos programas que, no pleito correspondente, mereceram a preferência do eleitorado. Neste ensaio, vamos reconstituir os indícios em causa e tentar averiguar a sua procedência. Pareceu-nos que seria imprescindível indicar, desde logo, as alterações no processo político advindas da implantação da Comunidade Européia.

2. Condicionantes do processo político na Comunidade Européia

a) Idéia sumária da estruturação
da Comunidade Européia

Após a Segunda Guerra, não se repetiram os equívocos do Tratado de Versalhes que, ao impor pesados encargos à Alemanha, a pretexto de reparar os danos que causara a outras nações, lançou os germens da nova conflagração. Desta vez, foram levadas em conta as recomendações de Keynes, formuladas ainda na década de vinte. Levou-se a cabo o Programa de Recuperação Européia, que passaria à história com o nome de Plano Marshall (iniciado no segundo semestre de 1947 e aplicado nos quatro exercícios fiscais seguintes, isto é, até junho de 1951). Estava portanto presente ao espírito da liderança a necessidade de por fim às disputas tornadas tradicionais graças à imposição de reparações financeiras ao país derrotado.

Em maio de 1950 veio a ser lançado o projeto da Comunidade Franco-Alemã do Carvão e do Aço, destinada a iniciar a integração desses setores produtivos. Seguiram-se a adesão da Itália e dos países que, antes mesmo do término do conflito, haviam criado a aliança denominada BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo). Tais seriam os fundadores do que se tornaria a Comunidade Européia. As linhas gerais daquilo que deveria consistir na integração econômica foram fixadas no Tratado de Roma (1957).

No que se refere à integração política, a idéia acalentada pelos franceses seria a de atribuir-lhe a forma de uma Federação, que, em matéria econômica, inspirar-se-ia no modelo de socialismo (forte presença do Estado) experimentado na Europa do pós-guerra, hipótese que, segundo a profa. Agnes Alexandre-Collier, da universidade francesa France-Comté (no livro *Anatomie des droites européennes*. Paris, Armand Colin, 2004), teria sido implodida por Margareth Thatcher. Explícita a posição inglesa no discurso pronunciado a 20 de setembro de 1988, preparatório da agenda do Congresso do Partido Conservador, que teria lugar no seguinte mês de outubro

Resumidamente, são estas as teses que então formulou:

1^a) Ao ingressarem na Comunidade Européia, as nações preservarão sua identidade. Dizendo-o com suas palavras: “A Europa será mais forte na medida em que a França enquanto França, a Espanha enquanto Espanha, a Grã-Bretanha enquanto Grã-Bretanha permaneçam cada uma delas com seus próprios costumes, tradições e identidade.”

2^a) Assegurar a manutenção da Aliança Atlântica: “Tenhamos uma Europa que desempenhe papel completo no mundo, que mire o exterior e não o interior e que preserve esta

Comunidade Atlântica ... nossa mais nobre herança e nossa maior força.”

3ª) A Grã-Bretanha deve servir para a Europa como modelo de economia liberal. (“A lição da história econômica da Europa, nos anos 70 e 80 consiste em que a planificação central e o controle detalhado não funcionam. ... A Grã-Bretanha foi a primeira a abrir seus mercados aos outros. ... Estimaria dizer o mesmo da maior parte dos membros da Comunidade.”)

Agnès Alexandre-Collier assinala que o discurso de Mme. Thatcher conclui com uma acerba crítica ao federalismo, nestes termos: “Tentar suprimir o estatuto nacional e concentrar o poder no centro do conglomerado seria extremamente lamentável. ... Que a Europa seja uma família de nações que se compreendam e se apreciem mutuamente, cooperando mas sem renegar seja a identidade nacional seja nosso esforço comum europeu.”

O Tratado de Maastricht de 1992 ensejou a retomada do debate em torno da arquitetura política europeia. A intenção básica era propiciar maior integração econômica graças à adoção de moeda única. Mas a mudança de denominação, de Comunidade Econômica Européia para Comunidade Européia, reafirmava o primado das instituições políticas. Naquela altura, o único avanço expressivo nessa matéria correspondia à introdução do voto direto na eleição do Parlamento Europeu, em 1979. Até então era composto por representação escolhida pelos Parlamentos nacionais. Ao que tudo indica, essa alteração irá propiciar seja levado em conta na balança do poder. O passo inicial nesse sentido teve lugar na oportunidade da aprovação do nome do atual Presidente da Comissão Européia, o ex-primeiro ministro português Durão Barroso, bem como dos componentes de sua equipe. Até então, a concordância do Parlamento não era exigida. Também na mudança das regras fixadas pela Comissão, no que respeita aos serviços, o Parlamento desempenhou o papel decisivo.

A plena explicitação dessa problemática teria lugar com a discussão ensejada pelo projeto (francês) de Constituição Européia, ocorrida em 2005. Chegou a ser ratificada por 16 das nações integrantes. Diante da recusa francesa e holandesa, optou-se por arquivá-lo, adotando como alternativa documento que se limitasse ao essencial, isto é, o denominado Tratado de Lisboa, formulado em 2008. A sua aprovação final, contudo, somente ocorreria no ano seguinte.

No presente, o principal órgão de tomada de decisões denomina-se Conselho da União Européia, de que participam os Primeiros Ministros dos Estados membros, sendo a Presidência exercida em rodízio, ao longo de seis meses. As decisões obedecem ao princípio da unanimidade. O órgão executivo denomina-se Comissão Européia, sediada em Bruxelas. Sendo a responsável pela execução do Orçamento, cercou-se de burocracia considerada

excessiva. Convencionou-se que a ingerência do Parlamento nesse processo seria introduzida progressivamente. Assim, como foi referido, tão somente na Legislatura que se encerrou em 2009 vigorou a regra de que a escolha do Presidente e demais membros da Comissão Européia deveria lhe ser submetida.

O princípio da unanimidade nas decisões essenciais tornou-se impraticável quando a Comunidade passou a ser integrada por 27 nações. Tal ocorreu com a admissão dos países do Leste, recém libertados da condição de satélites da União Soviética, processo esse que se concluiu em janeiro de 2007.

Resumidamente, no Tratado de Lisboa abdicou-se da consolidação pretendida pelo Tratado Constitucional, mantida a vigência dos acordos anteriores em sua forma original.

No que respeita à criação de estruturas permanentes, mantém-se o cargo de Presidente da União, com mandato de dois anos e meio, de que cogitara a Constituição.. As decisões essenciais continuarão a cargo do Conselho Europeu, com base na adoção de nova regra de votação. A partir de 2014, a Comissão Européia terá reduzido o seu formato, de modo a minimizar os reconhecidos excessos burocráticos, presentes à sua atuação. Preserva-se a ambição de uma política comum exterior e de segurança. Alterou-se apenas a denominação do titular, ao invés de Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Segurança passa o cargo a ser designado como Alto Representante da UE para a Política Externa e de Segurança. Seu caráter específico é reafirmado, de modo a impedir confusões com as competências nacionais na matéria.

Quanto à nova forma de votação --introduzindo-se o critério do número de países ao lado da população dos votantes--, será adotado apenas dentro de dez anos, em 2017. Os parlamentos europeus passam a poder contestar as propostas legislativas da Comissão Européia. É mantida a exigência de respeito ao Estado de Direito, à economia de mercado e aos direitos humanos, para a admissão na Comunidade. No que refere a referir expressamente a concorrência, houve divergências, na medida em que, de certa forma, seria uma redundância já que economia de mercado a pressupõe. Ainda assim, convencionou-se que as competências da União nessa matéria (concorrência) constarão de uma declaração anexa.

b) Impactos da Comunidade sobre
o processo político nas nações integrantes

Na tipificação dos embates políticos verificados na Europa Ocidental, *Les partis politiques en Europe de l'Ouest* levou na devida conta o que se denominou de *clivagens*. Trata-se do modelo estabelecido por Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan (no

texto introdutório, intitulado “Cleavage Structures; Party Systems and Voter Alignments: na Introduction”, que figura na obra que editaram com o título de *Party Systems and Voter Alignments*. New York, Free Press, 1967, págs.1-69).

As clivagens em apreço seriam as seguintes, a partir do surgimento das nações e da Revolução Industrial:

1ª) Entre a Igreja e o Estado;

2ª) Entre uma nação central, cuja cultura exerce influência preponderante

ou é imposta à sua área de influência; esquematicamente: Centro vs.

Periferia;

3ª) Entre os meios rural e urbano; e

4ª) Entre a elite proprietária e a massa trabalhadora.

De um modo geral, as clivagens consideradas assumiram feição particular. Assim, por exemplo, logo na Introdução, apoiando-se numa observação de Bertrand Badie --no ensaio intitulado “Cities, States and Nations: a dimensional model for the study of contrast in development”—Thomas Hottinger, da Universidade de Friburgo (Suíça) dele transcreve esta observação: “Os países protestantes, rapidamente dotados de uma Igreja nacional, encontravam-se ao abrigo da clivagem Igreja/Estado que, em revanche, marcou profundamente o funcionamento das sociedades católicas.” (obra citada, pág. 12)

Nesse particular, cabe as considerações que se seguem.

As disputas políticas influenciadas pela presença da Igreja Católica assumiram um carácter bastante distinto a partir do último pós-guerra. No ciclo precedente, a sua oposição à efetivação da Revolução Industrial --naqueles países que ainda não a haviam experimentado, a exemplo da Itália, de Portugal ou da Espanha--, bem como o anti-comunismo sistemático, desembocaram em regimes autoritários (salazarismo em Portugal; franquismo na Espanha e fascismo na Itália), embora não seja adequado responsabilizá-la diretamente por tal desfecho.

No pós-guerra, ocorreria a substituição do velho Partido Popular (católico) pela democracia cristã, na qual, desde logo, não se nota a presença da Alta Hierarquia Vaticana. Ao contrário disto, na própria Itália, Alcides De Gaspari (1881/1954), na agremiação que lidera, estabelece clara adesão à economia de mercado. A fundamentação teórica do novo posicionamento em matéria de política econômica proviria dos alemães (basicamente Ludwig Erhard – 1897/1977), que a batizariam de “economia social de mercado”. No plano político, a aposta no sistema democrático representativo é insofismável. De um modo geral, nos países em que se fará presente, a democracia cristã faz questão de deixar claro que, embora inspirando-se nos valores cristãos, não se propõe ser agremiação confessional. As DCs agora abrigam não apenas católicos mas igualmente protestantes e liberais.

A partir dos anos sessenta as alterações ocorreriam no interior da própria Igreja Católica, em decorrência do Concílio Vaticano Segundo.

Em suma, no curso de estruturação da Comunidade Européia, não ocorreu a emergência de tensões de fundo religioso.

No que se refere à clivagem Centro-Periferia, o modelo imaginado por De Gaulle provavelmente viria a criá-la. Ao tempo em que definia a atuação da liderança francesa (1958/1969), chegou até mesmo a impedir o ingresso da Inglaterra, isto é, formal e explicitamente preconizava a existência, na Comunidade Européia, de “nações mais iguais do que as outras”, como diria Orwell. Contudo, como foi referido, tal modelo foi abandonado em prol de um sistema que preserva a identidade nacional.

A Política Agrícola Comum (PAC) estabeleceria uma espécie de pacto entre as economias urbana e rural.

A concretização da Política Agrícola Comum (PAC), em 1962, representa inquestionavelmente um feito notável. Sem embargo de que se haja tornado execrável pelo agronegócio do resto do mundo, é defendida com unhas e dentes pelos europeus continentais de todas as tendências.

É fácil compreender as razões daquela unanimidade, relembrando aqui suas linhas gerais. No arranjo final, concluído em 1962, a PAC estabeleceu os critérios a partir dos quais determinadas culturas seriam preservadas. Abrangia naturalmente apenas os Estados membros compreendidos na Europa dos 6. Subseqüentemente, os países que ingressavam na Comunidade tiveram que se submeter às mesmas regras. A intervenção abrangia as principais culturas e atividades a estas vinculadas, a saber: trigo e cereais em geral; açúcar; leite e produtos lácteos; carne de porco; vinho de mesa; carne bovina; frutas e legumes.

Na altura, a Europa de 6 contava com cerca de 65 milhões de hectares cultivados, cuja exploração envolvia 17,5 milhões de pessoas. Em termos de população economicamente ativa, a agricultura tinha maior peso na Itália (33%); França (25%) e Bélgica (10%). Em alguns países predominavam minifúndios. Na Itália, por exemplo, 85% das explorações tinham menos de 5 ha, proporção que caía para 35% na França.

O peso da agricultura na geração do PIB variava de país a país. Pesava muito na Itália (23%) e menos na Bélgica (8,4%). Os rendimentos por hectare, na Bélgica, eram duas vezes e meia superiores aos da Itália.

Do que precede, verifica-se que o problema a ser enfrentado correspondia à modernização da agricultura, justamente uma atividade considerada inamovível, parada no tempo. Desse ângulo, foi plenamente bem sucedida, naturalmente com grandes sacrifícios, o que explica o empenho de preservação da PAC, transformada num autêntico patrimônio. A população economicamente ativa que correspondia, na França, a mais de 6 milhões de pessoas, no início dos anos 60, reduzia-se a 1,5 milhão, em 1986. Na Itália, no mesmo período, caiu de 4,6 milhões para 2,2 milhões.

A produtividade agrícola elevou-se de forma verdadeiramente espantosa. Confrontando a Europa dos 6 com a Europa dos 15 -- isto é, o período que vai dos anos sessenta aos

fins da década de oitenta e começos da seguinte -- o rendimento médio da cultura de trigo praticamente dobrou, e, no caso do milho, o incremento foi de 50%. Aumentos da ordem de 50% registraram-se também na produção leiteira.

Presentemente, enquanto exportador de produtos agrícolas e alimentares, a Comunidade Européia ocupa o segundo lugar na escala mundial, superada apenas pelos Estados Unidos. Estes, por sua vez, são o principal fornecedor do mercado europeu. A Comunidade mantém-se como grande importadora desses bens.

Tomando-se os valores desse comércio, em 2000, a Europa dos 25 exportou 48 bilhões de euros, que já correspondiam a 52,6 bilhões em 2005. Entretanto, representa apenas 5% do total das exportações. Em alguns Estados membros essa proporção é mais expressiva, a exemplo da Grécia (18,7%) e Dinamarca (17,4%).

Em compensação, as importações ultrapassam as exportações, desde que equivaleram a 54,6 bilhões de euros, em 2000, e a 62,3 bilhões em 2005.

Nas importações européias de produtos primários ocupa posição destacada a parcela integrada por matéria prima industrial, como madeira, fibras têxteis naturais, peles e ainda outras. Revestem-se de grande interesse para a pecuária comunitária rações de baixo custo, provenientes de milho e soja, bem como produtos não processados (mandioca), àquele fim destinados. Grandes produtores e consumidores de frutas, os países europeus representam mercado expressivo para esses bens durante os prolongados meses de inverno.

A PAC compreende todo um conjunto de políticas e objetivos. Quanto a estes, visa em primeiro lugar garantir o abastecimento. Para avaliar o significado desse princípio, é preciso ter presente que, tão somente no século passado, a Europa foi devastada por duas guerras mundiais. Ao término da Primeira e em face da Revolução Russa, pairava sobre o continente a ameaça da fome porquanto a Rússia era o principal fornecedor de trigo. No livro clássico *Conseqüências economias da paz* (1919), Keynes menciona expressamente a gravidade daquela situação.

Entre as duas guerras, a Europa avançou sobremaneira na estruturação de setor agrícola, com vistas a alcançar segurança alimentar ao menos nos produtos básicos (cereais, laticínios e carne, sobretudo). Era natural, portanto, que a reconstrução, após a Segunda Guerra, procurasse preservar essa conquista. Contudo não o fez atenta aos avanços técnicos, e, assim, deixava muito a desejar no que respeita à produtividade, quando confrontada à agricultura norte-americana.

Os outros objetivos enunciados consistiam na obtenção de preços estáveis para agricultores e consumidores, conjugar a atividade com a preservação do meio ambiente e, ainda, garantir a sobrevivência das pequenas comunidades, evitando ao mesmo

tempo o aumento da disparidade de níveis de renda no confronto com as zonas urbanas.

Para alcançar a mencionada transformação no campo, a PAC introduziu 1) controle de preços dos produtos agrícolas; 2) taxação comum de importações dos outros mercados; e, 3) subsídios para exportações.

Do que precede, evidencia-se que, também no que respeita à *clivagem campo/cidade* a construção europeia não veio a ser perturbada pela sua presença. O impacto resumir-se-ia, em alguns países, à perda de prestígio das agremiações cuja base social repousava no meio rural, na medida em que este, proporcionalmente, tornou-se menos relevante no tocante à geração de riqueza.

Por fim, a questão da *quarta clivagem*, a fim de prosseguir no atendimento ao roteiro estabelecido pelos próprios europeus: *as relações com o mundo do trabalho*. Trata-se de problema tão ou mais complexo que o da atividade agrícola.

Aqui o que se encontrava em jogo seria o Estado de Bem Estar Social. O Orçamento da Alemanha reunificada expressa bem em que consiste, na medida em que os dispêndios com programas sociais correspondem a cerca de 70% do total. De um modo geral, isto é, considerados os demais Estados compreendidos na Europa Ocidental, as maiores rubricas são aposentadorias e pensões, seguidas dos gastos com saúde. Em determinados ciclos --sobretudo nos períodos de crise--, o seguro desemprego passa a integrar o mencionado grupo.

O modelo de seguridade social implantado na Europa difere radicalmente do que se implantou nos Estados Unidos. Os europeus adotaram o sistema de sustentá-lo com base em contribuições correntes, enquanto os americanos recorreram à modalidade da empresa de seguro. Neste caso, o atendimento às despesas incumbe aos rendimentos provenientes de aplicações, modelo que tem o mérito adicional de ter criado uma fonte alternativa de investimentos (os Fundos de Pensões).

Nesse particular, a França apresenta situação paradigmática. Os programas mais dispendiosos (aposentadoria; saúde; desemprego) são mantidos por contribuições dos usuários. Ainda que os tributos não sejam muito altos, naquele país, os encargos daí provenientes, acrescido das contribuições previdenciárias comprometem, em média, 56% dos salários. Como o déficit tem se revelado crescente, devendo ser coberto com recursos orçamentários (impostos), o sistema chegou a um beco sem saída já que os contribuintes não suportam novos encargos. O problema em causa tem sido enfrentado com a sucessiva redução de benefícios, o que provoca conflitos sociais freqüentes.

Em alguns países --Alemanha e Holanda, por exemplo-- introduziu-se o patamar mínimo para as aposentadorias no setor privado. A complementação --com vistas a manter o padrão que venha a ser alcançado no período ativo-- passa a ser atribuição individual. Essa iniciativa é que tem dado lugar ao crescimento dos Fundos de Pensões. O exemplo pioneiro seria dado pela Inglaterra, quando da privatização das empresas estatais nos anos oitenta.

No que se refere à saúde, rubrica crescentemente dispendiosa, observa-se uma grande relutância na progressiva introdução do seguro.

Assim, se no passado a *clivagem patrões versus empregados* dizia respeito, preponderantemente, à distribuição dos lucros (buscando os operários ter participação crescente), presentemente os conflitos situam-se sobretudo no âmbito da seguridade social.

A meu ver, uma componente que, de certa forma, ultrapassa o marco das disputas consideradas --a política econômica tomada englobadamente-- tem revelado maior presença no processo político das nações integrantes da Comunidade. Pelas razões apontadas em seguida.

Nas primeiras décadas subseqüentes ao fim da Segunda Guerra, os Partidos Socialistas obtêm a maioria dos governos na Europa Ocidental. Em matéria de política econômica aplica-se o keinesianismo (intervenção estatal no processo) levando-o até onde o seu autor não imaginava: o surgimento do Estado Empresário. Esse ciclo encerra-se com a crise dos anos setenta, desencadeada pelo aumento dos preços do petróleo mas determinada pelo excessivo gasto público, nutrido inclusive por empresas estatais deficitárias. A ascensão dos conservadores ao poder na Inglaterra dá início à contra-marcha, desestatização e controle do déficit público, basicamente. Sendo inicialmente considerada como política partidária inaceitável (provinda dos liberais conservadores e satanizada com o nome de *neoliberalismo*), o certo é que acabaria tornando-se consensual e adotada pela Comissão Européia, habilitada na matéria a impor regras aos Estados nacionais.

O Tratado de Maastrich (1991) define o rumo a ser seguido: cimentar a unidade política. Progressivamente vinham sendo introduzidas regras uniformes de gestão econômica. Limites rígidos foram fixados tanto para o déficit público como para a inflação. Quer isto dizer que sobra para os governos nacionais esta alternativa: redução do gasto público ou aumento de impostos. Torna-se patente que este modelo induz à alternância no poder de apenas duas correntes: liberais (conservadores) e sociais democratas. Com o fim da União Soviética e o virtual desaparecimento dos Partidos Comunistas, com a única exceção do PS Francês, os socialistas adotaram o figurino social democrata (renúncia à utopia da sociedade sem classes e à identificação de socialismo com estatização da economia)

A partir dessas premissas, reconstituiremos os resultados eleitorais registrados naqueles países em que vigora o sistema proporcional., a fim de averiguar em que medida se dá a atenuação das mencionadas *clivagens*, isto é, dos conflitos políticos tradicionais, enquanto emergiria o mencionado modelo de alternância na constituição dos governos.

3. Desempenho do sistema proporcional no novo quadro

a) Países que preservam o sistema proporcional

A Comunidade Européia, presentemente, é integrada por 27 países, desde que teve lugar a admissão dos ex-satélites soviéticos. Essa adesão envolve obrigatoriamente o compromisso com o sistema democrático-representativo, justamente o que possibilitaria o seu ingresso na Comunidade, efetivado segundo este desdobramento: em 2004, seria a vez da República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia e Polônia; e, em janeiro de 2007, deu-se a admissão da Bulgária e da Romênia.. Contudo, isto não quer dizer que serão bem sucedidos, além de que o sistema partidário precedente (que tomaríamos por base para a presente análise) nada tinha a ver com a respectiva

realidade social, correspondendo à ficção que os russos batizaram de *democracia popular*.

A chamada Europa dos 15 --como ficou sendo denominada desde 1995-- correspondia praticamente ao conjunto da Europa Ocidental. Não se trata obviamente de categoria estritamente geográfica, na medida em que, de modo geral, excluía as nações balcânicas reunidas, no pós guerra, sob a denominação de Iugoslávia. É certo que a Europa dos 15 incluía a Finlândia, cujas tradições culturais estão longo de integrar-se ao Ocidente, critério básico que estamos tomando por base.

Do conjunto em apreço, três adotam o sistema eleitoral distrital (Inglaterra, França e Alemanha).

Do que precede, a nossa análise abrangerá estes países: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal e Suécia. A Noruega e a Suíça não fazem parte da Comunidade.

b) Comportamento eleitoral das nações indicadas

ÁUSTRIA

A República Austríaca data de 1918, tendo sido imposta pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial. Desmembrou-se o velho império Austro-Húngaro. Contudo, a República Austríaca preservou componentes imperiais, na medida em que continuava a abrigar minorias não germânicas. De um modo geral, a herança do passado se fazia presente, em especial o nacionalismo pangermânico, processo esse que iria culminar com a ocupação nazista. Deste modo, a restauração da República em 1945 corresponde na verdade a um novo começo, considerando-se que se trata de país mais homogêneo. A par disto, tendo figurado no campo nazista, vencido na Segunda Guerra, foi ocupado pelos aliados, de cujo grupo fazia parte a União Soviética. A forma de governo a ser instaurada seria a preservação do cargo de Presidente da República, sendo o poder executivo exercido pelo Chanceler, cuja escolha seria aprovada pelo Conselho Nacional (Câmara Baixa, denominada de Nationalrat), mantido o Conselho Federal (Bundesrat). O primeiro eleito por voto proporcional, renovado a cada quatro anos. O segundo por designação dos Conselhos das autonomias federadas (Länder). O mandato do Presidente é de seis anos, escolhido em eleição majoritária.

Os russos tentaram repetir na Áustria as manobras levadas a cabo com êxito pelos Partidos Comunistas em países vizinhos, como a Tchecoslováquia. Acontece que o PC Austríaco, ainda que fosse um dos mais velhos da Europa, tendo tentado sublevar Viena em 1919 para aderir à Revolução Russa e participado da resistência

à ocupação nazista, nas eleições de 1945 obteve apenas 5,4% dos votos. Participou do governo de coalizão então constituído, mas afastou-se em 1947. Dada a impossibilidade de atrair a Áustria para a órbita soviética, os russos aquiesceram em entregar o poder ao governo local, como exigiam os membros ocidentais da Aliança, com a condição de que fosse assegurada a sua neutralidade. À Áustria seriam impostas limitações em termos de armamento. Estando os russos decididos a dividir a Alemanha, asseguravam-se de que não tomaria partido por qualquer dos lados. Tenha-se presente que, nessa época, também o Ocidente temia o renascimento do pangermanismo, de que é um exemplo o esfacelamento da antiga Prússia, acordada na reconstituição das fronteiras russa e polonesa.

Outros resquícios dessa fase inicial acabariam pesando no futuro funcionamento do sistema político. O primeiro e mais importante deles reside na criação da chamada *Comissão Paritária*, iniciativa adotada concomitantemente ao recebimento dos recursos provenientes do Plano Marshall --e que iriam permitir a reconstrução, dada a profundidade da destruição acarretada pela Segunda Guerra-- com o propósito de evitar ou atenuar maiores conflitos em matéria de salários e preços.

A *Comissão Paritária* é integrada pela central sindical operária e a Federação das Indústrias. Seguem-se diferentes Câmaras de Comércio (entidades tradicionais organizadas segundo as principais atividades produtivas). Esse conjunto reúne mensalmente sob a Presidência do Chanceler Federal (chefe do governo), contando com a presença dos membros do governo da área econômica e até do Banco Nacional (Central). Sua tarefa consiste em equacionar providências que possam atender às reivindicações e conflitos dos setores produtivos, em especial aqueles relacionados a salários e preços. Embora não sejam obrigatórias as recomendações adotadas, as partes envolvidas -- governo, patrões e empregados-- levam-nas à prática. As forças políticas acomodaram-se a esse quadro.

Dirimiram-se as disputas com a Igreja Católica --entendimento que iria desembocar em nova Concordata, firmada em 1960.

Duas das agremiações tradicionais reestruturadas no pós-Segunda Guerra passariam a dominar a cena política.

A primeira delas corresponde ao Partido Social Democrata (SPO), reorganizado em 1945. No ciclo precedente imediato, havia sido destruído durante a ocupação nazista, sendo que muitos de seus líderes conseguiram escapar e exilar-se no exterior. A par disto, desde os tempos do Império, os "vermelhos" se concentravam em Viena e seus arredores.

No processo de reconstrução, assumindo crescentes responsabilidades de governo, o SPO abdicou progressivamente das

bandeiras socialistas tradicionais. Agora, segundo os novos programas, a dominação baseada no poder econômico deve ser substituída “por laços solidários e cooperativos entre os cidadãos”. Também o anti-clericalismo tradicional é abandonado (oficialmente “o socialismo e a religião não se contrapõem; ao contrário, os socialistas respeitam a fé religiosa das pessoas.”). É certo que, em matéria de desestatização, muitas de suas lideranças se dispõem a preservar a posse estatal de empresas, embora sem excluir a economia de mercado e a iniciativa privada. Trata-se do que em documentos oficiais denomina-se de “economia mista”.

A outra agremiação partidária com presença marcante na Áustria do pós-Segunda Guerra seria o Partido Popular Austríaco (OVP). Provindo do antigo partido católico (Partido Social Cristão), criado em 1889, ao reorganizar-se seguiu a linha preconizada pela democracia cristã alemã e italiana. Define-se como um partido popular centrista e progressista, inspirado nos valores cristãos mas não confessional.

Nas quatro eleições realizadas entre 1955 e 1970 os dois grandes partidos (SPO e OVP) obtiveram em torno de 90% das cadeiras no Parlamento, oscilando o SPO entre 42 e 45% e o OVP entre 44 e 46%. Optaram por formar uma coalizão conjunta, que governou o país desde o início do pós-guerra até 1970, por mais de vinte anos, portanto.

No mencionado ciclo, o desenvolvimento econômico iria erodir a base social do Partido Popular (OVP), apoiado em grande medida pelos proprietários rurais, embora mantendo posições nos meios sindical e intelectual. Os serviços passam a ocupar a posição mais destacada, chegando a corresponder a 40% da população ativa. Num primeiro momento, essa circunstância iria debilitar seus resultados eleitorais, formando-se outras coligações sob a égide do SPO. Na década de noventa o partido se recompõe, abrigando em seu seio elementos dos diversos grupos sociais, mantida a presença (minoritária) da gente do meio rural.

Reforma eleitoral introduzida em 1971, efetivada com vistas a refletir o reagrupamento de forças entre as diversas regiões, aumentou o número de representantes com assento no Conselho Nacional de 165 para 183. Essa reforma acabaria beneficiando o SPO em detrimento do OVP. Assim, nas eleições levadas a cabo naquele ano, o SPO alcançou 50% dos votos, detendo 93 cadeiras. Maioria precária que entretanto iria induzir a formação de nova coligação, com uma das agremiações de menor porte. Nesse pleito, o OVP passou a dispor de 80 cadeiras (43%).

O novo ciclo iria durar até as eleições de 1999 quando o Partido Liberal emerge como uma terceira força e o SPO perde a maioria. São os seguintes os resultados de que se trata:

Partido	% de votos	Cadeiras
SPO	33,2	65
OVP	26,9	52
FPO	26,9	52
Verdes	7,4	14

FPO é a sigla adotada pelo Partido Liberal que, na verdade, não tem muito a ver com o nome. Corresponde a uma agremiação de extrema direita, tendo no passado cultivado o pangermanismo e o nacional socialismo. Nutrindo uma posição xenófoba, responsabilizando a imigração pelo desemprego e outros fenômenos negativos enfrentados pela sociedade, acabou obtendo aquele resultado espetacular. Em 1993, quando intensifica esse tipo de propaganda, ocorreu uma cisão em seu seio, da responsabilidade daqueles que se consideravam, de fato, liberais. Essa agremiação denominou-se Fórum Liberal, que veio a ser admitida no Partido Liberal Europeu.

Em 2000, o OVP formou uma coligação de governo com o FPO, iniciativa que acarretou uma grave crise com a Comunidade Européia. Os países que a integravam –em número de 14, desde que, a partir de 1995, contava com 15 membros, sendo o alargamento para admitir países do Leste posterior a 2004--ameaçaram a Áustria com sanções diplomáticas. A situação se recomporia a partir das eleições de 2002, quando o OVP obteve 42,7% dos votos, atraindo para a coligação agremiações menores, a exemplo dos Verdes. A ascensão do FPO também se revelou efêmera.

A coligação SPO/OVP proporcionaria ao país vinte anos de trégua política, que iria facultar a reconstrução do país e abrir o caminho à adesão à Comunidade Européia. Nessa fase firma-se outra praxe –além da mencionada *Comissão Paritária* --que igualmente interfere no processo político. Diz respeito à tradição, firmada no mencionado ciclo da coalizão governamental dos dois partidos, segundo a qual existe uma espécie de “reserva de mercado” dos cargos ocupados por funcionários públicos, ocupados por membros do SPO e do OVP. Organizador da coletânea intitulada *Les Partis Politiques em Europe de l’Ouest* (Paris, Econômica, 1998) --e ainda autor do verbete dedicado à Áustria --, Daniel-Louis Seiller, do Instituto de Estudos Políticos de Bordeaux (França), escreve a esse propósito: “Esse sistema perdurou em grande parte depois da circunstância que o teria aconselhado. Mas explica a importância da adesão partidária na Áustria, que alcança níveis extremamente elevados pois que ultrapassam um milhão e meio de pessoas, situação que facilita a obtenção de emprego ou habitação. Este sistema encontra naturalmente objeção de parte

daqueles que, no contexto do retorno das teses liberais nos anos oitenta, o julgam inadequado para assegurar a adaptação da Áustria ao mundo em mutação e que criticam mais amplamente a hipertrofia de seu setor público.” (obra citada; pág. 52)

Nas eleições presidenciais de 2004 o SPO conquista a maioria. Em seguida, no pleito de 2006, para a Câmara dos Deputados, tendo alcançado 52,4% dos votos, volta a dispor da possibilidade de eleger o Chanceler. Seja pelos relativos desacertos de experiências anteriores –seja por outra razão--, reestrutura-se a tradicional coalizão SPO-OVP.

Na primeira década do novo milênio, registra-se a acentuação da relevância alcançada pelos serviços na geração do PIB, passando a corresponder a 67,4%. A contribuição da agricultura está reduzida a 2,2% ocupando a indústria o segundo lugar (30,4% do PIB).

BÉLGICA

a) Singularidades das principais famílias políticas belgas

No caso da Bélgica, dado o reflexo no sistema político da divisão do país em regiões de diferentes tradições culturais -- resultantes de diferenciação linguística--, cumpre partir dessa realidade. Embora sejam três as comunidades existentes, flamenga, valã e alemã, esta última não tem maior peso. O país subdivide-se em regiões autônomas, sendo duas atribuídas aos francófonos. A Região Flamenga situa-se a Oeste, denominada de Flandres, onde a língua oficial é o holandês. O Centro é ocupado pela Região de Bruxelas; apesar de situar-se na Valônia, tem ao flamengo e ao francês como línguas oficiais, na medida em que abriga a capital. A parte restante da Valônia fica a Leste, tendo apenas ao francês como língua oficial. A comunidade de língua alemã é parte da província de Liège, na Valônia, A distribuição espacial das duas comunidades é mostrada no mapa a seguir:



Graças a sucessivas reformas levadas a cabo neste pós-guerra, a última das quais em 1993, cimentou-se na Bélgica o federalismo no que tange ao exercício do poder. Assim, o âmbito de competência do governo central limita-se à Justiça, Defesa, Polícia Federal, Segurança Social, Energia nuclear, Política monetária e Dívida pública. Em consequência, atividades centrais que interferem na vida dos cidadãos, a exemplo da educação, da saúde ou dos transportes, são incumbência dos governos regionais que, por sua vez, dividem competência com as províncias (integradas por subdivisões equivalentes a municípios).

Tradicionalmente, são três as famílias doutrinárias presentes à cena política: democratas cristãos; liberais conservadores e socialistas. A partir de certo ponto passam a existir dois sistemas de partidos, em função da divisão antes enunciada. De um lado, temos os partidos valões, cuja base situa-se sobretudo na Região de Bruxelas e, de outro, os flamengos. Todas as famílias políticas relevantes sucumbem a essa circunstância, em alguns casos acabando por preservar poucos traços em comum, podendo até mesmo as denominações diferenciar-se. Para bem situá-los incumbe, pois, previamente, tentar reconstituir a trajetória de cada uma das mencionadas correntes.

O Partido Católico Belga é das mais antigas agremiações políticas confessionais da Europa, tendo sido organizado em 1868. Manteve-se unificado do ponto de vista lingüístico até 1914. No período entre as duas guerras, sobreviveu como Partido Cristão Social (francófono). Formava então um grupo parlamentar único, o Bloco Católico Belga. No pós-guerra organiza-se o Partido Popular Cristão (CVP), de base flamenga. No lado valão, o Partido Social Cristão (PSC).

O CVP tornou-se, como diz Daniel-Louis Seiler -- igualmente autor do verbete *Belgique* na obra antes referida, *Les Partis Politiques em Europe de l'Ouest*-- "o partido governamental por excelência. Pragmático e moderado, é ao mesmo tempo

interclassista e “transversal”. Interclassista, domina em todas as categorias da população flamenga, salvo na burguesia onde deve ceder o passo aos liberais do VLD (liberais flamengos). Ultrapassa os socialistas, entre os operários mas é no seio do mundo rural que obtém os melhores resultados eleitorais, beneficiando-se de um verdadeiro monopólio.”

Ainda segundo Seiler, o CVP manteve relações privilegiadas com as instituições católicas flamengas, os sindicatos cristãos majoritários e os agricultores.

É preciso ter presente que, nos Países Baixos, a Flandres sempre se constituiu num bastião do catolicismo, o que explica em grande medida a independência da Bélgica. Proclamada a 4 de outubro de 1830, somente seria reconhecida pela Holanda a 19 de abril de 1839. Nesse ciclo, os católicos flamengos atuaram como o núcleo fundamental da resistência anti-holandesa. A par disto, a região corresponderia à parte da Bélgica onde se deu a Revolução industrial. A Igreja Católica soube ali aproximar-se do movimento operário.

Escreve Seiler no texto indicado: “A história do catolicismo político na Bélgica é pois principalmente flamenga e se trata de um grande movimento social, apto a mobilizar massas populares consideráveis.”

Neste pós-guerra, também entre os católicos, registra-se a diferenciação entre os partidos, se valões ou flamengos.

Ao contrário do que ocorre do lado flamengo, entre os valões o PSC é uma facção política minoritária. Além disto, os próprios católicos acham-se divididos --a exemplo do que se dá em diversos outros países. Temos os conservadores, que se dispõem a enfrentar a valoração do mundo contemporâneo, sobretudo em matéria de família e relações sexuais, e, ao mesmo tempo, os que reivindicam uma atuação voltada para o social, isto é, para as questões relacionadas às insuperadas desigualdades existentes nessa esfera. Segundo Seiler, no mesmo verbete que estamos seguindo, prevalece uma linha política autônoma em relação ao CPV e às próprias divisões internas. Afirma: “Menos clerical que o CVP, o PSC é hoje um partido moderado de centro-esquerda, mais próximo do PS que das concepções monetaristas dos liberais.”

Os dois partidos liberais existentes --valão e flamengo-- refletem basicamente a influência das tradições locais. Deste modo, adotando-se os parâmetros europeus, não obedeceriam à divisão que se estabeleceu a partir da existência dos Partidos Conservador e Liberal, na Inglaterra, classificando-se este último como liberal social e o antecedente como expressão do conservadorismo liberal. No caso belga, ambos se situariam no campo conservador.

O Partido Reformador Liberal (PRL), herdeiro das correntes liberais do século XIX, adotou este nome no período recente (1979). Em 1945, denominava-se Partido Liberal. As

mudanças experimentadas nas décadas subseqüentes consistem sobretudo na atualização da velha plataforma, predominantemente anti-clerical. Essa atualização compreende a firme adesão à economia de mercado, menos thatcheriana que o correspondente flamengo. Este, cuja denominação é Liberais e Democratas Flamengos (VLD), segue à risca o modelo do Partido Conservador Inglês, desde Thatcher, no que respeita à política econômica. Propugna basicamente a desregulamentação e a privatização no âmbito da economia. Na arena propriamente política, intitula-se Partido do Cidadão, por considerar que o confronto dá-se entre os cidadãos e o Estado. Nesse particular, como se verá, radicalizou as divergências internas. Ao fazê-lo, não buscou esferas de consenso social a fim de eliminar deficiências estatais. Acirrou-as, precisamente, no seio da sociedade.

A terceira família, obedece a idêntico padrão no que se refere à diferenciação entre os dois lados.

O Partido Socialista (valão) é o herdeiro do velho Partido Operário Socialista belga (1879), que passou a chamar-se Partido Operário Belga (1885) e Partido Socialista Belga, abdicando dessa última classificação (belga), em 1978, devido às divergências com os socialistas flamengos.

O PS nasceu vinculado ao movimento sindical da Valônia, evoluindo para incorporar os diversos tipos de organizações sociais. Como a democracia cristã flamenga apropriou-se do tema da seguridade social, sua bandeira acabou fincada na afirmação da nacionalidade valã. A exemplo do que ocorre em outros países europeus, mantém vínculos estreitos com a franco-maçonaria.

Para Seiler, aparece como “um gigante esclerosado”.

O Partido Socialista Belga encontrou dificuldade para plantar raízes no movimento sindical da Flandres, dominado pelos democratas cristãos. Assim, a facção flamenga tornou-se progressivamente uma organização de base popular, reunindo descontentes com a hegemonia democrata cristã, a partir de um socialismo notadamente anti-clerical. Corrente minoritária no seio do PS, Seiler registra os diversos atritos que marcaram a sua convivência, estabelecendo-se formal e plena autonomia, entre as duas organizações, em 1978, quando o PS retira a referência belga de sua denominação.

b) O ciclo de predominância da democracia cristã flamenga

O CVP conseguiu formar coligações de governo ao largo de cerca de trinta anos, entre 1968 e 1999. Nesse extenso período, em todas as eleições conseguiu manter-se como o maior partido, sem contudo tornar-se majoritário na Câmara dos Deputados.

Sua votação pouco se alterou nas eleições dos anos oitenta e até o pleito de 1995, apresentando-se deste modo: 1981, 19,3% dos votos; 1985, 21,3%; 1987, 19,5%; 1991, 18,4% e 1995, 19,3%.

A condição de maior partido, contudo, assegurava-lhe a incumbência de formar governo, caso em que, sendo bem sucedido, designava o Primeiro Ministro, justamente o que ocorreu no ciclo considerado. O espírito conciliador fez o resto.

Os anos em causa sucedem aos chamados “trinta gloriosos” --como os designariam os franceses --, quando a aplicação do keinesianismo irá permitir a superação das crises cíclicas, sendo o desenvolvimento pouco afetado por recessões.

Como tem sido enfatizado, acarretou a estatização da economia --de que não cogitara Keynes, sendo resultado da presença dos socialistas nos governos-- e o desmedido crescimento da despesa pública.

Portanto, o período de domínio político da democracia cristã coincide com a fase de preocupação com o déficit público e redução das despesas do governo. Não tendo sido afetada pela estatização, a questão na Bélgica resumia-se à sobrevivência do welfare. Os governos de coalizão, liderados pela democracia cristã, trataram de preservar a seguridade social, sem alterar a forma de seu financiamento (contribuições correntes ao invés de seguro). Vale dizer: a Bélgica não se encontra entre os países europeus que estimularam a criação de Fundos de Pensões (Suíça, Holanda e Inglaterra, basicamente). A par disto, buscaram desonerar as empresas, isto é, preservar o papel das contribuições dos beneficiários, sem recorrer a impostos.

Os democratas cristãos empenharam-se na preservação dos valores preconizados pela Igreja Católica. A flexibilização do aborto foi precedida de animados debates por mais de duas décadas. De modo que, ao ser introduzido, refletia um certo consenso, embora em problemas tão sensíveis sempre haverá descontentes.

No que respeita à situação econômica da Europa, trata-se de uma fase de difícil superação da crise iniciada em meados dos anos setenta. Nesse particular, o desempenho belga, no período de que nos ocupamos, isto é de predomínio político da democracia cristã, equivale ao das maiores economias.

Os dados de que se trata podem ser encontrados na obra *Les économies de l'Europe occidentale de 1972 a nos jours* (Paris, Fayard, 2005), da autoria de Jean-Marcel Jeanneney e Georges Pujals.

Entre 1972 e fins da década de noventa, o crescimento médio anual do PIB na Bélgica situa-se em 2,2%, resultado que seria superado pela Alemanha (2,5%) e pela França (2,4%), é certo. Ainda assim, a diferença não é tão grande.

Como de resto nos demais países europeus, entre a primeira metade dos anos setenta e meados da década seguinte, registram-se altas taxas anuais de inflação (Inglaterra, 12%; França, 10,3%), tendo na Bélgica equivalido a 7,7%. Obteve-se redução drástica entre 1985 e 1994, quando caiu a 2,4%.

Ainda segundo a fonte indicada, a Bélgica começa o período com baixos níveis de desemprego (2% em 1974). Nos anos oitenta chega a 10%. Nesse particular a redução é lenta no decênio seguinte (9,4% em 1998).

c) O ciclo do governo liberal

Desde as eleições de 1999 o quadro mudou de forma substancial.

Saindo vitorioso no pleito eleitoral de 1999, os liberais flamengos (VLD) habilitam-se a organizar uma coligação de governo. Mereceria a denominação de *arco-iris*. Compunha-se de seis partidos. Além dos liberais e socialistas, a coligação incorporava os “verdes” que haviam alcançado votação expressiva (em termos belgas, tenha-se presente), na mencionada eleição.

Essa coligação resistiu às eleições de 2003 --quando obteve 97 das cadeiras (maioria folgada)-- mas sucumbiu à de 2007.

Deste modo, a coligação liberal, que substituiu à democrata cristã, durou oito anos. Em termos históricos, trata-se de período extremamente curto, sendo naturalmente temerário avançar conclusões. Contudo, introduziu alterações de tal ordem no processo político que parece imprescindível correr esse risco.

A característica marcante dos dois governos liberais irá residir na colocação na ordem do dia de conjunto de questões que levaram inquestionavelmente ao dissenso, a exemplo das seguintes: eutanásia, legalização de drogas leves e casamento entre pessoas do mesmo sexo. A par disto, a nova legislação sobre nacionalidade consistiu numa tentativa de enfrentar o problema da imigração ao arrepio da Comunidade. A experiência sugere que dificilmente qualquer dos países integrantes, tomado isoladamente, conseguirá enfrentá-lo a contento.

Embora as eleições de 2003 hajam penalizado aos ecologistas, integrantes da coligação, o governo continuou insistindo em questões polêmicas. Agora se tratava das condições de trabalho e do direito de voto aos emigrantes. Em 2004, nas eleições regionais da Flandres, o VLD vê-se reduzido à quarta colocação. Prenúncio do quadro que se desenharia em 2007.

A passagem dos liberais flamengos pelo poder provocou acentuado reordenamento político, a começar pela mudança de denominação de agremiações tradicionais.

Em 2004, O CVP passa a denominar-se Democratas Cristãos Flamengos (CD&V) e aparecerá, nas eleições de 2007, aliado à Nova Aliança Flamengo (N-VA), agremiação nacionalista que, entretanto, acha-se integrada por maioria católica, o que explica a aproximação. O Bloco Flamengo, dissolvido pela Suprema Corte por considerá-lo racista, amenizou a agressividade de seu discurso e passou a denominar-se Interesse Flamengo (Belang) . No lado valão, o Partido Social Cristão adota o nome de Centro Democrático Humanista (CDH).

Os liberais valões, por sua vez, passam a denominar-se Movimento Reformador (MR).

Os resultados eleitorais do pleito de 10 de junho de 2007 são apresentados adiante:

Partido	% de votos	Cadeiras
Cristãos Democratas Flamengos (CD&V) e Aliança Flamenga (N-VA)	18,5	30
Movimento Reformador (MR)	12,5	23
Partido Socialista (valão)	10,9	20
Liberais Flamengos (VLD)	11,8	18
Bloco Flamengo Partido Socialista (flamengo)	12,0	17
Ecologistas e Verdes	10,3	14
	9,1	12
Centro Democrático (CDH)	6,1	10
Outros	9,4	4
TOTAL	100,0	150

A Democracia Cristã (CD&V), graças à aliança com o grupo nacionalista flamengo N-VA , continua detendo o maior número de cadeiras. Aliados ao antigo PSC (valão), atual CDH, formariam um bloco com apenas 40 cadeiras (26%).

Os liberais flamengos (VLD) saem do pleito reduzidos a 18 cadeiras. Com se deu o rompimento com os liberais valões (agora denominados de Movimento Renovador-MR), aliando-se aos socialistas (34 cadeiras) chegariam a 52 representantes, um terço da Câmara.

As agremiações restantes seriam os dois partidos verdes -- Ecolo, valão, e Verdes, flamengo-- com 12 representantes e o antigo Bloco Flamengo (VB), atual Interesse Flamengo, com 17.

Quadro tão complexo e fragmentado explica o desfecho.

Depois de sucessivas consultas infrutíferas, somente em dezembro chega-se à constituição de governo. O interregno desde as eleições (10 de junho), totalizou 196 dias, autêntico recorde no período posterior à Segunda Guerra, tomada a Europa Ocidental em conjunto.

d) Conclusão

Consistindo a presente análise no exame da hipótese de alteração da natureza do sistema proporcional --apontada como sendo incapaz de proporcionar estabilidade política--, considerado o exemplo belga, manteria aquela característica. Cabe entretanto confrontá-la ao conjunto que tem dado provas de haver superado a mencionada limitação.

A par disto, se tivermos em vista que, dada a implantação de forma federativa de governo, como foi apontado --sendo este igualmente o caso da Itália--, talvez a circunstância deva pesar na ponderação final. E, ainda, o fato de que, na Bélgica, o voto é obrigatório.

DINAMARCA

Sob influência inglesa, a Dinamarca construiu seu sistema democrático representativo ao longo de período muito dilatado.

A primeira Constituição, de 1849, preserva a monarquia e instaura sistema bicameral. Para compor a Câmara Baixa, introduziu-se sistema censitário, isto é, estabeleceu-se limitações tanto para o direito de voto como para eleger-se representante. A instauração de verdadeiro regime parlamentar, no qual vigora o princípio segundo o qual "o Rei reina mas não governa", resultou de disputa, ao longo da segunda metade do século XIX, entre os dois partidos existentes, Conservador e Liberal, em conformidade com o modelo inglês. Sua implantação somente seria decidida em 1901. O sufrágio universal, abrangendo as mulheres, foi adotado em 1915. Por fim, a revisão constitucional de 1953 suprimiu a Câmara dos Lordes.

A Câmara dos Deputados (*Folketing*) compõe-se de 179 membros, 175 cadeiras ocupadas por representantes eleitos na própria Dinamarca. Os quatro restantes, nas ilhas de Feroe e Groelandia. Seguindo desta vez o continente, vigora o sistema proporcional. A Legislatura é de quatro anos. A prerrogativa de convocar eleições antecipadas é do Primeiro Ministro.

O verbete dedicado à Dinamarca, no livro *Les partis politiques en Europe de l'Ouest* (Paris, 1998) --principal fonte do tema--, é de autoria de Lars Bille, da Universidade de Copenhague. Considera esse autor que, na altura do pós-Primeira Guerra Mundial, “o contorno do sistema de partidos encontrava-se estabilizado para os próximos cinquenta anos seguintes, até a reviravolta eleitoral dos anos setenta. Este sistema antigo será dominado pelos quatro velhos partidos.”

Durante o meio século que vai dos anos vinte à década de setenta, quatro partidos carregaram a quase totalidade dos votos: Partido Social Democrata (obtendo acima de 40%); Partido Conservador (em torno de 20% do eleitorado); Partido Liberal (*Venstre*, donde a sigla V), com 20/25% e Esquerda Radical (5 a 10%). Dada a impossibilidade de qualquer das maiores agremiações governar sozinha, tornou-se praxe que o Orçamento e providências legais de maior relevância requeriam a aprovação desses partidos em conjunto. Em caso de divergência insanável, a agremiação dissidente podia exigir que uma lei, mesmo aprovada por maioria, fosse submetida a referendo.

Tanto as agremiações conservadora e liberal, como a social democrata, foram estruturadas ainda no século XIX.

O Partido Popular Conservador (KF) origina-se do grupo parlamentar constituído com o propósito de assegurar a sobrevivência do sistema eleitoral censitário e então denominava-se *Direita*. A extensão do sufrágio era reivindicada pelo grupo que, por sua vez, era conhecido como *Esquerda*. Apesar da distinção, ambos provinham da elite proprietária. Este último aderiu ainda à campanha em prol do *livre-cambismo* que, naquela época, surgira na Inglaterra.

A denominação de Partido Popular Conservador data de 1915, quando se deu a introdução do sufrágio universal e seus defensores viram-se na contingência de adotar um novo programa. Tomando-o como referência --e sobretudo a sua atuação ao longo de período tão dilatado --, caracteriza-se pela defesa dos valores tradicionais (a família, a Igreja Luterana nacional, a Nação e a propriedade privada). Na defesa destes, contudo, observa Lars Bille, tem atuado de forma moderada. Defende o sistema de proteção social, sendo, como diz esse autor, “muito razoáveis suas proposições de redução do número de funcionários, e da extensão do serviço público, reconhecendo entretanto que este último deve ser racionalizado e tornado mais eficaz.”

No novo ciclo introduzido na altura da Primeira Guerra, os liberais conservaram a denominação (*Venstre*, Esquerda) mas progressivamente passaram a ser conhecidos como Partido Liberal. Pelo programa a que se foi afeiçoando, viria a ser a efetiva alternativa para o Partido Social Democrata que dominou a política dinamarquesa em grande parte do século passado.

Com efeito, entre 1924 e 1982, durante 45 anos, portanto, o Partido Social Democrata ocupou o poder, sozinho ou coligando-se, mas sempre indicando o Primeiro Ministro. Associou-se firmemente à criação do Estado Providência.

A social democracia dinamarquesa data ainda da fase final da Primeira Internacional (1871), atuando em conjunto com o movimento sindical, do qual dissociou-se formalmente em 1878. Seguiu os passos da Segunda Internacional na adesão ao sistema democrático representativo e à participação parlamentar, como meio de obter conquistas sociais para a massa trabalhadora. Com o surgimento da Rússia Soviética e da Terceira Internacional, sofreu igualmente cisão em suas fileiras a fim de dar surgimento ao Partido Comunista. Este, entretanto, embora haja alcançado 12,5% dos votos na eleição de 1945, foi marginalizado notadamente a partir do reconhecimento dos crimes do comunismo (atribuindo-os unilateralmente a Stalin), circunstância que também na Dinamarca deu lugar à debandada dos comunistas. Dessa debandada, aliás, iria resultar o surgimento do Partido Socialista, em 1959, que mantém certa presença no processo político.

O Partido Social Democrata Dinamarquês não experimentou a modernização por que passaram as agremiações congêneres, seguindo ao PSD Alemão. Mantém em seu programa que “a democracia deve desenvolver-se não somente na esfera política mas também no domínio econômico-social, princípio que implica a co-propriedade pelos operários dos meios de produção.” Em matéria de modernização (ou atualização), limitou-se a abandonar o antimilitarismo. Em seus governos deu apoio à OTAN. Quanto à adesão à Comunidade, não a encara com maior entusiasmo, opondo-se radicalmente à integração política (cogitada na idéia federalista inicial, posteriormente abandonada)

Sua prolongada passagem pelo governo teria inevitavelmente que acarretar aumento excessivo da despesa pública

Durante o período que se seguiu à eliminação dos principais danos materiais causados pela guerra --situado pelos autores da obra antes citada *Les économies de l'Europe Occidentale* (2005) entre 1952 e 1972 --, a Dinamarca experimentou crescimento médio de 4,3%. Essa taxa chegou a 5,3% em 1972. Os problemas trazidos à luz pelo aumento dos preços do petróleo, que marcam justamente a interrupção do ciclo virtuoso, logo se fizeram sentir. A taxa de inflação chegou a 15,3% em 1974. Seria justamente na fase de crescimento que os sociais democratas, no poder, estruturaram o Estado Providência, sustentado em grande medida por impostos. O típico da situação, segundo Lars Bille, corresponde ao crescimento exponencial da despesa pública. Acrescente-se a inadequação da social democracia para lidar com o novo quadro de crise.

Prossegue Lars Bille: “Os laços de longa data que uniam os grandes partidos a essa ou aquela camada social começam a esgarçar-se, em particular aqueles existentes entre o Partido Social Democrata e os operários; os liberais e as categorias rurais, ou entre o Partido Conservador Popular e o mundo dos negócios.” Nas eleições de fins do ano de 1973, o quadro tradicional dos quatro ou cinco partidos principais é ultrapassado. Seu número eleva-se a dez. Depois de 1973, acentua esse autor, “jamais houve menos de oito partidos representados no Parlamento (nove em 1995). Os partidos tradicionais recuam de 85% dos sufrágios, em média, para 58%.”

O Partido Social Democrata irá experimentar anos contínuos de oposição, de 1982 a 1993. O grave da situação é que não se constitui uma alternativa capaz de restaurar a estabilidade. Nove eleições gerais, entre 1973 e 1994 dão uma idéia da duração dos gabinetes, já que se tratava da antecipação dos pleitos. Duraram, em média, dois anos e quatro meses.

Em 1993, o PSD conseguiu formar uma coligação com a Esquerda Radical (RV; 6 cadeiras); o Centro Democrático (CD; 9) e o Partido Popular Cristão (KRF, 4). Dispondo o PSD de 69 assentos no Parlamento, a coligação indicada contava com 88 cadeiras, maioria de apenas um voto (com exclusão dos quatro representantes das ilhas; isto é, considerados apenas os 175 escolhidos na própria Dinamarca). Embora heterogênea, a coligação em apreço conseguiu manter-se no poder na eleição do ano seguinte. Mesmo com essa maioria precária, resistiu até o pleito de 2001.

O PSD dera provas de não ter compreendido a natureza da crise que se abateu sobre a Europa, a partir da década de setenta, embora houvesse nesse período, entre os Partidos Socialistas Europeus, a aproximação às teses colocadas em circulação pelos alemães, no Congresso de Bad Godsberg (1958). Esse processo, justamente, iria culminar, logo adiante, com a “terceira via” de Tony Blair. A par disto, tendo a Inglaterra superado o desemprego e a inflação, sob os conservadores, dispunha-se de comprovação prática do acerto do diagnóstico e das correções de rumo introduzidas. Havia ainda o precedente holandês, com a mudança de comportamento do movimento operário, evidenciada com o Acordo de Wassenaar, que se tornaria famoso.

A par disto, os parceiros da coalizão tampouco proporcionariam qualquer novidade. Senão, vejamos.

A Esquerda Radical (RV) --que aparece nas estatísticas eleitorais como “liberais sociais” -- fora criada em 1905. Ainda que se situasse no campo liberal, estava mais preocupada com o que designa, em seu programa como a “proteção dos cidadãos dos excessos do mercado capitalista e em assegurar a igualdade de direitos para todos.” Candidato a tornar-se vítima do que se convencionou denominar de “tentação social democrata”,

justamente o que levara o Partido Liberal Inglês a fundir-se com os sociais democratas, no passado recente. Nesse quadro, dificilmente proporia maiores inovações aos postulados do PSD, além de que costumava participar de seus governos anteriores.

O Centro Democrático (CD) resultou de uma cisão no próprio PSD, tornada partido autônomo em 1973. Seus integrantes indispueram-se com a influência crescente dos grupos que mais tarde seriam denominados de “velha esquerda” bem como da crescente cooperação com o Partido Socialista, cujos membros, oriundos do PC, indispuham-se apenas com a subserviência aos soviéticos. Assim, o CD poderia atuar como fermento modernizador da coalizão. Entretanto, não dispunha de uma plataforma clara nem a fonte inspiradora tradicional (os ingleses) a havia proporcionado. A afirmação da nova liderança (Blair) no seio do trabalhismo somente se consumaria adiante. A abolição da Cláusula IV, do programa partidário, que identificava socialismo com estatização da economia, deu-se em 1995.

Das descritas características da nova coalizão sob a égide dos sociais democratas somente poderia resultar “mais do mesmo”, como de fato ocorreu. A diferença residiria na capacidade demonstrada pelos liberais de que souberam aproveitar a oportunidade.

Tendo sido estruturado, como se indicou, ainda no século XIX, o Partido Liberal Dinamarquês, ao longo do tempo dispunha de uma plataforma consistente. Sobretudo a partir do último pós-guerra, quando os valores liberais estiveram em causa na Europa, soube defender firmemente a economia de mercado, proclamando que os mecanismos fundados sobre a livre empresa e a concorrência são capazes de proporcionar alocação ótima dos recursos econômicos. Ao tempo em que apostava na liberdade individual, enfatizou sempre que esta liberdade implica responsabilidade. No que se refere à situação configurada no pós-guerra, empregou o argumento de que o exagerado crescimento da proteção social retira do indivíduo o senso de iniciativa, transferindo-a a Estado concebido de forma paternalista. A partir de tais princípios, ergueu a bandeira centrada na passagem do Estado-Providência à Sociedade-Providência. O programa em causa complementa-se, em matéria de política externa pela sustentação da OTAN e do princípio da defesa forte, do mesmo modo que a integração econômica e política da Europa.

Contudo, a julgar pelos resultados, somente no novo milênio sua liderança deu-se conta do caminho para apresentar-se perante o eleitorado como aquela força capaz de reverter o quadro de dificuldades e a recorrente incapacidade de superar os efeitos mais visíveis da crise vivida desde os anos setenta. Encontrou uma forma credível de enfrentar a questão-chave --o agigantamento do Estado-- sem fazê-lo de modo radical, isto é, sem violentar as

tradições cultuadas pelo país no plano político. Essa fórmula consistiu no compromisso com o congelamento dos gastos públicos. Essa proposição iria desencadear o ataque frontal de toda a esquerda. A acusação era de que a providência correspondia a manobra para beneficiar os ricos. O certo é que se tornou tema polarizador.

Assim, na campanha eleitoral que precedeu as eleições de novembro de 2001, o Partido Liberal encontrou o slogan capaz de popularizar a mencionada idéia, acompanhada da argumentação para torná-la convincente, sendo bem sucedido. Pela primeira vez, desde 1920, outra agremiação ultrapassa o PSD e situa-se como o mais votado. Sem dispor entretanto de maioria, o Partido Liberal conseguiu formar uma coligação integrada pelo Partido Popular Conservador. Essa coligação manter-se-ia no poder nas eleições de Fevereiro de 2005 e novembro de 2007.

Os resultados das duas eleições parlamentares são apresentados adiante:

	Partido	2005		2007	
		%	cadeiras	%	cadeiras
	Liberal	29,0	52	26,2	46
	Social	25,9	47	25,5	45
Democrata	Popular	13,2	24	13,9	25
Cristão	Socialista	6,0	11	13,0	23
	Conservador	10,3	18	10,4	18
	Liberal	9,2	17	5,1	9
Social	Outros	6,4	6	5,9	9
	Total	100,0	175	100,0	175

A coalizão entre os liberais e os conservadores introduziu na Dinamarca reformas que são classificadas como as mais radicais em trinta anos. A máquina governamental e seus custos foram reduzidos drasticamente, o que permitiu reduzir impostos, ainda que não tenham sido alcançadas as proporções reclamadas pelos conservadores.

Os resultados no que respeita à atividade econômica foram imediatos. A despesa pública, que ultrapassava 60% do PIB passou a oscilar pouco acima de 50%. A taxa de inflação que se situava em torno dos 5% na década de noventa (redução expressiva em relação ao início da crise), continuou baixando para variar entre 2 e 3%. A melhoria geral do ambiente econômico pode ser aferido pela redução da taxa de desemprego, apresentada adiante:

Ano	Taxa de desemprego (%)
2000	5.7
2001	5.3
2002	5.1
2003	5.1
2004	6.1
2005	6.2
2006	5.7
2007	3.8
2008	3.5

A coalizão liberal atuou em outras frentes, além da indicada. Obteve melhoria na composição da imigração, enquadrando-a nos marcos das necessidades econômicas do país, e procedeu também a uma reforma municipal, tendo como objetivo assegurar a sobrevivência das pequenas unidades.

Embora o quadro político recente direcione-se no sentido do modelo da alternância no poder entre liberais (conservadores) e sociais democratas, não se poderia concluir que se trata de tendência firme. O sistema político permanece fragmentado ao tempo em que não há indícios de que o PSD trilharia o caminho da modernização, na linha do PSD Alemão e do trabalhismo inglês.

ESPANHA

A Espanha viveu sucessivas guerras civis no século XIX, não tendo sido conseguida a institucionalização da monarquia constitucional. Em meio aos conflitos armados, é proclamada a República em 1870. Esta, entretanto, somente perduraria por apenas dois anos. Num único ano o país chegou a ter cinco Presidentes da República; os governos não se sustentavam e algumas províncias deixaram de acatar a autoridade de Madrid. Em 1875 um golpe militar dissolve as Cortes, sendo restaurada a monarquia.

O país não chegou a dispor de uma autêntica tradição liberal, predominando o democratismo que tanta influência exerceria em Portugal no mesmo período, vale dizer, tratava-se de fenômeno ibérico/francês. Os liberais aparecem como uma força minoritária.

Antes do fim do século, os republicanos dispõem de uma sólida representação parlamentar e entram em cena os socialistas, em cujo seio são muito fortes as tendências anarquistas. Entre os católicos, aparece também uma tendência radical, favorável à violência, que iria contribuir para tornar a situação ainda mais complexa. Liberais e conservadores sustentam a monarquia constitucional, mas revelam-se incapazes de promover grandes reformas. Fracassaram as tentativas de quebrar o poder local dos caciques e dar maior autenticidade ao processo eleitoral. Ainda assim, esse sistema sustentou-se por algumas décadas. Das várias crises que impõem a suspensão das garantias

constitucionais, não resulta a quebra da ordem institucional. Contudo, a presença anarquista acabaria levando à sua derrocada.

A Confederação Nacional do Trabalho organiza-se em 1911 e chega rapidamente a agrupar mais de dois milhões de trabalhadores. Embora tivessem uma grande presença nessa entidade, os anarquistas formaram uma outra agremiação, a Federação Anarquista Ibérica, que adota métodos de trabalho clandestinos e se propõe abertamente a reunir homens de ação, dispostos a mudar o curso da história pela violência. A FAI considera o assassinato político como uma forma privilegiada de luta. Em 1912, os anarquistas conseguem matar o chefe da ala esquerda do Partido Liberal, José Canalejas Mendez (1845/1912), que se notabilizara pelo combate aos extremismos, tanto anarquista como católico, e estivera à frente de alguns governos. A morte de Canalejas comoveu o país, mas não trouxe maiores conseqüências. Contudo, o assassinato de Eduardo Dato Irandier (1856/1921), chefe do Partido Conservador, feriu de morte o regime.

A revolta militar de 1923 levou ao estabelecimento da ditadura de Primo Rivera, que dura até 1930. A crise de 1929 trouxe graves problemas ao país; Rivera perde o controle da situação militar, renuncia e exila-se na França, onde viria a falecer logo depois. Valendo-se da circunstância, os republicanos organizam um Comitê Revolucionário que, logo depois, em 1931, derroca a monarquia.

Nas eleições parlamentares de junho de 1931, a coalizão republicana de esquerda conseguiu larga maioria (315 cadeiras – quase 70% - num total de 466). A coalizão era entretanto muito precária. Os comunistas tentaram apossar-se do poder numa revolta que eclodiu em janeiro de 1932, tendo fracassado. Os anarquistas, por sua vez, mantinham inalterada sua linha de atuação política, desinteressando-se da sorte da República. Em agosto era a vez da extrema direita levantar-se em armas. Os republicanos estavam assim colocados entre dois fogos.

A República deu curso a importantes reformas que vinham sendo postergadas desde o século passado. Aboliu-se a religião oficial. O caminho da autonomia das províncias, que se revelara um dos focos da instabilidade, foi equacionado de modo consensual. Foram abolidos os títulos de nobreza. Introduziu-se o escrutínio universal, para ambos os sexos, a partir dos 23 anos. A educação primária foi tornada secular e compulsória.

O Presidente da República era eleito pelo Congresso e o governo obrigado a obter maioria parlamentar. O Presidente dispunha da prerrogativa de dissolver o Parlamento.

A separação entre a Igreja e o Estado revelou-se muito complexa. Vigorava até então o sistema do padroado, isto é, os sacerdotes eram funcionários públicos. Além da eliminação dessa praxe, a República dissolveu as ordens religiosas que prestavam obediência a autoridades estrangeiras. Permitiu-se a ingerência oficial na propriedade eclesiástica. Como o país era majoritariamente católico e a Igreja extremamente conservadora, criou-se uma sólida base social de oposição à República. Nas eleições municipais de 1933, os conservadores obtêm maioria.

Nas eleições parlamentares de 1933, ocorre a vitória das agremiações conservadoras parte dos quais alia-se aos republicanos, permitindo-lhes formar o governo. Os agrupamentos mais radicais da esquerda reagem violentamente, conseguindo inclusive que a Catalunha se declare independente. O governo central reage e consegue derrotar os insurretos. Mas sem o apoio da esquerda e a franca desconfiança dos conservadores, os ministérios não se sustentam. Apenas no ano de 1935, alternam-se no poder nada menos

que sete governos. Todas as reformas são paralisadas. Diante de situação insustentável, o Parlamento é dissolvido convocando-se novas eleições para o mês de fevereiro de 1936. É nesse quadro que Antonio Primo de Rivera, filho do antigo ditador, organiza a Falange, entidade afeiçoada ao Partido Fascista Italiano.

Para as eleições parlamentares de 1936, os republicanos organizam a denominada Frente Popular, abrangendo os liberais, a esquerda republicana, socialistas, comunistas, trotskistas e anarquistas. Era o tempo em que coalizão semelhante se formara na França. A Frente Popular consegue ampla maioria (308 cadeiras, 66% do total), contra 158 dos conservadores (34%). Mas, na Frente Popular, os liberais eram minoria escassa, dispondo de apenas 52 deputados.

A adesão da esquerda à Frente Popular revelou-se circunstancial. Nos primeiros quatro meses do governo saído dessa coalizão, o país foi sacudido por 113 greves gerais e 218 parciais. Os anarquistas e outros elementos radicais incendiaram 170 igrejas e destruíram as instalações de 10 jornais conservadores.

O quadro era de todo insustentável. O Presidente da República (Zamora) tenta dissolver o Parlamento e convocar novas eleições mas é fragorosamente derrotado, o que o leva a renunciar. Em seu lugar é designado o então chefe do conselho de Ministros (Azaña) mas sem maior suporte parlamentar. Em julho, o general Francisco Franco (1892/1975) rebela-se no Marrocos e o país é arrastado à guerra civil.

A guerra civil espanhola durou cerca de quatro anos, tendo terminado em março de 1939, com a vitória de Franco. O evento tornou-se uma peleja internacional, intervindo batalhões formados pela esquerda, com pessoas provenientes de vários países. A Itália apoiou abertamente as tropas franquistas. As lutas foram encarniçadas, estimando-se que tenha morrido um milhão de pessoas.

Franco governou durante pouco menos de quarenta anos. O novo regime que copiou muitos institutos do corporativismo italiano e manteve-se nos marcos do autoritarismo, aprovou em 1947 a chamada Lei da Sucessão, segundo a qual deveria ter lugar a restauração monárquica. Franco não desejava, entretanto, monarquia de cunho tradicional e conseguiu, em 1954, que o herdeiro presuntivo renunciasse em favor do Infante Juan Carlos, desde então educado para o novo mister e que iria revelar-se um grande estadista, após a morte de Franco (1975). Assumindo o poder, Juan Carlos impulsionou a transição para a democracia agindo com moderação. Contou também com a emergência de grandes estadistas, entre estes o chefe do primeiro governo comprometido com a abertura política e a nova liderança socialista.

Em 1978, promulgou-se uma nova Constituição, introduzindo o regime parlamentar. O número de cadeiras na Câmara Baixa (Cortes) foi fixado em 350 deputados, escolhidos pelo sistema proporcional. Embora os elementos conservadores não tivessem aceito de bom grado o novo quadro, a transição foi assegurada por uma coalizão liderada por Adolfo Suarez, que conseguiu expressiva maioria nas eleições de 1978 (168 cadeiras; 48% do total). Os militares promoveram uma insurreição armada, mas o Rei conseguiu o apoio dos comandos mais importantes. Franco havia conseguido modernizar o país e, nas novas circunstâncias, abre-se o caminho à admissão ao Mercado Comum Europeu. A Espanha ingressa numa era de grande prosperidade.

Nas eleições de 1982 consegue expressiva maioria o Partido Socialista, liderado por Felipe González, uma liderança moderna mais próxima da social-democrata alemã que do socialismo tradicional. González não se envolveu em aventuras estatizantes, mantendo o crescimento econômico e a prosperidade. Graças a isto, obteve novos mandatos em 1986 e

1990, embora sua maioria se haja reduzido. A Constituição espanhola de 1978 introduziu dispositivo que exclui os partidos que hajam obtido menos de 3% dos votos. Contudo, nas eleições de 1993, a maioria do PSOE reduziu-se a 47%. Nessa mesma eleição, desponta, como segunda agremiação, o Partido Popular, mas que só obteve 40% das cadeiras. Finalmente, no início de 1997 o Partido Popular suplanta os socialistas mas para governar têm que coligar-se com os catalãos que já estavam no poder.

Os dois governos do PP, chefiados por José Maria Aznar, serviram para caracterizá-lo como uma agremiação liberal, apta a defrontar-se com a competente liderança socialista exercida por Gonzalez. Seguiu firmemente a política de redução da despesa pública, traduzida na baixa de impostos sobre empresas e pessoas físicas. O país cresceu a taxas mais altas que as alcançadas pela Europa. E ainda que não haja logrado grande avanço na reforma trabalhista, obteve redução do desemprego (superior a 20%) ao nível da média europeia (8%). Consciente do desgaste que inevitavelmente recai sobre a liderança no caso de um terceiro mandato, o PP concorreu em 2004 com novo nome (Rajoy). Contudo, Aznar não conseguiu administrar o brutal atentado terrorista ocorrido às vésperas das eleições, visivelmente organizado pelo radicalismo islamita, tendo em vista o engajamento da Espanha ao lado dos Estados Unidos. Sendo natural que tivesse contato com a ajuda do grupo terrorista basco (denominado ETA, que seguidamente perpetrava tais atentados), pretendeu negar a participação da Al Queda. Explorando a circunstância, os socialistas ganharam as eleições, embora nada o indicasse.

A nova liderança socialista (José Luiz Zapatero), embora mantendo a política econômica, revelou-se disposta a reintroduzir no país o clima de tensão e confronto que praticamente se conseguira eliminar nos trinta anos de abertura política. Criou animosidades sucessivas com a Igreja Católica; ignorou o chamado Pacto de Moncloa que inseria o compromisso de evitar a reabertura das feridas da guerra civil, ao investir contra a memória franquista; decidiu encaminhar isoladamente processo que acabou servindo para assegurar a sobrevivência da ETA, violando as regras do acordo anti-terrorista em vigor, com o qual estavam comprometidos os diversos partidos, inclusive o PP; e, mais grave que tudo, estimulou o nacionalismo catalão, concordando em que a Catalunha se auto-definisse como uma nação, o que sem dúvida alguma compromete tanto a sobrevivência da monarquia como da própria unidade nacional.. A questão das autonomias havia sido adequadamente equacionada no período da abertura. Enfim, ao contrariar regras da Comissão Europeia, conseguiu turbar a forma como ocorria a integração à Comunidade, que abria à Espanha a possibilidade de vir a participar do pequeno grupo de países que a têm liderado.

Do ponto de vista da questão sob exame, verifica-se pelos dados abaixo que o sistema proporcional não tem impedido a formação de maiorias:

Ano	P. Socialista		P. Popular		
	%	Cad.	%	Cad.	
1993	38,5	159	34,6	141	
1997	37,4	141	38,8	156	
2000	41,2	138	51,1	171	
2004	46,8	164	42,3	148	
2008	43,8	169	40,1	153	

A Esquerda Unida corresponde à aliança eleitoral dominada pelo Partido Comunista Como bloco parlamentar mantinha atuação conjunta. Com o virtual desaparecimento desde o último pleito, a fim de manter-se nas Cortes passou a integrar o denominado Grupo Misto, constituído pelas agremiações menores, obrigadas a dispor de tempo de participação nos debates e representação nas Comissões como se fosse uma única agremiação A Convergência e União corresponde à principal agremiação da Catalunha. Até os dois últimos pleitos detinha o monopólio da representação nacional. A partir destes, perdeu essa condição. As cerca de vinte cadeiras atribuídas ao colégio eleitoral catalão passaram a ser ocupadas por mais dois outros partidos.

GRÉCIA

Tem muito a ver com a história da Grécia contemporânea o chamado Grande Cisma do Oriente, denominação atribuída à primeira expressiva divisão do cristianismo, de que resultou a criação da Igreja Ortodoxa, cuja patriarcado foi sediado em Constantinopla. Devido a essa divisão, o tradicional embate com o Islã, de que resultariam as sucessivas Cruzadas, a fim de libertar Jerusalém, durante longo período iria afetar precisamente a área compreendida pela Igreja Ortodoxa. Desta feita, os maometanos são representados pelo Império Otomano. Este ocupa a Ásia Menor, correspondente à parcela oriental da Turquia, seguindo-se, em 1393, a ocupação da Bulgária e da Romênia. Constantinopla vê-se imprensada entre dois tentáculos. Ainda no século XIV atinge a Sérvia. Constantinopla cai em 1453, a ocupação da Bósnia tem lugar em 1463, logo acompanhada da Grécia. A parte oriental do Mediterrâneo passa a integrar aquele Império. A investida prossegue e ameaça Viena em fins do século XVII.

A libertação dessa parte da Europa da dominação turca, de igual modo, por sua vez, equivale a processo dilatado. Começa em 1669 com a libertação da Hungria e da Transilvânia. Mas somente em 1829 o Império Otomano iria reconhecer a independência da Grécia.

A luta pela independência da Grécia correspondeu a uma guerra sangrenta e mobilizadora da opinião pública européia. Durou praticamente uma década e estabeleceu um verdadeiro fosso entre turcos (muçulmanos) e gregos (cristãos ortodoxos), que iria ressurgir periodicamente. Quase um século depois, ao término da Primeira Guerra, valendo-se da circunstância de que a Turquia sai enfraquecida da conflagração, a Grécia tenta invadir Istambul (onde permanecia expressiva população de origem grega). Derrotada, as nações mediadoras acertam a troca de naturais dos dois países. Disso resulta monumental deslocamento de populações:

400 mil muçulmanos que habitam a Grécia voltam à Turquia enquanto dali são evacuados um milhão de gregos. Essa disputa ainda reascender-se-ia no último pós-guerra. Finda a dominação britânica na ilha de Chipre, em 1960, verifica-se a tentativa grega de incorporá-la integralmente, disposição que acabaria numa guerra com a Turquia. Em meados da década de setenta a ilha é subdividida a partir da confissão religiosa, situação que acaba por consolidar-se. Presentemente, a parte grega da ilha de Chipre, onde se constituiu governo autônomo, é parte integrante da União Européia.

Ao longo do século XIX e na primeira metade do seguinte o país não consegue assegurar-se do normal funcionamento de monarquia constitucional, tendo experimentado violações da ordem legal. No curso da Segunda Guerra estabelece-se conflito entre o monarca e o primeiro ministro, no que se refere à participação no conflito, de que resulta ter o país se declarado neutro. Invadido pela Itália, organiza-se ampla resistência, afinal vencida pela direta intervenção de tropas alemãs.

A libertação dá-se com a invasão de tropas britânicas em 1944. A resistência acabara dominada pelos comunistas que se opõem à restauração da monarquia, iniciando-se no país a guerra civil. A exemplo das precedentes, caracterizou-se pela violência. Tendo obtido o apoio dos governos norte-americano e britânico, os monarquistas tornam-se vencedores. Ainda desta vez, a ordem legal não consegue estabelecer-se. Em 1965, instaura-se no país uma ditadura militar.

O regime militar durou até 1974. Após a sua derrocada, realiza-se um plebiscito quanto à forma de governo saindo vencedora a preferência pela República Parlamentar. Começa um novo período na história da Grécia, que dura até o presente.

A singularidade do novo período reside no fato de que hajam surgido dois grandes partidos que, a partir dos anos oitenta, vêm alternando-se no poder.

O primeiro deles denomina-se Movimento Socialista Panhelênico. PASOK, a partir da sigla em grego.

Entre 1974 e 19891, a agremiação segue uma linha terceiromundista, nutrindo-se de posicionamentos radicais (contra a OTAN; as instituições financeiras internacionais e a Comunidade Européia). Progressivamente assume posições populistas e nacionalistas. Em 1977, os trotskistas são expulsos. Depois da morte de seu fundador (Andréas Papandreou (1919/1996) a nova liderança aproxima-se dos Partidos Socialistas europeus afeiçoados à social democracia, a exemplo do PSOE, espanhol.

De março de 1997 a 2004, o PSOK foi liderado por Costas Smitis. Em 2004, assume George Papandreou, filho do fundador. Desde 2006, preside a Internacional Socialista.

O segundo partido denomina-se Nova Democracia –ND, provindo da iniciativa conservadora.

De 1920 a 1958, os conservadores agrupavam-se no Partido Popular.. Em que pese os percalços experimentados por esse partido e a dispersão dos conservadores que se seguiu à ascensão dos militares ao poder, seu líder, Constantin Caramanlis (1907/1998) exerceu influência marcante na política grega durante largo período. Com o fim da ditadura militar, em 1974, funda a Nova Democracia.

De início, o propósito era seguir uma linha social-democrata, dado que este era o quadro predominante na Europa. Tenha-se presente que coincide com o fim dos chamados “trinta gloriosos”. Na medida em que avança a crise daquele ciclo e tendo presente que o PASOK encaminhava-se no sentido da social-democracia, os conservadores adotam, em 1990, um programa de inspiração thatcheriana. Contudo, no país não havia ambiente para guinada nessa direção, pelo fato de que a presença do Estado na economia era expressiva, notadamente naquele setor no qual a Grécia conquistara uma posição de liderança: o transporte marítimo. Do ponto de vista estritamente econômico, a Grécia era um país atrasado.

A fim de superar esse atraso, os conservadores procuraram aproximar-se do movimento que iria desembocar na criação da Comunidade Européia desde o seu nascedouro. Assim, ainda em 1959 firmam um acordo de cooperação, suspenso devido ao golpe militar (1965) e renovado com o fim daquela ditadura (1974). Nessa altura, o PASOK opõe-se ao ingresso na UE aspiração nutrida apenas pela Nova Democracia. Por fim, dada a revisão pelo PASOK de sua posição inicial, o Tratado de Adesão é firmado a 28 de maio de 1979, formalizando-se em janeiro de 1981.

No poder, a Nova Democracia aplicou as diretrizes da Comunidade Européia, na manutenção do déficit público no limite permitido e empenhou-se no controle da inflação, tudo isto, contudo, de forma moderada. Conseguiu registrar avanços sobretudo na modernização da agricultura e na criação de uma infra-estrutura apta a favorecer a dinamização do turismo, propiciando uma certa diversificação econômica.

Constantin Caramanlis tornou-se a personalidade mais influente da situação política grega na segunda metade do século passado. Seria primeiro ministro de 1953 a 1963 quando se exila na França, regressando ao solo pátrio com o fim da ditadura militar (1974). É então colocado à frente de uma coalizão de união nacional exercendo as funções de Primeiro Ministro. Ganha as eleições de 1977 e fica no poder até 1980. Nesse mesmo ano é eleito Presidente da República para o quinquênio 1980/1985. Teve o mandato renovado para o período 1985/1990. Ao falecer, em 1998, tinha 91 anos de idade.

Com o afastamento de Constantin Caramanlis, assume a Presidência da Nova Democracia Costas Smitis (março de 1997), posto no qual permanece até 2004, quando assume Costas Caramanlis (nascido em 1956; sobrinho de Constantin Caramanlis), que se torna Primeiro Ministro em 2004.

Resumidamente, a alternância no poder dos dois grandes partidos configura-se como segue.

Tendo ascendido ao poder com a restauração democrática (1974), a Nova Democracia o manteve na década seguinte. Nos pleitos eleitorais de 1979, 1983 e 1990, alcançou respectivamente 144, 148 e 150 cadeiras (a Câmara compõe-se de 300 representantes), em decorrência de haver alcançado 44%, 46% e 47% dos votos. Neste ciclo, o PASOK obtém cerca de 40% da votação. Deste modo, as duas agremiações chegam a corresponder a 85% dos votantes. Aparecem três pequenas agremiações, obtendo cada uma em torno de 5% dos votos, sendo uma delas o outrora todo poderoso Partido Comunista.

Na década de noventa verifica-se alternância de poder. O PASOK ganha as eleições de 1993 e 1996, alcançando em ambas expressivas maiorias (170 e 162 cadeiras). Renova o mandato mais uma vez em 1999, perdendo-o nas eleições de 2003, vencidas pela Nova Democracia. Essa agremiação ganha também as eleições de 2007 (setembro), quando alcançou 43% dos votos (152 cadeiras), vitória que lhe permitiria permanecer no poder até 2011. Devido sobretudo às dificuldades econômicas decorrentes da crise mundial iniciada em fins de 2008, convoca eleições antecipadas para outubro de 2009 e as perde. O PASOK consegue maioria confortável (159 cadeiras).

HOLANDA

Nos começos da década de setenta, o desemprego praticamente inexistia na Holanda, oscilando em torno de 2,5%. A exemplo do que ocorreu na Europa, com os dois choques do petróleo nessa década, mais que dobrou (6% em 1977). As mais altas taxas ocorreram na segunda metade de 1983 (9,4%). Em 1998, a Holanda alcançou taxa de desemprego considerada normal (4,2%) e, entre o último trimestre de 1999 e 2002, oscilou em torno de 3%.

A experiência holandesa confirma a existência de uma forte correlação entre os níveis de desemprego e a forma de encaminhamento das relações de trabalho. Comprova que a substituição da regulamentação pela negociação (o que também tem sido denominado de flexibilização) contribui de modo preponderante na redução do desemprego.

A par disto, distingue-se da experiência inglesa no sentido de que a mudança pode ser negociada com os sindicatos, ao invés de imposta, como ocorreu com Mme. Thatcher.

O chamado Acordo de Wassenaar, firmado em 1982, expressa a concordância das Trades com elevações salariais inferiores aos níveis de produtividade. A inflação chegou a 6,5% em 1980; 6,7% em 1981, e 5,9% em 1982, reduzindo-se a 2,7% em 1983, resultado atribuído sobretudo à contribuição dos sindicatos. Adicionalmente, aceitaram a estagnação do salário mínimo entre 1982 e 1990, bem como entre 1993 e 1996, de que resultou tivesse baixado de 64% para 51% do salário médio. Aceitaram finalmente a política de combate ao desemprego mediante estímulos a trabalho de tempo parcial (que era também uma aspiração de parte do emprego feminino, interessado em dedicar maior tempo à família).

Ao mesmo tempo, os sindicatos obtiveram redução de 5% do tempo de trabalho e a redefinição dos níveis de remuneração a fim de que refletissem aprimoramento da formação, fenômeno generalizado em setores exigentes de reciclagem.

Tenha-se presente que os sindicatos holandeses têm a atribuição de negociar os contratos coletivos de 83% dos assalariados, sendo de fato representativos da massa trabalhadora, ao contrário do que ocorre em outros países europeus.

Ao longo do século XX, o sistema eleitoral holandês favoreceu o multipartidarismo, na medida em que não se cogitou da imposição de votação mínima a fim de assegurar, às agremiações, o direito à representação. Esse comportamento já se firmara mesmo antes da adoção do sistema proporcional, ocorrida em 1918. Em consequência, sempre foi numeroso o número de agremiações com assento na Câmara. Entre 1971 e 1972, encontravam-se nessa situação 14 agremiações. A partir do pleito eleitoral de 1994, reduziram-se para 12.

Essa praxe cimentou a tradição de governos de coalizão. Ao mesmo tempo, as agremiações que se credenciaram a impulsionar esse procedimento --isto é, competência da liderança para viabilizar sua concretização-- estavam dotadas de estrutura programática que não tornava impeditiva a busca de consenso; ao contrário, facultava esse desfecho.

Neste pós-guerra, três agremiações políticas revelaram-se capazes de alcançar esse resultado. Cumpre determo-nos na sua caracterização.

A mais importante de tais organizações corresponde àquela que assumiu a hegemonia das agremiações confessionais, de que resultou a denominada União Cristã Democrata- CDU.

A agremiação em apreço foi amplamente beneficiada por uma das singularidades da prática política holandesa: a ascendência de agremiações confessionais nesse processo, exercida por dois partidos de inspiração protestante (Partido Anti-revolucionário; sendo ARP a sigla em holandês; e União Cristã Histórica- CHU) e um de inspiração católica (Partido Popular Católico --KVP). Este último revelou-se mais destacado na medida em que participou de todos os governos entre 1918 e 1972.

O pós-guerra iria trazer significativas alterações tanto no ânimo dos eleitores como nos Partidos Católicos. A partir da Itália e da Alemanha, a democracia cristã firma-se desvinculando-se sucessivamente da alta hierarquia da Igreja, bem como atraindo para as

suas fileiras elementos pertencentes a outras confissões e até mesmo liberais. Outro fator de dissenso entre os católicos seria o Concílio Vaticano Segundo.

No caso holandês, detendo um terço das cadeiras na Câmara (50 em 150), em 1963, cerca de dez anos depois, em 1972, a representação do KVP estava reduzida a cerca da metade (27). Os partidos protestantes também tiveram perdas, ainda que menos extensas. Desde 1967, as três agremiações iniciam negociações com vistas à fusão, concluídas em outubro de 1980. Forma-se a União Cristã Democrata (CDA) que logo se credenciaria a liderar ou integrar novas coligações.

A CDA iria acentuar uma das características da experiência política da agremiação católica. O conservadorismo católico holandês acabou encontrando um caminho hábil para evitar a armadilha que dificultou, na Europa como um todo, o relacionamento dessa vertente com o governo representativo. O propósito claro (programático) consistiu em fortalecer a sociedade, como instrumento capaz de confrontar o Estado. Assim, distanciando-se do estatismo a que não estiveram imunes os congêneres europeus, no passado, ao mesmo tempo evitava o que os católicos tanto temiam: o “fantasma” do individualismo liberal. “Fantasma” porquanto, na valorização da pessoa humana, os liberais louvam-se da presença do cristianismo na cultura ocidental.

Assim, a CDA atendia ao requisito essencial suscitado pela situação política concreta: capacidade de obter o novo consenso requerido pela problemática surgida do curso histórico.

As outras agremiações que atendiam a tal requisito --capacidade de liderar ou integrar coligações governamentais-- seriam o Partido Trabalhista (PvDA) e o liberal conservador (Partido Popular pela Liberdade e a Democracia- VVD)

O Partido Trabalhista (PvDA) corresponde à refundação do velho PSD (criado em 1894), levada a cabo em 1946. Oriundo do movimento sindical, a exemplo do homônimo inglês, seguiu desde logo o caminho da reforma pela via parlamentar, em conformidade com a regra fixada pela Segunda Internacional. Manteve-se fiel ao princípio orientador formulado no documento de fundação: “defesa dos mais pobres numa sociedade caracterizada pela coexistência da economia de mercado com a democracia liberal.”

A partir de 1986, obedece à liderança de Win Kok, que vinha de exercer a Presidência da Federação Holandesa das Trade Unions, sendo considerado o artífice do Acorde de Wassenaar, assinado entre as Trades e as organizações patronais, com vistas ao combate do desemprego.

As indicações precedentes comprovam que a liderança do Partido Trabalhista (PvDA) estava em mãos de negociador experimentado, a par da circunstância de que o programa partidário afeiçoava-se ao desfecho da evolução do socialismo democrático ocidental, que se convencionou denominar de social democracia.

Por fim, resta apresentar as indicações que confirmam ser o perfil, do liberalismo conservador holandês, idêntico ao da CDA ou do PvDA. Assinale-se, desde logo que são duas as agremiações liberais existentes na Holanda, segundo a dicotomia clássica: conservadorismo liberal (Partido Popular pela Liberdade e a Democracia –VVD) liberalismo social (Democratas 66 (D-66). Este último passou a integrar o contingente das pequenas agremiações com assento na Câmara.

O Partido Popular pela Liberdade e a Democracia –VVD, organizado em 1946, tinha o propósito de revitalizar as agremiações liberais conservadoras, presentes na cena política deste as últimas décadas do século XIX. Embora evitando posições extremadas, dissonantes das melhores tradições ali cultuadas, a agremiação ergueu a bandeira

consubstanciada no slogan “mais mercado e menos Estado”. A par disto, a nova liderança emergente nos anos oitenta, na pessoa de Frits Bolkestein (nascido em 1933; Presidente da Internacional Liberal no triênio 1996/1998), passou a enfatizar os valores capazes de proporcionar a coesão nacional. Conseguiu, pela primeira vez na história do país, estabelecer a pauta da coligação governamental no poder entre 1994 e 2002.

No período 1977/1982, esteve no poder a coligação entre os cristãos democratas (CDA) e os liberais (VVD). Esse governo fixou a linha geral seguida no enfrentamento da crise surgida naquele período, de que resultou a assinatura do mencionado Acordo de Wassenaar, bem sucedido no combate ao desemprego, conforme foi indicado. Em 1982, a CDA tem novo líder, Ruud Lubbers, que, desde então torna-se Primeiro Ministro. Extingue-se a coligação com os liberais, substituída pela aliança com o Partido Trabalhista, que sobreviverá ao longo dos próximos 12 anos, isto é, até 1994.

O problema grave, que a presença dos trabalhistas no governo iria contribuir para o seu imprescindível equacionamento correspondia ao imperativo de reduzir-se a despesa pública, representada sobretudo pelos compromissos decorrentes do Estado de Bem Estar Social. O modelo de seguridade vigente, ao invés de utilizar a modalidade seguro (atendimento aos encargos com recursos provenientes de aplicações), introduziu o financiamento por contribuições correntes. Disso resulta que os déficits, desta ou daquela rubrica, acabam onerando o Orçamento público.

No período recente, na maioria dos países, o seguro desemprego tem sido o grande responsável pelo déficit. Como vimos, a Holanda equacionou-o flexibilizando a legislação trabalhista, com a anuência dos sindicatos. As aposentadorias tornaram-se outra fonte de desequilíbrio, enfrentada pelos holandeses no período em causa. Seguindo o exemplo da Inglaterra, criou-se a figura da aposentadoria complementar --destinada a assegurar-se poder aquisitivo idêntico ao auferido durante a vida ativa--, de responsabilidade individual, com vistas a que o governo estimulou a organização de Fundos de Pensões. Três lustros depois da fase inicial do governo de coalizão democratas cristãos/trabalhistas, os ativos dos Fundos de Pensões holandeses equiparavam-se ao PIB. Tenha-se presente que esse modelo tem o mérito de criar fonte adicional de investimento, de que depende, em última instância, a taxa de crescimento de um país.

Nas eleições de 1994, a CDA perde nada menos que 20 cadeiras na Câmara, reduzindo-se a sua bancada de 54 para 34 representantes. Em contrapartida, ambas as correntes liberais experimentam expressiva vitória. Os liberais conservadores (VVD) têm a representação ampliada de 22 para 31 cadeiras e os liberais sociais de 12 para 24. Os trabalhistas (PvDA) têm igualmente reduzida a sua bancada, redução essa, contudo, menos drástica do que a vivida pela CDA: retém 37 das 49 de que dispunham. Liberais e trabalhistas, contando com 92 deputados, detêm maioria de 61%, o que lhes permitirá formar a nova coligação de governo. Tendo alcançado nova vitória em 1998, mantêm-se no poder até 2002.

O carro chefe da coligação liberal/trabalhista consistiu na redução de impostos incidentes sobre as empresas, diligenciando no sentido de que tais benefícios se refletissem nos preços, a fim de estimular o consumo, como forma de assegurar o crescimento. Ao mesmo tempo, a partir de ampla negociação com o empresariado aprovou-se legislação estimuladora da concorrência, através do Competitive Trade Act (1998).

Entre 1994 e 2000, criaram-se mais de um milhão e meio de empregos. A Holanda registrou taxas médias de crescimento (3,2%) superiores à média europeia (2,5%).

Nas eleições de 2002, agora sob a liderança de Jan Peter Balkenende, a CDA reconquista a hegemonia tradicional, credenciando-se para liderar mais uma vez a coligação de governo. Conservando essa vantagem nas eleições de 2006, permanecerá no poder. A exemplo das coligações anteriores, os resultados eleitorais acabam por alterar a sua composição. Assim, nos sete anos transcorridos, assegurada a permanência do Primeiro Ministro, a composição do governo alterou-se quatro vezes. A última, em fevereiro de 2007, para integrar o Partido Trabalhista (PvDA) no governo.

IRLANDA

A Irlanda era parte do Reino Unido (Inglaterra), tendo se tornado independente em 1922, depois de uma guerra civil de que resultou a separação do Norte, onde predominavam os protestantes. Assim, a conflagração em causa era basicamente de índole religiosa. A Irlanda se manteve católica através do tempo, na verdade cultivando isolacionismo no seio da comunidade britânica. Não se integrou à Revolução Industrial, permanecendo como país de agricultura tradicional, de baixa produtividade. Atribui-se a esse fato a intensa emigração que a afetou. Basta dizer que sendo habitada por 4,4 milhões de pessoas em 1861, segundo o Censo de 2006 registra população de 4,2 milhões. Deste modo, ao longo de século e meio regrediu em termos populacionais.

O apego ao isolacionismo de sua elite levou-a, após a independência, a cortar as amarras que a ligavam ao Commonwealth, política que se completa em 1949 com a proclamação da República. A prevalência de disputas religiosas resultou na eclosão de grave crise na Irlanda do Norte, iniciada em 1968 e que durou até a última década do século, disseminando a prática de atos de terrorismo de ferocidade chocante. Esse conflito assumiu nitidamente a feição de uma guerra entre católicos e protestantes, em pleno século XX.

A partir dos anos trinta, o governo irlandês coloca em prática o mais absurdo protecionismo econômico. A par disto, em 1937 é adotada uma nova Constituição cujo conteúdo se inspira nas doutrinas da Igreja Católica, à época empenhada em encontrar alternativas para a industrialização e o sistema democrático representativo. Coerentemente, a Irlanda declara-se neutra na Segunda Guerra.

Resultado: no pós-guerra aparece como o país mais pobre da Europa. Ainda na década de cinquenta, 400 mil irlandeses buscam a emigração. E mais: seu exemplo é invocado para afirmar a incompatibilidade da religião católica com o desenvolvimento econômico, inferência flagrantemente indevida do fato de que se tenha popularizado a tese weberiana de que os protestantes encontravam-se na base da Revolução Industrial inglesa.

A partir de fins da década de cinquenta começa a ser posta em causa a orientação seguida até então. Disso adviria o

progressivo abandono do protecionismo, processo esse que culminaria com a adesão à Comunidade Européia em 1973.

Como membro da UE, a Irlanda procurou seguir a orientação que recomendava a adoção de medidas no sentido de tornar o país atrativo para investimentos estrangeiros. Nesse particular, viria a ser a nação onde os impostos incidentes sobre as empresas chegaram aos níveis mais baixos. Em conseqüência atraiu grupos multinacionais e diversificou enormemente a sua economia. Surgiram novos ramos industriais, inclusive valendo-se dos recursos minerais existentes. A título de exemplo, indique-se que se tornou grande fornecedora de zinco.

A Irlanda alcançou taxas recordes de crescimento, em especial a partir dos anos oitenta e nas décadas subseqüentes. Entre 1995 e 2000, a taxa anual de crescimento equivaleu a 10%, resultando na aceleração do PIB em 46%. Entre 2001 e 2007, a taxa mantém-se elevada (7% anuais). Tendo as exportações alcançado expressiva proporção na geração de riqueza, a exemplo dos demais países europeus foi afetada pela crise iniciada em fins de 2008.

Para dar conta da nova situação, referendo levado a cabo em 1972 retirou a especial menção à Igreja Católica, no âmbito das confissões. Em seu lugar, afirma-se a liberdade religiosa. Contudo, os avanços nesse plano encontram ainda muita resistência. A proibição do divórcio somente foi revogada em 1993.

No período recente a Irlanda voltou a experimentar aumento populacional, depois de secular declínio. Contudo, como foi referido, o contingente populacional ainda não alcançou os níveis da metade do século XIX. Da população atual (4,2 milhões), 87% são católicos. De acordo com a Universidade de Georgetown, o país apresenta, na Europa, o maior índice de freqüência à missa dominical. Essa componente, que sustenta o isolacionismo tradicional, iria refletir-se nas relações com a União Européia. Apesar dos notórios benefícios decorrentes do ingresso na organização, a Irlanda atrasou durante um ano a ratificação do Tratado de Lisboa que, entre outras coisas, substitui o sistema de unanimidade (impraticável devido à sucessiva expansão, agora com 27 membros) por modalidade mais flexível a partir da ponderação de indicadores populacionais e coeficientes mínimos, na adoção de providências que afetem os Estados membros.

Quanto ao sistema partidário, a principal agremiação corresponde ao denominado Fianna Fail --que significa “guerreiros do destino”ou “soldados da Irlanda”. Trata-se de agrupamento nacionalista tradicional, republicano, fundado pela personalidade que se considera haja criado a Irlanda independente --Eamon de Valera (1882/1976).

A mencionada agremiação (Fianna Fail) esteve no poder, ininterruptamente, entre 1932 e 1948. Depois desse largo período (16 anos) e de breve interrupção, reconquista-o entre 1951 e 1954;

de 1957 a 1973 e de 1977 a 1981. Sendo o principal sustentáculo do isolacionismo que condenou a Irlanda à extrema pobreza, revelou-se pragmático o suficiente para aceitar a aproximação com a União Européia e, de posse dessa bandeira, manter-se na direção do país.

Deste modo, a alteração de orientação política não afetou a hegemonia do Fianna Fail. Desde os anos oitenta alcança pouco menos de 50% da votação. Essa situação lhe tem assegurado resultados próximos da obtenção de maioria para governar. Nas eleições gerais de 2002, por exemplo, obteve 81 cadeiras (menos três que a maioria porquanto a Câmara compõe-se de 166 representantes). Em tais circunstâncias, tem formado coalizões com um pos pequenos partidos (Democratas Progressistas).

A linha pragmática de aproximação com a União Européia foi sustentada firmemente pela nova liderança de Bertie Ahern, que assumiu esse posto em 1994, ocupando assim o cargo de Primeiro Ministro, mantendo-o até 2008, quando renunciou devido a acusações de corrupção.

A segunda maior agremiação Fine Gael (“Tribo dos Irlandeses”) detém em torno de 30% das cadeiras do Parlamento, originando-se igualmente das hostes católicas. Segundo Julian Thomas Hottinger (Universidade de Friburgo, Suíça), procura distinguir-se de seu grande rival, Fianna Fail, o que o leva, como diz, a caracterizar-se como “partido em mutação perpétua”. E, prossegue: “Os dois partidos são conservadores mas o Fine Gael tende a ser mais liberal. No período recente, tem insistido na necessidade de reduzir as despesas estatais.”

No que se refere aos menores partidos, além do mencionado Democratas Progressistas (elege menos de dez representantes), funciona Partido Trabalhista (bancada de vinte cadeiras), que está longe de corresponder à agremiação assim denominada na Inglaterra. Embora ligado ao movimento sindical, este segue, de igual modo, a orientação da Igreja Católica.

Do que precede, pode-se concluir que, como a religião tem se revelado o elemento definidor da nação como um todo, não há indícios de que se haja configurado (ou até mesmo de que venha a configurar-se) polarização assemelhada à que tem sido observada nos países estudados.

ITÁLIA

A unificação da Itália é fenômeno tardio. Formalmente costuma ser datada de 1861, quando se reuniram os representantes de todos os estados, com a exceção de Veneza e Roma (Estado Pontifício), a fim de estruturar o primeiro parlamento nacional. Adotou-se uma constituição que estabeleceu a monarquia constitucional. Veneza aderiu ao novo Estado em 1870 e, nesse

mesmo ano, procedeu-se à ocupação de Roma, tornada capital do Reino.

A dificuldade do empreendimento podia ser medida pela afirmativa do conhecido filósofo e pensador liberal Bertrando Spaventa (1817/1883): “A Itália está feita; agora é preciso fazer o italiano”. Com efeito, as repúblicas e os pequenos reinos que acabaram estruturando-se alguns séculos depois da queda do Império Romano haviam acumulado tradições que se consolidaram ao longo de pelo menos mil anos. Lombardos, napolitanos, venezianos, sicilianos ou piomonteses não iriam, da noite para o dia, abdicar de sua soberania. A estruturação de um Estado central revelou-se uma tarefa de muito difícil execução. A impressão que se recolhe, notadamente em decorrência do compromisso a que se chegou no período subsequente à Segunda Guerra, é a de que o país renunciou a esse objetivo, consoante teremos oportunidade de indicar expressamente.

A presença do Vaticano e a dificuldade de fixar um estatuto razoável a fim de assegurar a sua independência seria, durante largo período elemento perturbador. A insistência da alta hierarquia católica na manutenção do poder temporal indispsôs o novo Estado com a Igreja. Embora tivesse sido aprovada, em 1871, a denominada Lei de Garantias, reconhecendo a inviolabilidade e as prerrogativas pessoais dos Pontífices e assegurando independência e livre exercício de sua atividade espiritual, a Santa Sé recusou-se a reconhecê-la, considerando-se o Papa um prisioneiro. A questão somente se solucionaria em 1929, sob Mussolini, quando a Itália reconhece o poder temporal do Papa sobre o Estado do Vaticano. Tratando-se de um país eminentemente católico, a disputa serviu para criar divisões artificiais entre católicos e liberais, levando, por esse meio, água para o moinho dos inimigos do sistema representativo, que acabaram por derrocá-lo..

Havia ainda a questão do atraso dos estados meridionais, onde predominava agricultura rotineira. A Revolução Industrial limitara-se aos estados do Norte. Deste modo, as condições vigentes no Sul serviram para nutrir as ficções do corporativismo, isto é, das excelências de uma economia livre da competição, a tese que era o cerne da doutrina corporativa, afinal encampada pelo Partido Fascista.

Vigorou no país a monarquia constitucional como forma de governo. Contudo, a prática esteve longe de assegurar estabilidade. Somente em fins do século XIX chega ao poder monarca que admite conviver com o sistema parlamentar.

A Itália unificada adotou sistema eleitoral proporcional, baseado na votação em lista pré-ordenada, justamente o que tipifica esse modelo. Ao longo das primeiras décadas do século XX não se revelou capaz de assegurar a aparente normalidade, recentemente conquistada. Nesse período emergem organizações revolucionárias, de inspiração socialista, que levariam a uma grande radicalização. Disso resultou que a questão da ordem se tornasse o elemento definidor do processo político. O fenômeno em causa deu ensejo à formação do Partido Fascista que chegou ao poder pelo voto. No pleito eleitoral de 1924 obteve 65% dos sufrágios. Esse fato equivaleu a uma carta branca para a destruição do sistema democrático representativo, implantando-se regime ditatorial.

O fascismo foi derrotado em julho de 1943, em decorrência da invasão do país e ocupação de parte do território pelo Aliados. Embora a luta armada continue, ocupando os alemães parte do país, forma-se governo pró-Aliados. Por um plebiscito levado a cabo em 1946, aboliu-se a monarquia

Através da nova Constituição, aprovada em 1948, a Itália adota a república parlamentar. Optou-se pelo sistema proporcional que não manifestou desde logo seus efeitos desastrosos graças à presença de uma nova agremiação política: o Partido Democrata Cristão.

Em que pese a denominação, o PDC não tinha qualquer caráter confessional nem recebeu nenhuma espécie de bafejo da Cúria Romana. Seu grande artífice seria Alcides de Gasperi (1881/1954), que liderara o Partido Popular, nos anos vinte, assumindo desde logo uma atitude francamente antifascista, o que lhe valeu condenação e exílio. Outros líderes democrata-cristãos haviam se destacado na Resistência. Deste modo, o PDC não tinha compromissos com o velho conservadorismo, ostentando, ao contrário, uma face reformista e moderna, cuja plataforma abrangia inclusive a reforma da estrutura agrária no Sul. A par disto, optava sem reservas pelas instituições do sistema representativo, arquivando as reticências que caracterizavam o posicionamento da alta hierarquia católica.

Apesar de que contou desde logo com uma aguerrida oposição de esquerda, representada pela aliança entre os Partidos Socialista e Comunista, o PDC conseguiu minimizar os efeitos das crises ministeriais e dar curso à reorganização do país. Nas primeiras eleições parlamentares, em abril de 1948, o PDC alcança maioria relativamente folgada (307 deputados, equivalentes a 57,3% do total, correspondente a 535 cadeiras). Nessa primeira eleição, a frente Popular Socialista-Comunista fez 182 deputados (34% da Câmara). Contudo, nas eleições de 1953, a votação obtida pela democracia cristã reduz-se a 40%. Inicia-se o processo de fracionamento, fazendo-se representar no Parlamento pequenas agremiações como os Partidos Liberal (Radical), Republicano, Monarquista e logo adiante até mesmo os neofascistas. Entre os socialistas aparece uma facção que se opõe à aliança com os comunistas (política sustentada por Pietro Nenni) e funda o Partido Social Democrata, liderado por Saragat. Essa cisão da esquerda iria dar alento aos governos democrata-cristãos, mas sustentados por maiorias precárias. A votação obtida pelo PDC reduziu-se a 38,3% nas eleições de 1963 e a 39,1% nas de 1968.

A nova liderança que se colocou à frente do regime democrático na Itália tratou de aproximar-se da França e da Alemanha, formando desde logo entre os que preconizavam aquele tipo de unificação econômica que iria desembocar no Mercado Comum Europeu. Deste modo, apostou no tipo de capitalismo que veio a resultar do keynesianismo, freando ao mesmo tempo a ingerência direta do Estado no processo produtivo, que viria a ocorrer, mas sem afetar a dinâmica capitalista, como acabou acontecendo na Inglaterra. Ao mesmo tempo, renunciou claramente à formação de estruturas estatais centralizadas, ideal que nunca chegara a ser atingido desde a unificação do país, o que é compreensível em face do caráter milenar dos pequenos estados que se formaram na península, divisões territoriais que acabaram encontrando uma delimitação amplamente consentida na forma do estado provincial que, na Itália, é chamado de *região*.

Em 1967, os 50,6 milhões de habitantes com que contava a Itália distribuíam-se deste modo: 24,2 milhões (48%) vivendo nas oito regiões do Norte, abrangendo as grandes áreas industriais de Turim, Gênova e Milão, além das concentrações urbanas do Vale do

Pó; aproximadamente 10 milhões nas regiões do Sul. A Sicília reunia contingente populacional representativo (4,7 milhões) e, finalmente a 20ª região, a Sardenha, com 1,4 milhões. De um modo geral, todas as regiões encontraram vocações. A agricultura modernizou-se plenamente e o turismo tornou-se uma atividade disseminada e altamente rentável. O Mercado Comum contribuiu para que essas regiões desenvolvessem preferentemente atividades competitivas do ponto de vista de amplo mercado, de dimensões continentais. Eliminaram-se desníveis de renda gritantes. Numa palavra, a Itália transformou-se num país capitalista moderno, desaparecendo a base social que buscava alternativas para a Revolução Industrial, insuflada pelo Vaticano que não conseguira libertar-se do saudosismo medieval.

Diante desse quadro, a liderança no poder resolveu consagrar uma estrutura administrativa inteiramente descentralizada, numa lei votada em junho de 1970. Todos os serviços oficiais de âmbito local passaram diretamente para as regiões, que por sua vez deveriam dividi-las com as municipalidades. Essa forma abrangiu inclusive o sistema educacional. A União ficou com atribuições relacionadas à defesa, à política externa e à segurança, além da coordenação de programas inter-regionais.

Na prática, a Itália renunciou à construção do Estado Central de tipo clássico. Disso resultou que o fato do sistema proporcional não permitir a formação de governos estáveis deixasse de interferir na vida diuturna dos cidadãos, dependente das estruturas locais de poder. No período compreendido entre as primeiras eleições parlamentares no novo quadro institucional (1948) e os fins da década de oitenta (1990), a Itália teve 42 governos. Considerando que De Gaspari conseguiu sustentar-se à frente do governo durante cinco anos, nos 37 restantes a média de permanência dos gabinetes foi inferior a 10 meses e o país continuou prosperando, experiência que dificilmente poderá ser reproduzida em país com contingente populacional expressivo. Sem embargo, em 1994 optou-se pelo sistema distrital. O novo sistema, acrescido do fato de que o Partido Comunista auto-dissolveu-se e aderiu à social democracia, prenunciava uma possibilidade de estabilização. Contudo, tal não ocorreu.

Para concorrer no novo sistema, formou-se no Norte partido denominado *Força Itália*. Reuniu em seu redor diversos agrupamentos dispersos, que continuaram mantendo identidade própria. Sob a liderança de Silvio Berlusconi, obteve 45% dos votos nas eleições parlamentares daquele ano (1994), assegurando maioria precária. A *Força Itália* propriamente dita, contribuiu com 21%, menos da metade da votação alcançada pela coalizão na qual não apareceu qualquer grupo hegemônico. Após sete meses, Berlusconi renuncia e o governo sustenta-se apenas alguns meses mais. Eleições antecipadas ocorreram em 1996, gerando uma situação parecida, desta vez com a esquerda, então obedecendo à liderança de antigo democrata cristão, Romano Prodi, que conquistara notoriedade ao presidir a Comissão Européia.

Contava como um dos sustentáculos ao ex-PC, agora denominado de Partido da Esquerda Democrática (cuja sigla em italiano era PSD). Mas teve que aceitar a participação dos comunistas que haviam resistido àquela mudança, organizando a chamada Refundação Comunista. Em fins de 1998, Prodi não obteve voto de confiança, devido à perda de apoio da Refundação, que entretanto facultou-o ao PSD, passando o seu líder (Massimo d'Alema) a presidir o governo. Entretanto, também este acabou tendo que renunciar, em meados de 2000, mantendo-se o poder em mãos da mesma coalizão, desta vez liderada por um dos partidos menores. Nas eleições de 2001, Berlusconi volta ao poder.

Berlusconi conseguiu aprovar uma nova lei eleitoral, reintroduzindo o sistema proporcional, com uma cláusula atribuindo a maioria parlamentar ao partido (ou à coalizão) que alcance a maioria. Em 2006, verificou-se praticamente um empate entre os dois agrupamentos em disputa, mais uma vez representados por Prodi e Berlusconi. Este obteve recontagem de votos. Ainda assim, confirmou-se a pequena diferença em favor da coalizão de esquerda. Deste modo, tendo ficado à frente, ganhou a maioria parlamentar. Contudo, esse novo governo da esquerda não duraria no poder, vendo-se na contingência de convocar eleições antecipadas, realizadas em abril de 2008. Berlusconi conquista nova vitória e forma o seu terceiro governo.

No Brasil publicou-se a tradução de livro de Guiseppe Vacca, *Por um novo reformismo* (Contraponto, 2009). Trata-se de um dos artífices da transformação do Partido Comunista Italiano (PCI) em Partito de la Sinistra Democrática (PSD), ocorrida em 1991. Autor de extensa bibliografia, é reconhecido como um dos principais teóricos da esquerda italiana. A seu ver, o problema com que se defronta a Itália consiste na realização das reformas que permitam a sua plena integração à Comunidade Européia. Nesse particular, entende que o PSD não conseguiu credenciar-se como uma organização capaz de liderar a esquerda no modelo de alternância no poder que se vem consolidando na Europa. Por essa razão, dissolveu-se em 2007, para dar lugar ao Partido Democrático. Ainda que não haja logrado vencer as eleições de 2008, o autor em apreço acredita que o “novo reformismo” conseguirá fazê-lo. Sua missão consiste em reunir a esquerda em torno do novo paradigma, a saber: “o reformismo passa a ter escala continental”.

Essa a novidade que a obra referida pretende anunciar, levando em conta a circunstância de que direita assimilou adequadamente o novo quadro. Afirma: “apresenta-se como partido inteiramente conforme o Partido Popular Europeu (PPE), não é mais eurocético, coloca de lado o individualismo e o liberalismo extremados que caracterizavam a Força Itália, adota a “economia social de mercado”, defende o “modelo social europeu” e apóia a unificação política da Europa. Deste modo, a configuração da direita mudou consideravelmente”. Restaria alcançar o mesmo feito numa oposição que se credencie como alternativa de poder.

LUXEMBURGO

Luxemburgo tem população inferior a meio milhão e território que não chega a três mil quilômetros quadrados, isto é, menos da metade da Área Metropolitana de São Paulo. Apesar disto, desempenhou papel importante na organização da Comunidade Européia. Seus primeiros ministros tiveram a oportunidade de permanecer longamente no exercício do cargo -- tendo um deles desempenhado a função por vinte anos--, podendo

assim atuar continuamente na consecução do ambicioso projeto. A par disto, encontra-se entre os maiores contribuintes para o seu Orçamento. Pode fazê-lo por dispor da mais alta renda per capita da Europa Ocidental, sendo importante centro industrial.

Sua formação como país independente é parte do processo de fracionamento dos Países Baixos, de que resultaram Holanda e Bélgica. Até 1890, o Rei da Holanda tinha a prerrogativa de usar o título de Grão Duque de Luxemburgo.

O regime vigente corresponde à monarquia constitucional. A constituição do governo cabe à Câmara dos Deputados, composta de 60 membros. O monarca (usa o título de Grão Duque) interfere no processo, quando das eleições --a cada cinco anos-- mas não tem outras incumbências em sua atividade diuturna.

O Partido Popular Social Cristão (PCS) corresponde à agremiação política hegemônica. Sua criação data de 1919, ostentando, ao longo desse período outras denominações, a começar de Partido da Direita. O nome atual data do início do pós-Segunda Guerra (1945). Alcançando nas eleições em torno de trinta por cento das cadeiras, lidera as coligações governamentais desde 1919. Esteve na oposição apenas entre 1974 e 1979.

O atual Primeiro Ministro, Jean-Claude Juncker, foi designado para o cargo, pela primeira vez, em janeiro de 1995, devido ao fato de que o mandatário da época (Jacques Santer) havia sido escolhido para presidir a Comissão Européia. Assim, exerceu a chefia do governo nos últimos 14 anos, tendo obtido novo mandato nas eleições verificadas em junho de 2009.

De modo costumeiro, as coalizões do PCS têm sido efetivadas com o Partido Operário Socialista Luxemburguês (POSL). Originário da social democracia européia, como não poderia deixar de ser, dispôs de laivos anti-clericais em seu nascedouro. Contudo, na medida em que se tornou partido de governo, atua pragmaticamente. Enfrentou durante certo período a concorrência do Partido Comunista que, entretanto, praticamente desapareceu.

A alternativa que se apresenta à coalizão liderada pelos conservadores seria a da agremiação liberal: Partido Democrático (DP) Surgido no último pós-guerra, beneficia-se das tendências laicas surgidas na sociedade. Obtém em torno de 20% dos votos nas eleições parlamentares. Em 1974, conseguiu atrair o Partido Operário Socialista e formar uma coalizão de governo, de curta duração (1974-1979).

Do que precede observa-se que o sistema proporcional não tem impedido a formação de maiorias estáveis, a exemplo do que se verifica na quase totalidade dos países da Europa Ocidental que mantêm essa forma de escrutínio. Contudo, não se observa alternância de governo nem a hipótese de que venha a assumir a

forma mais freqüente (liberais conservadores vs. sociais democratas).

PORTUGAL

A 25 de abril de 1974 teve lugar, em Lisboa, movimento militar para depor ao Presidente do Conselho de Ministros, em exercício, Marcelo Caetano (1906/1980). Substituíra a Antonio de Oliveira Salazar (1889/1970). Salazar criara o Estado Novo, regime ditatorial inspirado na pregação do corporativismo, movimento político-ideológico originário da Igreja Católica. Tinha o propósito de evitar tanto a democracia representativa como a economia capitalista.

Eminente professor de direito administrativo, Marcelo Caetano fora escolhido para ocupar o lugar de Salazar, gravemente enfermo, em 1968. Se pretendeu alguma mudança não teve condições de fazê-lo. O certo é que, na chefia do governo, prosseguiu na guerra colonial e não empreendeu qualquer passo na direção da abertura política.

Tendo Salazar assumido o poder em 1932 e proclamado o Estado Novo no ano seguinte, a ditadura salazarista durou 42 anos, tornando-se uma das mais longevas da Europa.

O golpe militar de 25 de abril acabou sob a hegemonia do Partido Comunista e do grupo de militares obediente à sua orientação. Como a maioria da população saudara com entusiasmo o fim da ditadura, a nova elite do poder não conseguiu obstar o processo eleitoral. Embora a Assembléia Constituinte haja produzido Constituição de franca inspiração comunista, dois políticos hábeis souberam utilizar as franquias democráticas preservadas para expulsar os comunistas do poder recorrendo às urnas. Respectivamente: Mário Soares (nascido em 1924) e Mário Sá Carneiro (1934/1980).

Opositor de Salazar, Mário Soares, no exílio, recriara o velho Partido Socialista de Portugal. Os embates com o PC, que seria obrigado a travar neste ciclo inicial da redemocratização, irão permitir-lhe afastar da agremiação elementos de tendência marxista. Progressivamente, o PS afeiçoa-se à social-democracia, desaparecendo virtualmente a influência do PS Francês, aferrado ao que os trabalhistas ingleses iriam batizar de “velha esquerda”.

Sá Carneiro, jovem político, membro da Assembléia eleita mantida por Salazar --e que atuara, sem sucesso, no seio dessa instituição, com vistas a encontrar uma saída pacífica para a ditadura--, criara, logo em seguida ao 25 de abril, agremiação política moderna, o Partido Social Democrático.

Atuando em conjunto, o PS e o PSD obtiveram maioria constitucional para constituir governo em março de 1976. Essa coalizão durou até fins de 1978. Inaugura a chamada III República,

superado o interregno comunista-militar (abril, 1974/ fins de 1976). Subiu ao poder em meio a amplas manifestações de repúdio a novo período ditatorial, com destruição de sedes do PC e prisão de militares que intentaram resistir com novo golpe.

No novo quadro político (III República), Mário Soares foi escolhido Primeiro Ministro e permaneceu nesse posto de julho de 1976 a agosto de 1978. Nas eleições que se seguiram, o PSD conquista a maioria, tornando-se Sá Carneiro o novo Primeiro Ministro. Faleceu num acidente com helicóptero em 1980. Em seu primeiro mandato, o PSD permaneceu no poder até fins de 1983. Mário Soares regressa à condição de primeiro ministro no período 1983/1985. Nesse último ano Portugal ingressa na Comunidade Européia.

Com recursos da Comunidade, o país é amplamente modernizado. Carente até então de meios modernos de transportes, implanta-se rede rodoviária, interligando os vários centros e integrando-a aos demais países da CEE. Os Aeroportos de Lisboa e Porto recebem vultosos investimentos. A Região Sul (Algarve) passa a dispor de hotelaria e correspondentes serviços, o que a transformará em importante núcleo turístico, freqüentado por expressivos contingentes oriundos dos diversos países europeus.

O ciclo de modernização ocorre com a divisão do poder entre o PS e o PSD. O PS, com Mário Soares, ocupa a Presidência da República de março de 1986 a março de 1996. Entre 1985 e 1995, o cargo de Primeiro Ministro é exercido pelo PSD (Cavaco Silva).

Alcançando maioria na Assembléia da República, o PS designa o Primeiro Ministro (Antonio Guterres), com mandato entre 1995 e 2002. Em 2002, é a vez do PSD (Durão Barroso/Santana Lopes). A Presidência da República é ocupada pelo PS (Jorge Simões).

Em 2006, o PS volta a conquistar maioria na Assembléia, o que lhe permite designar o Primeiro Ministro (José Sócrates). Candidato do PSD, por sua vez, Cavaco Silva é eleito Presidente da República (2006).

No modelo governamental português, o Presidente da República tem ingerência na gestão na medida em que lhe são subordinadas as Forças Armadas, o funcionalismo e a política externa, cabendo ao Primeiro Ministro a administração interna e a representação junto à Comunidade Européia. Presta contas à Assembléia (sistema parlamentar de governo).

De modo que, achando-se a Presidência em mãos de um partido, e as funções de Primeiro Ministro sendo exercidas pelo outro, tem obrigado à permanente negociação entre as duas agremiações.

O PSD pertence ao Partido Popular Europeu o que permite classificá-lo como liberal-conservador (os estudiosos europeus da

política distinguem presentemente o que denominam de “direita moderada”). Vale dizer, na resistência a abdicar da dicotomia esquerda/direita, em suas análises têm sido obrigados atribuir-lhes qualificações distintivas. Classificando-se o PS como social democrata, a área de divergência reduz-se substancialmente. Basta ter presente que ambos apostam na economia de mercado. As disputas deslocam-se para o tamanho do Estado.

De um modo geral, como tem sido referido, no conjunto da Comunidade, constrangidos pelos limites obrigatórios tanto para o déficit público como para as taxas de inflação, os partidos no poder procuram conter gastos (liberais-conservadores; “direita-moderada”) ou aumentar impostos (sociais-democratas). No caso de Portugal, a situação tem se beneficiado do fato de que tanto os remanescentes socialistas como os comunistas não encontram guarida na opinião. A julgar pelo resultado das eleições, a opinião pública afeiçoou-se à mencionada clivagem.

Desde que o país ingressou na Comunidade Européia, os dois partidos têm alcançado, nas urnas, maioria que lhes tem permitido cumprir os programas com que se apresentam ao eleitorado. Na última eleição ocorrida antes do aparecimento de resultados decorrentes da providência --ingresso na CEE--, ocorrida em 1983, os dois partidos aparecem nos primeiros lugares (o PSD com 30% dos votos e o PS com 21%). Mas sentem-se ainda os efeitos da tentativa do Presidente da República em exercício (general Eanes) de criar um terceiro partido (PRD, que alcança 18%) e o PC ainda tem votação expressiva (15,5%). O CDS, que figura no campo liberal, registra presença no processo, com 10% dos votos. Nas eleições seguintes (1987), o PRD já não tem maior expressão mas ainda aparece (4,9%).

A partir da década de noventa, o quadro é bastante estável, no que respeita á votação obtida pelos dois maiores partidos, que se têm alternado no poder, oscilando entre 75 e 80%. As duas exceções (1991 e 2009) explicam-se pelo natural desgaste da agremiação no poder, embora, no caso, se hajam alterado os beneficiários. No primeiro, a oposição representada pelo PSD e, no segundo, às divergências no seio da esquerda. Atuando na oposição, de igual modo que o PSD, o PC e o Bloco de Esquerda lograram obter o seu quinhão.

Os resultados de que se trata são adiante transcritos:

(votação obtida em %)

Partidos	1991	1995	1999	2002	2005
PSD	51	34	32	40	29
PS	29	44	44	38	46
PC	9	9	9	7	8

CDS	4	9	8	9	7
TOTAIS	93	96	93	94	90

O PC concorre sempre com a denominação de determinada coligação (a exemplo do que ocorre em diversos países europeus onde empregam, na eleição, o nome de “Esquerda Unida”). Em 2009, na sua coalizão entraram os verdes. Nas eleições de 2005, o Bloco de Esquerda (trotskista) obteve 6% dos votos. Computando-os, teríamos 96% como total. Sua votação obtida na eleição de 2009 (setembro) elevou-se para 10%. Computando-a, teríamos 94% do total.

SUÉCIA

O sistema partidário da Suécia foi influenciado e seguiu o modelo advindo do ambiente político dos países próximos, em especial Dinamarca e Inglaterra. Assim, nos começos do século XX acham-se estruturadas agremiações social democrata, conservadora e liberal.

O Partido Operário Social Democrata da Suécia foi criado em 1889 e logo adotou a linha preconizada pela Segunda Internacional, apostando na via parlamentar, no que foi extremamente bem sucedido, conforme será referido.

A agremiação conservadora estruturou-se em 1904 com a denominação de Aliança Geral dos Eleitores. Manteve-a até a época da Segunda Guerra, quando passa a chamar-se, primeiro, Aliança da Direita (entre 1938 e 1969) e, por fim, desde o último ano, Partido Moderado Unificado (sigla M).

O quadro completa-se com os liberais. Tendo despontado nos meados do século XIX, na condição de bloco parlamentar, no início do século XX alcançam a condição de agremiação de âmbito nacional. A exemplo dos conservadores, mudou de denominação. Desde 1990, atuam como Partido Popular Liberal-PP.

Do mesmo modo que ocorreu no continente, o Partido Comunista surgiu de uma cisão no seio da social democracia, como decorrência da Revolução Russa e da criação da Internacional Comunista. Desde a crise do comunismo adotou o nome de Partido de Esquerda.

Ainda historicamente, surgiu o Partido do Centro, criado em 1910 por iniciativa dos proprietários rurais e das organizações que os congregavam.

Nos anos recentes surgiram outros partidos, em especial aquele provindo dos ambientalistas. Contudo, a cena continua sendo dominada pelas organizações mais antigas.

A exemplo do conjunto da social democracia europeia, os representantes suecos dessa vertente estiveram longamente sob a

influência marxista. Ainda que limitada aos aspectos econômicos -feitas as pazes com o sistema democrático representativo--, essa influência iria perdurar mesmo depois do afastamento dos que se filiaram ao Partido Comunista. Contudo, chegando ao poder nos anos trinta, em aliança com o Partido do Centro (agrário), a liderança adere à versão keinesianismo adotada na Europa, de modo geral, e passa a ocupar-se da criação do welfare. Nesse mister, encamparia o modelo introduzido pelos trabalhistas britânicos, isto é, passagem às mãos do Estado dos serviços de assistência social surgidos pela iniciativa dos sindicatos e outras entidades.

País de população homogênea --não muito numerosa, na medida em que o Censo de 2008 registra a presença de 9,2 milhões de pessoas--, maioria integrada à Igreja Luterana, relativamente culta, empreendimentos econômicos modernos do ponto de vista tecnológico, mão de obra altamente qualificada, enfim, todo um conjunto de condições que propiciavam implantação e funcionamento tranquilos do novo sistema.

Apropriando-se do mencionado feito, os sociais democratas permaneceram no poder ao longo de 44 anos (de 1932 a 1976). Como acentua o autor do texto dedicado a esse país no livro coletivo que estamos seguindo, May-Britt Ohman (Instituto de Estudos Políticos de Paris), os sociais democratas “demonstraram a capacidade de atrair uma clientela que ultrapassa largamente a classe operária ou os meios populares. De fato, sua política do Estado Providência serviu para consolidar seus laços com a classe média e o maior número de assalariados.” (edição citada, pág. 428)

Na segunda metade dos anos setenta torna-se patente o esgotamento do modelo keinesiano vigente até então, na medida em que encerrava uma distorção quanto à transformação do Estado em empresário, de que não cogitara o seu inspirador (Keynes). Evidenciava-se a necessidade de promover-se a redução do gasto público. Basta dizer que ainda nos anos noventa, a despesa público naquele país equivalia a 70% do PIB.

Começa um longo processo de ajustamento das duas principais correntes: sociais democratas e conservadores. Ambas as agremiações vêm-se na contingência de ajustar suas plataformas. Os conservadores logram formar uma coalizão anti-socialista e mantêm-se no poder entre 1976 e 1982. Nessa fase ainda não dispõem de proposição clara no que respeita à reforma do Estado Providência. No seu próprio interior a corrente que reivindica o corte drástico da despesa pública e a criação de condições favoráveis à iniciativa privada encontra forte resistência. Contingentes importantes preferem atuar na esfera dos valores sociais, notadamente o fortalecimento da família.

O certo é que a coalizão liderada pelos conservadores viria a ser derrotada em 1982. Os sociais democratas voltam ao poder, no qual permanecem até 1991. O partido encontra-se

dividido entre os que desejam preservar intacto o papel do Estado na manutenção dos mecanismos de assistência social e os que se propõem rever seu posicionamento tradicional em face da iniciativa privada. Esse confronto é suscitado também pelos partidos que ingressam na coalizão.

Ainda tardaria a obtenção de posicionamento amadurecido em ambos os blocos, sobretudo pelo fato de que os conservadores conseguem colocar na Ordem do Dia a questão do ingresso na Comunidade Européia, que acabaria tornando-se altamente mobilizadora. Com essa bandeira obtêm vitória para a coligação que lideram no pleito de 1991. Apesar da oposição social democrata, o referendo para consagração daquele passo tem lugar em novembro de 1994, obtendo a maioria requerida. Esse resultado demonstraria que a adesão à União Européia não foi afetada pela derrota da coalizão conservadora nas eleições que tiveram lugar em setembro daquele ano. Esta, obviamente, devia-se a outras razões que, ao que tudo indica, a liderança dessa corrente saberia identifica-las.

Desta vez a coligação social democrata manter-se-á no poder por doze anos, isto é, até 2006. Sob pressão da opinião pública vê-se obrigada a dar continuidade à política conservadora de redução da despesa pública. Esta acha-se reduzida a 57,3% no exercício de 2004.

No pleito eleitoral de setembro, 2006, o Partido Moderado Unificado (M) acha-se sob nova liderança (Frederik Reinfeldt) que consegue convencer a opinião pública de que a coalizão conservadora não se propõe desmantelar o Estado Providência -- como parece ter sido a impressão que transmitiu no passado, de que teria resultado a não renovação do mandato em setembro de 1994--, mas ajustar programas que se têm revelado deficitários.

Ainda que não se possa afirmar que, também na Suécia, verifica-se a configuração do modelo governamental de alternância entre conservadores liberais e sociais democratas, há suficientes indícios para supor que poderá firmar-se no futuro imediato.

4. Aspectos a destacar da análise precedente

Da exposição precedente pode-se inferir que a prática do sistema proporcional na Europa do pós-Segunda Guerra não mais se reveste da feição assumida anteriormente, caracterizada pela incapacidade de proporcionar estabilidade política. Geradora de anarquia, como indicara Hermens, propiciava o surgimento de arautos de regimes fortes. O prof. Miguel Reale (1910/2006) costumava lembrar a famosa frase de Goethe, segundo a qual embora a Justiça seja o valor maior, a Ordem é mais urgente.

Do conjunto considerado, apenas na Bélgica tem se configurado o quadro típico do ciclo anterior à Segunda Guerra, quando em sucessivas nações o sistema de escrutínio não assegurava a formação de maioria estáveis. Trata-se, contudo, de uma situação a bem dizer “suportável”, na medida em que as administrações regionais dão conta dos serviços essenciais requeridos pela vida cotidiana das pessoas.

O novo quadro tem permitido que analistas das diversas tendências políticas concordem com a hipótese de que, na Comunidade Européia, surgiu uma nova forma de gestão da coisa pública, caracterizada pela alternância no poder de liberais conservadores e sociais democratas. O exame da situação existente nos países da Europa Ocidental, integrantes da Comunidade e que adotam o mencionado sistema eleitoral, parece confirmar essa hipótese. Com maior ou menor nitidez, o quadro em apreço configura-se em quase todos. A Irlanda e Luxemburgo seriam os únicos onde não se apresentariam tais indícios.

O resultado pode certamente ser atribuído à existência da União Européia, na medida em que a simples imposição de limites para o déficit público e para a inflação restringe substancialmente a esfera do confronto político. A disputa desloca-se para a questão da evidenciada impossibilidade de sobrevivência do modelo vigente de seguridade social.

É certo que também pode decorrer das profundas alterações ocorridas no âmbito das agremiações políticas, alterações essas que não se limitam ao campo socialista/comunista, abrangendo também o mundo liberal.

No caso deste último, as agremiações consideradas como liberais sociais, a começar do tradicional Partido Liberal Inglês, passam a integrar, doutrinariamente, o campo da social democracia. Esta, por sua vez, configura plenamente substancial alteração nas doutrinas socialistas tradicionais. Com exceção do PS Francês, os socialistas europeus renunciam tanto à utopia da sociedade sem classes como à identificação dessa doutrina com a estatização da economia. De modo que, progressivamente, no seio da esquerda a corrente efetivamente representativa é a social democracia (ou a terceira via, como querem os ingleses).

A democracia cristã, por sua vez, identifica-se plenamente com o liberalismo conservador. Perdeu todos os resquícios das antigas agremiações católicas confessionais, abrigando em seu seio pessoas de diferentes convicções religiosas do mesmo modo que liberais. A alteração vem de ser reconhecida através da mudança do nome da antiga Internacional Democrata Cristã, que passou a denominar-se Internacional Democrata de Centro (mantida a sigla IDC), como, sobretudo, pela atuação do Partido Popular Europeu (PPE).

Em que pese possa o quadro ter resultado da evolução das principais agremiações políticas, a atribuição à existência da União Européia da emergência do novo modelo de gestão da coisa pública (alternância social democracia vs. liberalismo conservador) vem de receber reforço ponderável. Como foi referido precedentemente, personalidade destacada da esquerda européia, Guiseppe Vacca, preconiza para a Itália justamente a configuração daquele modelo, isto é, alternância liberais conservadores x sociais democratas. Vale dizer, o reconhecimento da nova realidade deixa de revestir-se de quaisquer conotações ideológicas. Adicionalmente, como foi enfatizado, Vacca o associa diretamente à existência da União Européia

A “CONVERSÃO DEMOCRÁTICA” DO LESTE EUROPEU

Apresentação

Pode-se considerar como tendo se tornado consensual, entre os estudiosos da questão, a tese de Samuel Huntington

(1927/2008) segundo a qual a disseminação do sistema democrático-representativo --invenção da Europa Ocidental-- ocorre na forma de ondas, com fluxos e refluxos, parecendo condenado a restringir-se a uma pequena fração do conjunto das nações. Huntington tipificou em especial a terceira onda, iniciada em 1974, com a chamada “Revolução dos Cravos”, em Portugal. Na obra em apreço (*The third wave: democratization in the late twentieth century*.1991), àquele propósito escreveu: “Nos 15 anos que se seguiram ao fim da ditadura portuguesa em 1974, regimes democráticos substituíram regimes autoritários em aproximadamente trinta países da Europa, Ásia e América Latina. Em outros países, ocorreu uma considerável liberalização nos regimes autoritários. Ainda em outros, movimentos que promoviam a democracia ganharam força e legitimidade. Embora obviamente houvesse resistência e voltas atrás, como na China em 1989, o movimento na direção da democracia parecia ter tomado a característica de uma quase irresistível maré global, indo de um triunfo para outro.” (trad. bras., Ática,1994,págs. 30,31)

Não obstante esse aparente otimismo, no quadro em que procura resumir o conjunto das três ondas e das ondas reversas que se seguiram à primeira e à segunda, colocou essa interrogação: *Terceira reversa?* Decorridos cerca de vinte anos do aparecimento de obra tão marcante há vários indícios da presença de refluxo nos continentes assinalados. Vamos começar essa análise pelos países do Leste Europeu, libertos da tutela soviética nos começos da década de noventa, que correspondem a importante parcela da denominada terceira onda.

No estudo em que examina as formas de escrutínio adotadas pelo conjunto daquelas nações --em busca de sua razão de ser-- o eminente pensador belga Jean-Michel De Waele, como iremos referir no momento oportuno, partiu do que havia de comum: as dimensões gigantescas da tarefa, desde que não se tratava apenas de reconstruir ou criar instituições democráticas mas igualmente livrar-se da planificação e da estatização da economia. Levando em conta, entretanto, que sua análise abrange inclusive parte integrante do império (e não apenas as anexações decorrentes da Segunda Guerra), como é o caso da própria Federação Russa e da Ucrânia, vamos começar por tentar reagrupamento que leve em conta, sobretudo, eventual familiaridade com o funcionamento do governo representativo na fase que antecedeu à anexação.

Do ponto de vista geográfico, os antigos países comunistas da Europa distribuem-se nos Bálcãs (as nações compreendidas na antiga Iugoslávia, que se subdividiram em seis novos Estados-- Croácia; Eslovênia, Macedônia, Boznia-Herzegovina, Sérvia e Montenegro-- e Albânia; na Europa Central (Polônia, República

Tcheca, Eslováquia e Hungria); no Sudeste Europeu (Romênia e Bulgária) e nos Países Bálticos (Lituânia, Letônia e Estônia).

Dentre os países balcânicos, o único que veio a integrar-se à Comunidade Européia seria a Eslovênia. Lograram essa admissão todos os integrantes dos demais segmentos: centrais, situados a Sudeste e bálticos, dez ao todo. Esse grupo, como será mostrado, enfrenta problemas na constituição e funcionamento do governo representativo democrático. Contudo, está obrigado a realizar eleições livres e periódicas, bem como assegurar as demais garantias do Estado de Direito. A situação nos Bálcãs é de todo diversa.

Antes de empreender análise específica de cada uma dessas nações --grupando-as, quando for o caso --, vamos nos deter na caracterização do papel que a existência da União Européia vem desempenhando nesse processo. Na obra em apreço, Huntington havia advertido que o ingresso na Comunidade constituiria “um forte incentivo” no que respeita à manutenção de instituições democráticas.

1. A União Européia e a nova polarização instaurada na região

Duraram cerca de dez anos as negociações para ingresso na União Européia do primeiro grupo de países recém libertados do jugo soviético, sete ao todo, a saber: República Checa, Eslováquia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia e Polônia, ao qual se agregou a Eslovênia, que a duras penas conquistara a independência da antiga Iugoslávia. Tal se deu em 2004. Três anos depois (2007) foram admitidas a Bulgária e a Romênia.

Na fase em que foram encetadas as negociações em apreço, com maior ou menor intensidade, emergiram naquelas nações forças contrárias àquele passo. Ainda assim, não se revelaram de pronto capazes de impedi-lo. Contudo, depois de consumado, em que pese os evidentes benefícios auferidos em decorrência da integração econômica, nalguns países aquelas forças revelaram-se capazes de criar não poucos problemas.

O caso limite seria facultado pela República Tcheca que elegeu para a Presidência conhecido eurocético (Vaclav Klaus), que recorreu a todos os recursos para evitar o referendo do Tratado de Lisboa, em 2009 --cuja aprovação fora retardada por um ano pela Irlanda. A alegação (de todo improcedente) era a de que abolia a soberania do país. O presidente da Comissão Européia, Durão barroso, chegou a chamá-lo de chantagista.

Embora o Conselho da Europa haja optado por fazer-lhe diversas concessões, a circunstância obrigou a mais alta instituição da Comunidade a considerar a hipótese de revogar a admissão. Adicionalmente, ao que parece, dificilmente dar-se-ão novas admissões onde haja forças ponderáveis contrárias à iniciativa ou o fracionamento partidário não permita vislumbrar a consolidação de instituições democráticas.

A República Tcheca é bem um exemplo de situações do tipo indicado: no Parlamento estão representados 26 partidos, sendo que as agremiações que poderiam capitanear as clássicas divisões européias (esquerda-direita) obtêm, cada uma, pouco mais de 30% das cadeiras enquanto as duas maiores que se seguem têm, respectivamente, 12,8% (Partido Comunista) e 7,2% (Liberais). Resultado: governos fracos, sem consistência, cedendo a demagogia fácil, como a de atribuir à UE as dificuldades e desafios com que venha a defrontar-se.

Assim, a presença da União Européia é, sem dúvida, elemento polarizador, por excelência. Mas que não pode criar, por si só, cultura democrática no país que nela ingresse (ou pretenda ingressar). E, sem esta, dificilmente poderão surgir democracias consolidadas.

2. Escassas possibilidades democráticas nos países balcânicos

a) O esfacelamento da antiga Iugoslávia

A libertação do domínio turco dos países que vieram a integrar a República da Iugoslávia, no último pós-guerra, teve lugar no início do século XVIII, muito antes da parte restante sob tal domínio (Grécia, Romênia e Bulgária). Contudo, os conflitos étnico-religiosos daí resultantes prolongaram-se até os nossos dias.

No pós-guerra, a Iugoslávia experimentou a mesma sorte dos países do Leste, isto é, esteve sob domínio soviético. Com a singularidade de que, embora fossem preservadas as instituições totalitárias daquele sistema, inclusive a estatização da economia, afastou-se do Comecon, que controlava a economia do bloco, e, deste modo, tornou-se independente da União Soviética. A proeza seria obra de Josip Tito (1892/1980), que conseguiu assegurar a unidade do conjunto.

Com a sua morte, passou a vigorar o princípio de que a Presidência da República seria exercida em rodízio pelos Presidentes das etnias existentes. Embora a Iugoslávia não chegasse a funcionar como uma autêntica federação, havia governos locais nos agrupamentos territoriais ocupados pelas maiores etnias, com incumbências de ordem administrativa.

Durante dois anos, o mandato presidencial seria de um croata, passando-o a um sérvio, depois a um eslovênio e assim por diante. O regime continuava fechado como no passado. Devido a essa circunstância, a queda do Muro em 1889, a libertação dos países do Leste Europeu do jugo soviético e o próprio fim da União Soviética teriam inevitavelmente que afetar o funcionamento do regime pós-Tito. Estava excluída a efetivação da escolha do Presidente por voto direto, na medida em que a absoluta maioria do eleitorado seria de origem sérvia.

Nesse quadro, o processo de auto-determinação que logo emergirá –isto é, as principais etnias proclamarem-se independentes umas das outras-- teria inevitavelmente que ser dramático, na medida em que a Sérvia iria, a todo custo, empenhar-se em preservar a hegemonia de que dispunha até então.

Deste modo, o presidente em exercício da Sérvia -- Slobodan Milosevic (1941/2006), eleito em 1887, posto no qual permaneceu até 1997--, decidiu obstá-lo, a todo custo.

O processo começa com a Eslovênia, que se declara independente em junho de 1991, consumando-se a organização autônoma do Estado em dezembro daquele ano. Parte do Exército, fiel à Sérvia, revoltou-se mas a rebelião foi esmagada. No período aproximadamente de três lustros, conseguiu recompor as instituições do governo representativo, o que asseguraria o ingresso na EU, consumado em 2004, circunstância que a colocaria a salvo dos obstáculos impeditivos do ordenamento democrático.

A população atual da Eslovênia é estimada em 1,9 milhão de habitantes sendo majoritariamente (88%) de origem eslava. A religião dominante é a cristã-católica, ao contrário do comum na região que é o domínio da Igreja Ortodoxa.

De uma forma ou de outra, a Sérvia conseguiu impedir que a linha seguida pela Eslovênia se generalizasse.

Começemos por fixar a superioridade populacional da Sérvia, que pode ser visualizada na indicação a seguir:

País	Mil habitantes
Sérvia	7.498
Croácia	4.492
Bósnia-Herzegovina	4.600 (1)
Macedônia	2.174
Montenegro	620

(1) Estima-se que inclua 1,5 milhão de sérvios

A Croácia tentou seguir o exemplo da Eslovênia e, no próprio mês de junho de 1991, decidiu tornar-se independente. Logo o governo Sérvio lançou-se à ocupação militar do seu território. O cessar fogo foi conseguido com a interferência da ONU, nos começos de 1992. Contudo, a Sérvia continuou ocupando 30% do território, ocupação que só teve fim em 1995.



No caso da Bósnia-Herzegovina, o confronto assumiu feição religiosa, dada a presença de numerosa população muçumana. Declarada a independência, formalmente, nos começos de 1992, os sérvios e croatas ali residentes, com o apoio da Sérvia, dão início à guerra civil, debelada em novembro daquele ano. O

impasse continuou até 1995 quando, graças à mediação internacional, estabelecem-se duas autonomias, consagrando a divisão religiosa.

Apesar desse arranjo, a crise teve desdobramentos.

No enclave denominado Kosovo, situado em território sérvio, onde a população mulçumana era majoritariamente albanesa, os sérvios promoveram autêntico genocídio. Dada a repercussão internacional dos massacres que ali tiveram lugar, a OTAN decidiu-se pela intervenção militar, que durou cerca de três meses, em 1999, abrangendo inclusive intensos bombardeios da capital sérvia (Belgrado). Desse embate resultou a prisão de Milosevic, entregue ao tribunal Internacional de Haia para ser julgado por crimes de guerra. Adoentado, morreu na prisão, antes de consumir-se o julgamento.

Ainda no que respeita à área da antiga Iugoslávia, também a Macedônia proclamou-se independente (1992), decisão que trouxe complicações adicionais devido à sobrevivência de litígios fronteiriços com a Grécia

Por fim, Montenegro. De reduzidas dimensões populacionais, conforme foi mostrado, seria utilizado, pela Sérvia, sobretudo com vistas a não aparecer atuando isoladamente, na busca da manutenção de posição hegemônica na região. A manobra consistiu na iniciativa de recriar a República Federal da Iugoslávia, por inspiração de Milosevic. Com a ascensão de novo governo sérvio, em 2002, chefiado por Vajislav Kostunica (líder nacionalista que passaria a ter uma grande presença no período subsequente), o acordo foi transformado num pacto de atuação unificada no plano da defesa, mantidas em separado as economias, moedas e serviços alfandegários.

Sob esse pano de fundo, sobretudo em decorrência da energia com que atuou a OTAN, a prisão de Milosevic e de outros dirigentes sérvios acusados de crime de guerra --mas também devido ao sucesso experimentado pela Eslovênia--, a questão do ingresso na União Européia tem dado origem a nova polarização.

b) Os percalços enfrentados pelos países da ex-Iugoslávia

SÉRVIA

O governo de Milosevic durou dez anos, entre 1987 e 1997, que deveria ter correspondido ao período de transição, que não houve. Com o seu afastamento emerge a figura de Vojislav Kostunica, personalidade contraditória na medida em que é, simultaneamente, defensor do Estado de Direito mas ao mesmo tempo ferrenho nacionalista, nutrindo posições ambíguas em relação ao relacionamento com a União Européia. Seria Presidente

da República, em substituição a Milosevic e, entre 2004 e 2008, primeiro ministro, embora sem dispor de maioria parlamentar. Preside o Partido Democrático da Sérvia. Para que se tenha idéia da dispersão partidária reinante, liderava uma coligação de dezoito partidos e, ainda assim, nas eleições parlamentares de 2004, obteve apenas 22,7% dos votos. Divide a liderança nacionalista com Tomislav Nikolic que, no referido pleito, alcançou 28.5% da votação. Dirigente do Partido Radical Sérvio, é considerado nacionalista de extrema direita. O bloco parlamentar que dirige corresponde ao maior do Parlamento. Exerceu a Vice-Presidência da República. Candidato a Presidente em 2004, perdeu as eleições para Boris Tadic.

Tadic, líder do Partido Democrático, classifica-se como social democrata moderno. Seria a mais destacada liderança em favor da entrada na União Européia. Entretanto, pressionado pelos nacionalistas (que contam a seu favor com a maioria, embora pesquisas indiquem que a preferência pelo ingresso na UE também é majoritária), renunciou a essa bandeira devido ao fato de que a UE haja reconhecido a independência do Kosovo, proclamada em 17 de fevereiro de 2008, desde os acontecimentos de 1999, sob ocupação de tropas da ONU.

No emaranhado correspondente às agremiações partidárias sérvias, sobrevive o antigo Partido Comunista, agora denominado Partido Socialista da Sérvia, por sinal que liderado pela viúva de Milosevic.

Do que precede, pode-se concluir que são escassas as possibilidades de sobrevivência de instituições democráticas na Sérvia. Sem dispor de maior tradição na matéria, esteve submetida a regime totalitário ao longo do pós guerra e até os começos da década de noventa. Desde então, o nacionalismo tornou-se o ingrediente capaz de nutrir a aspiração de que o país conseguiria exercer maior liderança entre as nações balcânicas, integrantes da ex-Iugoslávia. A experiência européia sugere que o nacionalismo tem se revelado péssimo conselheiro.

CROÁCIA

A Croácia aparece como a nação balcânica onde a possibilidade de ingresso na União Européia tornou-se elemento polarizador. Erguendo essa bandeira, conseguiu a União Democrática tornar-se o maior partido no Parlamento (Sabor, em croata), nas eleições parlamentares de 2003.

A pretensão foi recebida com simpatia. Assim, em outubro de 2005, o Conselho da Europa decidiu dar início às negociações com vistas ao ingresso do país na Comunidade. Desde então, anualmente, realizam-se balanços do progresso no cumprimento das exigências requeridas a fim de que a admissão seja consumada.

Como no balanço de outubro de 2009 permanecessem diversas pendências, o líder da União Democrática (Ivo Sander, nasc. em 1963), primeiro ministro desde 2003, renunciou ao cargo. Presumivelmente, as demarches em apreço serão mantidas.

As negociações para ingresso na NATO chegaram a bom termo.

Embora não conte, a exemplo das demais nações balcânicas, de instituições tradicionais do governo representativo, a Croácia registra alguns traços distintivos. Antes de mais nada, a população é relativamente homogênea em termos religiosos (maioria esmagadora de católicos), inexistindo bolsões muçulmanos, que se têm revelado o grande obstáculo para consecução de objetivos nacionais.

A par disto, formaram-se duas grandes agremiações políticas. A primeira delas, a União Democrata Croata (HDZ) dispõe de 66 representantes no Parlamento, composto de 153 membros. A segunda maior é o Partido Social Democrata (55 deputados). Seguem-se três agremiações menores, a primeira constituída pelos liberais democratas (7 deputados); a segunda pelo Partido dos Camponeses da Croácia (6 deputados); e, por fim, funciona ainda uma coalizão (denomina-se “clube parlamentar”) de minorias nacionais, com 8 representantes. Esse conjunto totaliza 142 deputados (93% do total). Pelo contingente que constitui as respectivas bancadas, as duas maiores agremiações não têm maior dificuldade para formar coalizão de governo com maioria parlamentar.

BÓSNIA-HERZEGOVINA

O país é constituído por três etnias que têm revelado uma difícil convivência, talvez pelo fato de que à diferença racial mistura-se a distinção religiosa. A comunidade bósnia equivale a 48% da população, sendo esmagadoramente muçulmana. Entre os sérvios (37%) predominam os cristãos ortodoxos e, no seio dos croatas (14%), a religião católica. A população foi estimada (julho, 2009) em 4,6 milhões e habita uma área pouco superior a 50 mil km quadrados. Corresponde a uma das regiões mais atrasadas da Europa, graças, entre outras coisas, à sobrevivência de famílias patriarcais, aferradas à agricultura rotineira.

O regime comunista sobreviveu à morte de Tito e ao fim da União Soviética, em conformidade com o apontado arranjo do exercício alternado da Presidência da República. Contudo, em janeiro de 1992, proclama-se a independência, de pronto não reconhecida pela Sérvia. Ao mesmo tempo, emergem as divergências entre as três etnias, além do mais insufladas do exterior.

O não reconhecimento da nova República pela Sérvia logo foi seguido de iniciativa separatista, constituindo-se governo autônomo abrangendo o território habitado por sérvios e croatas. Começa a guerra civil, na qual intervêm forças sérvias.

O conflito revelou-se extremamente sangrento, notadamente pelo fato de que os sérvios valem-se da circunstância para eliminar fisicamente inteiras comunidades muçulmanas (bósnias).

O conflito durou até 1995. Oficialmente, o balanço dos mortos situa-se em torno da cifra de cem mil, dos quais 55 mil civis. Extra-oficialmente afirma-se que haja alcançado 200 mil, no total. A par disto, provocou deslocamento populacional de pelo menos dois milhões, de modo a tornar mais homogêneas as populações dos territórios abrangidos pelos governos formados a partir de divisões étnicas (e, por consequência, religiosas).

Com a pacificação alcançada por interferência da ONU, constituíram-se instâncias governamentais autônomas da República Bósnia-Herzegovina e da República Srpska, a primeira incumbida da administração do território ocupado pela população muçulmana e, a segunda, pelas etnias croata e sérvia. A par disto, funciona uma representação governamental conjunta, constituída desta forma: a Presidência da República é exercida alternativamente, cada um durante oito meses, por um bósnio, um croata e um sérvio. Além de instância representativa, à Presidência da República é atribuída a função de dar início à constituição do governo (Presidência do Conselho de Ministros, sujeita à aprovação de uma das casas do parlamento). Entretanto, suas atribuições são limitadas, dizendo respeito a tarefas comuns, notadamente o cumprimento do Acordo de Paz, do qual a União Européia é fiadora.

O Legislativo é integrado por duas Câmaras, a Casa dos Povos e a casa dos Representantes. A primeira compõe-se de 15 membros e, a segunda, de 42, escolhidos em pleito direto. Cada uma das etnias elege um terço das duas casas. Formalmente cada uma das etnias dispõe de uma agremiação política catalizadora (Partido Social Democrata na Bósnia; Partido Democrático Eslavo e Partido Democrático Popular da Srpska, na República Srpska).

O Parlamento Europeu tem avaliado periodicamente o cumprimento de disposições do Acordo de 1995 (denominado Acordo de Dayton), existindo no país o denominado Gabinete do Alto Representante.

Em conformidade com a avaliação subsequente às eleições parlamentares (2006) e presidenciais (2007) constatou-se que as principais agremiações que concorreram ao pleito recusam o cumprimento de cláusulas constantes do mencionado Acordo. Entre estas, a criação de uma polícia única, subordinada ao governo central (que, assim, passaria a ter suas funções ampliadas) bem

como às reformas educacionais tendentes a criar uma cultura multiétnica. Registra a preocupação com o fato de que “os vencedores das eleições parlamentares e presidenciais, que anteriormente eram moderados, recorreram durante a campanha a uma linguagem de confronto e de divisão” Adverte que este caminho não conduzirá ao estabelecimento dos fundamentos de país que se prepara para preencher os critérios necessários à sua adesão à UE.”

Essa circunstância tem levado a UE a postergar a aprovação do chamado Acordo de Estabilização e Associação, que vem sendo negociado desde 2005.

Na avaliação de que se trata, entre as recomendações ali contidas consta a seguinte: “Reflexão profunda quanto à maneira de superar a rígida divisão étnica do país, a fim de reformar suas estruturas e de torná-las mais flexíveis e mais compatíveis com as democracias européias.” Afirma-se taxativamente que “as eleições dão poder a forças contrárias ao ordenamento democrático com vistas à aproximação à União Européia.”

MACEDÔNIA

A Macedônia é um país lendário, a terra de Alexandre, o Grande, que ocupou grande parte do Mediterrâneo, no qual difundiu a cultura clássica grega. Entre os seus feitos notáveis destaca-se a criação da cidade de Alexandria, no Egito. No início do século III antes de Cristo teve lugar ali a criação do Museu de Alexandria, que estava destinado a tornar-se o grande centro de cultivo das posteriormente denominadas ciências exatas. Embora haja desaparecido, a obra de difusão que patrocinou serviu para preservar as grandes obras científicas da Antiguidade, em especial os *Elementos*, de Euclides que desempenharia parte ativa no culto e desenvolvimento das matemáticas ao longo de pelo menos dois mil anos.

Graças ao empenho da UNESCO, veio a ser reconstituída a Biblioteca que notabilizara o Museu, reinaugurada em 2003.

A Macedônia daquele tempo desapareceria na Idade Média quando o seu território é ocupado por tribos eslavas, parte das chamadas “invasões bárbaras” da Europa. A par disto, no período em que se tornou parte do Império Otomano, sofreu grande influência da cultura búlgara. Com o fim desse Império e a anexação pelo Império Austro-Húngaro, começa o esforço de assimilação pela Sérvia.

Esse quadro iria inverter-se na Iugoslávia de Tito, que se dispôs a fomentar república autônoma na Macedônia, como peça da política que viria a impor, de equilíbrio entre as etnias abrigadas pelo território iugoslavo.

De sorte que, no processo de desagregação da Iugoslávia, a Macedônia teve que se ater sobretudo com a Grécia, com a qual havia históricos conflitos fronteiriços.

A independência foi aprovada em plebiscito realizado em setembro de 1991. Em abril de 1993, o país foi admitido na ONU.

Em 1998, devido ao massacre promovido pelos sérvios no Kósovo, milhares de albaneses emigraram para a Macedônia, abrigando-se em acampamentos precários. A pretexto de que estariam sendo perseguidos pelo governo, tropas albanesas invadiram a Macedônia, sendo violentamente reprimidas. O conflito terminou sem que se tornasse necessária a intervenção da OTAN, que chegou a ser considerada.

Com uma população da ordem de 2 milhões, agricultura rotineira e renda per capita baixíssima, sem dispor de quaisquer tradições democráticas, o quadro político pode ser avaliado pela maneira como transcorreram as últimas eleições parlamentares, realizadas em junho de 2008.

A coalizão no poder é considerada conservadora, na medida em que se propõe ingressar na União Européia, pedido formalizado em dezembro de 2005.

Nas eleições consideradas, a coalizão governamental obteve 47% dos votos, insuficiente para constituir maioria sólida. Apesar disto, manteve-se no poder.

A coalizão oposicionista, por sua vez, conquistou apenas 22% das cadeiras.

O quadro é turbado pela presença de partido representando a etnia albanesa (25% da população; 10% dos votos). O dirigente deste grupo avaliou o peito eleitoral deste modo: “Hoje na Macedônia fracassou o teste das eleições livres e democráticas para que o país ingresse na OTAN e na União Européia. Hoje morreu um ativista da nossa agremiação e dez ficaram feridos. Aconteceram dezenas de prisões.”

MONTENEGRO

Permaneceu integrada à Sérvia, mesmo depois que as outras repúblicas se tornaram independentes. Entre 1991 e 2003, como parte da denominada República Federativa da Iugoslávia, criada pela Sérvia, e, desde então, integrada à Sérvia-Montenegro. Em 2006, realizou-se plebiscito que consagrou a separação da Sérvia. Como país independente, foi admitido na ONU em junho de 2006.

Montenegro tem extensão territorial diminuta (13,8 mil km quadrados) e população inferior a 700 mil. O PIB em 2006 equivaleu a US\$ 27 bilhões (renda per capita de 3,8 mil US\$).

Do ponto de vista do ordenamento democrático, a exemplo dos demais países integrantes da ex-Iugoslávia, os quadros da elite

política provêm todos do regime comunista, como não poderia deixar de ser. A facção no poder (propõe formalizar a entrada na União Européia e, numa demonstração do empenho nessa direção, adotou o euro como moeda nacional) ganhou as eleições parlamentares de março de 2009 (obteve 51,1% dos votos), denominando-se Partido Democrático dos Socialistas. A agremiação que lhe faz oposição (Partido Popular Socialista) carrou apenas 16,5% dos votos. Duas outras coalizões conquistaram percentuais ainda menores (9,3% e 6%). Concorreram ao pleito nada menos que 16 partidos.

Do mesmo modo que no caso da independência, o país praticamente acha-se dividido ao meio.

Dada as dificuldades de convivência com nações desprovidas de tradições democráticas --como tem sido demonstrado e tivemos oportunidade de referir--, é pouco provável que a admissão à UE venha a consumir-se no médio prazo.

c) Albânia

Além das nações da ex-Iugoslávia, os Bálcãs são integrados pela Albânia.

O país experimentou longa anexação ao Império Otomano, que durou desde a segunda metade do século XV até o início do século XX. Nesse largo período, a população majoritariamente converteu-se ao islamismo.

Na delimitação do território das diversas nações daquela parte da Europa, posterior ao mencionado ciclo islâmico, resultou que comunidades albanesas (muçulmanas) acabassem anexadas aos países da região, onde o cristianismo tornar-se-ia a religião predominante. Não demorou que o potencial de conflito religioso decorrente se tornasse realidade, perdurando até os nossos dias.

Para que se tenha idéia das dimensões que podem assumir, vejamos os contingentes populacionais envolvidos.

Presentemente, a população da Albânia alcança 3,2 milhões. No Kósovo (população de 2,1 milhões), pelo menos a metade são albaneses, isto é, cerca de 1,6 milhão. Justamente esse contingente seria vítima da limpeza étnica tentada pelos sérvios, que exigiu a intervenção militar da OTAN.

Na Macedônia há 500 mil albaneses (igualmente fonte de atrito, conforme foi referido), havendo contingente equivalente na Grécia; mais 100 mil na Sérvia e 50 mil em Montenegro. Afora isto, 1,2 milhão de albaneses emigraram para os Estados Unidos e diversos países europeus (Alemanha, Suíça, etc.).

A Albânia tornou-se um satélite da União Soviética em 1946. Iria experimentar uma das ditaduras mais sanguinárias da história européia, na pessoa de Enver Hodja (1908/1985), que exerceu o poder durante cerca de 40 anos. Após a morte de Stalin

(1953), Hodja recusou-se a aceitar a linha preconizada pelo XX Congresso do PCUS (1956), rompendo com a nova direção então liderada por Krushov. Quando se deu o estremecimento entre a China e a URSS, ficou do lado chinês e obteve algumas vantagens, em matéria de ajuda econômica. Contudo, depois da morte de Mao, quando em 1978 o país se encaminhava no sentido da adoção de nova política econômica, rompeu com a nova liderança chinesa. Em contrapartida, os chineses cortaram a ajuda. Em 1981, deu forma à sua versão do comunismo marxista, na obra “Memória de minhas reuniões com Stalin”.

Com a morte de Enver Hodja, em 1985, embora a nova liderança se haja dado conta de que seria imprescindível abrandar a natureza do Estado policial vigente, não conseguiu implementar quaisquer reformas. Com a deblaque do mundo comunista, convocaram-se eleições em 1991, de que resultou a vitória de antigos dirigentes comunistas. Houve no país uma greve geral e a oposição conseguiu que entrassem no governo elementos não-comunistas.

Desde então, as antigas lideranças comunistas acabaram acomodando-se em agremiações que formalmente têm compromisso com o reordenamento democrático, aprovando-se uma nova Constituição em 1998.

O país é extremamente pobre. Estima-se que a renda per capita seja correspondente a 25% da média europeia. A par disto, a falta de perspectiva de desenvolvimento tem criado situações conflituosas, a ponto de que a Itália teve que enviar tropas a fim de manter a ordem, atendendo a solicitação do governo.

d) Eslovênia: a exceção balcânica

A Eslovênia não só deu início ao processo que viria a corresponder à desagregação da antiga Iugoslávia, ao conseguir ter reconhecida a sua independência, pela Sérvia, em dezembro de 1991, como obteve o ingresso na União Europeia em 2004.

Considera-se que o regime tolerou uma certa liberalização desde meados da década de oitenta. Nessa fase, destaca-se como dissidente um político que acabaria marcando grande presença no ciclo subsequente: Javez Jansa (nascido em 1958). Conseguiu ter seus textos divulgados em órgãos teóricos do PC. Contudo, em março de 1988 foi preso. Sob a acusação de revelar segredos militares, veio a ser condenado a 18 meses. Sua condenação desencadearia mobilização sem precedentes no país. O Comitê de Defesa dos Direitos de Javez Jansa chega a ter cem mil membros. Deu origem ao movimento denominado de *Primavera Eslovena*, parodiando a *Primavera de Praga* que acabou dando lugar à ocupação militar soviética da capital tcheca. No caso em apreço

deu surgimento a grupos renovadores no seio do próprio Partido Comunista no poder.

Com a derrubada do Muro de Berlim, o PC Esloveno convoca eleições parlamentares em abril de 1990, permitida a participação de organizações concorrentes. Os comunistas amargariam derrota sem precedentes: obtêm apenas 10% dos votos. Desponta como principal partido a Oposição Democrática (DEMOS). Forma-se governo de transição que governa até 1992. Nessa altura, o próprio Parlamento dá origem a uma nova coalizão liderada pelo Partido Liberal Democrata, contando com a participação do Partido Democrático (liderado por Janez Jansa). Essa coalizão permaneceria no poder, sob a liderança dos liberais, de 1992 a 2004. Nas eleições deste ano, o Partido Democrático obtém o primeiro lugar o que iria assegurar a sobrevivência da coalizão, alterado apenas o partido-líder. Janez Jansa será o novo Primeiro Ministro a partir de novembro de 2004.

A nova liderança conservadora agiu de forma moderada na eliminação da propriedade estatal e na implantação de economia de mercado. Nesse processo, a indústria estabeleceu novos vínculos sobretudo com a Alemanha e Itália, cabendo-lhe gerar cerca de 30% do PIB, modernizando-se e tornando-se competitiva. As exportações --basicamente de produtos industriais-- equivalem aproximadamente a US\$ 10 bilhões (cerca de 20% do PIB, que oscila em torno de US\$ 50 bilhões, em 2006).

A presença dos conservadores no poder ao longo dos três primeiros lustros subseqüentes à abertura --dando curso às reformas requeridas, sem laivos de radicalização--, por sua vez, obrigou os comunistas a rever em profundidade o seu programa. Aqui, a mudança de nome (para Partido Social Democrata) não ocorreu de modo abrupto e foi acompanhada, numa certa medida, de progressiva mudança no comportamento político. O fenômeno deve-se, em certa medida, ao surgimento de nova liderança: Borut Pahor (1963). Como Presidente da Câmara ajudaria na consecução das reformas patrocinadas pelos conservadores. Nessa condição, veio a ser um dos patrocinadores do ingresso do país na NATO.

Assim, não causou nenhuma surpresa o fato de que, nas eleições de setembro de 2008, o Partido Social Democrata, sob a liderança de Borut Pahor, haja despontado como o maior partido, com votação pouco superior à alcançada pelo Partido Democrático Esloveno. O primeiro logrou 30,6% dos votos enquanto o PD, 29,3%. As demais agremiações têm menos de 10% (quatro delas entre 5 e 10%). Deste modo, embora persista certo fracionamento partidário, comparando-se com o quadro vigente na Europa Ocidental, não chega a ser impeditivo da formação de coalizões duradouras, a exemplo do que tem ocorrido.

Como se vê, nada de semelhante ocorreu nos demais países balcânicos.

3. A complexa experiência democrática dos ex-satélites soviéticos

a) A escolha do sistema eleitoral

No livro *Le mode de scrutin fait il l'élection?* (Bruxelles, 2000), renomado estudioso do tema, Jean-Michel De Waele, da Universidade Livre de Bruxelas, incumbiu-se de examinar o encaminhamento dessa questão no Leste Europeu, procurando indagar das razões pelas preferências manifestadas.

Quatro daquelas nações (Hungria, Lituânia, Polônia e Romênia) adotaram o sistema eleitoral misto e cinco (Bulgária, Eslováquia, Estônia, Letônia e República Tcheca) o sistema proporcional.

No sistema eleitoral misto, parte dos representantes (em geral a metade) é eleita pelo sistema distrital (majoritário) e, os restantes, pelo voto em lista pré-ordenada, dividindo-se as cadeiras proporcionalmente. Nesse sistema, o eleitor vota simultaneamente no candidato do distrito (eleição majoritária) e na lista partidária (eleição proporcional).

De Waele considera que as elites políticas daqueles países foram confrontados com “uma tarefa titânica”. Pela primeira vez na história das transições democráticas tornava-se necessário -- escreve-- “de modo concomitante, a passagem de um sistema autoritário a uma democracia pluralista e a transformação de uma economia planificada numa economia de mercado”. Assim, tinham que resolver inúmeras questões num lapso de tempo muito curto. A par disto, não sabiam precisamente como reagiria a União Soviética. No passado, os tanques foram a resposta a tentativas de idêntica índole.”

O golpe militar para derrubar Gorbachov e preservar a ditadura resultou, como se diz, “num tiro pela culatra”, desde que levou ao fim da União Soviética. Mas tal ocorreu em agosto de 1991, quando a queda do Muro de Berlim (novembro, 1989) estava prestes a completar dois anos. Nesse período, os países enumerados tiveram que convocar pleitos eleitorais e portanto, definir as regras pelas quais deveriam transcorrer.

Segundo De Waele, a principal dificuldade advinha da mais absoluta ausência de informação sobre o comportamento dos eleitores. As farsas eleitorais das últimas décadas não podiam ser tomadas por base.

Os argumentos invocados em favor seja do sistema distrital (majoritário) ou proporcional --prossegue o autor-- esbarravam com restrições aparentemente insuperáveis. As lideranças mais conhecidas, requisito para a disputa de votos no distrito, eram justamente os quadros a serem substituídos. No pólo oposto, os partidos em formação não dispunham de credenciais que os habilitassem a concorrer com listas pré-ordenadas, nas quais o eleitor não pudesse interferir.

Assim, num bloco de nações --apontado precedentemente-- introduziu-se o sistema eleitoral misto. E naqueles em que as lideranças inclinavam-se em favor do sistema proporcional, abdicou-se da lista bloqueada. Vale dizer: o eleitor vota na lista partidária. Entretanto, pode apontar preferência por número limitado de nomes. Sistema de tal complexidade pressupõe não só uma experimentação relativamente longa como população pouco numerosa e culturalmente homogênea.

Tais são, segundo Jean-Michel De Waele, as razões pelas quais preferiu-se sistema eleitoral misto ou sistema proporcional de lista não bloqueada.

Deve-se admitir, seguindo as indicações dos principais estudiosos do tema, a começar de Sartori, que o sistema eleitoral pré-configura o sistema partidário resultante. O sistema distrital (majoritário) tem conduzido à formação de maiorias estáveis e, ao mesmo tempo, à redução do número de partidos com representação no Parlamento. A “exceção francesa” deve-se ao primeiro turno que tem correspondido a uma espécie de ensaio geral quanto ao nome (ou agremiação), ligado à direita ou à esquerda, com maiores chances de vitória. Na Assembléia o fracionamento pré-eleitoral tem desaparecido completamente, se bem que aqui entra o fator da clivagem governo versus oposição.

No caso dos ex-satélites soviéticos, a escolha do sistema eleitoral apresentou-se, de fato, como questão crucial, como indica De Waele. Contudo, embora o prazo transcorrido seja relativamente curto (duas décadas e não mais que quatro ou cinco pleitos eleitorais), a experiência sugere que outras componentes parecem desempenhar maior papel no que se refere à capacidade de estruturação de sistema democrático representativo estável. Sendo esta uma condição de permanência na UE, por certo passa a ocupar um lugar decisivo, como já advertira Huntington.

Ainda assim, há outras determinantes, como se verá, talvez pelo traço comum de que as diversas nações registram a ausência de tradições democráticas, precedentes ao comunismo. Os que tiveram a chance de estruturar sistema democrático-representativo

(caso da Tchechoslováquia) não dispuseram de prazo maior, capaz de torna-lo uma tradição.

Como se pode ver do mapa a seguir, os ex-satélites soviéticos, situados no Leste Europeu, são diretamente fronteiriços com a Rússia ou com tradicionais integrantes do velho império eslavo, a exemplo da Ucrânia e da Bielorrússia.



b) O desempenho daqueles situados na Europa Central

I. O surpreendente caso da Hungria

O território tradicionalmente abrangido pela Hungria chegou a ser ocupado pelo Império Otomano, na investida deste contra o centro da Europa desde o século XVI. A libertação consumou-se em 1718. Desde então passa a integrar o Império dos

Habsburgos, família reinante da Áustria cuja historia se confunde com a do Sacro Império.

Essa subordinação à Áustria nunca viria a ser aceita de modo pacífico pelos húngaros, que lutaram denodadamente pela autonomia, desde aquele início do século XVIII. Coroa-se de sucesso em 1867, quando alcança o status de reino unido passando a instituição a denominar-se Império Austro-Húngaro. Esse novo ciclo caracteriza-se pela subordinação aos húngaros de diversas comunidades que, por sua vez, lutariam em prol da autonomia (croatas; tchecos e transilvanos, sobretudo). A independência desses grupos, que acabaria por consumir-se, teria o mérito de permitir o florescimento de cultura mais homogênea.

O Império Austro-Húngaro durou até o fim da Primeira Guerra. Tendo se aliado aos alemães, derrotados, foram desmembrados. Começa para a Hungria a experiência de monarquia constitucional, perturbada no começo por uma revolução de caráter comunista que domina o país durante alguns meses do ano de 1919.

A ascensão do Terceiro Reich teve seus reflexos na Hungria, com a formação de governo com simpatias nazistas, o que não impediu que viesse a ser ocupada pela Alemanha em 1944. Libertada pelo Exército Vermelho, viria a ser um dos satélites da União Soviética desde o último pós-guerra.

Durante a fase comunista, o acontecimento mais notável viria a ser a Revolução de 1956, esmagada pelos tanques soviéticos. O artífice dessa vitória soviética, como indicaremos brevemente, concebeu uma política que acabaria por tornar singular a experiência de subordinação aos soviéticos vivida pela Hungria.

O embaixador soviético em Budapeste, desde 1953, era Iuri Andropov (1914/1985). Tornou-se o homem forte sob Brejnev, preparando-se para substituí-lo, o que se consumou em 1982, ao tornar-se Secretário Geral do PC e chefe do governo. Sob Brejnev, Andropov ascendera à chefia da KGB, em 1967. Com saúde precária quando assumiu o poder, preparou a sua substituição por Gorbachov. Diz-se que este não seguiu à risca suas instruções, que consistiriam em promover a abertura da economia mantendo a hegemonia política do PC. Este foi o modelo que implantou na Hungria, ao tempo em que ocupou o cargo de embaixador soviético (1953 a 1957).

O certo é que, desde fins da década de cinquenta, em plena Cortina de Ferro, a rede hoteleira húngara passa às mãos das multinacionais. O país beneficia-se, progressivamente, da expansão do turismo. Essa abertura econômica teve sucessivos desdobramentos.

O certo é que, com a ascensão de Gorbachov ao poder na União Soviética, aparecem no seio do aparelho comunista húngaro grupos decididos a promover a abertura política. Admite-se que, nesse país, a transição para a democracia se haja iniciado em 1987,

sob a liderança de grupo que, no mais alto escalão do PC, o Politbirô, adere aos postulados da social democracia alemã (não identificação do socialismo com estatização da economia e abandono da utopia da sociedade sem classes).

O grupo em apreço teria decidido, em 1988, empreender os passos requeridos pela transição à democracia. Em fevereiro de 1989 é aprovado pelo Parlamento a introdução do pluripartidarismo. Em junho desse ano é restaurada a memória dos revolucionários de 1956, inclusive do líder (ex-dirigente comunista Imre Nagy, que havia sido preso e fuzilado). Em outubro, o PC realiza seu último Congresso e transforma-se no Partido Socialista Húngaro (MsZP). Tenha-se presente que, nessa altura, nada de parecido com a Queda do Muro era previsível.

Paralelamente surgem agrupamentos de tendência liberal. O principal deles seria a Federação dos Jovens Democratas (FIDESZ), em 1987, e ainda o Fórum Democrático Húngaro (MDF).

A exemplo do que ocorreria em outros ex-satélites, as primeiras eleições democráticas tiveram lugar em 1990. Essa coincidência, contudo, não deve obscurecer o fato de que, no caso húngaro, foram adequadamente preparadas o que acabaria por marcar a diferença dos pleitos eleitorais que se sucederam em 1994; 1998; 2002 e 2006, como será referido.

As eleições de 1990 foram vencidas pela coligação de centro-direita, sob a liderança do Fórum Democrático Húngaro (MDF), liderança que não se firmou. Essa coligação passou a ser liderada pela Federação dos Jovens Democratas (FIDESZ), secundada pelo MDF. No pleito seguinte (1994) vence a coligação de esquerda, liderada pelo MsZP (PS Húngaro, resultante da dissolução do PC), que perderá os dois pleitos sucessivos, voltando ao poder em 2006.

Pelo visto, configura-se a alternância no poder, nos moldes aliás como vem se apresentando nos países da Europa Ocidental. Trata-se de circunstância pioneira no Leste, sendo de destacar que não vem sendo tomado por modelo.

Vigora o sistema eleitoral misto. O Parlamento tem 386 membros, sendo que 176 são eleitos no distrito. Os restantes são escolhidos pelo sistema proporcional, mediante voto em lista pré-ordenada, como é a forma pela qual se configurou esse sistema na Europa. Não havendo maioria na eleição distrital, os principais candidatos concorrem a um segundo turno.

Tradicional país agrícola, durante o governo comunista desenvolveram-se algumas indústrias voltadas para a exportação. Com o fim do comunismo, concluiu-se sem maiores percalços o processo de privatização. Presentemente, a geração do PIB, na proporção de 80%, provém do setor privado. O setor exportador mantém-se dinâmico, desta vez associado à Alemanha. O PIB equivale a US\$ 205 bilhões, 45% provenientes do setor exportador.

A indústria responde pela geração de 32,5%; a agricultura, 5% e os serviços 62,5%.

A Hungria recebe dez milhões de turistas anualmente.

O país foi admitido na União Européia em 2004.

A população equivale a 10,5 milhões .

II. República Tcheca e Polônia, países sem projeto democrático

REPÚBLICA TCHECA

A República Tcheca compõe-se de duas comunidades históricas, a Bohêmia e a Morávia que, na Época Moderna, foram integradas ao Império Austro-Húngaro. Nessa condição, tornaram-se independentes após a Primeira Guerra Mundial, em fins de 1918, formando a Tchecoslováquia, que abrangia o território ocupado pelos eslovacos. Essa situação durou até 1938, quando os países ocidentais assinaram o Acordo de Munique, que admitia a incorporação à Alemanha da parcela habitada por minoria de origem alemã. Logo adiante os nazistas anexariam toda a República. Com o fim da Segunda Guerra, caiu sob domínio soviético, depois de breve interregno democrático.

Com o enfraquecimento da União Soviética, decorrente da queda do Muro de Berlim, sob a liderança de Vaclav Havel --que se notabilizara sob o comunismo como defensor das liberdades democráticas--, restabelece-se o pluralismo, realizando-se eleições livres em junho de 1990. Logo adiante, em janeiro de 1993, deu-se a separação em dois Estados (República Tcheca e Eslováquia). Nesse mesmo ano, Vaclav Havel elegeu-se Presidente da República, tendo sido Vaclav Klaus designado Primeiro Ministro, cargo que já ocupava na Tchecoslováquia. A crescente liderança deste último revelou-se desastrosa para o país, como será referido. Havel, considerado personalidade destacada na resistência ao comunismo, não logrou transformar suas intenções de índole liberal num projeto capaz de interessar à opinião nacional.

O território da República Tcheca equivale a pouco mais de 79 mil km quadrados, abrigando população de 10,2 milhões (Censo de 2001). Tradicional área industrial da Europa, no período recente alcançou substancial modernização da agricultura, iniciativa impossível de concretizar-se sob os soviéticos que tinham, nessa questão, idéias das mais retrógradas, como se comprovou pelo desempenho da Rússia na matéria.

O PIB de 2006 alcançou 240 bilhões de US\$. Ingressou na Comunidade Européia em 2004.

Do ponto de vista político, o país tem se caracterizado pela incapacidade de dispor de uma alternativa capaz de delinear futuro democrático. Em meio a brutal pulverização, anda às voltas

com propostas voltadas basicamente para o passado. Se este tem momentos grandiosos, não dizem respeito à prática do governo democrático representativo.

Os comunistas lograram sobreviver (Partido Comunista da Boêmia e Moravia-KSCM), carreando em torno de 20% dos votos. A par disto, estruturou-se uma corrente de opinião, classificada como eurocética, isto é, isolacionista, justamente o grupo que forçou e obteve a separação da Eslováquia. Obedece à liderança de Vaclav Klaus que, na prática, tem se perpetuado no governo, seja na condição de Primeiro Ministro (de 1992 a 1997), seja na de Presidente da República. Lidera o Partido Democrático Cívico. Sua liderança tem se pautado por dificultar o relacionamento com a União Européia. Dado o rodízio da Presidência da UE, Klaus ocupara esse cargo no primeiro semestre de 2009, incompatibilizando-se com seus diversos líderes. De modo que, ao ter procurado retardar o referendo do Tratado de Lisboa --depois que a UE tolerou pacientemente, durante mais de um ano, que a Irlanda corrigisse o equívoco que cometera-- deparou-se com resistência de tal ordem que prenunciava a exclusão do país. O Presidente da Comissão Européia, Durão Barroso, de público, chamou-o de chantagista.

As agremiações restantes experimentam fracionamento indescritível, de que podem ser dados alguns exemplos.

As facções classificáveis como socialistas ou sociais democratas correspondiam a um terço das cadeiras no Parlamento resultante das eleições de 2006. Acontece que nesses agrupamentos há lideranças ferrenhamente anti-comunistas enquanto outras aceitariam coligar-se com estes últimos para formar governo. Se tivessem chegado a um acordo, constituiriam o ministério a ser formado em decorrência do pleito de 2002.

Nas recentes (2009) eleições para escolha dos 22 deputados ao Parlamento Europeu, apresentaram-se 700 candidatos em 23 listas partidárias.

Nas eleições parlamentares de 2006 chegaram ao Parlamento representantes de 26 partidos.

As facções classificadas como sendo de direita (liberais e democratas cristãos) acham-se igualmente muito fracionadas.

Vaclav Klaus ocupa a Presidência desde 2003. Essa escolha processa-se indiretamente pelo Parlamento.

O fato da República Tcheca ter chegado a ser governada por personalidades hostis à UE certamente há de ter contribuído para a adoção do princípio de que esta pode excluir um de seus membros e estes também podem retirar-se. A maciça inclusão na UE dos países egressos do comunismo explica-se, basicamente, pela busca do equilíbrio de forças na Europa. Tratava-se de assegurar o seu afastamento da órbita russa. Nos últimos séculos, a Prússia e a Rússia revelaram-se os grandes inimigos da Europa

Ocidental. A Prússia foi radicalmente extinta, após a Segunda Guerra, distribuindo-se o seu território entre diversos dos países vizinhos. O futuro das relações com a Rússia está por definir-se.

A clara opção, pessoalmente do Presidente da República e implicitamente da agremiação que representa, de sabotar uma decisão aprovada pela maioria constitui uma clara demonstração de que o país não dispõe de projeto democrático. Depois de se ter consumado o ingresso da União Européia --e receber os benefícios daí decorrentes, sobretudo em matéria econômica--, o núcleo eurocético teria por obrigação submeter-se à decisão da maioria. A par disto, não se tem notícia de que haja procurado apresentar à Nação uma clara opção isolacionista, talvez por saber de antemão que seria rejeitada.

A sobrevivência do Partido Comunista --sem nenhuma intenção clara de mudança a exemplo daqueles que, nos outros países, autodissolveram-se e passaram a apresentar-se de publico como sociais democratas-- corresponde a outro indício da incapacidade, demonstrada, pelos que se apresentavam como liberais, de formular uma clara proposição de reordenamento institucional. Que deveria, aliás, achar-se acoplada ao pleito de ingresso na EU.

POLÔNIA

Como Estado, a Polônia data do século X. Experimentou a denominada "Idade de Ouro" no século XVI, quando chegou a tornar-se o maior país europeu, em união governamental com a Lituânia. Ao longo do século XVIII defronta-se com sucessivas fragmentações em guerras devastadoras com a Suécia, Rússia e Prússia, acabando a antiga estrutura estatal por ser partilhada entre os vizinhos, desaparecendo a parcela correspondente ao território polonês, como unidade autônoma, em 1795. No início do século XIX, em decorrência das guerras napoleônicas, teve curto período de independência sendo em seguida anexada ao Império Russo.

Após a Primeira Guerra Mundial voltou a tornar-se independente. Contestada esta pelos soviéticos, veio a firmar-se em 1921. Desde 1926 esteve submetida a regime ditatorial. A Segunda Guerra foi desencadeada justamente pela ocupação e divisão de seu território pela Alemanha e pela União Soviética. Com o término daquela conflagração, tornou-se país comunista, satélite da União Soviética.

O domínio soviético nunca transcorreu com tranquilidade na Polônia. Tropas russas sempre estiveram aquarteladas no país enquanto destacados oficiais do Exército Vermelho ocupavam pontos chaves nas Forças Armadas poloneses. O relatório Krushov, submetido ao XX Congresso do PCUS, em 1956, continha a

denúncia de que Stalin havia liquidado com os dirigentes comunistas poloneses, nos sucessivos expurgos que promoveu, tendo contado, num deles, com a colaboração de membros da direção do PC Polônês, um dos quais exercia a Presidência da República (Boleslaw Bierut, 1892/1956). Diz-se que o próprio Krushov o teria induzido a matar-se. O certo é que, em seguida ao término do XX Congresso, regressou à Polônia num caixão, para ser enterrado, silenciadas as circunstâncias de sua morte.

A circunstância comoveria o país. Na medida em que o trem que o transportava avançava no interior da Polônia foi seguido de revolta popular de grandes dimensões. Dirigente comunista que se encontrava preso, por divergências com o PCUS, foi libertado e tornado Secretário Geral do PC Polônês (Wladislaw Gomulka, 1905/1982). Os generais soviéticos foram expulsos (um deles, o então Ministro da Defesa Polônês, Marechal Konstantin Rokossovsky, 1896/1968, no regresso à URSS seria nomeado Vice-Ministro da Defesa). A situação esteve a ponto de provocar uma guerra entre os dois países. Krushov pessoalmente foi a Varsóvia, reconheceu a nova situação e assumiu compromissos que conseguiram apaziguar os rebelados.

Com o bloqueio da abertura iniciada por Krushov, na chamada Era Brejnev (durou até a ascensão de Gorbachov, em 1985), a subserviência à União Soviética seria restabelecida.

Nos anos oitenta, a Polônia defrontava-se com um quadro de estagnação econômica, privação da liberdade e perseguição aos dissidentes (é dessa época o abandono do país pelo filósofo Lezek Kolakowski, 1927/2009, que lograria amplo reconhecimento no Ocidente).

No início daquela década o descontentamento iria, pela primeira vez, assumir uma forma concreta e deliberada de confronto. Trata-se do Movimento que passou á história com o nome de **Solidariedade**.

Começou como movimento destinado a tornar a atividade sindical independente do controle do Partido Comunista. Tratava-se de obter condições mais favoráveis de trabalho e melhorias salariais, tendo como objetivo, organizar uma greve, fato inusitado em qualquer dos satélites soviéticos. Paralisações do trabalho eram proibidas, à base do sofisma de que seria “cortar na própria carne”, já que a “classe operária” encontrava-se no poder.

Estávamos em 1980. A greve foi ferozmente reprimida.

O fato de que o movimento tivesse adotado o nome de **Solidariedade** deu-lhe entretanto uma dimensão talvez não prevista por sua liderança. No estudo dedicado ao fenômeno de que o comunismo, apesar de seu caráter brutal, conseguia promover importantes manifestações de apoio popular, Hannah Arendt (1906/1975) demonstrou que isto se devia à forma pela qual foi organizada a repressão.

Na União Soviética, todos os que se destacavam, em qualquer setor da vida social, à revelia do PC, acabavam presos pela KGB, que mantinha o maior sigilo em torno do assunto. Numa fábrica, por exemplo, os que se haviam aproximado daquela liderança, se não se apresentassem voluntariamente, acabavam presos. Com a repetição de eventos desse tipo, quando alguém desaparecia sem deixar rastro, depois de exercer alguma forma de liderança espontânea, logo os que com ele mantiveram relações, do conhecimento geral, tratavam de “colaborar” com a polícia. Se esta considerasse a vítima como inimiga do regime, até se dispunham a testemunhá-lo.

Arendt baseou sua investigação nos chamados “Cadernos de Smolenski”, que correspondem ao registro da vida naquela cidade russa efetivada pelo PC local. Esses cadernos foram trazidos pelos alemães e guardados em Berlim. Ocorreu-lhe pesquisá-los e deparou-se com o registro sistemático de casos como aqueles antes referidos.

Destacou que essa atuação sistemática da polícia acabou, como afirma, “quebrando a solidariedade entre as pessoas”. Na vida cotidiana, sob o comunismo, não era possível confiar em ninguém. A isto tipificou como “transformação do povo em massa”, isto é, massa de manobra, mobilizável sempre que fosse do interesse das autoridades porquanto deixar de atender a tal convocação significava apodrecer nos campos de concentração (conhecidos como “gulags”, de cuja existência todo mundo sabia e temia).

O **Movimento Solidariedade**, na Polônia, acabou transmitindo às pessoas a mensagem de que, se voltassem a confiar uns nos outros, arrancariam concessões dos títeres.

Outro fato que deve ter contribuído para dar novo alento aos poloneses consiste na escolha do Cardeal do país, Karol Wojtyła para exercer o Papado (João Paulo II, 1920/2005), em outubro de 1978. A Polônia tornara-se tradicionalmente país católico, situação que o comunismo não conseguiu reverter.

Deste modo, a repressão tornou-se progressivamente impotente para abafar as demonstrações de descontentamento, cada vez mais ostensivas. O quadro se complica, como foi enfatizado, pela difícil situação econômica do país: inflação que os comunistas não conseguem obscurecer e marasmo da economia, em geral. A ascensão de Gorbachov, na URSS, e o lançamento da perestroika (moderada abertura política) complicam o quadro.

Manifestações crescentes a partir de abril/maio de 1988 levam o governo a reconhecer o **Solidariedade** e a liderança de Lech Walesa, encetando negociações que levam, na prática, ao estabelecimento de relativa abertura política. Em abril de 1989 formaliza-se acordo para a realização de eleições à Câmara dos Deputados (Sejm). Preservava-se um terço das cadeiras para os

comunistas e outro terço para as agremiações políticas consentidas pelo PC, no simulacro representado pela “democracia popular” de que falava o PC. O terço restante seria de livre escolha do eleitorado, do mesmo modo que a composição do Senado (100 membros).

No pleito eleitoral, efetivado em junho, o **Solidariedade** não só conquistou o terço de livre escolha como a totalidade dos membros do Senado.

Cabia à Assembléia Nacional (Câmara e Senado) eleger o Presidente da República, a quem caberia escolher o Primeiro Ministro incumbido de compor o Ministério. As negociações levaram à escolha do general Wojciech Jaruzelki. Fora Ministro da Defesa entre 1968 e 1981, tornando-se Primeiro Ministro entre 1981 e 1985). Seria o artífice da repressão ao **Solidariedade**. Contudo, ao passar à chefia do Conselho de Estado, assumiu a responsabilidade pelas reformas recomendadas por Gorbachov.

Jaruzelski indicou para Primeiro Ministro a um destacado dirigente do **Solidariedade** (Tadeusz Mazowiecki, que concebeu as reformas do governo que iriam permitir a substituição da economia planificada pela economia de mercado). Esse governo preparou as eleições de fins de 1990 nas quais Lech Walesa foi eleito Presidente da República, com mandato de cinco anos. Começa então a discussão com vistas ao estabelecimento das regras que deveriam nortear as eleições parlamentares.

Segundo Jean-Michel De Waele, no texto antes indicado, tem lugar o que classifica como “guerra da lei eleitoral”. Walesa apresenta o seu próprio projeto que não coincide com a proposição aprovada na Câmara, sendo por isto rejeitado. DeWaele escreve: “durante meses essa questão encontra-se no cerne da vida política. Walesa utiliza várias vezes o seu veto para excluir as propostas da comissão da Câmara”. Indica que adotada definitivamente a 28 de junho de 1991, a lei prevê um sistema proporcional quase integral.

As primeiras eleições parlamentares livres ocorreram em outubro de 1991. Concorreram mais de cem partidos políticos, nenhum dos quais obteve mais de 13% dos votos. De Waele indica que “vinte e nove listas conseguiram pelo menos um lugar na Câmara e quatorze no Senado. Apenas dois partidos ultrapassam os dez por cento dos votos e nove formações alcançam mais de cinco por cento. Encontramo-nos diante da situação extremamente rara de pluralismo atomizado, definido por Sartori na sua qualificação dos sistemas de partidos”. (obra citada, pág. 92)

A Assembléia Nacional determinou a realização de novas eleições parlamentares em 1993. Constituiu-se então a chamada Aliança da Direita Democrática (SLD) que, embora não dispusesse de maioria aparecia como a principal agremiação, seguida do Partido Social Democrata (PSL), em que se transformara o antigo Partido Comunista. As duas formam uma coalizão com o apoio de

Walesa, escolhendo, para consagrá-la, o Primeiro Ministro entre os ex-comunistas. Essa combinação não deu certo. O governo de Lech Walesa caracterizou-se por crises intermitentes. Começou nessa época a praxe de denunciar personalidades emergentes como tendo colaborado com a polícia política dos tempos do comunismo. E, assim, a Polônia não conseguia exorcizar o seu passado.

Nas eleições presidenciais de 1995, vence o candidato do PSL, Kwasniewski (obteve 51,7% dos votos). Candidato à reeleição, Lech Walesa perdeu por pequena diferença (conquistou 48,3% do eleitorado). Sobreviveu a coligação antes estabelecida, sendo que desta vez o Primeiro Ministro seria uma personalidade oriunda do **Solidariedade**. Novo ciclo governamental mergulhado em crises, repetindo-se o tipo de acusação antes apontado. Apesar disto, Kwasniewski é reeleito no pleito de 2000.

Nessa altura, o **Movimento Solidariedade** já se dividira em dois blocos com um mínimo de coesão. O primeiro denominou-se Partido Conservador da Direita (PIS), liderado pelos irmãos gêmeos Kaczynski e a Plataforma Cívica (PO), liderada por Donald Tusk.

O PIS pretendia ser o correlato polonês da democracia cristã. Nessa aspiração, contudo, revela não haver assimilado a valiosa experiência dessa agremiação, no pós-guerra, atestada pela postura da democracia cristã alemã e do Partido Popular Europeu, isto é, moderno conservadorismo liberal. Os poloneses, por seu turno, são intervencionistas em matéria econômica, achando-se, nesse ponto, mais próximos dos sociais democratas. Advogam a redução da independência do Banco Central e atuam no sentido de desacelerar o programa de privatizações, lançado ainda no governo Jaruzelski (1989/1990) e que, desde então, enfrenta dificuldades.

A Plataforma Cívica (PO) está mais próxima da doutrina liberal, na medida em que isto seja possível à vista das dominantes tradições de seu país. Sua plataforma inclui imposto único sobre a renda e regulação mais flexível em relação ao funcionamento do mercado. A par disto, discordando da política de emigração dos Estados Unidos, aparece como agremiação notadamente anti-americana em política externa.

Como se vê, do lado a que corresponderia a chamada “direita moderada” na Europa, o quadro polonês não é nada claro. Soma-se a isto a relevância conquistada no processo político pela agremiação constituída pelos ex-comunistas, o Partido Social Democrata (PSL).

No outono de 2005, realizam-se as primeiras eleições após o ingresso na União Européia (2004), tanto presidenciais como parlamentares. Nas eleições presidenciais, venceu o candidato do PIS (Lech Kaczynski). Nas parlamentares, o PIS obteve 27% dos votos e a Plataforma Cívica (PO) 24%. Os sociais democratas no poder alcançaram apenas 11%. Deste modo, forma-se uma coalizão

formalmente de direita. Acontece que o Presidente decide indicar para primeiro ministro não apenas integrante de seu partido como o próprio irmão (Jaroslaw Kaczynski). O governo resultante atravessou sucessivas crises, devido às quais foram convocadas eleições parlamentares antecipadas em 2007. Desta vez, a Plataforma Cívica (PO) apareceria como primeira agremiação (41,4% dos votos), seguida do PIS (32,1%). Em consequência, o líder da PO, Donald Tusk, torna-se Primeiro Ministro.

A exemplo do que ocorreu com a República Tcheca, no relacionamento com a União Européia, o Presidente da Polônia (Lech Kaczynski) criou sucessivos atritos. Primeiro advogou que se encetassem negociações com vistas a que a Alemanha pagasse reparações pelos danos causados durante a última guerra. Em seguida, tratou de dificultar o relacionamento com a Rússia. Por fim, tentou protelar a assinatura do Tratado de Lisboa mas viu-se instado a fazê-lo logo em seguida ao referendo da Irlanda. É provável que haja vislumbrado a possibilidade de que a cúpula da EU se dispusesse a propor o início de processo de exclusão.

Do que precede, vê-se que a Polônia não consegue livrar-se do passado. Na análise que efetivou da discussão sobre a escolha do sistema eleitoral, antes referido, De Waele deixa entender, claramente, que falta ao país cultura democrática. Pelo exposto, não parece que as lideranças políticas emergentes venham atuando no sentido de estruturá-la, isto é, não se vislumbra qualquer empenho em prol da constituição de agremiações que cuidem de contribuir para a confluência entre as correntes de opinião existentes e os partidos políticos. Os modelos de sociedade são em número reduzido e as três agremiações que chegaram a serem organizadas, se olhassem para o interior do Parlamento Europeu, certamente encontrariam modelos em que se inspirar. Assim, bastava voltar as vistas para o seu derredor ao invés da obsessão por acertar contas com o passado.

III. ESLOVÁQUIA

Os eslovacos são eslavos de origem e conseguiram manter-se como etnia homogênea apesar de submetidos a diversas dominações estrangeiras através dos séculos. A circunstância talvez se deva ao fato de terem aderido ao cristianismo ainda no século IX. Nessa época, por influência de Bizâncio se formava o Estado de Kiev, que reunia as populações eslavas do atual território russo, subdivididas em russos, ucranianos e bielorrussos depois da ocupação mongol (terceira década do século XIII a meados do século XV).

À época do Estado de Kiev, os eslovacos formaram o denominado Grande Império Morávio, que durou até o século X. Com a sua desagregação, integrou-se ao Império Húngaro.

Estiveram igualmente submetidos aos mongóis, a partir de 1241. Finda esta, voltaram à condição de parte da Hungria. Este país foi submetido ao Império Otomano desde o início do século XVI, situação que se prolonga até o século XVIII. Libertado dessa tutela, volta à condição de parte do Império Austro-Húngaro. Com a dissolução desse Império após a Primeira Guerra, os eslovacos integram a República da Tchecoslováquia, a partir de 1918. Em decorrência da ascensão do nazismo na Alemanha e da concessão da Inglaterra e da França sofreu desmembramento, consumado no Acordo de Munique (1939). Finda a Segunda Guerra, como parte da Tchecoslováquia, tornou-se satélite da União Soviética. Extinta União Soviética e em seguida à independência da Tchecoslováquia, tornou-se Estado autônomo, pacificamente, a 1º de janeiro de 1993.

A população da Eslováquia foi estimada em 5,5 milhões (2007), registrando-se impressionante homogeneidade apesar dos descritos percalços vivenciados ao longo de sua história. Declaram-se cristãos mais de 70%, dos quais 60% católicos. No conjunto, a etnia eslovaca corresponde a mais 80% da população. No atual território, sobrevive minoria húngara que parece perfeitamente integrada, sem a observância de conflitos ostensivos, embora sobreviva agremiação nacionalista que se empenha em fomentar sentimentos anti-húngaros.

Com o fim do comunismo, aboliu-se a planificação centralizada da economia, dando-se curso à privatização de atividades em mãos do Estado. Graças a isto, o país conseguiu atrair inversões estrangeiras e experimentar altas taxas de crescimento (superiores a 10% anuais). Registrava desemprego de 19,2%, que se reduziu a 8,9% em 2007, tendo sido identicamente contida a inflação. Foi admitida à União Européia em maio de 2004 e, à OTAN, em março daquele ano.

A coalizão liberal, liderada pela União Democrática e Cristã esteve no poder entre 1998 e 2006. Nas eleições deste último ano, venceu a oposição de esquerda, liderada por Robert Fico, Primeiro Ministro desde então. Sua plataforma previa justamente a eliminação das medidas que propiciaram as mencionadas taxas de crescimento, notadamente a reduzida tributação sobre a atividade produtiva.

O resultado em causa, contudo, não parece indicar que se haja estruturado no país o modelo de alternância governamental, em vias de estabilização na Europa Ocidental. Isto é sociais democratas versus liberais conservadores. Antes de mais nada, nesses países verifica-se relativo consenso em matéria de política econômica e tributária, deslocando-se a divergência para a área do welfare. A par disto, a esquerda eslovaca está longe de ser social democrata.

Por outro lado, permanece no país acentuado fracionamento partidário.

Nas eleições parlamentares de 2006, o vencedor conquistou apenas 29,2% das cadeiras. A União Democrática e Cristã logrou o segundo lugar, com 18,3%. Apenas duas outras agremiações obtiveram mais de 10%: o Partido Nacional Eslovaco, nacionalista extremado, classificado como de extrema-direita por pretender a eliminação da minoria húngara, com 11,7% e a agremiação que conta com o apoio da mencionada minoria (Partido da Coligação Húngara; SMK), com idêntico percentual.

Outros partidos representados no Conselho Nacional (Parlamento), que se compõe de 150 membros são o Movimento pela Eslováquia Democrática (8,8%) e a Coalizão Democrática Eslovaca (8,3%).

No pleito em causa, os comunistas conseguiram apenas 3,9% dos votos, o que lhe priva de representação parlamentar (mínimo de 5%).

Do ponto de vista econômico, a Eslováquia conta com setores industriais competitivos, que contribuem com cerca de 20% para a formação do PIB. Este, que equivaleu a US\$ 100 bilhões em 2007, provem dos serviços na proporção de 66%.

Com área territorial pouco inferior a 59 mil km quadrados, registrava em 2007 população de 5,5 milhões.

c) Sudeste Europeu: o peso da herança comunista

ROMÊNIA

A Romênia foi incorporada ao Império Romano ainda no século II antes de Cristo, permanecendo nessa condição até que tem lugar a sua desagregação. Submetida aos aglomerados bárbaros que se sucedem, acaba tendo o seu território anexado primeiro ao Império Búlgaro (dos séculos VIII ao XI) e, em seguida, ao Império Otomano, a partir do século XV. Sua história como país independente começa apenas na parte final do século XIX. A forma de governo seria monarquia nos moldes tradicionais.

Da origem romana sobreviveria língua proveniente do latina.

Após a Segunda Guerra tornou-se satélite da União Soviética.

Sob o comunismo, esteve submetida à ditadura de Nicolae Ceausescu (1918/1989) a partir de 1965. Essa figura institucionalizou o mais aberrante culto à personalidade, patrocinando todo tipo de extravagâncias e ostentando uma riqueza sem o menor respaldo na realidade. Destoava de tudo isto a pobreza que se alastrava no país.

As manifestações de descontentamento assumem crescente feição agressiva em 1989, na medida em que no país não se refletia nada de parecido com o clima de abertura que Gorbachov

introduzia na cúpula do império comunista. Assim, a Queda do Muro de Berlim soou como uma convocação às sucessivas manifestações de rua. De início, foram ferozmente reprimidas. O morticínio que a repressão disseminaria acabou provocando uma cisão nas hostes oficiais. O clamor contra Ceausescu força contingentes das Forças Armadas a destituí-lo e condená-lo à morte, juntamente com a esposa. A execução tem lugar a 25 dezembro.

Remanescentes do PC inventam Comitê de Salvação Nacional que buscará restaurar a ordem, preservada a hegemonia dos comunistas. Os obstáculos à introdução das imprescindíveis reformas irão multiplicar-se até o início do novo século.

O Comitê de Salvação Nacional era liderado por figura proeminente do regime anterior, Íon Iliescu, que iria patrocinar a transformação do PC em Partido Social Democrata, agremiação que iria obstaculizar, sucessivamente, a efetivação das profundas reformas requeridas. Nas eleições de 1990, Iliescu elegeu-se Presidente da República, cargo para o qual se reelegeu em 1992, para o exercício de mandato de quatro anos. Nas eleições de 2006, coligação de organizações de oposição consegue derrotar o PSD. Elege-se Emil Constantinescu (nascido em 1939). Como será referido, seu governo serviu sobretudo para evidenciar as dificuldades na implementação de reformas. Minado por crises sucessivas, será derrotado no pleito de 2000, voltando Íon Iliescu.

Emil Constantinescu era figura destacada nos meios acadêmicos. Após a Revolução de 89, criou uma organização chamada Aliança Cívica, destinada a aglutinar a oposição anti-totalitária. Em 1992 tornou-se reitor da Universidade de Bucareste. Nesse mesmo ano concorreu às eleições presidenciais, sendo derrotado.

Sucessivamente desgastado pela estagnação econômica, no pleito de novembro de 1996, Constantinescu consegue derrotar a Iliescu. O mérito de seu governo consistiu em ter conseguido, pela primeira vez, elaborar programa de eliminação da economia estatizada, tornando patente a dificuldade de sua implementação. Número crescente de empresas estatais deveriam simplesmente ser fechadas. Resistência brutal ergueu-se no caminho da efetivação de providências dessa índole.

A par disto, a coalizão no poder não tinha maior unidade. Além da organização criada por Constantinescu (Convenção Democrática Romena, classificado como direita moderada) apoiava-se numa agremiação de inspiração socialista e numa terceira que representava a minoria húngara. A presença deste último grupo na coalizão governamental colocava na ordem do dia problemas que se tornavam diversionistas dadas as dificuldades da conjuntura. Por exemplo: oficializar o emprego da língua magiar no ensino e em

outras iniciativas oficiais, que começavam por fornecer pretextos para a atuação de grupos nacionalistas.

No estilo dos tempos do comunismo, personalidades do governo eram acusadas de achar-se ao serviço de potências estrangeiras.

Enfim, caracterizou-se o governo Constantinescu pela sucessão de crises miúdas e, nem por isto, menos desgastantes.

Os três primeiros lustros da história da Romênia pós-comunista são dominados pela figura de Íon Iliescu (nascido em 1930).

Ingressou no Partido Comunista em 1953, aos 23 anos de idade, tendo pertencido ao seu Comitê Central. Assumindo a liderança do Comitê de Salvação Nacional deixou claro desde logo que se tratava de por fim à Era Ceausescu e não à volta ao capitalismo. Como a Romênia não havia sido precedentemente país capitalista, dotado das instituições que tipificam tal regime, incluindo o governo democrático representativo. tratava-se de falácia na medida em que o Antigo Regime não dispunha de maior popularidade. Progressivamente explicitaria que simpatizava com algo parecido com a abertura de Gorbachov, admitido um certo pluralismo, reorganizando-se a agricultura e o comércio mas sem alterar a ingerência estatal na economia, inclusive a posse de empresas.

A tarefa do Comitê de Salvação Nacional consistia em dotar o país de uma nova Constituição, tarefa concluída em 1991, cabendo-lhe ainda organizar as eleições presidenciais de 1992. Nestas, como candidato do PSD, Iliescu obteve um segundo mandato. Nas eleições presidenciais de 1996 colocou a máquina governamental a serviço do candidato do PSD, ao arripio das disposições da nova Carta. Derrotado este, Iliescu colocaria a sua experiência a serviço da oposição ao governo de Constantinescu.

As eleições presidenciais de dezembro de 2004 marcam o fim da Era Iliescu, no seguinte sentido: fim da ambigüidade no que respeita aos rumos da economia. Coligação de direita, liderada por Traian Basescu vence o pleito. Como novo Presidente consegue colocar como objetivo o ingresso na Comunidade Européia. Viu-se muito fortalecido nessa idéia na medida em que, justamente nesse exercício, a UE aprova o ingresso dos diversos ex-satélites soviéticos, ficando de fora apenas a Bulgária e a própria Romênia. Firma-se acordo com o FMI e delinea-se programa de recuperação das empresas industriais, agora facilitada pela perspectiva de acordos com a liderança econômica da UE. Concluem-se no fundamental os ajustamentos requeridos pela atividade agrícola -- que ainda absorve grande contingente de mão-de-obra. Os setores industriais ligados a matérias primas (petróleo e minerais) avançam na recuperação. Ainda que timidamente, rompe-se a estagnação.

Por estreita margem, Traian Basescu é reeleito Presidente da República no segundo turno das eleições de dezembro de 2009.

A Presidência da República na Romênia está longe de ser uma figura decorativa embora delegue muitas de suas incumbências governamentais ao Primeiro Ministro, cujo nome é submetido ao Parlamento. Este, por sua vez, não dispõe de maior prestígio. Nas últimas eleições parlamentares, o comparecimento oscilou em torno de 40%. Formaram-se três blocos parlamentares que controlam em torno de 85% das cadeiras. O Partido Social Democrata é o maior dos blocos (35%), seguido daquele estruturado pelo Partido Democrático Liberal (30,6%). Por fim, o terceiro é comandado pelo Partido Nacional Liberal (20%). Há outros grupos menores, inclusive o antes referido Partido da Minoria Húngara (UDMR)

Considera-se que no país campeia a corrupção.

BULGÁRIA

Os búlgaros são, historicamente, etnia eslava. Entretanto, ao contrário daqueles que constituíram o Estado de Kiev (século X)--do qual provêm russos, ucranianos e bielorrussos-- não tiveram relacionamento amistoso com Bizâncio, embora, como aqueles, se tenham convertido ao cristianismo ortodoxo. Sofreriam longa anexação ao Império Otomano: desde o final do século XIV (1395) até fins do século XIX (1878), quando começa o processo de sua independência --em decorrência da guerra entre a Rússia e a Turquia--, consumada em 1908. Envolveram-se nas chamadas guerras balcânicas, que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Nesta, aliou-se à Alemanha, encontrando-se, portanto, entre os vencidos.

No período subsequente, apresentou crescente instabilidade política que conduziu à ditadura militar (1935). Na Segunda Guerra, mais uma vez aliou-se à Alemanha.

Nos embates contra os alemães, as tropas russas entraram na Bulgária em 1944. Logo começaria o processo de sua transformação num dos satélites soviéticos da Europa do Leste. O primeiro Presidente sob o novo regime seria o renomado dirigente comunista George Dimitrov (1882/1949), que, como líder da Internacional Comunista, fora submetido a processo na Alemanha, quando os nazistas atribuíram à entidade o incêndio ocorrido no Reichstag (sede do Parlamento), em 1933.

De comprovada fidelidade aos russos, Dimitrov adotou integralmente o modelo soviético: coletivização da agricultura, desenvolvimento industrial integrado à área de influência soviética e Estado policialesco.

Após a sua morte, o poder foi ocupado por Todor Zarkov durante 35 anos.

Quando ocorreu o fim do comunismo, não emergiu no seio da elite política formada no curso de praticamente meio século -- comunista, portanto-- nenhum grupo modernizador, disposto a empreender a construção de instituições democráticas. Sequer dispunham de quaisquer tradições precedentes nas quais inspirar-se. A essa liderança ocorreu, de pronto, que o Partido Comunista deveria mudar de nome. Passou a designar-se como Partido Socialista Búlgaro, sem retirar daí as devidas implicações.

O quadro se completa pela incapacidade de estruturar-se agremiação política alternativa que se proponha atuar de modo permanente, buscando adequar-se às circunstâncias. Tem ocorrido sistematicamente o seguinte: como não acalentam de fato um projeto que se assemelhasse à social democracia europeia, os ex-comunistas no poder, preocupados sobretudo em preservar a máquina que está de posse do Estado, acabam por desgastar-se. Surge então uma liderança, apresentando-se como conservadora -- adaptando esse discurso ao tema dominante do ciclo correspondente-- que vence as eleições e forma novo governo. Não tendo sido desmontado o aparelho comunista na administração pública, os projetos engatinham e ficam pela metade. E assim os ex-comunistas acabam voltando ao poder. Tem-se a impressão de que o ambiente cultural do país não favorece o trabalho paciente de uma organização conservadora ou não surge lideranças formadas no espírito corporificado pelo Partido Popular Europeu.

Vejamos como se traduz na prática esse curioso modelo institucional.

No primeiro pleito pós-comunismo (1990), o ambiente apresentou-se favorável à recém formada oposição: União das Forças Democráticas (SDS), que consegue alcançar maioria, insuficiente para governar. Disposto a inviabilizar a transferência de poder, o Partido Socialista Búlgaro recorre às práticas familiares aos comunistas: greves e manifestações de rua, impossibilitando a formação de novo governo. Assim, a SDS aceita posição minoritária num governo chefiado por personalidades consideradas independentes, no qual participam os comunistas, preocupados sobretudo em preservar o aparelho burocrático a que deram nascedouro. Estavam lançadas as bases para a consumação da década perdida (os anos noventa). A novidade consistiu na disseminação do crime organizado.

Não deu certo essa primeira experiência de transição, se é que pode ser assim designada. Em consequência, nas eleições de 1994 o Partido Socialista (ex-comunista) reconquista a hegemonia. Contudo, a situação do país não era nada animadora. Com a degradingolada da União Soviética, não sobrevivem os laços econômicos entre a Rússia e a Bulgária. Inexistindo projeto de reconversão econômica, o país vive uma crise profunda. Estima-se que o PIB haja sofrido redução de 30%.

Diante do fracasso da tentativa de manter o status quo, nas eleições de 1997 chega ao poder um grupo portador de programa radical de conversão à economia de mercado. Obtém acordo com o FMI e o Banco Mundial, formulando-se programa de privatização. As resistências são de tal ordem que, até o fim da década, o programa em causa foi efetivado apenas em torno de 25%.

Para se ter idéia da perplexidade que se abateu sobre o país basta referir que, nos meados da década, cogita-se de proceder-se à restauração da monarquia. Em 1976 são restituídos os direitos de Simeon II (nascido em 1937), que fora Czar entre 1943 e 1946, isto é, dos 9 aos 12 anos de idade. Nesse último ano extingue-se formalmente a monarquia e começa o eufemismo da “democracia popular”, como os russos designaram a modalidade de ditadura instaurada no Leste. Simeon II volta ao país e lança o Movimento Nacional Simeon II (NMSII). Este acabaria optando por concorrer às eleições parlamentares, sem cogitar de regime monárquico.

Bem sucedidos, vencem as eleições de 2001. O NMSII conquista 120 das 240 cadeiras do Parlamento. Com apenas um dos menores partidos existentes habilitou-se á formação do governo, devendo Simeon II ocupar o cargo do Primeiro Ministro.

Simeon II trouxe para a cúpula tecnocratas e pessoas educadas na Europa Ocidental. Como a burocracia estatal permanecia intocada, do cumprimento dos programas indicadas parece haver resultado, sobretudo, a mais ampla disseminação da corrupção. A par disto, embora a economia se haja estabilizado, a inflação e o déficit público colocados sob controle, o crescimento econômico (em torno de 4%) não alterava substancialmente o bem estar material, dados os patamares existentes serem muito baixos.

Na altura das eleições de 2005, o Partido Socialista tem uma nova direção: Serguei Stanishev (nascido em 1966). Sua formação ocorreu na Rússia na medida em que estava de posse da cidadania soviética. Somente em 1996 naturalizou-se búlgaro. Foi eleito Presidente do PS em 2001, tendo logrado apresentar-se perante a opinião pública como capaz de promover a almejada modernização. Graças a isto, venceu as eleições de 2005.

Stanishev conseguiu atender às exigências de Bruxelas e consumir o ingresso na Comunidade Européia, formalizado em janeiro de 2007. Apesar disto, nas eleições parlamentares de 2009 consultas de opinião indicavam que mais de 60% do eleitorado considerava a corrupção como o problema básico do país, seguindo-se a presença do crime organizado. Afirmou-se haver indícios de que os próprios créditos da Comunidade haviam sido em parte desviados. Assumindo essa bandeira, o prefeito da capital (Sofia), também oriundo do aparelho comunista, Boyko Borisov formou uma nova agremiação (Cidadãos para o Desenvolvimento da Bulgária) que, em 2009, venceria tanto as primeiras eleições para o

Parlamento Europeu como o pleito parlamentar que se seguiu. Desde então é o novo Primeiro Ministro do país.

Dada a incapacidade das novas lideranças de dar curso à efetiva eliminação da herança comunista, o fenômeno da emigração tem se alastrado de forma acentuada. Em 1989, a população do país era de 9 milhões tendo se reduzido para 7.950 mil em 2001 e 7.640 mil em 2008. O contingente de indigentes é estimado em 25%, o que torna a Bulgária o país mais pobre da União Européia. A agricultura continua absorvendo pouco mais de 20% da mão de obra. O desmantelamento das cooperativas, resultantes da coletivização obrigatória, não avança.

d) Países bálticos: relativo sucesso na superação do passado

ESTÔNIA

A Estônia tem aproximadamente um milhão e quatrocentos mil habitantes, território de 45,2 mil metros quadrados. Ao longo dos tempos esteve sob influência dos países nórdicos (Finlândia, Suécia, etc.), tendo sido anexada ao Império Russo nos começos do século XVIII. Acredita-se que data desse período o início da formação de identidade nacional. Na Revolução de 1905, que se alastrou por toda a Rússia, apareceu movimento estoniano pela independência, esmagado do mesmo modo que o conjunto dos revolucionários. A independência viria com a Revolução de Outubro, tendo sido efetivada em fevereiro de 1918. No curso da Segunda Guerra, a União Soviética reanexou-a, juntamente com os outros países bálticos.

Durante o período soviético ocorreram diversas revoltas, sem que tivessem êxito. Com o fim da URSS, instaurou-se no país forte movimento pela independência, obstada pelos russos que correspondiam, na época, a cerca de 30% da população. Devido a essa circunstância, a independência só foi reconhecida pela Rússia em 1992. Por fim, o exército russo desocupou o país em 1994, seguindo-se progressivamente a redução das dimensões dessa minoria. Desde então, restauram-se os laços econômicos com a Europa. O ingresso na Comunidade teve lugar em maio de 2004, tendo sido precedida da adesão à NATO.

Em 1992, o país adotou nova Constituição. Segundo esta, a Câmara compõe-se de 101 representantes, eleitos pelo sistema proporcional com mandato de quatro anos. O sistema é unicameral, isto é, inexistente Senado. Incumbe à Câmara eleger o Presidente da República e aprovar a designação do Primeiro Ministro que incumbe àquele, oriundo, em geral, da maioria parlamentar existente.

Apesar da existência de cláusula de barreira (5%), nas primeiras eleições (1992) chegaram ao Parlamento dez partidos, sendo que o maior deles detinha 28 cadeiras (menos de 30%). Desde então, realizaram-se mais três pleitos eleitorais podendo-se observar progressivo afunilamento das correntes em disputa. Seriam, basicamente, conservadorismo tradicional (nacionalistas); conservadorismo liberal (Partido Reformista); sociais liberais (Partido Central) e sociais democratas (Partido Social Democrata). Os nacionalistas estavam divididos em duas agremiações (União Pró Pátria e Rés Pública). Em 2006 decidiram concorrer com uma lista única.

Nas eleições parlamentares de 2007 as cadeiras distribuíram-se deste modo; Partido Reformista, 31; Partido Central, 29; União Pró-Pátria e Rés Pública, 19; Partido Social Democrata, 10; Verdes, 6; Partido Agrário, 6. Este último é classificado como sendo de centro-esquerda.

Nessas últimas eleições observam-se estes fatos dignos de nota: 1) a agremiação que se propunha representar a minoria russa obteve apenas 1% dos votos; 2) o partido que se apresentou como eurocético mereceu apenas 0,2% dos sufrágios; e, 3) não foi votada a agremiação que concorreu em nome da democracia cristã.

A Estônia tem apenas 637 mil eleitores que se têm mostrado muito ativos (para os padrões europeus): comparecimento aos pleitos entre 60 e 70%. Nesse conjunto, o referendo para ingresso na União Europeia mereceu a apoio de esmagadora maioria (pouco menos de 70%). São traços que sugerem relativa homogeneidade cultural.

Nacionalistas, conservadores liberais e liberais sociais têm formado coligações de governo o que vem assegurando relativa estabilidade governamental, sem embargo de pequenas crises que acarretam alterações no ministério.

O PIB da Estônia é avaliado em US\$ 27 bilhões provindo 67% dos serviços; 28% da indústria e 5% da agricultura.

LETÔNIA

Fez parte do Estado Unitário formado pela Polônia e Lituânia. Em guerra com a Suécia (1600/1611), perdeu parte de seu território para esta última. Em 1721 passou a integrar o Império Russo. A exemplo dos outros Estados bálticos, que se achavam nessa condição, obteve a independência em razão da Revolução de Outubro. Nessa fase de independência, não conseguiu firmar governo democrático. Perdeu-a mais uma vez durante e após a Segunda Guerra, voltando a subordinar-se à Rússia, agora liderando a União Soviética. Com a crise do comunismo, reconquistou a independência em setembro de 1991.

Temia-se que a questão étnica se tornasse catalisadora e viesse a dificultar o reordenamento democrático.

Contudo, encontrou-se solução satisfatória, isto é, pelo menos apaziguaram-se os ânimos. O problema decorria de que os letões eram apenas 60%. Dentre os 40% restantes predominavam os russos (26%) e tradicionais integrantes do Império Russo (8% de ucranianos e bielorrussos), havendo ainda polacos e outros. Durante três anos discutiram-se as formas de simplificar a naturalização. Optou-se por exigir apenas o conhecimento da língua e juramento de fidelidade à Constituição. Depois de período de aplicação das novas regras, votou-se a proibição de discriminação das etnias remanescentes.

Progressivamente a economia passou a primeiro plano. No curso do movimento pela adesão à Comunidade Européia, destacou-se o Partido Popular, de tendência liberal em matéria econômica. Tendo granjeado apoio considerável, formou uma coligação vitoriosa nas eleições de 2002. Integravam-na três outros partidos (Verdes; União dos Agricultores e Primeiro Partido da Letônia). Nesse pleito a coligação liderada pelo PP alcançou 55 das 100 cadeiras do Parlamento o que lhe permitiu formar o governo. Introduziu reformas em prol da liberalização do mercado e da redução de impostos. O país ingressou numa fase de prosperidade econômica, registrando crescimento superior a 10% anuais.

A oposição tem sido liderada pelo Partido Nova Era (liberal conservador de conotação nacionalista; vale dizer, distanciado do moderno conservadorismo liberal europeu).

A coalizão liderada pelo Partido Popular obteve 52 cadeiras no pleito de 2006, o que lhe facultou manter-se no poder.

Tenha-se presente que as maiores agremiações (Partido Popular e Nova Era) carregam, isoladamente, apenas 20% dos votos. No Parlamento acham-se representados sete partidos. A participação popular nas eleições tem se mantido acima de 60%.

O território da Letônia alcança 64,5 mil km quadrados, sendo que sua população equivale a 2,2 milhões (2007). O PIB é estimado em US\$ 29 bilhões provindo 70% dos serviços; 25% da indústria e 5% da agricultura.

LITUÂNIA

A Lituânia chegou a ser um Estado florescente na Idade Média. Nos começos dos tempos modernos juntou-se à Polônia para formação de Estado único (1569). Este chegou a dominar grande parte da Europa do Leste. Entre os conflitos em que se envolveu, destaca-se a guerra com a Rússia, em fins do século XVIII. Derrotado e desmembrado, o território que corresponderia à Lituânia foi anexado à Rússia, nação vencedora. Conquistou a independência com a Revolução de Outubro. Voltou a perdê-la em

1940, desta vez ocupada pela União Soviética. Somente a reconquistaria com os incidentes dos quais resultariam o fim da União Soviética. Proclamada unilateralmente em março de 1990, deixou de ser reconhecida sendo ocupada pelo Exército Vermelho. Essa situação somente se normalizou em agosto de 1993, embora a União Soviética não existisse desde fins de 1991.

Foi admitida na ONU em setembro de 1991, depois da realização de plebiscito --efetivado simultaneamente na Estônia e Letônia-- em que a independência foi amplamente aprovada pela população. Solicitou ingresso na NATO em janeiro de 1994, condição que somente alcançaria dez anos depois, em março de 2004. O seu ingresso na União Européia foi aprovado em referendo (março, 2003) por 91% dos eleitores. Consuma-se a providência em maio de 2004.

As primeiras eleições livres tiveram lugar em outubro de 1992. Tratava-se de dotar o país de uma nova Constituição e de definir a estrutura do novo regime. 41% dos eleitores pronunciaram-se a favor da restauração da Presidência da República, sendo o mandatário escolhido por voto direto. Nos arranjos e negociações posteriores chegou-se a modelo do tipo semi-presidencial. A saber: as chamadas funções de Estado (política externa; forças armadas e funcionalismo) ficam a cargo da Presidência. As demais atividades são incumbência do Primeiro Ministro, escolhido pelo Presidente devendo ter o seu nome aprovado pela Câmara. O mandato presidencial é de cinco anos. O Presidente pode ser reeleito uma vez.

A Câmara é integrada por 141 representantes, sendo de quatro anos a duração do mandato.

O país adotou o sistema eleitoral misto. Dos pleitos realizados pela votação em lista (sistema proporcional) resultou que sete agremiações têm obtido mais de 5% dos votos e, portanto, o direito de fazer-se representar. No simultâneo pleito segundo o sistema distrital, mais três partidos alcançam semelhante status. Assim, da prática eleitoral pós-comunismo resultou a presença no Parlamento de dez partidos políticos.

Do ponto de vista ideológico a opinião acha-se dividida, basicamente, em três grupos: nacionalistas, liberais e sociais democratas. Nenhum desses grupos tem alcançado número de cadeiras suficiente para formar governo, tendo sido adotada a praxe das coalizões.

Encontra-se no poder (eleições de 2008) a coligação formada por dois partidos nacionalistas (União Popular e Partido do Ressurgimento Nacional) em aliança com os liberais (Movimento Liberal). A União Popular sagrou-se como o maior partido, tendo obtido 45 cadeiras. E, os dois outros integrantes da coalizão, Partido do Renascimento Nacional, 16 cadeiras, e o

Movimento Liberal, 11. O conjunto totaliza 72 cadeiras, de que resulta maioria precária, de apenas um voto.

O Partido Social Democrático corresponde à segunda maior agremiação (25 cadeiras).

Nas últimas eleições presidenciais, realizadas em abril de 2009, venceu o pleito Gália Grybauskaite, primeira mulher a ocupar a Presidência do país, representando a coligação nacionalista/liberal conservadora. Tornou-se conhecida por exercer o cargo de responsável pelo Orçamento na Comissão Europeia (Bruxelas). Carreou 68% dos votos. Seu concorrente, apresentado pela social democracia, obteve apenas 12% dos sufrágios.

Dentre os países bálticos ex-satélites soviéticos, a Lituânia é o mais populoso (3,4 milhões, segundo o Censo de 2007). Sua área territorial, contudo, é equivalente à da Letônia (65 mil km quadrados). O PIB alcança US\$ 60 bilhões, o mais alto do conjunto..

O ingresso na EU revelou-se promissor ao facultar a reorientação do comércio, até a crise de fins de 2008. A exemplo do que se verificou na Rússia, herdou do comunismo taxa elevada de pobreza entre a população.

4. Conclusões de interesse da análise

Em 1990, embora ainda sobrevivesse, a União Soviética experimentava os últimos estertores. Ninguém se lembra, mas, no dia 1º de outubro daquele ano, o Soviète Supremo adotou um plano com vistas à introdução de amplas reformas, no prazo de 500 dias, em decorrência do que, menos de vinte dias depois (a 19/10/1990) aquela alta instância do poder soviético introduziu, por lei, o princípio da economia de mercado. Obviamente, tratava-se da renúncia ao socialismo, vale dizer, à estatização da economia, embora não se cogitasse, então, da imediata privatização.

Justamente naquela altura, Guy Sorman visitou a União Soviética e estes países satélites: Polônia, Hungria, Romênia e Tchecoslováquia. Entrevistou basicamente as lideranças reformistas emergentes na época. Registrou todo esse processo no livro *Sair do socialismo* (tradução e edição brasileira a cargo do Instituto Liberal, 1991).

Contrariando a expectativa mais ou menos generalizada no Ocidente --e presente também nos países visitados, proclamou que não deveriam ser acalentadas esperanças de que enveredassem pelo

caminho da introdução do capitalismo e da bem sucedida construção de instituições do sistema democrático representativo.

Desde Aristóteles sabe-se que as instituições existentes na Cidade não se sustentam no ar mas em grupos sociais concretos. E, mais, convivência civilizada (não tinha maiores simpatias pela democracia na forma como era exercitada em seu tempo) seria impossível se o bem estar material não se distribuísse com certa amplitude. Inspirando-se na tradição firmada desde então, Sorman manifesta a convicção de que instituições asseguradoras da convivência civilizada --existentes, tenha-se presente, em proporções modestas no conjunto das nações-- requerem a presença de classes médias. A inexistência destas, tanto na Rússia soviética como nos satélites, permitiu comprovar que só podem resultar da disseminação da propriedade. Justamente o que seria alcançado pelo capitalismo, nos países ocidentais que o adotaram a partir da Revolução Industrial. Aliás, a Revolução Industrial brasileira seria uma comprovação da tese de que o desenvolvimento econômico sob a égide do Estado não faculta distribuição de renda.

Sorman toma como exemplos de organização bem sucedida da convivência democrática a Espanha, Taiwan, Coréia do Sul, Japão e Chile. Nos países mencionados, a modernização econômica foi empreendida por ditaduras ou governos autoritários.

Escreve: “Em todos esses casos, uma certa forma de despotismo soube criar, em certo momento, direitos reais em benefício dos cidadãos e suscitar o aparecimento de uma classe média. Sem essa classe média, pode-se falar em democracia? Confortada por seus direitos reais, essa classe média tem exigido e obtido liberdade política.” (obra citada, p. 242) Direitos reais surgiram nos países mencionados, na medida em que governos autoritários, com vistas à obtenção de êxitos na economia, tiveram que assegurar o respeito à propriedade privada e regras claras e estáveis no tocante ao funcionamento do mercado. Agora os egressos do comunismo iriam tentar fazê-lo num clima de ampla liberdade política.

No texto introdutório, registramos que estudando as dificuldades da escolha, nos ex-satélites soviéticos, de sistemas exequíveis de escrutínio, Jean-Michel De Waele classificara como “hercúlea” a tarefa de propor-se a simultânea introdução da economia de mercado e da democracia.

A conversão da economia planificada e a paciente construção de convivência democrática requerem não só clareza, de parte da liderança, quanto aos passos a serem empreendidos na direção colimada, mas sobretudo persistência e capacidade de aprender com a experiência, o que, por sua vez, pressupõe a presença de suportes sociais à altura.

Sorman não encontrou indícios da existência de lideranças aptas a dar conta da denominada hercúlea tarefa. Constatou o que

seria previsível: “liberais que tenham sobrevivido às destruições intelectuais e morais do socialismo --eis o que está faltando no Leste”.

As duas décadas desde então transcorridas tornam patente a presença de contingente populacional expressivo de muito difícil recuperação em termos culturais. O caso da Alemanha Oriental, sujeita a regime comunista durante quarenta anos, é bem elucidativo do fenômeno. O governo federal investiu ali nada menos que um trilhão e quinhentos bilhões de euros. A grande maioria das empresas industriais teve simplesmente que ser fechada. O atraso na agricultura revelou-se brutal.

O livro *Alemagne: une puissance em mutation* (Paris, Galimard, 2006), da autoria de Jacques Pierre Gougeon, contém dados em abundância sobre a situação existente no território da RDA. A produtividade da economia, em 1990, correspondia a apenas 29% da existente na Alemanha Ocidental e a remuneração salarial, a 37%. Cerca de um quarto da maquinaria utilizada na indústria provinha ainda dos tempos do nazismo; 30% tinham entre 20 e 10 anos. Quer dizer: mais da metade do parque industrial era simplesmente obsoleto.

Do ponto de vista da ocupação, em grande medida os empregados das indústrias que tiveram que ser fechadas foram absorvidos pelos novos investimentos. Contudo, essa correspondia à parcela menor da população ativa. O aparelho estatal, totalmente reconvertido ao sistema totalitário, absorvia os maiores contingentes. Acrescente-se: de muito difícil aproveitamento na nova ordem.

Retrata bem essa situação --ainda que sua intenção não fosse essa mas demonstrar os procedimentos da STASI, a KGB da RDA --**A vida dos outros**, que ganhou o Oscar de melhor filme estrangeiro em 2007. O espião da STASI, personagem da história, domina a tecnologia da escuta clandestina, isto é, acha-se qualificado para o desempenho de funções técnicas. E ainda que (segundo o filme) haja tomado uma atitude decente, para isto arriscando a própria pele, com o fim da RDA consegue apenas modesto emprego de distribuidor de correspondência numa pequena agência postal.

No livro antes citado --*Allemagne: une puissance em mutation*--, numa pesquisa de opinião, realizada em 2005, sobre o que havia piorado, no Leste, após a reunificação, nessa parte do país mais de 80% indicam a falta de segurança no emprego. Os países comunistas introduziram uma praxe que os economistas batizaram de “subemprego disfarçado”, isto é, contratação desnecessária de pessoal. Daí que haja sido popularizada a opinião corrente naqueles países segundo a qual “o governo fingia que pagava e as pessoas fingiam que trabalhavam”.

Há vários indícios de que os sistemas totalitários vão ao encontro de certo desconforto criado pelo imperativo de exercitar-se a liberdade. Certamente é um tema pouco analisado empiricamente embora caracterizado do ponto de vista especulativo. Entre nós, essa hipótese foi completamente dissecada por Roque Spencer Maciel de Barros (1927/1999) na obra *O fenômeno totalitário* (1990). Entre os indícios que tenho em vista assinalo a verificação de que Konrad Adenauer (1876/1967), criador da República Federal Alemã, que liderou a reconstrução do país, destruído pela guerra, e avançou na recuperação econômica, não alcançou maior popularidade entre seus compatriotas. Para obter o apoio dos alemães, a República Federal teve que esperar o aparecimento das novas gerações.

No caso dos ex-satélites soviéticos, cuja experiência recente foi antes resumida, no que respeita à estruturação das instituições do governo representativo, talvez se possa dizer que a possibilidade de êxito depende do peso que venham a adquirir as novas gerações surgidas após a extinção do totalitarismo. De acordo com a praxe, segundo a qual uma nova geração forma-se a cada 24 anos, ainda estamos distanciados desse desfecho. O fato de que hajam sido admitidos à União Européia corresponde a uma garantia de que são obrigados a persistir.